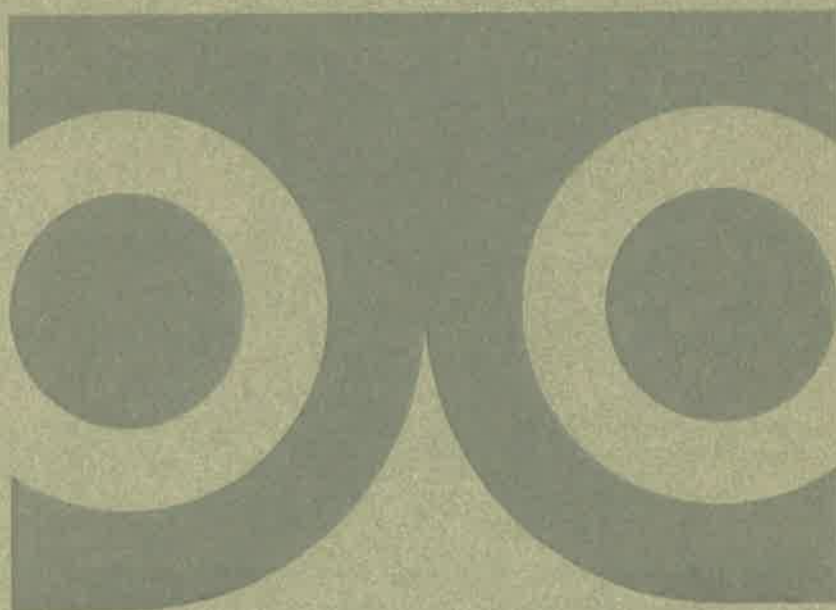




REVISTA DO CENTRO DE HISTÓRIA DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA • VOL. 1 • 1979



INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA



**REVISTA DO CENTRO DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

VOLUME 1 — 1979

Direcção de
Joaquim Barradas de Carvalho
Joel Serrão
Victor dos Santos Gonçalves



INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
Centro de História da Universidade de Lisboa
LISBOA 1979



REVISTA DO CENTRO DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

VOLUME 1 — 1979

Direcção de
Joaquim Barradas de Carvalho
Joel Serrão
Victor dos Santos Gonçalves

Índice

Por uma nova história do pensamento <i>Joaquim Barradas de Carvalho</i>	7
Une voie de connaissance pour l'histoire de la société portugaise au XVIII ^e siècle: les micro- biographies. (Sources-Méthode-Étude de cas) <i>Andrée Mansuy-Diniz Silva</i>	21
Questões de administração local nas inquirições gerais de Afonso IV <i>Maria José Lagos Trindade</i>	69
O Cardeal-Rei numa fonte coeva <i>Francisco Salles Loureiro</i>	81
Notas para a história dos partidos políticos em Portugal no período do «Ministério da Regene- ração» (1851-1856) <i>António Ravara</i>	91
A Carta Arqueológica do Algarve <i>Victor dos Santos Gonçalves</i>	99
As ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim <i>Manuel Maia</i>	141
Notas de introdução a uma leitura de Sérgio <i>Fernando Piteira Santos</i>	155
Perspectivas actuais da historiografia medieval espanhola — J. A. Garcia de Cortázar <i>José Mattoso</i>	161
O Ano do Património Arquitectónico Europeu <i>Jorge H. Pais da Silva</i>	169
NOTICIÁRIO	
Conferências, Colóquios e Seminários promovidos pelo Centro de História	177
Importantes descobertas arqueológicas no povoado da Idade do Cobre de Vidais (Mourão)	178
Escavações em povoados da Idade do Cobre no Alto Algarve Oriental	179
Roteiro de fontes de história contemporânea de Portugal	179

VÁRIA

Centro de História da Universidade de Lisboa	183
In Memoriam	185
<i>Pedro Barbosa</i>	
IV Congresso Nacional de Arqueologia	188
Projecto de acordo entre o Centro de História da Universidade de Lisboa e o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal	189
Projet de convention entre le Centre d'Anthropologie des sociétés rurales de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales et le Centre d'Histoire	190

Por uma nova história do pensamento

Joaquim Barradas de Carvalho

«Las olas de la historia, con su rumor y su espuma que reverbera al sol, ruedan sobre un mar continuo, hondo, inmensamente más hondo que la capa que ondula sobre un mar silencioso y a cuyo último fondo nunca llega el sol. Todo lo que cuentan a diario los periódicos, la historia toda del 'presente momento histórico', no es sino la superficie del mar, una superficie que se huela y cristaliza en los libros y registros, y una vez cristalizada así, una capa dura, no mayor con respecto a la vida intra-histórica que esta pobre corteza en que vivimos con relación al inmenso foco ardiente que lleva dentro. Los periódicos nada dicen de la vida silenciosa de los millones de hombres sin historia que a todas horas del día y en todos los países del globo se levantan a una orden del sol y van a sus campos a proseguir la oscura y silenciosa labor cotidiana y eterna, esa labor que como la de las madreporas suboceánicas echa las bases sobre que se alzan los islotes de la historia. Sobre el silencio augusto, decía, se apoya y vive el sonido; sobre la inmensa humanidad silenciosa se levantan los que meten bulla en la historia. Esa vida intra-histórica, silenciosa y continua como el fondo mismo del mar, es la sustancia del progreso, la verdadera tradición, ...».

Miguel de Unamuno, *En torno al casticismo*, in *Ensayos*, I, Madrid, 1916, pp. 40-41.

«Ce livre se divise en trois parties, chacune étant en soi un essai d'explication.

La première met en cause une histoire quasi immobile, celle de l'homme dans ses rapports avec le milieu qui l'entoure; une histoire lente à couler et à se transformer, faite bien souvent de retours insistants, de cycles sans

fin recommencés. Je n'ai pas voulu négliger cette histoire-là, presque hors du temps, au contact des choses inanimées, ni me contenter, à son sujet, de ces traditionnelles introductions géographiques à l'histoire, inutilement placées au seuil de tant de livres, avec leurs paysages minéraux, leurs labours et leurs fleurs qu'on montre rapidement et dont ensuite il n'est plus jamais question, comme si les fleurs ne revenaient pas avec chaque printemps, comme si les troupeaux s'arrêtaient dans leurs déplacements, comme si les navires n'avaient pas à voguer sur une mer réelle, qui change avec les saisons.

Au-dessus cette histoire immobile, une histoire lentement rythmée, on dirait volontiers, si l'expression n'avait été détournée de son sens plein, une histoire *sociale*, celle des groupes et groupements. Comment ces vagues de fond soulèvent-elles l'ensemble de la vie méditerranéenne? Voilà ce que je me suis demandé dans la seconde partie de mon livre, en étudiant successivement les économies et les États, les sociétés, les civilisations, ...

Troisième partie enfin, celle de l'histoire traditionnelle, si l'on veut de l'histoire à la dimension non de l'homme, mais de l'individu, l'histoire événementielle...: une agitation de surface, les vagues que les marées soulèvent sur leur puissant mouvement. Une histoire à oscillations brèves, rapides, nerveuses. Ultra-sensible par définition, le moindre pas met en alerte tous ses instruments de mesure. Mais telle quelle, c'est la plus passionnante, la plus riche en humanité, la plus dangereuse aussi. Méfions-nous de cette histoire brûlante encore, telle que les contemporains l'ont sentie, décrite, vécue, au rythme de leur vie, brève comme la nôtre.

Elle a la dimension de leurs colères, de leurs rêves et de leurs illusions...

Ainsi sommes-nous arrivés à une décomposition de l'histoire en plans étagés. Ou, si l'on veut, à la distinction, dans le temps de l'histoire, d'un temps géographique, d'un temps social, d'un temps individuel.

Fernand Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, A. Colin, Paris, 1949, pp. XIII-XIV (2.^a ed., Paris, 2 Volumes, 1966), ou: *Écrits sur l'Histoire*, Flammarion, Paris, 1969, pp. 11-13.

É de espantar que a discussão sobre a «curta» e a «longa duração» se tenha processado, durante os últimos trinta anos, sem que uma só vez a *História do Pensamento* tenha sido posta em causa ⁽¹⁾. A *Geo-História* surgiu com a grande tese de Fernand Braudel ⁽²⁾. A *História Económica*, nas suas grandes dimensões, nasceu com as teses de Ernest Labrousse ⁽³⁾. A *História Social* dos nossos dias tinha já nascido com as obras de Marc Bloch ⁽⁴⁾. A *História Política* ficou, entre outras razões, talvez sob a influência de uma teoria marxista mal compreendida, estreitamente ligada à «curta duração» ⁽⁵⁾. A *História Política* era a *História événementielle* por excelência. Viamo-la como irremediavelmente prisioneira da «curta duração».

Os contactos interdisciplinares entre a *História Económica* e a *Ciência Económica* desenvolveram-se com tão grandes vantagens para a *História Económica*, que Vitorino Magalhães Godinho pôde escrever, há já quase trinta anos: «Métodos idênticos, [...], em história económica e em economia política [...] As fronteiras entre estes dois domínios desaparecem. A história económica impregna-se de teoria, deixa-se guiar por ela [...] A história económica não é no fundo senão a economia política dos sistemas e formas desaparecidas» ⁽⁶⁾. Mais recentemente, Frédéric Mauro escreveu: «Procuramos responder à definição da história económica que é a teoria económica do passado, como a ciência económica é a teoria económica do presente.» ⁽⁷⁾

Poderíamos dizer quase o mesmo da *História Social*. Uma vez mais os contactos interdisciplinares, entre a *História Social* e a *Sociologia*, tornam possível uma *História Social* que poderá, em dia próximo, colocar-se à altura da grande *História Económica* que é a dos nossos dias ⁽⁸⁾. Ora, a magra,

a muito magra *Ciência Política* ⁽⁹⁾, não pôde ajudar a *História Política* como a *Ciência Económica* e a *Sociologia* ajudaram a *História Económica* e a *História Social*.

Neste quadro não esquecemos a *Psicologia Histórica* com a obra clássica de Ignace Meyerson e os programas de trabalho de Lucien Febvre ⁽¹⁰⁾.

E a *História do Pensamento*? A *História das Ideias*, seja qual for a sua natureza? A *História da Filosofia*? Mesmo a *História das Ciências*? Podemos talvez dizer que a *História do Pensamento* é, foi até agora, de certa maneira, a companheira da *História Política*. Consideramo-las, ambas, vítimas de uma certa interpretação, senão deformação, do Marxismo teórico de Marx. Marx não se esqueceu de nos falar em *superestruturas*, mas estas *superestruturas* nunca foram vistas do ângulo das *estruturas*. Foram sempre vistas como epifenómenos... ⁽¹¹⁾.

Historiadores, precursores de Marx e do materialismo histórico, como um Michelet, um Thierry, um Guizot, um Herculano em Portugal ⁽¹²⁾, evitaram sempre a dificuldade da *História Política*, preferindo-lhe a *História Económica* e sobretudo a *História Social*. Resolveram a dificuldade, esquecendo o objecto da dificuldade... Não responderam ao apelo do Marquês de Condorcet, quando este escreveu, em 1793 ou 1794, nas vésperas da sua morte trágica: «Até aqui a história política como a da filosofia e das ciências não foi mais do que a história de alguns homens; [...]» ⁽¹³⁾

Michelet parte para o que, já segundo ele, «[...] acompanha, explica, funda [...] esta história política, as circunstâncias sociais, económicas, industriais [...]» ⁽¹⁴⁾.

Thierry, pondo de lado a história que ele chama «das raças reais», escolhe «[...] a história dos cidadãos, a história dos súbditos, a história do povo [...]» ⁽¹⁵⁾.

Guizot diz-nos que ... «Para compreender as instituições políticas, é preciso conhecer as diversas condições sociais e as suas relações. Para compreender as diversas condições sociais, é preciso conhecer a natureza e as relações das propriedades» ⁽¹⁶⁾.

A morte da *História Política* foi assim decretada desde o século XIX. O enterro foi consumado pelo peso do pensamento de Marx e do Marxismo...

E a *História do Pensamento*? A *História das Ideias*? A *História da Filosofia*? A *História da Ciência*? Apesar da prevenção do Marquês de Condorcet no final do século XVIII...?

É nossa convicção que a *História do Pensamento* é ainda, no nosso tempo, e mesmo mais do que a *História Política*, a história *événementielle* por excelência...⁽¹⁷⁾. Ela não é a história das raças reais de que se queixava Thierry, e Herculano na sua peugada, mas é seguramente a história das grandes obras e dos grandes homens de pensamento, no máximo dos precursores destes grandes homens.

Abramos uma história qualquer da filosofia ou da ciência, seja a velha e bem conhecida *História da Filosofia* de Emile Bréhier⁽¹⁸⁾, seja a última *História da Filosofia* da Academia das Ciências da U. R. S. S.⁽¹⁹⁾. Parecer-nos-á que não há nenhuma diferença de formação filosófica entre Emile Bréhier e os historiadores da filosofia da Academia das Ciências da União Soviética... a menos que pensemos nas pequenas querelas, como aquela que põe Francis Bacon à altura de um Descartes, ou aquela que reduz Francis Bacon à medida filosófica de um Lord Chancellor... Basta lembrar, por um lado Lukács⁽²⁰⁾ ou Farrington⁽²¹⁾, e por outro Alexandre Koyré...⁽²²⁾.

Enfim, a *História do Pensamento*, quer se trate de Emile Bréhier ou doutro, quer se trate dos historiadores da filosofia da Academia das Ciências da União Soviética, ou doutros, não ultrapassou o estudo dos grandes momentos de ruptura que são as obras dos grandes homens de pensamento, desde um Platão a um Aristóteles, até um Kant ou um Hegel, passando por Galileu e Descartes, e não esquecendo aqueles a que chamamos precursores... Mersenne não é nunca esquecido antes de Descartes...⁽²³⁾.

Em 1947, no momento do 350.º aniversário do nascimento de Descartes, um filósofo marxista bem conhecido, Henri Lefebvre, compreendeu muito bem a falta de saída desta *História do Pensamento*. Denuncia na *Introdução* do seu livro sobre *Descartes*⁽²⁴⁾ o subjectivismo do método tradicional: a *crítica interna e a montagem de textos*. Henri Lefebvre mostra o escândalo que foi o Centenário de Descartes. Tantos Descartes, quantos historiadores ou filósofos,

que dele se ocuparam. Vemos aparecer um Descartes *existencialista*, com Jean-Paul Sartre; um Descartes irracionalista com Jean Laporte; um Descartes *muito próximo de Pascal* com Alexandre Koyré; um Descartes, *ao mesmo tempo precursor do Marxismo e adversário do materialismo*, com Ferdinand Alquié; um Descartes *medieval e teólogo*, com Etienne Gilson; enfim, um Descartes estritamente *materialista*, com Cécile Angrand. E, paradoxo supremo: todas estas interpretações são, deste ponto de vista, igualmente legítimas. Basta para isso que a escolha e a montagem dos textos sejam feitas de acordo com as tendências de cada historiador, e a salada pode dar para todos os gostos. Henri Lefebvre critica mesmo Cécile Angrand, historiadora marxista, por ter fabricado um Descartes materialista, com o mesmo idealismo e subjectivismo dos historiadores idealistas. A Cécile Angrand o idealismo ter-lhe-ia penetrado pela porta da história, na medida em que a história não estava presente, na medida em que a crítica interna e a montagem de textos não foram ultrapassadas, na medida em que o conjunto adquirido não ultrapassava a simples coerência. A coerência decidiria da veracidade da construção.

É então que Henri Lefebvre propõe a criação de uma *história social do pensamento*. Mas a brilhante crítica de Henri Lefebvre não o impede de cair em semelhantes fraquezas. Parece-nos, na verdade, que Henri Lefebvre não foi muito mais longe do que Cécile Angrand, e mesmo dos restantes autores que ele critica. Se a Cécile Angrand o idealismo e o subjectivismo lhe tinham penetrado pela porta da história, parece-nos que este mesmo idealismo e subjectivismo, continuam a penetrar a obra de Henri Lefebvre, aquela mesma que ele dá como modelo da nova *história social do pensamento*, o seu livro sobre *Descartes*⁽²⁵⁾. A *História da Filosofia*, a *história social do pensamento*, continuariam a ocupar-se somente dos grandes homens, dos homens-viragem, dos homens-ruptura, e quando muito, dos arautos destes últimos, chamados precursores. Os capítulos de exposição das ideias, precedidos por um ou mais capítulos onde se dava um quadro histórico da época em que o autor viveu e pensou, era uma

tentativa, muito louvável, de procurar, nas relações do autor com a vida do seu tempo, a *necessidade* destas ideias, numa tentativa de afastamento do *contingente*, do arbitrário, que está sempre ligado ao que é *individual* na explicação histórica. Mas, nesta tentativa, que vemos nós? Emile Bréhier e outros, davam-nos a biografia do filósofo ou do homem da ciência. Agora, acrescentamos capítulos sobre a época, os quais à boa maneira antiga, acabam por constituir um corpo à parte, não tendo nada que ver com aqueles onde se podem ler as exposições das ideias (26). Feitas bem as contas, não estamos longe do tempo em que o clássico filósofo marxista Plékhanov, no seu bem conhecido livro sobre *A Arte e a Vida Social*, pretendia explicar tal fenómeno artístico pela infra-estrutura económica e social... (27).

Esta história social do pensamento não deixava de ser uma história idealista, uma história em que o anacronismo tinha campo livre. Víamos o cume da montanha (quando muito um pouco da encosta — os precursores), mas a planície, os vales mais recônditos eram ignorados. A história profunda não existia.

Henri Lefebvre publica o seu *Descartes* em 1947. Ora, em 1947, muito poucos se tinham dado conta de um livro publicado em 1942, livro aliás muito citado, muito pouco lido, e ainda menos compreendido... Trata-se de um livro que representa uma verdadeira revolução nos métodos da *História do Pensamento: Le problème de l'incroyance au XVI siècle (La religion de Rabelais)*, de Lucien Febvre (28).

A *História do Pensamento* terá a possibilidade de deixar de ser a história *événementielle* por excelência. Ela terá doravante o privilégio de poder deslocar-se nos tempos históricos que Fernand Braudel nos ia dar a conhecer em 1949 (29). Ao problema de saber se Rabelais teria sido ateu, Lucien Febvre substitui o problema de saber se o ateísmo era possível no século XVI. E com esta mudança, esta viragem, coloca o problema noutro tempo histórico. À história *événementielle*, à história de um acontecimento, substitui a *história estrutural*, estudando a estrutura mental de uma época, fazendo o estudo do que ele chama a

utensilagem mental de uma época. Procura no ângulo cultural a medida desta época, deste século XVI. A medida de um século que nos dá o império desse século sobre as vagas que se agitam à superfície. Os homens são o que podem ser, pensam o que podem pensar, são livres na medida do século, podemos mesmo dizer que fazem a sua própria história, mas não esqueçamos: na medida do século, ou, se quiserem, nas condições dadas e herdadas do passado... (30). Fernand Braudel falou-nos muitas vezes nestas prisões de longa duração... (31).

Abramos um parêntese. A juventude deste livro extraordinário está no facto de que as principais críticas que se fazem agora ao método estruturalista podem aplicar-se à obra de Lucien Febvre. Os estruturalistas são acusados de serem os eleitos do nosso tempo (32). Poderíamos dizer outro tanto de Lucien Febvre. Na verdade Lucien Febvre dá-nos o quadro mental em que o ateísmo é impensável, mas todos nós sabemos que um dia os primeiros ateus vão surgir. Não nos explica como surgiu o novo quadro mental que permitirá o ateísmo. Como se passa de uma estrutura mental que não permite o ateísmo para uma estrutura mental que o permite? O livro de Lucien Febvre dá-nos uma estática, mas não nos dá a dinâmica.

Os estruturalistas são também acusados de ignorarem, ou de matarem, o homem (33). Ora, Lucien Febvre, na medida em que faz desaparecer Rabelais do centro da sua obra para estudar e estabelecer a utensilagem mental de uma época, cai sob a alçada das mesmas acusações que são feitas às mais recentes obras estruturalistas. Fechemos o parêntese e voltemos ao assunto (34).

História social do pensamento, sim. Mas não nos esqueçamos de colocar a chamada *superestrutura* num tempo de *história estrutural*. Não fiquemos nas vagas que se agitam à superfície, sabendo como sabemos que precisamente estas vagas só são explicáveis se compreendermos o processo subterrâneo, silencioso, que as permite ou as provoca. Entre a estrutura económico-social e os sistemas de ideias que nascem nesta estrutura há toda uma utensilagem mental que

permite ou não permite o desenvolvimento dos sistemas de ideias. As ideias não se vêm directamente ao espelho da realidade económica e social. A realidade é muito mais complexa. A estrutura económica e social faz nascer uma certa utensilagem mental e é esta que permitirá ou não as maneiras de pensar.

O novo método criado por Lucien Febvre, no seu livro revolucionário, leva-nos, ainda que provisoriamente, a pôr de lado o acontecimento, as vagas que se agitam à superfície, para mergulharmos em algo de mais profundo, naquilo que finalmente é a condição de explicação do acontecimento. Procuremos, pois, a utensilagem mental de uma época e dos grupos sociais e profissionais que a compõem, façamos a história dos conceitos, ou mesmo a pré-história dos conceitos-chave, dos conceitos-base, que estão na raiz das filosofias ou dos sistemas de ideias. Os grandes homens, os grandes pensadores, os grandes filósofos, os grandes homens de ciência, não são mais do que os pontos de ruptura de todo um lento processo, subterrâneo, silencioso — aqueles a que chamamos os precursores eram já deles os arautos.

Todo o sistema de ideias, todo o sistema filosófico, toda a descoberta científica, tem uma pré-história, que constitui a sua autêntica história profunda. E para pôr de pé esta história profunda, não existe apenas o texto ou o testemunho especificamente filosófico ou científico, mas todo o testemunho, qualquer que seja a sua natureza, qualquer que seja o seu género. Da mesma maneira que a nova *História Económica*, a nova *História Social*, talvez em dia próximo a nova *História Política*, ultrapassaram a meia dúzia de documentos significativos sobre os quais eram construídas por necessidade de uma documentação de massa, para a qual os métodos estatísticos são indispensáveis, da mesma maneira a nova *História do Pensamento*, a nova *História da Filosofia*, a nova *História da Ciência*, terão necessidade de uma documentação de massa, para a qual os métodos estatísticos não serão menos indispensáveis. O tempo em que a *História do Pensamento* era feita com alguns volumes das *Obras Completas* de um autor qualquer, está ultrapassado.

Esforçamo-nos por atingir os mesmos objectivos que Lucien Goldmann, embora não pelas mesmas vias, quando ele escrevia a propósito do «estudo científico da vida cultural»: «[...] trata-se [...] de uma mutação *radical*, semelhante àquelas que outrora permitiram a constituição das ciências positivas da natureza. O que é que parecia, com efeito, mais absurdo do que afirmar a rotação da terra, ou o princípio da inércia, quando toda a gente podia certificar-se por uma experiência imediata e incontestável que a terra não se move, e que nunca uma pedra que se atira continua indefinidamente a sua trajectória? Que parecerá hoje mais absurdo do que a afirmação segundo a qual os verdadeiros agentes da criação cultural são os grupos sociais e não os indivíduos isolados quando uma experiência imediata e aparentemente incontestável nos diz que toda a obra cultural — literária, artística ou filosófica — tem um indivíduo como autor?» (35).

Também Louis Althusser, ainda há pouco, escreveu: «Se tomarmos a sério o que nos diz Marx sobre a dialéctica real da história, não são os *homens* que fazem a história, ainda que a sua dialéctica seja neles realizada e na sua prática, mas as massas nas relações da luta de classes. Isto para a história política, a história geral. Para a história das ciências, tudo se passa da mesma maneira. Não são os indivíduos que fazem a história das ciências, ainda que a sua dialéctica seja neles realizada, e na sua prática. Os indivíduos empíricos conhecidos por ter feito tal ou tal descoberta realizam, na sua prática, *relações* e uma *conjunção* que os *ultrapassam*.» (36)

É esta a razão por que não é tão invulgar que dois ou mais cientistas em partes diversas do Mundo, sem conhecimento um do outro, ou uns dos outros, cheguem às vezes aos mesmos resultados, e nas mesmas datas, ou em datas próximas. A maturação anónima dos conceitos por todo um povo na sua *praxis* diária, como que subterrânea, inconsciente, leva à ruptura, à revolução e o processo social escolhe, no momento, o homem ou os homens mais aptos a darem vazão, realização, a este imperativo social. Os Galileus não são livres. A vaga subterrânea é tão forte que os obriga, às vezes, até a serem heróis e mártires...

Para chegar a esta história profunda, subterrânea, inconsciente, anónima, do pensamento, para chegar a esta verdadeira história social do pensamento, esta história na qual as personagens são os conceitos, escolhemos um campo de trabalho. Pareceu-nos que as origens do pensamento moderno, que têm como acontecimento marcante a ruptura iniciada por Galileu e Descartes, era um terreno ideal para esta «experiência»... Estamos longe da estranheza do que está muito afastado de nós, e não estamos ainda perante a complexidade de pensamentos demasiado próximos de nós ⁽³⁷⁾. Procurámos pois o que era menos complexo, sem no entanto nos ser estranho. Assim, a ruptura iniciada por Galileu e Descartes, o nascimento da física clássica, a física quantitativa e experimental...

Uma vez escolhido o campo de ensaio, faltava escolher o objecto de estudo. Ora este objecto de estudo são os conceitos sem os quais o nascimento da física clássica não teria sido possível. Qual é pois a base, ou as bases, desta revolução científica, filosófica, mental...? Podem existir outros conceitos que sustentem todo o edifício, mas parece-nos que devemos ater-nos de

maneira primordial a dois conceitos-chave: a *matematização do real*, e a *experiência*... ⁽³⁸⁾.

Um dos indícios mais importantes da passagem de uma mentalidade qualitativa a uma mentalidade quantitativa é a mudança da utensilagem aritmética. E foi por esta razão que estudámos a *introdução e a difusão dos algarismos árabes*, entre o século XI e a segunda metade do século XVI ⁽³⁹⁾.

E como complemento, estudámos também a noção, o conceito, de *experiência*, entre o século XI e o final do século XVI ⁽⁴⁰⁾.

O nosso campo de ensaio é forçosamente Portugal, ainda que este seja um campo de ensaio infeliz... Galileu não nasceu, não viveu, em Portugal, e isto não se deu por acaso... Descartes também não. Portugal teve os descobrimentos marítimos, os grandes descobrimentos, é verdade. Mas a decadência e o Santo Ofício destroem, a partir de meados do século XVI, todo um processo que prometia ir longe. Portugal foi uma promessa não cumprida... ⁽⁴¹⁾. Assim, o nosso trabalho terá talvez o valor de uma primeira «experiência»... que poderá eventualmente ser seguida, devidamente corrigida e aperfeiçoada ⁽⁴²⁾.

Por uma nova história do pensamento

Joaquim Barradas de Carvalho

notas

(1) Sobre a «curta» e a «longa» durações, sobre os «tempos históricos», ver de Fernand Braudel: *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Epoque de Philippe II*, A. Colin, Paris, 1949. Segunda edição revista e aumentada, A. Colin, 2 Volumes, Paris, 1966; *Ecrits sur l'Histoire*, Flammarion, Paris, 1969; entrevista a *L'Express*, n.º 1063, de 22-28 de Novembro de 1971 (Tradução para a língua portuguesa no *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5-6 de Dezembro de 1971, e na *Revista de História*, n.º 93, São Paulo, 1973). Ver ainda: Hans-Dieter Mann, Lucien Febvre — *La pensée vivante d'un historien* —, *Cahiers des Annales*, A. Colin, Paris, 1971, pp. 57-59.

(2) *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Epoque de Philippe II*, A. Colin, Paris, 1949. Segunda edição revista e aumentada, A. Colin, 2 volumes, Paris, 1966.

(3) *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII^e siècle*, 2 volumes, Paris, 1933; *La Crise de l'Economie Française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution*, Paris, 1944. Ver também: *Comment naissent les Révolutions?*, in *Actes du Congrès de la Révolution de 1848*, Paris, 1948.

(4) Por exemplo: *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*, Paris, 1931; *La Société Féodale*, Paris, 1940. — Ver sobre a historiografia francesa contemporânea o excelente estudo de Jean Glénisson: *La Recherche Historique en France de 1940 à 1965*, ed. do C. N. R. S., Paris, 1965.

(5) Uma teoria marxista mal compreendida? Um Marxismo mal compreendido? Seria preciso ver o que o próprio Marx nos dá n'As *Lutas de Classes em França (1848-1850)*, n'Os 18 do *Brumário de Luís Bonaparte*, e n'A *Guerra Civil em França (1871)*. A *História Política* de Marx está de acordo com o Marxismo de Marx? Ou é o próprio Marx que na prática da ciência histórica não leva até ao fim as consequências do seu próprio pensamento? — Depois de ter feito a redacção desta nota, lemos num artigo de Pierre Vilar (*Histoire Marxiste, histoire en construction*, in *Annales* (E. S. C.), n.º 1, Janeiro-Fevereiro de 1973; ou o mesmo artigo in *Faire de l'Histoire*, sob a direcção de Jacques Le Goff e Pierre Nora, Ed. Gallimard, Volume I, Paris, 1974, pp. 169-209): «[...] o protótipo do historiador marxista será o próprio Marx? Todos sabemos que Marx se divertia a dizer: não sou marxista. Mas isto não quer dizer que não seja perigoso dar lições de marxismo a Marx. É difícil de imaginar que este, se na realidade fez obra de historiador, se tenha mal conformado às normas do seu pensamento». E um pouco mais adiante: «Ouso pedir, na condição que me entendam bem,

que cessemos de procurar demasiado exclusivamente Marx historiador, como o fazemos correntemente e sobretudo em França, nas *Lutas de classes em França*, no 18 do *Brumário*, e n'A *Guerra Civil*» (pp. 171-172). Apesar da grande admiração que tenho por um dos maiores historiadores do nosso tempo, pergunto-me se tem razão, ou se na verdade o Marx teórico acompanha o Marx historiador da *vida política*. De acordo que não deixa de ser perigoso dar lições de Marxismo a Marx, mas penso entretanto que não é impossível fazê-lo...

(6) *Histoire Economique et Economie Politique*, in *Revista de Economia*, Lisboa, 1951, ou, in *Ensaio-III — Sobre Teoria da História e Historiografia - 4*, Lisboa, 1971, p. 158.

(7) *Le XVI^e Siècle Européen-Aspects Economiques*, Nouvelle Clio, P. U. F., Paris, 1966, p. 100.

(8) Ver, como um indício muito importante: *L'Histoire Sociale — Sources et Méthodes*, P. U. F., Paris, 1967.

(9) «[...] a ciência política tão lenta a tornar-se científica» (Fernand Braudel, *Ecrits sur l'Histoire*, Flammarion, Paris, 1969, p. 7). — Ver, como um exemplo bem actual, no que diz respeito à História Política: Wolfgang J. Mommsen, *L'Histoire Politique en Crise*, in *L'Historien entre l'Ethnologue et le Futurologue*, Ed. Mouton, Paris — La Haye, 1972, pp. 163-196.

(10) Ignace Meyerson, *Les fonctions psychologiques et les oeuvres*, Paris, 1938. Lucien Febvre, *Une vue d'ensemble. Histoire et Psychologie*, in *Encyclopédie Française*, Tomo VIII, 1938; *Comment reconstituer la vie affective d'autrefois? La sensibilité et l'histoire*, in *Annales d'Histoire Sociale*, III, 1941. Estes dois artigos foram reeditados in *Combats pour l'Histoire*, A. Colin, Paris, 2.ª edição, 1965. — Ver sobre a obra clássica de Ignace Meyerson: Maurice Reuchlin, *Histoire de la Psychologie*, Col. Que sais-je?, P. U. F., Paris, 1963, pp. 121-122. — Não esqueçamos, mais recentemente, os estudos de Robert Mandrou (por exemplo: *Introduction à la France Moderne (1500-1640) — Essai de Psychologie Historique*, L'Evolution de l'Humanité, ed. Albin Michel, Paris, 1961) e de Georges Duby (por exemplo: *Histoire des Mentalités*, in *L'Histoire et ses Méthodes*, Encyclopédie de la Pléiade, Volume publicado sob a direcção de Charles Samaran, Paris, 1961, pp. 937-966).

(11) Neste parágrafo acabamos de escrever «Mesmo a *História das Ciências?*», identificando, apesar da palavra «Mesmo», a *História das Ciências* à *História do Pensamento* em geral, à *História das Ideias* de qualquer natureza que sejam, à *História da Filosofia*, enfim, identificando, apesar da palavra «Mesmo», a *História das Ciências* às

superestruturas, às verdadeiras superestruturas. Ora, como nós estamos longe do tempo em que havia uma «Ciência burguesa» e uma «Ciência proletária», não corremos o risco de ser tratados de «reaccionário idealista» dizendo que a *Ciência* não é uma superestrutura, pelo menos num sentido absoluto. Já Staline (J. Staline, *Le Marxisme et les Problèmes de Linguistique*, Edições em Línguas Estrangeiras, Pequim, 1974) escrevia: «A língua [...], difere radicalmente da superestrutura. Vejamos, por exemplo, a sociedade russa. No decurso dos trinta últimos anos, a antiga base, a base capitalista, foi liquidada na Rússia, e foi construída uma nova base, socialista. Em consequência, a superestrutura da base capitalista foi liquidada, e foi criada uma nova superestrutura correspondente à base socialista. Às antigas instituições políticas, jurídicas e outras substituíram-se instituições novas, socialistas. Mas apesar disso, a língua russa ficou, no essencial, o que ela era antes da Revolução de Outubro» (p. 2); «No que diz respeito ao fundo essencial do vocabulário e ao sistema gramatical da língua russa, que constituem dela o fundamento, longe de terem sido liquidados e substituídos, depois da liquidação da base capitalista, por um novo fundo essencial do vocabulário e um novo sistema gramatical da língua, conservaram-se, pelo contrário, intactos e sobreviveram sem nenhuma modificação séria; conservaram-se precisamente como fundamento da língua russa de hoje» (p. 3); «A língua [...] difere radicalmente da superestrutura. A língua é obra não de tal ou tal base, velha ou nova, no seio de uma sociedade dada, mas de toda a marcha da história da sociedade e da história das bases no decurso dos séculos. A língua é obra, não de uma qualquer classe, mas de toda a sociedade, de todas as classes da sociedade, dos esforços de gerações e gerações. A língua surgiu para as necessidades não de uma qualquer classe, mas para as necessidades de toda a sociedade, de todas as classes da sociedade» (pp. 3-4); «[...] a língua, que difere por princípio da superestrutura, não se distingue dos instrumentos de produção, das máquinas por exemplo, que, indiferentes relativamente às classes sociais, tal como a língua, podem servir igualmente o regime capitalista e o regime socialista» (p. 5). — Para a *Ciência*, lembramos as últimas linhas do artigo sobre a palavra *Ciência* no *Dicionário Filosófico* de M. M. Rosental e P. F. Iudin (Ediciones Pueblos Unidos, Montevideo, s/d): «A *Ciência*, ao aproximar-se da produção no processo que conduz ao estabelecimento da base material e técnica do comunismo, converte-se numa força produtiva directa da sociedade» (p. 65). — Ver ainda sobre este assunto: Friedrich Engels, *Lettre à Joseph Bloch*, in Marx-

-Engels, *Etudes Philosophiques*, Nova edição revista e aumentada, Introdução de Guy Besse, Edições Sociais, Paris, 1974, pp. 238-241; Friedrich Engels, *Lettre à W. Borgius*, in Marx-Engels, *Etudes Philosophiques*, Nova edição revista e aumentada, Introdução de Guy Besse, Edições Sociais, Paris, 1974, pp. 252-255 (Trata-se da carta que até esta última edição dos *Textes Philosophiques* era publicada como sendo destinada a Heinz Starkenburg); Pierre Masset, *Les 50 mots-clés du marxisme*, éd. Privat, Toulouse, 1970, pp. 87-90, 90-93, 155-160. — Para terminar, permito-me citar, sobre este assunto, palavras nossas, que podem ver-se na parte final do nosso estudo *Sur l'Introduction et la Diffusion des Chiffres Arabes au Portugal*, in *Bulletin des Etudes Portugaises*..., Tomo XX, 1958: «Não é certamente por acaso que os primeiros algarismos árabes surgem com o Infante D. Pedro, este representante das classes urbanas que as camadas populares levaram à regência do Reino num momento de crise política e social da vida portuguesa. Não é certamente por acaso se os primeiros textos portugueses em que os algarismos árabes atingem altas percentagens são obra de homens ligados às navegações e à vida comercial, como os alemães Martin Behaim, Hans Mayr e Valentim Fernandes, E ainda, se o primeiro autor nascido e educado em Portugal que emprega mais árabes que luso-romanos é Duarte Pacheco Pereira, nobre e servidor da realeza, mas cujo género de vida, a profissão de navegador e de técnico da navegação, o ligam a actividades que são como que a mola propulsora da burguesia nascente. E enfim, se os algarismos árabes se difundiram largamente apenas no meio cultural dos navegadores, dos comerciantes ligados às navegações e dos homens de ciência — sabendo-se que a obra destes era quase inteiramente baseada na experiência e nas observações adquiridas no decurso dos descobrimentos marítimos e das navegações. Uma nova cultura surgia, que não era mais tradicional mesmo quando era oficial. O comércio, as navegações, a ciência moderna, avançavam por vias paralelas, impondo géneros de vida, profissões, um clima económico, social e cultural ao qual mesmo a nobreza não podia escapar e que era o clima da burguesia ascendente. A introdução e a difusão dos algarismos árabes em Portugal dá-se no meio cultural de grupos profissionais directamente ligados ao desabrochar e aos progressos de uma classe social. É o que vemos no fim do século XV e durante o século XVI. O século XVII verá a sua divulgação em todos os grupos profissionais, e em todas as classes sociais. Tanto quanto a utensilagem mental, os conceitos, as categorias às quais ela faz apelo, a ciência não é uma superestrutura. Ela pode ter a sua

notas

origem e o seu primeiro desenvolvimento nas actividades e nas reflexões de uma classe social, mas não tarda a impor-se gradualmente a toda a sociedade...».

(12) Ver o nosso livro: *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, Lisboa, 1949, pp. 67-89, 145-179, ou 2.^a edição, Lisboa, 1971, pp. 65-83, 133-161; ver também o nosso artigo: *Para uma bibliografia crítica de Alexandre Herculano* (António José Saraiva: *Herculano e o Liberalismo em Portugal — Os problemas culturais e morais da instauração do regime — 1814-1850*), in *Revista de História*, n.º 69, São Paulo, 1967, pp. 239-243.

(13) Condorcet, *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*, ed. J. Vrin, Paris, 1970, p. 200. — Ver também Joseph Hours: *Valeur de l'Histoire*, P. U. F., Paris, 1963, p. 36.

(14) «[...] as circunstâncias sociais, económicas, industriais, [...]» (Sinal dos tempos...). O texto de Michelet é citado segundo Philippe Wolff: *L'étude des économies et des sociétés avant l'ère statistique*, in *L'Histoire et ses Méthodes*, volume publicado sob a direcção de Charles Samaran, Encyclopédie de la Pléiade, Paris, 1961, p. 847.

(15) *Dix ans d'études historiques*, 4.^a edição, Paris, 1842, p. 347.

(16) «... as relações das propriedades». (Karl Marx falar-nos-á um pouco mais tarde das «relações de produção...»). Ver o texto de Guizot nos *Essais sur l'histoire de France*, 5.^a edição, Paris, 1853, p. 61. — Ver outros textos de Thierry e Guizot, no meu livro: *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, Lisboa, 1949, pp. 145-179, ou, 2.^a edição, Lisboa, 1971, pp. 133-161. — Ver ainda, outros textos de Michelet, Thierry e Guizot, em: Jean Ehrard e Guy Palmade, *L'Histoire*, Colecção U, Armand Colin, Paris, 1964.

(17) «Ora, mais ou menos pela mesma época, nestas disciplinas a que chamamos história das ideias, das ciências, da filosofia, do pensamento, da literatura também (a sua especificidade pode ser desprezada por um instante), nestas disciplinas que, apesar do seu título, escapam em grande parte ao trabalho do historiador e aos seus métodos, a atenção deslocou-se (...) das vastas unidades que se descreviam como épocas ou séculos para fenómenos de ruptura». Estas palavras são de Michel Foucault, *L'archéologie du savoir*, ed. Gallimard, Paris, 1969, p. 10. — O nosso relativo optimismo tem como base o facto de que a *História Política* não escapa ao trabalho do historiador e aos seus métodos... — Já o mesmo não poderemos dizer da *História da Filosofia* e da *História da Ciência ou das Ciências*.

Vejamos aquilo a que poderemos chamar «o beco sem saída» da *História da Filosofia* e da *História da Ciência*. — O beco sem saída da *História da Filosofia* está estreitamente ligado, parece-nos, à existência e à maneira de existir dos Departamentos de Filosofia das Universidades. A *Filosofia* é, tem sido, através de toda a sua história, desde Platão a Aristóteles, a Galileu, a Descartes, chegando a Marx com o *materialismo histórico* e o *materialismo dialéctico*, uma extrapolação de um qualquer domínio científico. Ora a *tragédia* dos Departamentos de Filosofia das Universidades é que a sua população docente e discente não tem os pés assentes em nenhum domínio científico. E então, sem saberem que fazer, caem fatalmente na *História da Filosofia*, com o gravíssimo senão de não saberem o que é *História*... — Agora o caso da *História da Ciência*. Todos sabemos que normalmente o historiador não tem a preparação científica que lhe permita dominar, por exemplo, a Física Einsteiniana. É esta a razão porque os Historiadores da *Ciência Contemporânea* são sempre cientistas, físicos, matemáticos, etc., reformados nos seus respectivos domínios. Físicos, matemáticos, etc., que já fizeram tudo nos seus respectivos domínios, e que, não tendo mais nada para fazer, caem, aposentados... na *História da Ciência*. Os exemplos não faltam. Entretanto, tal como os historiadores da Filosofia, também com o gravíssimo senão de não saberem o que é *História*... É o caso da *História da Ciência Contemporânea*. — Com a *História da Ciência Antiga e Medieval* algo de semelhante acontece. O Grego e o Latim são indispensáveis. As chamadas Técnicas Auxiliares da História não são menos indispensáveis, e o resultado é que a *História da Ciência* destas épocas tem fatalmente como Historiadores óptimos eruditos (falam grego, latim, são excepcionais paleógrafos) — um bom exemplo, os *Chartistes* em França. Mas tal como os ditos historiadores dos Departamentos de Filosofia ou os Cientistas aposentados, também não sabem o que é *História*... — Finalmente. Autênticos historiadores a fazerem *História da Ciência* só os encontramos quando o terreno de estudo se situa pelos séculos XV-XVI-XVII.

(18) *Histoire de la Philosophie*, 7.^a edição, Paris, 1967.

(19) Academia de Ciencias de la U. R. S. S., Instituto de Filosofia, *Historia de la Filosofia (De la Antigüedad a comienzos del siglo XIX)* — I — Bajo la redacción general de M. A. Dynnik, M. T. Iovchuk, B. M. Kedrov, M. B. Nitin y O. V. Trajtenberg, Traducción directa del ruso por Adolfo Sanchez Vasquez, Editorial Grijalbo, Mexico, D. F., 1960. — Lembramos aqui,

a título de curiosidade, o *Compêndio de História da Filosofia* escrito por um grupo de historiadores da Academia das Ciências da U.R.S.S. sob a direcção do Prof. A. V. Shcheglov (Editorial Vitória Lda., Rio de Janeiro, 1945), compêndio de 266 páginas, em que desde a Filosofia Antiga até à Filosofia Contemporânea (ver notas de fim de página) só aparecem citados quatro historiadores da filosofia: Marx, Engels, Lénine, Staline...

(20) *Estética. 1 — Cuestiones previas y de principio*, Traducción castellana de Manuel Sacristán, Ediciones Grijalbo, S. A., Barcelona - Mexico, D. F., 1966, pp. 195-205.

(21) *Francis Bacon*, Londres, 1951.

(22) *Etudes d'histoire de la pensée philosophique*, Cahiers des Annales, A. Colin, Paris, 1962.

(23) Ver a excelente tese de Robert Lenoble: *Mersenne ou la naissance du mécanisme*, ed. Vrin, Paris, 1943. — O tom do meu texto não deve levar o leitor a pensar que subestimo o pensamento de historiadores ou de filósofos do valor de Alexandre Koyré, Lukács, Farrington, Henri Lefebvre, ou que sou demasiado expeditivo com a obra clássica de um Pléchanov (ver mais adiante). Ora, na verdade, estes nomes contam entre aqueles a quem devo a minha formação.

(24) *Descartes*, ed. Hier et Aujourd'hui, Paris, 1947, pp. 7-48.

(25) *Ibid.*, pp. 49-309.

(26) Este facto lembra-nos as palavras de Fernand Braudel no *Prefácio de La Méditerranée...* (ou in *Ecrits sur l'Histoire*, Flammarion, Paris, 1969, p. 11) sobre «estas tradicionais introduções geográficas à história, inutilmente colocadas no limiar de tantos livros, com as suas paisagens minerais, os seus trabalhos e as suas flores que mostramos rapidamente e de que em seguida não se faz mais questão, como se as flores não voltassem a cada Primavera, como se os navios não tivessem que navegar num mar real, que muda com as estações»; ou as palavras de Robert Mandrou a propósito da história literária: «o chapéu que evoca em dois parágrafos o contexto social e político em muitas histórias da literatura, não tem grande sentido, porque não dá, do clima da época, tudo o que é necessário à inteligência das obras e do seu sucesso; nem sequer evita as simplificações abusivas ou as asneiras provenientes de uma informação demasiado curta, ...» (*Histoire Littéraire et Histoire Culturelle*, in *Revue d'Histoire Littéraire de la France*, A. Colin, Setembro-Dezembro de 1970, n.º 5-6, pp. 868-869).

(27) *Cartas sin Dirección — El Arte y la Vida Social*, Ediciones en Lenguas Extranjeras, Moscú.

(28) *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle (La religion de Rabelais)*, L'Evolution de l'Humanité, Editions Albin Michel, Edition revue, Paris, 1961. Este livro revolucionário, é-o pela sua última parte, *Les limites de l'incroyance au XVI^e siècle*, esta última parte tão criticada por certas conclusões de detalhe... Ver, por exemplo: Henri Lefebvre, *Rabelais*, éd. Hier et Aujourd'hui, Paris, 1955, pp. 9-49; Henri Busson, *Le Rationalisme dans la littérature française de la Renaissance (1533-1601)*, nova edição revista e aumentada, ed. Vrin, Paris, 1957, pp. 7-13... Nós rendemos a maior homenagem aos erros geniais de Lucien Febvre... — Retomamos esta nota, há muito escrita, para lhe acrescentar as recentes palavras de Antoine Casanova e François Hincker (na *Introdução* do livro publicado pelas Editions Sociales, *Aujourd'hui l'Histoire*, 1974, p. 8): «A história francesa, com a escola dos *Annales*, soube, desde o final dos anos 1920, bem antes das marés sociológicas, psicológicas e linguísticas, pre-conizar a abertura da história para o conjunto daquilo a que ainda não chamávamos as ciências humanas, e a utilização de todas as fontes com o objectivo de uma história total. Que se releiam, por exemplo, as colectâneas de textos teóricos de Lucien Febvre (*Pour une histoire à part entière*, Paris, Sevpén, 1962; *Combats pour l'histoire*, Paris, Colin, 1965). Muito tempo isolados, os eminentes pioneiros desta escola obtiveram depois da sua morte, desde há uma quinzena de anos, uma vitória total. Não se pratica mais hoje; pelo menos ao nível do ensino superior e da investigação, a história historizante (descritiva, eletista, estreitamente *événementielle*). O tempo faz o seu trabalho, e nós estamos felizmente entre aqueles que — através de muitos dissabores... — se alegram... Mais uma vez a inteligência, a verdade, saiem vencedoras... Mas... mas... o nome de Fernand Braudel está ainda ausente nesta *Introduction*.

(29) *La Méditerranée...*, Préface: *Ecrits sur l'Histoire*, pp. 11-13, 41-85 (*Histoire et Sciences Sociales — La longue durée*), Flammarion, Paris, 1969.

(30) Para a expressão «a medida do século», ver Fernand Braudel nas obras citadas. — Para a expressão «nas condições dadas e herdadas do passado», ver Karl Marx, *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*, Ed. Sociales, Paris, 1971, p. 15: «Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições por eles escolhidas, mas em condições directamente dadas e herdadas do passado.»

(31) Ver as obras citadas na nota 29.

(32) Ver, por exemplo, Henri Lefebvre, *Positions — Contre les Technocrates*, Ed. Gonthier, Paris, 1967.

notas

Ver também a entrevista citada na próxima nota.

(³³) Ver, por exemplo: *Jean-Paul Sartre répond*, dans *L'Arc*, Trentième Cahier, Paris, 1966, pp. 87-96.

(³⁴) Para além de *L'archéologie du savoir* de Michel Foucault (Ed. Gallimard, Paris, 1969), ver deste mesmo autor: *Folie et Déraison — Histoire de la Folie à l'âge classique*, Ed. Plon, Paris, 1961; *Naissance de la Clinique — Une archeologie du regard médical*, P. U. F., Paris, 1963; *Les mots et les choses*, Ed. Gallimard, Paris, 1966. — Ver ainda: Hans-Dieter Mann, *Lucien Febvre — La pensée vivante d'un historien*, Cahiers des Annales, A. Colin, Paris, 1971 (especialmente pp. 137-149: *Lucien Febvre et le structuralisme*).

(³⁵) *Pour une sociologie du roman*, Ed. Gallimard, Paris, 1964, p. 11. — Ver, ainda do mesmo autor: *Le Dieu Caché — Etude sur la vision tragique dans les «Pensées» de Pascal et dans le théâtre de Racine*, Ed. Gallimard, Paris, 1955; *Recherches Dialectiques*, Ed. Gallimard, Paris, 1959; *Marxisme et Sciences Humaines*, Col. Idées, NRF, Gallimard, Paris, 1970.

(³⁶) *Lénine et la philosophie suivi de Marx et Lénine devant Hegel*, Ed. Maspero, Paris, 1972, p. 55. — Ver ainda de Louis Althusser: *Pour Marx*, Ed. Maspero, Paris, 1966; *Aos Leitores Brasileiros*, in *Revista Civilização Brasileira*, n.º 16, Novembro-Dezembro de 1967; *Marxismo, Ciência e Ideologia*, Ed. Sinal, São Paulo, 1967.

(³⁷) Sócrates pensava que... Eis a maneira comum pela qual são expostos pensamentos muito afastados de nós. O expositor incapaz de incorporar o pensamento a expor, incapaz de o tornar seu. — Em contrapartida encontramos também a dificuldade oposta: a dificuldade de detectar, determinar os conceitos-chave na complexidade de pensamentos demasiado próximos de nós. Quer-nos parecer, por exemplo, que o ensaio falhado de Lucien Golmann em *Pour une sociologie du roman* deve-se, para além de que ele não era historiador, o que é muito importante, senão decisivo, ainda ao facto de que o objecto do seu estudo foi a obra de André Malraux.

(³⁸) Lembramos os seguintes textos de Alexandre Koyré: «É este aspecto da revolução científica do século XVII, a história da destruição do Cosmos e da infinitização do Universo que vou tentar apresentar; pelo menos traçar as grandes linhas do seu desenvolvimento. A história completa e detalhada deste processo seria muito longa, muito complicada e muito complexa. Deveria abraçar a história da nova astronomia na sua passagem do geo ao heliocentrismo e nos seus progressos técnicos de Copérnico a Newton, assim como a da nova física na sua perseguição contante e consistente da matematização da natureza e a sua não menos constante

e não menos consistente, valorização da experiência e da experimentação» (*Du monde clos à l'univers infini*, P. U. F., Paris, 1962, pp. 3-4); «Galileu surge-nos ao mesmo tempo como o homem que, um dos primeiros, compreendeu de maneira muito precisa a natureza e o papel da experiência na ciência. Galileu sabe que a experiência — ou se posso permitir-me empregar a palavra latina *experimentum* para a opor justamente à experiência comum, à experiência que não é mais do que observação — que o *experimentum* se prepara, que o *experimentum* é uma questão posta à natureza, uma questão posta numa linguagem muito especial, na linguagem geométrica e matemática; ele sabe que não basta observar o que é, o que se apresenta naturalmente aos olhos, que é preciso saber formular a questão e que é preciso, além do mais, saber decifrar e compreender a resposta, isto é, aplicar à *experimentum* as leis estritas da medida e da interpretação matemática» (*L'apport scientifique de la Renaissance*, in *Etudes de l'Histoire de la Pensée Scientifique*, P. U. F., Paris, 1966, pp. 46-47); «... a observação e a experiência — isto é, a observação e a experiência brutas, as do senso comum — não tiveram senão um papel pouco importante na edificação da ciência moderna. Poderíamos mesmo dizer que elas constituíram os principais obstáculos que a ciência encontrou no seu caminho. Não foi a *experiência*, mas sim a experimentação que deu origem ao seu crescimento e favoreceu a sua vitória: o empirismo da ciência moderna não repousa na experiência, mas sim na experimentação» (*Une Expérience de Mesure*, in *Etudes de l'Histoire de la Pensée Scientifique*, P. U. F., Paris, 1966, p. 254).

(³⁹) Ver o nosso estudo: *Sur l'introduction et la diffusion des chiffres arabes au Portugal*, in *Bulletin des Etudes Portugaises*..., Tomo XX, 1958. — Ver ainda este mesmo estudo, corrigido e aumentado: *A la recherche de la spécificité de la Renaissance portugaise — L'«Esmeraldo de situ orbis» de Duarte Pacheco Pereira et la littérature portugaise de voyages à l'époque des grandes découvertes — Contribution à l'étude des origines de la pensée moderne*. VI. *Le Portugal et les origines de la pensée moderne (Pour l'étude de la pré-histoire de la pensée scientifique moderne)*. 2. *Pour une pré-histoire de la mathématisation du réel*. a. *Sur l'introduction et la diffusion des chiffres arabes au Portugal (1055-1566)*.

(⁴⁰) Ver no nosso estudo acima indicado, no prelo: VI. *Le Portugal et les origines de la pensée moderne (Pour l'étude de la pré-histoire de la pensée scientifique moderne)*. 3. *Pour une pré-histoire de l'«expérience*

científica», de l'«experimentación». a. Sur la notion d'«expérience» au Portugal (1055-1580).

(41) «O espírito português do Quinhentismo — foi promessa que se não cumpriu» (António Sérgio, *O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal*, in *Ensaio*, Tomo II, Clássicos Sá da Costa, Lisboa, s/d. — Além dos estudos já citados, ver: Aldo Mieli, *Lionardo da Vinci*, IV — Panorama General de História de la Ciencia, Espasa-Calpe, S. A., Madrid, 1950; Aldo Mieli, *La Eclosión del Renacimiento*, III — Panorama General de Historia de la Ciencia, Espasa-Calpe, S. A., Buenos Aires, 1951; Aldo Mieli, *La Ciencia del Renacimiento*, Panorama General de Historia de la Ciencia, Espasa-Calpe, S. A., V-VI, Buenos Aires, 1952; B. Farrington, *La Science dans l'Antiquité*, Payot, Paris, s/d; A. C. Crombie, *Histoire des Sciences de Saint Augustin à Galilée (400-1650)*, 2 volumes, P. U. F., Paris, 1959; Maurice Daumas (Sous la direction de), *Histoire de la Science*, Encyclopédie de la Pléiade, Paris, 1957; René Taton (Sous la direction de), *Histoire Générale des Sciences*, Tome I — *La Science Antiquité et Médiévale (des origines à 1450)*, Paris, P. U. F., 1957 (2.^a ed., revista, 1966); René Taton (Sous la direction de), *Histoire Générale des Sciences*, Tome II — *La Science Moderne (de 1450 à 1800)*, Paris, P. U. F., 1958; Guy Beaujouan, *Vision Synoptica de la Ciencia Medieval en Occidente*, Separata del Tomo III, Salvat Editores, S. A., Barcelona - Madrid, s/d; René Huyghe, *L'Art et l'Âme*, Flammarion, Paris, 1960 (ver especialmente: *Un artiste et la pensée de son temps: Léonard de Vinci*, pp. 215-240); Claude Bernard, *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale*, éd. de la Librairie Joseph Gibert, Paris, s/d; Léon Brunschvicg, *L'expérience humaine et la causalité physique*, P. U. F., Paris, 1949; Léon Brunschvicg, *Héritage de mots héritage d'idées*, P. U. F., Paris, 1950; Léon Brunschvicg, *Les âges de l'intelligence*, P. U. F., Paris, 1947; Léon Brunschvicg, *Le progrès de la conscience dans la philosophie occidentale*, P. U. F., 2.^a ed., Paris, 1953; Léon Brunschvicg, *Le rôle du pythagorisme dans l'évolution des idées*, Hermann éd., Paris, 1937; Alexandre Koyré, *Etudes Galiléennes*, ed. Hermann, 3 volumes, Paris, 1939; Alexandre Koyré, *La Révolution Astronomique*, ed. Hermann, Paris, 1961; Gaston Bachelard, *Le nouvel esprit scientifique*, P. U. F., 9.^a ed., Paris, 1966; Gaston Bachelard, *La formation de l'esprit scientifique*, ed. Vrin, 6.^a ed., Paris, 1969; Marcel Boll e Jean-Claude Pagès, *Les étapes de la connaissance*, ed. Hermann, Paris, 1953; André Metz, *Science et Réalité*, ed. S. E. E. S., Paris, 1964; Gabriel Picard, S. J., *Essai sur la connaissance sensible d'après les scolastiques*, ed. Gabriel Beauchesne, Paris,

1926; Emile Callot, *La renaissance des sciences de la vie au XVI siècle*, P. U. F., Paris, 1951; Pierre-Maxime Schuhl, *Pour connaître la pensée de Bacon*, ed. Bordas, Paris, 1949; Raoul Carton, *L'expérience physique chez Roger Bacon*, ed. Vrin, Paris, 1924; Robert Lenoble, *Essai sur la notion d'expérience*, ed. Vrin, Paris, 1943; Louis Bourgey, *Observation et Expérience chez les médecins de la collection hippocratique*, ed. Vrin, Paris, 1953; Louis Bourgey, *Observation et Expérience chez Aristote*, ed. Vrin, Paris, 1955; *Léonard de Vinci et l'expérience scientifique au XVI siècle*, Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique, P. U. F., Paris, 1953; F. Alquié, *L'Expérience*, P. U. F., Paris, 1957; G. Bénézé, *La méthode expérimentale*, P. U. F., Paris, 1954; *Expérience — Connaissance*, textes choisis et présentés par L.-L. Grateloup, ed. Hachette, Paris, 1957; Robert Blanché, *La méthode expérimentale et la philosophie de la physique*, Col. U2, A. Colin, Paris, 1969; A. Virieux-Reymond, *L'Epistémologie*, P. U. F., Paris, 1966; Georges Gusdorf, *De l'Histoire des Sciences à l'Histoire de la Pensée*, Payot, Paris, 1966; Georges Gusdorf, *La Révolution Galiléenne*, Payot, Paris, 1969; François Chatelet (Sous la direction de) (Ferdinand Alquié, J. Bernhardt, J.-M. Beyssade, J.-T. Desanti, R. Pividal, M. Schaub, H. Védrine), *La Philosophie du Monde Nouveau (XVI et XVII siècles)*, ed. Hachette, Paris, 1972.

(42) Geneviève Guitel, numa nota intitulada *Un instrument de civilisation — la pénétration de la numération arabe au Portugal*, in *Annales*, E. S. C., n.º 4, Julho-Agosto de 1962, pp. 836-837, sobre o meu estudo *Sur l'introduction et la diffusion des chiffres arabes au Portugal*, in *Bulletin des Etudes Portugaises*, ..., Tomo XX, 1958, escreve na parte final: «Seria desejável que estudos análogos aos de Barradas de Carvalho fossem empreendidos para a Espanha, a Itália, a França, a Europa Central e a Grã-Bretanha. Poderíamos assim fazer mapas nos quais veríamos a nossa numeração invadir e submergir a velha numeração latina. Sabíamos de que importância tinha sido esta invasão pacífica para o desenvolvimento de ciência ocidental, sabemos agora que ela foi um factor determinante de toda a cultura ocidental.» De facto, parece-nos, sem falsa modéstia, que Geneviève Guitel põe muito bem o problema. A nossa «experiência» poderia ser seguida em toda a Europa, e não somente no que diz respeito à história profunda da matematização do real, mas também no seu complemento necessário, a história profunda da «experiência científica», da «experimentação». Assim, chegaríamos a compreender porquê Galileu, Descartes,

notas

porquê a Itália, a França, ou a Holanda... Assim, chegaríamos a compreender a necessidade desta revolução, «... o passo mais decisivo, decerto, de toda a história do pensar humano...» António Sérgio, *O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal*, in *Ensaios*, Tomo II, Clássicos Sá da Costa, Lisboa, s/d, p. 27. E, para terminar. Teoricamente nada impede que esta «experiência» possa ser retomada para todos os casos longínquos ou próximos, simples ou complexos, que dizem respeito à *História do pensamento*. Teoricamente, e não esquecendo o

trabalho de equipa e os computadores, poderíamos mesmo passar do actual ao futuro, em consequência, à futurologia. (Ver, como um sintoma dos nossos tempos, Daniel Bell, *Futurologie ou Projection du Présent*, in *L'Historien entre l'Ethnologue et le Futurologue*, ed. Mouton, Paris - La Haye, 1972, pp. 73-106). Depois de ter redigido esta nota surgiu o excelente livro de Pierre Chaunu, *De l'Histoire à la Prospective (La méditation du futur c'est la connaissance du présent)*, Ed. Robert Laffont, Paris, 1975.

Une voie de connaissance pour l'histoire de la société portugaise au XVIII^e siècle: les micro-biographies (Sources – Méthode – Étude de cas)

Andrée Mansuy-Diniz Silva

Attachée de recherche au C.N.R.S.

ÉTAT DE L'HISTORIOGRAPHIE

Dans la société et l'économie portugaises de la seconde moitié du XVIII^e siècle, il ne fait pas de doute qu'une place importante doive être réservée à la bourgeoisie d'affaires, et notamment à celle qui, liée ou non au commerce des colonies, put accéder à la noblesse grâce aux privilèges prévus pour les actionnaires fondateurs des grandes compagnies de commerce créées pour le Brésil pendant le règne de D. José I, la *Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão* (1755) et la *Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba* (1759) (1).

Les travaux désormais classiques de Jorge Borges de Macedo et Manuel Nunes Dias ont déjà mis en relief le rôle des puissantes familles des Fermiers du tabac, les Cruz, Bandeira, Quintela, Calvet, Sobral, Braancamp, etc..., que l'on trouve à la tête non seulement du commerce et des grandes affaires, mais encore de l'administration pombaline (2). Et

pourtant, l'historiographie portugaise présente encore un vide qui permettait récemment à A. H. de Oliveira Marques de constater qu'«on a peu fait dans le domaine de l'analyse des groupes bourgeois» de l'époque pombaline (3).

En effet, l'étude de la société portugaise de la seconde moitié du XVIII^e siècle ne saurait se limiter à ce petit groupe de négociants et capitalistes qui monopolisa tant de contrats de ferme, de charges, d'offices et d'affaires. Il ne s'agit là que d'une élite, au-dessous de laquelle existe tout un corps social dont nous ne savons pratiquement rien. Nombreuses sont les questions que nous nous posons encore sur cette société: quelles étaient les structures du monde rural et du monde urbain, les relations entre ces deux mondes, les hiérarchies, les clivages sociaux? quelle était la mobilité sociale? la mobilité géographique? les liens entre l'une et l'autre? en dehors de la concession de lettres de noblesse et des privilèges réservés

aux actionnaires des Compagnies de commerce, quels étaient les processus de l'ascension sociale? etc... Depuis quelques années, plusieurs historiens portugais ont tenté de répondre à quelques-unes d'entre elles, au moins partiellement. Mais leurs publications, si méritoires, brillantes ou suggestives soient-elles ⁽⁴⁾, s'appuient presque uniquement sur des sources secondaires, dont nous ne saurions plus nous satisfaire.

Jusqu'à ce jour, il semble bien qu'aucun dépouillement systématique des archives portugaises n'ait été entrepris en vue d'obtenir des informations sérielles pour cette période si importante dans l'histoire de la société. Indiscutablement, les obstacles aux recherches sont nombreux: en dépit du travail et du dévouement des archivistes, les inventaires des documents conservés dans les archives publiques sont encore insuffisants, faute de moyens en argent et en personnel; par ailleurs, de vastes séries de documents ont été irrémédiablement perdues, notamment à Lisbonne, du fait du mémorable tremblement de terre de 1755. Nous avons néanmoins la conviction que mieux valent des recherches incomplètes que le quasi-néant devant lequel nous sommes actuellement. Les obstacles que nous avons signalés sont loin d'être insurmontables, et il est possible d'exploiter avec profit les divers dépôts d'archives du Portugal et de sa capitale, selon bien des voies et des méthodes de recherche.

Nous nous proposons d'exposer ici les résultats que nous avons obtenus pour une étude ponctuelle — celle d'une famille de l'époque pombaline, les Bezerra. Seixas —, au cours d'une recherche menée aux Archives Nationales de Lisbonne ⁽⁵⁾, puis nous nous efforcerons, grâce à cet exemple, de dégager de nouvelles perspectives pour l'étude de la société portugaise.

L'HYPOTHÈSE DE TRAVAIL

Notre point de départ se trouve dans un recueil de lettres familières qu'un des hommes d'Etat les plus éminents du règne de D. Maria I, D. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares (1755-1812), adressa de Madrid, Turin et Lisbonne, entre 1777 et 1805, à son ami depuis l'enfance, João Paulo Bezerra de Seixas (1757-1817) ⁽⁶⁾.

Gentilhomme de vieille souche, fils d'un célèbre Gouverneur de l'Angola à l'époque pombaline, D. Rodrigo de Souza Coutinho fit de brillantes études de droit à l'Université de Coimbra avant d'être nommé, à l'âge de 23 ans, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à la Cour de Sardaigne (Turin, 1778-1796). Rappelé à Lisbonne pour succéder au Ministre de la Marine et de l'Outre-mer décédé, Martinho de Mello e Castro, il occupa cette charge pendant quatre ans (1796-1801), avant d'être nommé «Président du Trésor Royal» (en fait, Ministre de l'Economie et des Finances, 1801-1804) et, finalement, après une courte période de disgrâce, Ministre de la Guerre et des Affaires Etrangères (1808-1812) à Rio de Janeiro, où il mourut en 1812. Doté d'une forte personnalité, d'une grande curiosité intellectuelle et d'une puissance de travail peu commune, D. Rodrigo fut non seulement un homme des «Lumières», mais encore l'un des ministres les plus remarquables du règne de D. Maria I et du Prince-Régent D. João ⁽⁷⁾.

Quant à João Paulo Bezerra Seixas (ou Bezerra de Seixas, selon les documents), apparemment d'extraction roturière, il est bien loin d'avoir joui d'une notoriété comparable à celle de son ami D. Rodrigo, aussi les dictionnaires biographiques et les encyclopédies ne nous fournissent à son sujet que de maigres informations: né en 1756, licencié en droit à l'Université de Coimbra, il commença une carrière de magistrat en 1790, avec sa nomination d'*Ouvidor* à Vila Rica (Brésil), puis il entra dans la diplomatie: Envoyé extraordinaire aux Etats-Unis d'Amérique (1801), en République Batave (1802-1809) et en Russie (1809-1812), il rejoignit la Cour portugaise à Rio de Janeiro où il mourut en 1817, après avoir exercé pendant quelques mois la charge de Ministre des Finances et, par intérim, celles de Ministre de la Guerre, de la Marine et des Affaires Etrangères ⁽⁸⁾.

Les deux hommes fréquentèrent en même temps l'Université de Coimbra, entre 1772 et 1776 ⁽⁹⁾ et leur amitié jamais démentie «une amitié qui date de notre enfance et ne finira qu'avec nous» ⁽¹⁰⁾ — fut définitivement

scellée à cette époque autour d'un maître commun et révéral, le mathématicien José Anastácio da Cunha qui, avant d'être convaincu de «déisme, tolérance et indifférence religieuse» par l'Inquisition de Coimbra en 1778⁽¹¹⁾, leur ouvrit «la douce carrière de la philosophie et des sciences»⁽¹²⁾.

A une ou deux exceptions près, c'est en français que D. Rodrigo s'adresse à Bezerra, à celui qu'il appelle, selon une formule admirable, «l'ami du premier âge et l'homme avec qui je pensais tout haut»⁽¹³⁾. Les lettres ou billets de D. Rodrigo à Bezerra, écrits au fil de la plume, sans la moindre contrainte, ne constituent malheureusement pas un ensemble parfaitement homogène: il y a des lacunes portant sur plusieurs mois, et même plusieurs années — lettres perdues ou volontairement détruites. Cependant, nous nous trouvons devant un rare et précieux témoignage sur la mentalité, la culture et les préoccupations d'un gentilhomme portugais de la fin de l'Ancien Régime, préoccupations d'ordre professionnel aussi bien que culturel, familial ou personnel. Or pour être gentilhomme on n'en est pas moins homme... et D. Rodrigo ne devait pas échapper aux soucis du commun des mortels, notamment en matière d'argent! C'est ce que nous indique à deux reprises sa correspondance, dans quelques lettres ou courts billets écrits les uns de Lisbonne, en 1782, les autres de Turin, en 1789, c'est-à-dire pendant la période où il était Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire de Sa Majesté Très Fidèle à la Cour de Sardaigne.

En effet, alors que D. Rodrigo se trouvait en congé à Lisbonne, en 1782, nous le voyons se débattre au milieu de difficultés financières consécutives à la succession de son père, décédé deux ans plus tôt: ayant besoin de faire un emprunt et prenant successivement contact avec usuriers, grands négociants capitalistes et représentants de confréries, il demande instamment à Bezerra non seulement d'intervenir en sa faveur auprès des personnes sollicitées, mais encore de «répondre» pour lui et de «signer [son] nom comme garant» devant le notaire.⁽¹⁴⁾ Et en 1789, c'est de Turin qu'une seconde fois il fait appel à son ami: ayant 50 000 cruzades de dettes⁽¹⁵⁾, les unes héritées de son père, dont les services à la Cour n'étaient

pas encore liquidés, les autres entraînées par les avances qu'il était amené à faire pour le service de Sa Majesté Très Fidèle ainsi que par les frais de son prochain mariage avec une jeune fille de la haute noblesse turinoise, Gabriella Asinari di San Marzano, fille du Marquis di San Marzano et de la Princesse della Cisterna, il presse Bezerra d'intervenir auprès du Ministre des Affaires Etrangères, Luís Pinto de Souza (au demeurant, son propre cousin), pour obtenir de la Reine «le remboursement de [ses] frais pour le public, la liquidation des services de [son] père et la permission d'aliéner pour 40 ans 3000 cruzades de revenu annuel, en vue d'un nouvel emprunt qu'il charge expressément Bezerra de contracter pour lui, «de main commune avec M. Quintela», le célèbre négociant et banquier de Lisbonne. «Si votre active et unique amitié me fait réussir le paiement de la Cour et cet arrangement», écrit-il à Bezerra, le 15 juillet 1789, «votre ami vous devra encore une fois sa paix, son repos et sa tranquillité». Et un mois plus tard, le 26 août 1789: «Je m'en vais encores vous supplier de négocier mes affaires, que je confie entièrement entre vos mains [...]. Je me remets entièrement à votre activité qui, seule, peut me procurer une heureuse conclusion». Ainsi mises à l'épreuve, la fidélité et l'efficacité de Bezerra allaient réussir à tirer de ses embarras D. Rodrigo qui, le 26 septembre 1789, remercia son ami en des termes sans équivoque: «Jusqu'au tombeau je reconnaitrai que je vous dois tout et que vous ne me devez rien»⁽¹⁶⁾.

Qu'entre deux amis existât tant de confiance que l'un put s'en remettre à l'autre pour résoudre des problèmes aussi importants et délicats, c'est la preuve d'une pureté de sentiments remarquable, et il n'y a là rien qui doive nous étonner.

Mais que le gentilhomme occupant une haute position dans la société et dans l'administration de l'Etat dût en appeler au crédit et à la fiabilité du jeune roturier n'exerçant encore aucune charge, voilà qui attirera notre attention: il fallait que Bezerra appartînt à une famille d'origine moins obscure qu'il n'y paraissait au premier abord, et qui plus est, très liée aux milieux d'affaires de

Lisbonne et jouissant d'une réputation solidement établie.

Telle fut l'hypothèse à partir de laquelle nous avons commencé à rechercher systématiquement, à l'*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, des informations relatives à João Paulo Bezerra Seixas lui-même, puis à sa famille.

LES SÉRIES CONSULTÉES

Notre recherche s'est orientée dans trois directions principales:

1° — vers des séries susceptibles de nous fournir des renseignements d'ordre généalogique et socio-professionnel: les habilitations pour entrer dans la magistrature (*Leituras de bacharéis*) et dans l'Ordre du Christ, le plus prestigieux des Ordres militaires portugais (*Habilitações da Ordem de Cristo*), et celles qu'il fallait obtenir pour devenir «Familiier» du Saint-Office (*Habilitações do Santo Ofício*). On y trouve en général l'état civil du requérant (noms, prénoms, qualité, lieu de naissance (ou de baptême) et de résidence, et filiation jusqu'aux grands-parents paternels et maternels); le procès-verbal des enquêtes suscitées dans les paroisses de naissance et de résidence du requérant et de ses ascendants, à partir de témoignages oraux, pour connaître notamment leur «pureté de sang» et leur profession; enfin, les conclusions de l'organisme chargé de statuer;

2° — vers des séries qui nous permettraient de reconstituer au moins partiellement carrière professionnelle et *cursus honorum*: les Chancelleries royales (*Chancelarias reais*), où sont consignées les faveurs, nominations aux offices et charges, concessions de titres de pensions, etc...; les décrets du *Ministério do Reino* (*Decretos*), qui sont des résolutions relatives aux individus et recoupent partiellement les Chancelleries royales; les liquidations de services (*Decretamentos de serviços*), soit militaires soit civils, souvent établies après décès des intéressés à la demande de leurs héritiers, en vue d'obtenir le paiement d'arriérés; enfin, les archives de la noblesse (*Cartório da Nobreza*), où sont conservés les dossiers des personnes qui se réclament

de la noblesse de leurs aïeux pour en porter les armoiries, et devaient justifier de leurs prétentions auprès du «roi d'armes»;

3° — vers les documents qui nous apporteraient des indications sur les fortunes et les biens: les testaments (*Registo Geral de Testamentos*), les inventaires après décès (*Inventários de bens*), les minutiers de notaires (*Cartórios notariais*) et, pour terminer, les archives judiciaires du *Desembargo do Paço*, où sont notamment conservés certains procès successoraux, procès de tutelle, etc...

Pour ne pas alourdir démesurément cet article, nous reportons la description de ces différentes séries à notre *Annexe II* ⁽¹⁷⁾ et nous nous bornerons à exposer ici le fil conducteur de notre recherche.

C'est la série des *Leituras de bacharéis* qui nous a ouvert la voie. Puisque João Paulo Bezerra Seixas, licencié en droit à l'Université de Coimbra, avait été nommé *Ouvidor* de Vila Rica en 1790, il avait nécessairement été habilité à entrer dans la magistrature. Nous avons donc retrouvé sa *leitura de bacharel*, sollicitée en janvier 1783 et accordée un an plus tard, le 17 septembre 1784 ⁽¹⁸⁾.

A partir de ce dossier, nous avons connu l'identité de ses parents et grands-parents paternels et maternels et nous avons commencé à établir pour chacun d'eux une fiche personnelle encore rudimentaire, mais comportant néanmoins l'indication du lieu de naissance et, suivant le cas, de la qualité, de la profession ou du mode de vie.

En outre, deux points ont particulièrement retenu notre attention. D'une part, aussi bien João Paulo que son père José étaient *cavaleiros da Ordem de Cristo* (chevaliers de l'Ordre du Christ); d'autre part, les témoins suscités pour la *leitura de bacharel* de João Paulo faisaient état de la condition sociale de celui-ci et de ses ascendants, et tous concordaient pour déclarer que José Bezerra Seixas, son père, avait été un riche négociant en gros de Lisbonne («negociante de grosso trato e grandes cabedais»), que Manuel Bezerra Seixas, son grand-père paternel, avait vécu du revenu de ses biens et n'avait jamais exercé de profession mécanique («vivio das suas fazendas, sem que constasse tivesse exercicio mechanico»), et

que Fructuoso Pires da Fonseca, son grand-père maternel, avait été un négociant en gros, propriétaire de biens considérables («negociante de grosso trato e possuidor de consideraveis bens de que vivia»).

Notre hypothèse sur l'origine sociale de João Paulo semblait donc bonne, et il fallait la confirmer à partir de nouveaux documents dont la consultation nous fut suggérée en boule de neige.

Assez rapidement, à l'aide des habilitations de l'Ordre du Christ et du Saint-Office, nous avons pu reconstituer un tableau d'ascendance de João Paulo sur quatre générations, et même un tableau de parenté. Mais l'essentiel pour nous était d'obtenir un maximum d'informations socio-professionnelles. C'est à cela que nous a conduit la consultation des deux autres séries de documents précédemment indiquées. Systématiquement, nous avons complété les premières fiches personnelles, en avons établi de nouvelles, confrontant et vérifiant les renseignements chaque fois que cela était possible.

A la fin de cette quête, nous disposions d'une information sur une centaine de personnes — ascendants, parents ou alliés de João Paulo Bezerra Seixas — que nous avons vu apparaître à travers un large siècle.

Peu à peu étaient sortis du sommeil des archives cultivateurs et petits propriétaires, marins et patrons de bateaux, savetiers et orfèvres, boutiquiers et négociants, hommes d'affaires et gentilshommes, prêtres et familiers du Saint-Office, soldats et officiers, juges ordinaires et grands *desembargadores*, fiancés et époux, séducteurs et jeunes filles séduites, femmes à la maison et au couvent, enfants légitimes et illégitimes. Information de valeur inégale, certes, trop souvent lacunaire, essentiellement qualitative. Mais information qui nous a permis d'appréhender certains aspects concrets d'une réalité sociale encore mal connue et un processus d'ascension sociale, dont nous essaierons maintenant de rendre compte à travers l'étude du noyau principal de la famille Bezerra Seixas et l'évocation des noyaux annexes des parents et alliés.

LA FAMILLE BEZERRA SEIXAS

Renonçant à établir ici un tableau de parenté trop vaste et complexe, nous avons pensé qu'un simple tableau d'ascendance, fournirait au lecteur les points de repère indispensables:

Parents		Grands-parents	Arrière-grands-parents
1. João Paulo Bezerra Seixas	2. José Bezerra Seixas	4. Manuel Bezerra Seixas	8. Domingos Roiz Seixas 9. Maria de Torres Bezerra
		5. Josefa Maria dos Anjos	10. Simão Gomes 11. Maria Roiz
ainsi que: 1a. Manuel 1b. Anna	3. Isabel Florência do Espírito Santo e Fonseca	6. Fructuoso Pires da Fonseca	12. Francisco Pires da Fonseca 13. Isabel do Espírito Santo
		7. Inês Josefa de Barros	14. Baltazar Moreira de Barros 15. Isabel Coelho da Costa

Nous donnerons par ordre chronologique descendant et selon leur numéro dans le tableau les informations d'état civil et socio-professionnelles que nous avons pu rassembler sur chacun des ascendants indiqués et sur les personnes «annexes» d'une même génération, dans un commentaire que nous avons ordonné selon les trois phases discernées dans l'évolution des familles: *Origines*, *Émergence* et *Apogée*.

A. Les origines

Les renseignements d'état civil relatifs aux arrière-grands-parents de João Paulo Bezerra Seixas sont très incomplets: à l'exception de la date de décès de Francisco Pires da Fonseca, dont nous avons trouvé le testament⁽¹⁹⁾, nous n'avons généralement réussi à connaître aucune de leurs dates de naissance, mariage et décès, et ils ne nous sont apparus que de manière assez floue, à travers les témoignages suscités pour les diverses habilitations de tel ou tel de leurs descendants. Néanmoins, nous avons toujours su leur lieu de naissance et leur qualité ou profession, ce qui nous a permis d'observer une certaine variété d'origines géographiques et sociales.

Reprenant ces personnes selon la numérotation du tableau d'ascendance, nous voyons d'abord que si tous sont originaires du nord du Tage, ils ne proviennent pas d'une même région:

- 8 et 9 sont du *Minho*, des environs de Viana:
 - 8 < Lugar do Cruzeiro, Freg.^a de S. Martinho de Vila Mou, termo de Viana;
 - 9 < Freg.^a de S. Salvador de Vitorinho das Donas, concelho de S. Estêvão da Faxe, comarca de Viana;
- 10 est du *Ribatejo*, des environs d'Azambuja (Freg.^a de N.^a Sr.^a da Assunção, termo de Azambuja);
- 11 est de l'*Alto Douro*, des environs de Lamego (Freg.^a de S. Sebastião da Vila de Barreiras, comarca de Lamego);
- 12 est de *Trás-os-Montes*, des environs

de Chaves (Freg.^a de Santa Maria de Calvão, termo da vila de Chaves);

- 13, 14 et 15 sont des *environs plus ou moins proches de Lisbonne*:

13 < Freg.^a de S. João da vila de Alhandra;

14 < Lugar da Chã, Freg.^a de N.^a Sr.^a da Piedade de Monte Agraço, termo da cidade de Lisboa;

15 < Lugar da Serra, Freg.^a de Santa Ana da Carnota, termo da vila de Alenquer.

On notera aussi que tous proviennent de communes rurales. Alhandra et Barreiras n'étant que des bourgs de médiocre importance.

Quant à leur condition sociale, que nous avons parfois pu connaître pour certains trisaïeux de João Paulo, elle est ainsi définie:

- 8-9: Domingos ROIZ SEIXAS, fils de cultivateurs («lavradores») travaillant sur leurs propres terres, fut cultivateur lui-même jusqu'à son mariage avec Maria de TORRES BEZERRA, fille des amours illicites d'un curé de campagne, le P.^e João de TORRES BEZERRA, et d'une de ses paroissiennes, Maria PIRES. Elevée honorablement, sur les ordres de son père, dans la paroisse même où elle naquit, Maria de TORRES BEZERRA n'exerça jamais, nous dit-on, «de métier vil ni de profession mécanique». Après mariage, elle et son mari se fixèrent à Viana où, selon les témoignages, ils «menaient une vie noble, n'exerçant aucun métier ni profession mécanique» et «vivaient de leurs biens»⁽²⁰⁾.

- 10-11: Simão GOMES, surnommé *o Afonsinho* (le petit Alphonse), ouvrier maçon, («oficial de pedreiro»); il épousa Maria ROIZ, fille de «cultivateurs honorables» («lavradores honrados»), et considérée comme «l'une des personnes notables de Barreiras», pendant quelque temps ils vécurent à Azambuja, lui exerçant son métier de maçon, elle s'occupant simplement de son foyer, «sans sortir de chez elle», puis ils partirent à Lisbonne, sans doute aux environs de 1690. Là, ils adoptèrent un nouveau mode de vie: Simão GOMES se fit peintre en bâtiment («pinceleiro») tandis que sa femme s'engagea dans la voie du petit commerce; les témoins

nous la donnent pour boutiquière («tendeira»), propriétaire d'une épicerie sur la place du Palais, («vendia em huma logea de mercearia no Terreiro do Paço, junto ao assougue»), les uns déclarant qu'elle vendait elle-même ses marchandises, les autres qu'elle y employait une domestique. Quoi qu'il en soit, elle fut considérée «femme de deuxième condition» par les membres de la *Mesa da Consciência e Ordens* chargés d'examiner la demande d'habilitation à l'Ordre du Christ faite par son petit-fils José Bezerra Seixas ⁽²¹⁾.

● 12-13: Francisco PIRES DA FONSECA, bien que né dans le lointain Trás-os-Montes, fit toute sa carrière à Lisbonne, semble-t-il, dans le commerce du bois; dans ses débuts, on nous le donne commis d'un magasin de bois («caixeiro de uma logea de taboado»), puis nous le trouvons marchand et entrepreneur de bois («mercador de taboado» et «contratador de taboado»), enfin négociant («homem de negocio») ⁽²²⁾. Ces diverses dénominations dénotent une certaine ascension sociale, qui paraît confirmée économiquement dans la différence des dots de ses filles, évoquées dans son testament: à la première, Maria do ESPÍRITO SANTO, il avait donné 1000 cruzados (400 *mil-réis*) pour son premier mariage, mais 3000 cruzades quand, devenue veuve, elle se remaria; et à la seconde, Catarina Maria, il donna aussi 3000 cruzades. Ce testament nous fournit encore une évaluation globale de sa fortune, environ 40 000 cruzades, et la répartition qu'il entendit faire de sa quotité disponible («terça parte») ⁽²³⁾. Sur Isabel do ESPÍRITO SANTO, sa femme, nous n'avons d'autre information que son lieu de naissance et le fait qu'elle était tenue pour «personne de deuxième condition» ⁽²⁴⁾.

● 14-15: avec Balthazar MOREIRA DE BARROS, c'est dans le métier des armes que nous faisons une incursion; fils du Capitaine Pedro MOREIRA DE BARROS, et de sa femme Isabel MENDES, il était en effet «capitão de ordenanças», c'est-à-dire officier de troupes permanentes de réserve, sortes de milices qui, entraînées tous les dimanches et passées en revue deux fois par an, devaient se tenir prêtes à tout moment à se joindre aux armées en campagne. Ce genre de poste était en général réservé

aux propriétaires terriens; aussi n'est-il pas étonnant que Balthazar MOREIRA DE BARROS nous soit présenté «vivant noblement de ses biens comme capitaine du pays», en compagnie de sa femme Isabel COELHO DA COSTA. Celle-ci, fille et petite-fille d'«ouvriers savetiers qui vivaient de leur métier et de quelques biens» («officiaes de sapateiro, de que viviam com algum bocado de fazenda»), comptait dans sa famille plusieurs prêtres et religieux, notamment son propre frère, le P.^e Joseph da COSTA, et l'un de ses fils, le P.^e Joseph MOREIRA, un autre de ses fils, Manuel MOREIRA DE BARROS souhaitant, quant à lui, devenir familier du Saint-Office — ce qui n'empêchait pas certaines bonnes âmes de la soupçonner d'être nouvelle-chrétienne («cristã nova») ⁽²⁵⁾.

C'est donc à la simple roture — et parfois bien modeste — qu'appartenaient les aïeux de João Paulo Bezerra Seixas: cultivateurs, travailleurs manuels, boutiquiers, commerçants. Seul Balthazar MOREIRA DE BARROS, capitaine de milices et propriétaire foncier, est revêtu d'un certain prestige et se situe à un échelon nettement supérieur. Il est d'ailleurs remarquable qu'il soit le seul, avec sa femme, à ne pas quitter la campagne où il réside. En effet, nous pouvons observer que tous les autres se déplacent de la campagne, où ils sont nés, vers d'importants centres urbains: 8 et 9 vont à Viana, après mariage, probablement pour une question de prestige (faire oublier la naissance illégitime d'une fille de prêtre), 10 et 11 à Lisbonne, également après mariage et sans doute pour augmenter leurs revenus (la femme devient boutiquière); quant à 12 et 13, c'est aussi à Lisbonne qu'ils se fixent, mais nous ignorons si ce déplacement intervint avant ou après mariage et quels en furent les motifs (pour 12, dont nous avons constaté un début d'ascension sociale, on peut sans grand risque d'erreur incliner pour des motifs économiques).

B. L'émergence

C'est à Lisbonne, capitale du royaume, que nous allons retrouver les enfants de la génération précédente, qu'ils y soient nés

(cas de 5, 6 et 7) ou venus très jeunes (cas de 4), et c'est là que nous les voyons s'enraciner dans la société urbaine et améliorer leur position grâce à leurs activités commerciales. Le saut qualitatif ainsi réalisé est si appréciable que nous y avons vu une véritable émergence accomplie en deux étapes: la première, par cette génération elle-même, qui est donc celle des grands-parents de João Paulo Bezerra Seixas, et la seconde par la génération suivante, c'est-à-dire par ses parents.

Nous étudierons cette émergence pour chacune de ces deux générations, en évoquant au passage les divers parents et alliés sur lesquels nous avons recueilli des éléments d'information, car leur exemple n'est souvent pas moins intéressant.

a) Les grands-parents paternels

● 4 - 5 : Manuel BEZERRA SEIXAS (?-1714), né à Viana, partit encore jeune pour Lisbonne, où ses débuts furent ceux d'un modeste boutiquier tenant lui-même son commerce de bimbelerie sous les arcades de la cour de la Chapelle Patriarcale («*tinha loja de capelista na Capela*»), commerce qu'il abandonna pour s'établir comme négociant («*homem de negocio*»). Nous ne savons rien sur le genre de négoce auquel il se livrait; cependant on peut supposer qu'il s'agissait d'un commerce maritime avec les colonies, peut-être en société avec son frère Vicente ROIZ TORRES, comme le suggère la déclaration suivante, extraite de son testament: «J'ai eu avec mon frère et exécuteur testamentaire différents comptes, que nous avons ajustés jusqu'à l'heure présente; je ne lui suis redevable de rien, et lui ne me doit rien; quant aux navires, il lui reviendra de recevoir aussi bien que de payer ce qui est dû» (26). De 1707 à 1714 enfin, il exerça les fonctions de «procureur général» de la *Mesa dos Homens de Negócio*, et son genre de vie était honorable («*tratava-se com distinção*») (27). Le 24 avril 1707, il épousa la fille de Simão GOMES et Maria ROIZ, Josefa Maria dos ANJOS; devenue veuve en septembre 1714, celle-ci se retira au Couvent des Mónicas à Lisbonne, où elle vivait encore en 1759 (28). De ce mariage étaient nés 3 enfants:

— Anna Joaquina, baptisée à Lisbonne le 15-10-1708; elle épousa José de BARROS CAMINHA (1698-?), fils d'un gentilhomme de la Maison du Roi, originaire de Viana, António de BARROS CAMINHA. De cette alliance flatteuse naquit au moins une fille, Maria Joana José Ângela de BARROS (1737-?) (29), nouveau maillon d'une ascension sociale que nous suivrons un peu plus loin (30);

— Joaquina, sur laquelle nous n'avons rien appris;

— José (1713-1758), futur père de João Paulo Bezerra Seixas.

b) Les grands-parents maternels

● 6-7: Fructuoso PIRES DA FONSECA (?-1751). Sur sa naissance et ses débuts, nous n'avons pu recueillir aucune information; tout au plus savons-nous qu'en 1698 il se trouvait à Bahia de Todos os Santos (31), et qu'à la fin de 1707, il était à Lisbonne, autorisé à louer pour 130 *mil-réis* annuels quelques maisons de la Rua do Almada (32). Par la suite, dans les déclarations et témoignages consignés dans divers dossiers d'habilitation de ses fils Balthazar et Gregório, nous le voyons défini comme marchand puis entrepreneur de bois («*mercador de taboado*» et «*contratador de madeiras*»); cependant, en 1727, il abandonne l'exercice de ce commerce pour vivre de ses revenus et exercer l'office de «Trésorier du droit de 4,5 %» jusqu'à 1734 au moins. Selon le cas, il est dit «riche» ou «très riche», «ayant une grosse fortune» et «jouissant de nombreux revenus de biens immobiliers», et en 1746, il se donne pour «négociant et propriétaire» («*homem de negócio, senhor de suas fazendas*») (33).

A défaut de nous faire connaître l'état de sa fortune, son testament, rédigé le 27 janvier 1751 et ouvert le 11 avril de la même année (34), nous a donné sur lui-même et divers membres de sa famille des indications à partir desquelles nous avons pu reconstituer de la façon suivante leurs jeux d'alliance et les points essentiels de leur ascension sociale.

Marié en premières noces à la fille d'un marchand de bois d'origine flamande, Caetana Thereza CLEMENTE, il en eut quatre

enfants — Joachim, Maria, Francisca et Anna, — mais seules ces deux dernières étaient encore en vie quand le testament fut rédigé. Francisca Michaela da FONSECA, baptisée le 29-9-1705, avait épousé en 1733 un riche négociant originaire de Viana, Manuel DANTAS DE AMORIM, Familier du Saint-Office (1727), chevalier de l'Ordre du Christ (1750) et actionnaire fondateur de la Companhia Gerál do Grão Pará e Maranhão⁽³⁵⁾. De leur union naquit un fils, Francisco VITTO DANTAS DE AFFONSECA, que nous retrouverons *Desembargador* à l'apogée de l'ascension sociale de cette famille⁽³⁶⁾.

Quant à Anna Caetana Joaquina da FONSECA, baptisée le 7-8-1709, elle épousa elle aussi un négociant, Manuel MARTINS DA COSTA, familier du Saint-Office⁽³⁷⁾.

Devenu veuf, Fructuoso PIRES DA FONSECA épousa en secondes noces Ignez Josepha de BARROS, fille de Balthazar MOREIRA DE BARROS⁽³⁸⁾. Née et élevée à Santa Ana da Carnota, près d'Alenquer, elle y avait joui, jeune fille, du prestige de la noblesse, en étant notamment entourée et servie par une suite de domestiques et d'esclaves noires qui l'escortaient dans chacune de ses sorties, ne fût-ce que pour aller à la messe⁽³⁹⁾. Et ce prestige persista après son mariage, quand elle et son mari vécurent dans la même localité, «dans une propriété qu'ils possédaient, dotée d'un moulin à eau pour moudre le blé», et furent généralement considérés comme des «personnes nobles», «vivant de leurs terres, qu'ils faisaient cultiver par leurs domestiques et leurs journaliers», «comme n'importe quel gentilhomme»⁽⁴⁰⁾. De cette deuxième union de Fructuoso PIRES DA FONSECA naquirent huit enfants⁽⁴¹⁾, sur certains desquels nous avons pu recueillir quelques informations:

— Balthazar MOREIRA DE BARROS, baptisé à Lisbonne le 26-2-1713, «fils de famille» («filho familias»), s'engagea en 1732 dans le métier des armes comme «soldat grenadier» volontaire pour les Indes Orientales, où les Portugais voyaient leur présence de plus en plus contestée, notamment par les Mahrattes. Aussitôt envoyé à Goa, il y servit pendant 7 ans, et son engagement lui valut de recevoir une pension effective de l'Ordre du Christ d'un montant de 12

mil-réis annuels. Toutefois, l'indispensable habilitation à porter l'habit de l'Ordre lui fut refusée à deux reprises, en octobre 1734 et janvier 1735, en raison de la «qualité» insuffisante de ses parents et grands-parents⁽⁴²⁾. Est-ce ce double échec qui le conduisit à solliciter son habilitation au Saint-Office, ou l'exemple familial? Peut-être l'un et l'autre à la fois. Quoi qu'il en soit, sa «lettre de Familier» lui fut délivrée le 2-4-1737⁽⁴³⁾. Deux ans plus tard, il devait mourir des suites de graves blessures reçues en combattant.

— Gregório PIRES DA FONSECA, baptisé à Lisbonne le 29-3-1722, suivit plus prosaïquement la voie de son père, puisqu'en 1746, date à laquelle il obtint son habilitation à l'Ordre du Christ, il était négociant («homem de negocio») ⁽⁴⁴⁾. En 1749, date à laquelle il obtint la qualité de Familier du Saint-Office, il avait «une occupation au *Consulado*» ⁽⁴⁵⁾ — peut-être celle d'administrateur, («administrador do Consulado»). En effet, tel est le titre sous lequel il apparaît en 1751, lorsqu'il sollicita du Saint-Office l'autorisation d'épouser Felipa Maria Joaquina, fille de Bernardo MACHADO, «orfèvre en or et actuellement maître fondeur de l'Hôtel des Monnaies» («ourives do ouro e de presente mestre fundidor da Casa da Moeda»), et de sa femme Maria Josefa⁽⁴⁶⁾. Après 1751 nous avons perdu la trace de Gregório PIRES DA FONSECA, dont nous savons seulement qu'il fut, cette année-là, désigné par son père comme exécuteur testamentaire.

— Quant à Isabel Florência do ESPÍRITO SANTO E FONSECA, nous la retrouverons bientôt, puisqu'elle épousa José BEZERRA SEIXAS et fut donc la mère de João Paulo BEZERRA SEIXAS.

c) Les parents

● 2: José BEZERRA SEIXAS: baptisé le 2 février 1713 en l'église de N.^a Sr.^a dos Mártires de Lisbonne, il n'avait que 17 mois à la mort de son père. Voici comment, dans une des requêtes qu'il adressa à la *Mesa da Consciência e Ordens* pour être habilité à entrer dans l'Ordre du Christ⁽⁴⁷⁾, il retrace lui-même ses débuts et sa carrière, de 1714 à 1753 environ: «son père étant

décédé en 1714 [...], le requérant étant alors mineur, et sa mère étant entrée au Couvent de Santa Monica de cette ville [Lisbonne], où elle a fait profession et se trouve encore, le requérant fut emmené par un de ses oncles à Viana, où il fut élevé et éduqué noblement, ainsi qu'en fait foi l'attestation ci-jointe [...] et il resta dix ans dans cette ville. Revenant à Lisbonne en 1731, il commença à exercer le négoce; en 1738, déjà négociant en gros et jouissant d'un grand crédit, il obtint, par personne interposée, au Conselho do Ultramar, l'adjudication de la ferme royale du tabac de Rio de Janeiro, pour 130 000 cruzades [...] et muni de cette adjudication, il partit pour cette Capitainerie où il s'installa. Revenant à Lisbonne ajuster les comptes de cette ferme, il obtint en 1750 une autre adjudication, celle de la ferme de la Dîme de la Douane de ladite Capitainerie, pour 1 518 000 cruzades [...]. Ces déclarations unilatérales de José Bezerra Seixas, pour intéressantes qu'elles soient, nous ont d'autant moins satisfaite qu'elles ne coïncidaient pas toujours avec celles de témoins suscités pour cette même habilitation, ou, quelques années plus tard, pour l'habilitation de ses deux fils. Il fallait donc confronter soigneusement les unes et les autres et, surtout, tenter de recueillir de nouveaux éléments. C'est le résultat de cette quête, largement supérieur à nos espérances, que nous exposerons maintenant.

C'est effectivement à Viana, chez sa grand-mère paternelle, Maria de Torres Bezerra, que José Bezerra Seixas fut élevé et fréquenta l'école, «vivant noblement au milieu de toutes les personnes distinguées de cette ville», et notamment dans la compagnie d'un certain Thomas Ruby de Barros Barreto, futur *Desembargador* et Intendant des Diamants que nous retrouverons plus tard⁽⁴⁸⁾. Cependant, au terme de ce séjour à Viana se situe une zone d'ombre qui appert des propres déclarations de l'intéressé, puisqu'il passe entièrement sous silence la période 1724-1731 et reste dans un certain vague pour la période 1731-1738. Utilisant avec prudence les témoignages que nous évoquions plus haut, nous croyons pouvoir affirmer que c'est bien avant 1738 que José Bezerra Seixas partit «aux Brésils», comme on

disait alors, pour y faire l'apprentissage du commerce, puis ses premières affaires. Une dizaine de témoins déclarent l'avoir connu, entre 1730 et 1738, d'abord sans occupation, puis engagé dans des affaires commerciales, soit à Rio de Janeiro, chez le négociant Gaspar de Caldas, son oncle, soit à Bahia chez un autre oncle, Mathias de Torres (dit Santos de Torres par certains), soit dans les Minas du Rio das Mortes. Le témoignage le plus précis — et troublant — est celui d'un homme qui déclare être parti dans la même flotte que lui, en 1730 ou 1731, pour Bahia, «où il resta quelques mois chez son oncle Sanctos de Torres, sans aucune occupation», puis avoir à nouveau voyagé en sa compagnie jusqu'à Rio de Janeiro, où «il vécut chez Gaspar de Caldas Barbosa, qui lui donnait le titre de neveu, et quelque temps plus tard il se lança dans le commerce». Un autre témoin, qui se trouvait à Bahia en 1732, vit arriver dans cette ville notre José Bezerra en provenance de Rio de Janeiro pour y acheter des marchandises du «navire des Indes»; et un autre encore assure l'avoir d'abord connu dans les Minas do Rio das Mortes, «où il était allé avec des marchandises et des esclaves à vendre», précisant que José Bezerra Seixas se rendit plusieurs fois dans ces mêmes mines, «avec de semblables chargements qu'il vendait en gros à des marchands et à des habitants de cette région»; puis l'avoir retrouvé à Rio de Janeiro chez son oncle Gaspar, s'occupant de son négoce⁽⁴⁹⁾. De là à ce que plane sur lui le soupçon d'avoir été un *comissário*, autrement dit un agent commercial chargé de vendre des marchandises pour compte d'autrui, il n'y avait qu'un pas. Aussi José Bezerra Seixas contesta-t-il en bloc et fort vivement ces déclarations, qui furent l'une des causes du premier rejet de sa demande d'habilitation à l'Ordre du Christ. Cependant, notant les lacunes qui subsistent dans ses dénégations et connaissant les bénéfices que le commerce colonial était susceptible d'apporter, notamment à qui voyageait jusqu'aux régions d'exploitation de l'or, nous avons tendance à admettre la véracité des témoignages et à penser que c'est pendant cette période 1730-1738 et grâce à des profits réalisés au Brésil que José Bezerra Seixas

put réunir le capital nécessaire à la première grosse affaire dont il parle clairement: l'adjudication de la ferme du tabac de Rio de Janeiro, obtenue en 1738 à Lisbonne, par personne interposée, pour 113 000 cruzades et 5 *mil-réis* et pour 3 ans (septembre 1739 - septembre 1742) ⁽⁵⁰⁾.

Quoi qu'il en soit, c'est à partir de cette époque qu'il justifie ses voyages au Brésil et son installation dans la Capitainerie de Rio de Janeiro, et si nous n'avons aucun élément d'information sur ses activités commerciales, nous pouvons penser qu'elles furent d'un volume suffisamment important pour qu'en 1750 il ait obtenu un second *contrato*, celui de la Dîme de la Douane de Rio de Janeiro, pour 3 ans (de janvier 1751 à décembre 1753) et pour la très importante somme de 1 518 000 cruzades (soit 506 000 cruzades à verser chaque année au Trésor Royal) ⁽⁵¹⁾.

Par ailleurs, c'est à partir de 1738, date de son premier *contrato*, que José Bezerra Seixas se préoccupa d'augmenter son prestige en même temps que son capital et ses affaires, et cela de deux façons: en achetant des offices et en essayant d'entrer dans l'Ordre du Christ.

On sait que de nombreux offices relatifs à l'administration de la justice et des finances étaient concédés par le Roi, pour une durée de 3 ans, à la personne proposant de déposer dans les coffres du Trésor Royal la somme la plus élevée (dite *donativo*), et que ces offices n'étaient pas obligatoirement exercés par leur titulaire, celui-ci ayant la faculté d'y déléguer un suppléant. Or les registres des Chancelleries Royales de D. João V et de D. José I nous ont permis de reconstituer la véritable course aux offices à laquelle se livra José Bezerra Seixas, notamment à partir de 1753; en effet, nous y avons retrouvé les lettres de provision qui lui furent délivrées pour les 9 offices suivants ⁽⁵²⁾:

— en 1741: *Escrivão da Ouvidoria* de Cuyabá, pour 700 *mil-réis* ⁽⁵³⁾;

— en 1753: *Escrivão da Câmara e Almo-teçaria e Fabricação* de la ville d'Angra dos Réis (Ilha Grande), pour 100 *mil-réis* ⁽⁵⁴⁾;

— en 1755:

● *Meirinho, Guarda e Porteiro* de la

Douane de Rio de Janeiro, pour 3100 *mil-réis* ⁽⁵⁵⁾;

● *Administrador dos Guindastes* de cette même Douane, pour 770 *mil-réis* ⁽⁵⁶⁾;

● *Tesoureiro dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos* de la Comarque de Goyazes, pour 1200 *mil-réis* ⁽⁵⁷⁾;

— en 1757:

● *Inquiridor, Contador e Distribuidor* de la ville de São João del Rey, pour 1100 *mil-réis* ⁽⁵⁸⁾;

● *Escrivão da Conservatoria* de l'Hôtel des Monnaies de Rio de Janeiro, pour 400 *mil-réis* ⁽⁵⁹⁾;

● *Escrivão da Fazenda e Matricula* de Rio de Janeiro pour 1700 *mil-réis* ⁽⁶⁰⁾;

● *Escrivão das Execuções* de Vila do Principe, district de Serro Frio, pour 700 *mil-réis* ⁽⁶¹⁾;

On le voit, tous ces offices étaient localisés au Brésil, de même que les fermes du tabac et de la dîme de la Douane précédemment évoquées, et s'ils n'étaient pas de premier plan, ils étaient néanmoins susceptibles d'offrir des revenus non négligeables, grâce aux divers droits dont ils permettaient la perception.

Mais c'est au Portugal que se trouvait le plus important de tous les offices dont José Bezerra Seixas se rendit acquéreur: celui de *Guarda-Mor do Consulado da Entrada e Saída da Casa da Índia* ⁽⁶²⁾, à Lisbonne — un office très lucratif, non plus triennal mais concédé à vie, qu'il racheta pour 34 000 cruzades à Manuel Bernardo de Mello e Castro (frère de Martinho de Mello e Castro, futur grand Ministre de la Marine et de l'Outre-mer de D. Maria I), et qui, après sa mort, fut transmis à son fils aîné ⁽⁶³⁾.

Par ailleurs, c'est en 1746 que José Bezerra Seixas manifesta concrètement le désir d'un honneur proche de l'anoblissement, en rachetant un titre de pension de l'Ordre du Christ — étape traditionnelle et indispensable pour qui prétendait entrer dans l'Ordre sans titre de noblesse ni justification de services. Une fois reconnu officiellement comme nouveau bénéficiaire de ce titre de pension, le 19 février 1746 ⁽⁶⁴⁾, José

Bezerra Seixas n'eut plus qu'à solliciter son habilitation pour revêtir l'habit et être armé chevalier, ce qu'il entreprit presque aussitôt. L'instruction d'un tel dossier, qui exigeait la réalisation d'enquêtes sur l'impétrant et ses ascendants dans les localités de naissance et de résidence, souvent distinctes et très éloignées les unes des autres, dura quatre ans, au bout desquels la *Mesa da Consciência e Ordens* finit par émettre les conclusions défavorables que voici :

«Votre Majesté a accordé à José Bezerra Seixas la grâce de l'habit de l'Ordre du Christ, et des enquêtes effectuées sur lui, il appert qu'il possède les qualités personnelles et la pureté de sang nécessaires. Néanmoins, à ses débuts, l'impétrant s'est embarqué pour le Brésil avec des marchandises à lui; son père a tenu boutique dans la Cour de l'Eglise Patriarcale, ayant précédemment été commis, et devenant négociant par la suite; son grand-père maternel a été maçon à ses débuts, et il est aujourd'hui peintre en bâtiment; sa grand-mère maternelle a tenu boutique au Terreiro do Paço. Aussi, en raison de tous ces empêchements, il a été jugé inapte à entrer dans l'Ordre.»

Nul doute que José Bezerra Seixas n'ait ressenti durement un tel refus, dont les attendus faisaient apparaître la modestie de ses origines en ligne maternelle, et surtout celle de ses propres débuts. Alors qu'il venait d'obtenir l'adjudication de la ferme de la Dîme de la Douane de Rio de Janeiro, une grosse affaire qui le mettait au premier plan des grands négociants de Lisbonne, il ne se tint pas pour battu. Son dossier nous montre en effet qu'entre mai et septembre 1753, il réunit diverses attestations relatives à son père et à lui-même, afin de les joindre à une nouvelle requête qu'il adressa bientôt au Roi (64). Cette fois, l'instruction du dossier alla plus vite: le 1er février 1754, le Roi ordonnait à la *Mesa da Consciência e Ordens* de lui donner son avis, et c'est le 7 août de la même année que la *Mesa* émit de nouvelles conclusions sensiblement plus nuancées que les précédentes: il convenait de rouvrir l'enquête «afin de vérifier à Rio de Janeiro et au Rio das Mortes les activités qu'y avait eues l'impétrant lorsqu'il était allé au Brésil pour la première fois, et le genre de vie qu'il avait mené, étant donné que la preuve qui a

été faite n'est pas assez concluante pour qu'on ne conserve pas un doute, au vu des arguments et des documents que l'impétrant allègue et joint. Dans ces circonstances, il est juste de procéder à une nouvelle enquête, afin que la vérité apparaisse mieux — ce qui se fera mieux dans les endroits susnommés, parce qu'on y a une meilleure connaissance de l'impétrant». Cependant, deux députés de la *Mesa* pensaient qu'il n'y avait pas à rouvrir le dossier, «parce que l'empêchement est suffisamment prouvé et qu'il peut y avoir danger de subornation de témoins».

Ces enquêtes furent-elles réalisées? Le dossier ne contient aucun ordre précis à ce sujet, aucun procès-verbal nouveau, et on a l'impression que la *Mesa*, ennuyée par la discordance d'opinion de ses membres, laissa l'affaire en suspens.

Mais il n'était pas facile de décourager un homme en pleine ascension sociale, dont nous avons vu se dessiner le profil à travers les étapes d'une carrière qui l'avait conduit au rang des grands négociants et hommes d'affaires. En 1755, José Bezerra Seixas se rendit acquéreur de dix actions de la *Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão*, pour la somme de 10 000 cruzades.

C'est ainsi qu'au début de l'année 1758, il put déposer devant la *Mesa da Consciência e Ordens* une troisième requête dans laquelle, faisant appel des empêchements que lui avait valus «le manque de noblesse de ses grands-parents», il réclama le bénéfice d'un des privilèges prévus pour les actionnaires fondateurs ayant acquis au moins dix actions — celui de pouvoir recevoir l'habit d'un Ordre militaire (en l'occurrence, celui du Christ), indépendamment de tout «empêchement» ou autre considération.

Ainsi la ténacité du négociant allait enfin être récompensée: le 17 mai 1758, la *Mesa da Consciência e Ordens* émit les conclusions suivantes:

«Au vu de la requête de l'impétrant, celui-ci est habilité, en raison de l'attestation du Secrétaire de la C.ª Geral do Grão Pará e Maranhão, délivrée le 15 courant, par laquelle il apparaît comme intéressé dans ladite Compagnie par l'achat de dix actions de fondateur, lesquelles, selon les termes de l'Alvará du Roi en date du 10 février 1753 et d'autres résolutions de Sa Majesté prises au

cours de consultations de ce Tribunal, doivent bénéficier à l'impétrant, en vue de lever les obstacles constitués par les empêchements non prouvés des conclusions précédentes, et afin que, nonobstant ceux-ci, il soit reconnu apte à recevoir l'habit de n'importe lequel des Ordres Militaires, selon les termes prévus dans les dites résolutions et ledit Alvará. Par conséquent, en vertu de cet Alvará et de ces résolutions, nous déclarons l'impétrant habilité à recevoir l'habit dudit Ordre, et ordonnons de lui délivrer l'attestation compétente.»

Sans plus tarder, le 20 mai 1758, la Chancellerie de l'Ordre du Christ délivra les trois documents qui devaient permettre à José Bezerra Seixas de faire profession, recevoir l'habit et être armé chevalier de l'Ordre du Christ en l'église de Nossa Senhora da Conceição de Lisbonne (66).

Mais cet honneur qui venait couronner son ascension sociale arrivait trop tard : passé trois mois, le 26 août 1758, José Bezerra Seixas mourait intestat, laissant trois enfants légitimes (Manuel, Anna et João Paulo) qu'il avait eus de sa femme Isabel Florência do ESPIRITO SANTO E FONSECA (67), et une fille naturelle (Isabel Archangela de São José), née d'une aventure antérieure à son mariage (68).

Quel était alors l'état de sa fortune ? Seul un inventaire de biens aurait pu nous l'indiquer ; or nous devons constater l'échec de notre recherche obstinée d'un document aussi fondamental : l'inventaire des biens de José Bezerra Seixas est jusqu'à présent demeuré introuvable... Par contre, nous avons pu suivre les nombreuses complications successorales qui, jusqu'en 1789 au moins, résultèrent non seulement du décès *ab intestat* et de l'existence d'une enfant naturelle qui avait droit à une part de l'héritage, mais encore du fait d'un nouveau jeu d'alliances particulièrement complexe et important pour la suite de notre étude du processus d'ascension sociale de cette famille (69).

C. L'APOGÉE

a) *Les nouvelles alliances familiales : l'accès à la noblesse de robe et à la noblesse de sang.* Lorsque José Bezerra mourut,

ses enfants étaient encore bien jeunes : Manuel avait onze ans, Anna (70) huit ans, João Paulo quinze mois, et Isabel, sa fille naturelle, douze ans environ. Quel allait être leur sort ? Parviendraient-ils à poursuivre l'ascension dans la voie des honneurs et des charges, si patiemment réalisée par leur père ?

Notre premier élément de réponse se trouve dans une requête de justification de noblesse introduite au nom des trois enfants légitimes en 1761 : se réclamant de leurs ascendants (parents et grands-parents) «qui tous furent très nobles et comme tels vécurent selon les lois de la noblesse», et assurant être les «descendants légitimes des familles portant les patronymes de Bezerra, Seyxas, Fonseca et Barros», ils demandaient que fût établie la preuve de leur noblesse afin de pouvoir porter «les armoiries des dites familles» (71). Or il est intéressant de savoir qu'en 1761, l'administration du *Cartório da Nobreza* — seul organe compétent pour instruire un tel dossier — souffrait encore d'une très profonde désorganisation consécutive au terrible incendie qui avait ravagé Lisbonne en 1755, après le tremblement de terre, et que les formalités en usage avaient été réduites à une simple enquête, sans qu'aucune pièce justificative doive être produite (72). Qu'il s'agît là d'une démarche à la limite de la supercherie, et en tout cas profitant au mieux des circonstances de l'époque, nous le croyons d'autant plus volontiers que par la suite jamais cette «justification de noblesse» ne fut invoquée, pas même lorsque Manuel et João Paulo sollicitèrent leur habilitation à l'Ordre du Christ (73).

Mais la meilleure voie, ce fut Isabel Florência do Espírito Santo e Fonseca — manifestement encore en âge de ne pas conserver à jamais ses habits de veuve — qui la trouva, en épousant en secondes noces un homme dont nous avons déjà évoqué le nom : le *Desembargador* Thomas Ruby de Barros Barreto, un ami d'enfance de José Bezerra Seixas. Cette union fut-elle le résultat d'un calcul, peut-être réciproque, ou de la sincère inclination de deux cœurs solitaires ? Nous l'ignorons. L'important est qu'elle ait eu pour conséquence d'infléchir de façon

décisive le destin de cette famille, ainsi que nous allons essayer de le montrer.

— Né à Viana, Thomas RUBY DE BARROS BARRETO était le fils de Baltazar RUBY DE BARROS BARRETO et D. Leonor de SÁ SOTTO MAYOR, «personnes d'une noblesse réputée et participant au gouvernement de cette ville de Viana, des principales familles de cette comarque» (74). Bachelier de l'Université de Coimbra, il fréquenta pendant trois ans, de 1735 à 1738 environ, les audiences du *juiz de fora* de Viana puis, sollicitant son habilitation à la magistrature, il obtint celle-ci en 1740 (75). S'il commença sa carrière au Portugal, où il fut notamment *Ouvidor* à Crato (76), c'est au Brésil qu'il la poursuivit, ayant été nommé *Ouvidor geral* du Rio das Mortes en 1747. Cumulant cette charge avec celle de *Provedor das Fazendas dos Defuntos e Auzentes, Capelas e Resíduos* de la Comarque du Rio das Mortes, il s'en acquitta avec une intégrité notoire, et il eut même l'occasion d'exécuter une mission particulièrement délicate en allant mettre fin, «au péril de sa vie», à l'insubordination des habitants de la région de Sapucahy, «conquérant par son savoir-faire ce que la guerre n'avait pas obtenu», à savoir le retour des révoltés à l'obéissance au Roi et le paiement des dîmes et quints auquel ils s'étaient soustraits (77). En 1753, le Roi sut donner à d'aussi éminents services la récompense qui convenait: non seulement il nomma Thomas Ruby Intendant des Diamants de la Comarque de Serro Frio, mais encore il lui accorda une charge de *Desembargador da Casa da Suplicação* (78), et il tint ses mérites en large compte lorsque, la même année, il éleva à la qualité de gentilhomme de sa Maison («fidalgo da Casa Real») son frère Sebastião Pinto Rubim, alors capitaine de cavalerie (79). Quelques années plus tard, en 1757, ayant encore une fois donné pleine satisfaction dans l'exercice de sa charge d'Intendant des Diamants, le *Desembargador* Thomas Ruby de Barros Barreto fut nommé Chancelier de la *Relação* de Bahia (sorte de grand tribunal d'appel) et se vit accorder un siège de Conseiller au *Conselho Ultramarino*, important organe administratif central par lequel transitaient toutes les affaires des colonies (80) — siège provisoirement honorifique, Thomas

Ruby ne pouvant être à la fois à Bahia et à Lisbonne. Au demeurant, c'est pendant l'exercice de sa nouvelle charge de Chancelier de la *Relação* de Bahia qu'il fut amené à gouverner par intérim la Capitainerie, du 8 juillet 1760 au 21 juin 1761 (81). Après cette date, les archives n'offrent plus guère de traces de la carrière de ce magistrat zélé, mais il est permis de supposer que, arrivé à son zénith, il regagna la métropole et y retrouvant veuve la femme de son ami José Bezerra Seixas, il résolut de connaître enfin la douceur d'un foyer... (82). Qu'il ait pris ses responsabilités de beau-père avec autant de sérieux que ses charges de haut magistrat, il nous semble en avoir trouvé un témoignage direct à propos de l'éducation et de la formation de João Paulo Bezerra Seixas (83), et une indication concrète dans le mariage de son propre frère Sebastião Pinto Rubim, avec Anna Bezerra Seixas, mariage sur lequel nous allons revenir. Ce que nous avons encore pu apprendre sur Thomas Ruby de Barros Barreto tient en peu de mots: en 1780, sa charge de Conseiller au *Conselho Ultramarino* fut renouvelée, et l'année suivante, le 24 février 1781, après 40 ans passés au service de la justice, il mourut (84). Quant à Isabel Florência do Espírito Santo e Fonseca, ainsi veuve pour la seconde fois, nous ignorons combien de temps elle lui survécut.

— Sebastião PINTO RUBIM ou ROBIM, frère aîné de Thomas Ruby de Barros Barreto, fit toute sa carrière dans le métier des armes. Engagé en 1724 comme «soldat grenadier» dans le Régiment d'Infanterie de Viana, c'est en 1735 que, ayant levé à ses frais une troupe avec laquelle il alla rejoindre un régiment de l'Alentejo, il devint capitaine de cavalerie. Le brevet de gentilhomme de la Maison du Roi qu'il reçut bien plus tard, en 1753, lui fut d'ailleurs décerné en partie du fait des services ainsi rendus (85). Lieutenant-colonel du Régiment de Cavalerie de Bragance (1757), Colonel du Régiment d'Infanterie de Viana (1759), il fut promu Brigadier d'Infanterie en 1764, se voyant en outre conférer la charge de Gouverneur de Valença do Minho, importante place frontalière où il mourut quelques années plus tard, le 4 août 1776. (86) A quelle date Anna Bezerra Seixas épousa-t-elle celui

qu'il faut bien appeler un barbon blanchi sous le harnais? Pas avant 1765 au plus tôt, car nous doutons que, née en 1750, elle ait pu le faire avant l'âge de quinze ans. En tout cas, l'énorme différence d'âge qui la sépare de Sebastião Pinto Rubim nous incline à penser qu'il s'agit là d'un mariage de raison, auquel ne fut sans doute pas étranger le *Desembargador* Thomas Ruby, qui essayait ainsi d'assurer d'un même coup l'avenir d'une orpheline et la descendance de son frère aîné. Et de fait, Anna Bezerra Seixas devait donner le jour à une fille, Maria Casimira Lucia do Carmo ROBIM SOTTO MAIOR. Ménage assorti ou non, le *Brigadeiro* Sebastião Pinto Rubim et sa femme vécurent donc à Valença do Minho, remplissant les obligations inhérentes à leur position, recevant les officiers de la garnison, qu'ils fussent portugais ou anglais, catholiques ou protestants. C'est ainsi que João Paulo Bezerra Seixas, auquel sa soeur avait ouvert son foyer, connut un jeune homme de quinze ans son aîné, José Anastácio da Cunha, lieutenant d'artillerie, lecteur assidu et traducteur occasionnel de Voltaire et «autres auteurs impies et libertins comme Rousseau et beaucoup d'autres», poète à ses heures et mathématicien de génie, auquel le marquis de Pombal devait confier, en 1773, la chaire de Géométrie et Mathématiques de l'Université de Coimbra⁽⁸⁷⁾. En 1776, comme nous l'avons dit, mourait Sebastião Pinto Rubim; quant à sa jeune femme, nous savons seulement qu'en 1778 elle était déjà morte elle aussi⁽⁸⁸⁾. Leur fille Maria Casimira, devenue orpheline, fut envoyée au Couvent de S. Joana de Lisbonne et placée sous la tutelle de sa grand-mère maternelle Isabel Florência do Espírito Santo e Fonseca⁽⁸⁹⁾. Par la suite, elle contracta une alliance des plus flatteuses avec un gentilhomme de la Maison du Roi, Gaspar José da Costa Pereira de Vilhena Coutinho, auquel elle donna trois enfants⁽⁹⁰⁾.

Ainsi est-ce en ligne féminine, par la voie des alliances contractées, que la famille Bezerra Seixas eut accès à la noblesse de sang, aussi bien qu'à la noblesse de robe.

Mais de ce brillant tableau, nous ne pouvons escamoter une ombre: celle que projette le destin d'une enfant, Isabel Archangela de São José, la fille naturelle que José

Bezerra Seixas avait eu d'Anna Ignacia Syabra⁽⁹¹⁾. Voici ce que fut son enfance, jusqu'au procès de tutelle dont elle fut l'enjeu. Née vers 1746⁽⁹²⁾, elle fut placée à l'âge de 18 mois chez un parent de son père, Feliciano Narcizo, «maître peintre», un vieux garçon de plus de 50 ans qui vivait avec sa mère et ses soeurs, et ne sut apparemment pas assurer à l'enfant la meilleure éducation, puisqu'à l'âge de huit ans, nous dit-on, celle-ci «ignorait encore (ce qui paraît incroyable) la prière dominicale et quelles sont les personnes de la Très Sainte Trinité, mais elle s'y connaissait déjà quelque peu en actes libidineux». C'est peut-être parce qu'il constata lui-même les carences de son éducation, lorsque Feliciano Narcizo et l'enfant vinrent se réfugier sous son toit après le tremblement de terre de 1755, que José Bezerra Seixas prit la décision d'envoyer sa fille à Viana chez l'un de ses correspondants, João Barbosa Tavares. N'ayant pas trouvé non plus dans cette seconde famille les meilleures conditions possibles, l'enfant fut bientôt placée dans une troisième famille, celle d'Antonio Lobo da Cunha Barreto, «personne de la principale noblesse de Viana» (peut-être un parent du *Desembargador* Thomas Ruby de Barros Barreto?) chez lequel, «jouissant d'un traitement égal à celui de ses propres filles et soeurs», elle finit par recevoir l'éducation d'une jeune fille noble, «apprenant tout ce qu'on exige des personnes distinguées de son sexe, c'est-à-dire à lire, écrire, coudre, faire de la dentelle, broder, etc..., ayant pour cela des maîtres qui lui enseignent». Mais la mort de José Bezerra Seixas en août 1758 allait bientôt déclencher de nouveaux remous autour de la petite Isabel Archangela, dont la tutelle fut successivement assurée par Pio Rodrigues Torres et Santos de Torres Bezerra (respectivement cousin au second degré et cousin germain du défunt), selon des décisions du Juge des Orphelins en date des 22 septembre et 14 décembre 1758. Il est bien évident que les intérêts financiers de la succession de José Bezerra Seixas se dissimulaient derrière tout cela. Feliciano Narcizo contesta le premier la tutelle attribuée à Pio Rodrigues Torres, puis le 7 juillet 1759, ce fut au tour d'Anna Ignacia Syabra de contester la tutelle

attribuée à Santos de Torres Bezerra et de demander à exercer ses propres droits de tutelle sur sa fille, afin d'éviter à celle-ci des tribulations «en terres étrangères, loin de ses parents», et de préserver ses droits sur l'héritage de José Bezerra Seixas. A son tour Isabel Florência do Espírito Santo e Fonseca, veuve de celui-ci, entra dans la chicane et protesta contre les «manigances» d'Anna Ignacia Syabra, et l'affaire monta jusqu'à la *Casa da Suplicação*. Raison fut finalement donnée à Santos de Torres Bezerra, qui conserva donc la tutelle d'Isabel Archangelina⁽⁹³⁾. Qu'advint-il de cette innocente? Rien ne nous a permis de le savoir, et nous devons nous borner à constater la tristesse du sort d'une enfant naturelle, privée de l'affection et du soutien quotidiens de ses parents, ballotée de droite et de gauche dès son plus jeune âge, même si son entrée au foyer d'une famille de la noblesse fut susceptible de lui apporter certains avantages matériels et une éducation soignée.

b) *La noblesse acquise, les offices, les honneurs et les charges de l'Etat: une apogée sans lendemain.* Du côté masculin, c'est au destin individuel de Manuel et surtout de João Paulo Bezerra Seixas que nous nous intéresserons à présent.

— Sur MANUEL BEZERRA SEIXAS, nous n'avons pu recueillir que peu d'éléments d'information. Né à Lisbonne en 1747, il fut envoyé à Londres pendant trois ans, de 1757 à 1760 ou 1761 environ, afin d'y apprendre dans un collège «le commerce et les langues». Avant même qu'il ne fut de retour à Lisbonne, vers novembre 1760, fut introduite en son nom une demande d'habilitation à l'Ordre du Christ: démarche prématurée et mal préparée, qui aboutit à un premier rejet le 27 mai 1761, du fait de son trop jeune âge (moins de 18 ans) et de l'insuffisance de la condition de ses grands-parents⁽⁹⁴⁾. La seconde demande fut alors mieux élaborée, et c'est accompagnée d'un certificat d'actionnaire-fondateur de la *Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão* de son père José qu'elle parvint à la *Mesa da Consciência e Ordens*. L'empêchement de l'âge ayant cessé, le privilège prévu au § 39 du règlement de la Compagnie pouvait jouer, et «nonobstant les empêche-

ments indiqués dans la résolution précédente», la *Mesa* accorda son habilitation à Manuel Bezerra Seixas le 10 octobre 1766.

Ce premier pas réussi dans la voie des honneurs, Manuel ne tarda pas à s'engager dans la voie des offices, à laquelle ses études commerciales à Londres, peut-être complétées à Lisbonne, l'avaient préparé. En effet, le 20 juin 1771 il reçut une lettre de provision lui accordant, sur sa requête, l'office de *Guarda-mor do Consulado da Entrada e Saída da Casa da Índia*, dont son père avait été le dernier titulaire⁽⁹⁵⁾. Délivré après consultation du *Conselho da Fazenda*, ce diplôme fait apparaître non seulement une appréciation sur la manière dont José Bezerra Seixas avait servi son office, «sans commettre aucune erreur ou faute», mais encore sur le requérant, qui manifeste «un bon comportement, ainsi que la capacité et l'aptitude pour bien servir ledit office». En outre, on y trouve précisées les conditions de fonctionnement de l'office, conformes au récent décret (*Carta de Lei*) du 23-11-1770: amovible selon le vouloir royal, il donnait lieu à une rémunération annuelle de 200 *mil-réis* et à 0,5 % sur tous les revenus du *Consulado*. Si Manuel Bezerra Seixas exerça d'autres offices ou d'autres activités, nous n'en avons trouvé nulle trace. Apparemment, il limita ses ambitions à cet office rémunérateur de *Guarda-mor*, dont il était toujours propriétaire lorsque, le 31 décembre 1802, gravement malade, il fit son testament⁽⁹⁶⁾. A défaut de nous avoir fourni des indications précises sur l'état de sa fortune et de ses biens⁽⁹⁷⁾, ce document nous a intéressé par diverses dispositions testamentaires qui ont éclairé certains aspects de sa vie privée et de sa position sociale, et nous ont permis de connaître indirectement la réussite d'une autre branche des Bezerra Seixas.

N'ayant pas eu d'héritier légitime de son mariage avec Mariana RADEMAKER⁽⁹⁸⁾, Manuel Bezerra Seixas choisit pour exécuteur testamentaire et légataire universel l'un des fils de sa cousine germaine Maria Joanna de BARROS BEZERRA et du *Desembargador* Eusebio TAVARES DE SIQUEIRA, *Desembargador* lui-même, Manuel Pedro TAVARES DE SIQUEIRA. Celui-ci venant à faire défaut, c'est son frère Francisco Antonio TAVARES DE SIQUEIRA, également *Desem-*

bargador, qui deviendrait légataire universel, tandis que l'exécuteur testamentaire serait alors un autre cousin, en ligne maternelle celui-ci, le *Desembargador* Francisco VITTO DANTAS DE AFFONSECA⁽⁹⁹⁾. Les raisons de cette décision, Manuel Bezerra Seixas les explique très clairement: «la bonne amitié et la bonne entente dans laquelle j'ai toujours vécu avec les dits cousins susnommés, surtout avec le premier d'entre eux, mon héritier unique et universel, Manuel Pedro Tavares de Siqueira, auquel me lie une ancienne et étroite amitié, ainsi qu'il est public et notoire». Et c'est non moins clairement qu'il explique les raisons pour lesquelles il écartait ainsi de sa succession son propre frère: «considérant que mon frère que j'aime et estime, João Paulo Bezerra Seixas, n'a aucune descendance légitime, telle est l'unique raison pour laquelle je n'ai pas jugé bon de le nommer héritier de mes biens». Néanmoins, il lui réservait le droit de réclamer la survivance de son office de *Guarda-mor do Consulado*, à charge pour lui de verser à sa veuve une pension annuelle de 300 *mil-réis*⁽¹⁰⁰⁾. Parmi ses autres dispositions testamentaires, nous avons trouvé plusieurs legs d'importance variable⁽¹⁰¹⁾. Mais surtout nous avons appris qu'à défaut de fils légitimes, Manuel Bezerra Seixas laissait trois enfants naturels, dont il confia la tutelle à son exécuteur testamentaire⁽¹⁰²⁾. Ainsi, son testament nous apporte-t-il, s'il le fallait, confirmation que la dignité de chevalier de l'Ordre du Christ constituait bien un accès à la noblesse, puisque seuls les enfants naturels des nobles étaient exclus de l'ordre normal des successions⁽¹⁰³⁾.

Sur la part qui devait revenir à sa femme, Manuel Bezerra Seixas garde un silence heureusement dissipé par le testament que D. Mariana Rademaker fit à son tour, un mois plus tard, le 29 janvier 1803⁽¹⁰⁴⁾. Mariée sous le régime de la communauté⁽¹⁰⁵⁾, sans héritiers «forcés», ascendants ou descendants, et envisageant le cas où elle décèderait la première, elle entendit renoncer à sa part des biens du ménage en faveur de son mari, à charge pour celui-ci de régler à ses héritiers collatéraux⁽¹⁰⁶⁾ la part qu'elle avait reçue de l'héritage de son père, exception faite provisoirement d'un bien immeuble, la «Quinta, casa e terras

de Val Bom», dont il garderait de son vivant l'usufruit. Par contre, au cas où son mari décèderait le premier, D. Mariana tint à rappeler qu'elle jouirait de la moitié des biens du ménage, selon ce qui était établi dans son contrat de mariage; cependant, à sa propre mort, elle ne disposerait que de sa dot, «eu égard à la bonté et à la charité dont mon mari a usé envers moi en m'obtenant la pension de son office tant que je vivrai». Le reste des dispositions testamentaires de D. Mariana Rademaker tient en peu de mots: un legs de 10 pièces d'or de 4800 *réis* à sa servante Juliana⁽¹⁰⁷⁾, à laquelle elle laissait en outre tout son linge de corps et la moitié de ses vêtements, l'autre moitié devant être répartie entre ses autres servantes et ses filleules. Enfin, elle laissait à son exécuteur testamentaire (son mari ou, à défaut, le curé de la paroisse de Santa Isabel), le soin de faire dire 60 messes d'un montant à fixer, et de l'enterrer dans sa paroisse «sans pompe ni faste, car je les rejette totalement, l'argent qui aurait été dépensé pour mes funérailles devant être distribué à des femmes pauvres et vivant au couvent»⁽¹⁰⁸⁾.

Un an plus tard, Manuel Bezerra Seixas et Mariana Rademaker s'éteignaient, sans descendants pour perpétuer leur lignée⁽¹⁰⁹⁾.

— JOÃO PAULO BEZERRA SEIXAS. De son enfance, nous ne savons pratiquement rien, sinon ses dates de naissance et de baptême à Lisbonne — respectivement les 26 juin et 14 août 1757⁽¹¹⁰⁾ — et le fait qu'il vécut un certain temps à Valença do Minho, au foyer de sa soeur Anna et du *Brigadeiro* Sebastião Pinto Rubim, ainsi que nous l'avons vu précédemment⁽¹¹¹⁾. En 1773, il s'inscrivit à l'Université de Coimbra en 1^{ère} année de la Faculté de Mathématiques, où il eut pour compagnon d'études un cousin germain de D. Rodrigo de Souza Coutinho, D. José Maria de Souza⁽¹¹²⁾, ainsi que Thomas de Villa Nova Portugal⁽¹¹³⁾, José Anastácio da Cunha étant précisément l'un de ses professeurs, puisqu'il venait d'être nommé par le Marquis de Pombal. Reçu à ses examens de fin d'année, il se détourna cependant des mathématiques, et c'est ainsi que, inscrit en 1774 en 1^{ère} année du «Cours Juridique», il arrêta en 1778 ses études au bout de la 4^{ème} année

de Droit⁽¹¹⁴⁾. Est-ce sous l'influence de José Anastácio da Cunha qu'il avait d'abord choisi les mathématiques? L'admiration qu'il nourrissait à son égard nous incite à le croire. Toujours est-il que c'est autour de José Anastácio da Cunha, chez lequel il résidait⁽¹¹⁵⁾, que gravita un petit noyau d'étudiants composé par lui-même, D. Rodrigo de Souza Coutinho et ses frères⁽¹¹⁶⁾; D. José Maria de Souza et son frère António; le fils du Marquis de Penalva, José Telles; deux professeurs de la Faculté de Médecine de l'Université, le Dr. José Francisco Leal (Médecine) et le Dr. Luís Cechi (Anatomie), ainsi qu'un ecclésiastique, le P.^e Appolinário José Vieira da Silva. Et même hors des périodes de cours, à Lisbonne cette fois, c'est encore autour de José Anastácio da Cunha que se réunissaient João Paulo Bezerra Seixas, D. Rodrigo de Souza Coutinho et d'autres amis, se promenant dans les jardins du Palácio das Necessidades et discutant du «système de la nature», du déisme, de l'athéisme, etc...⁽¹¹⁷⁾. Pourquoi toutes ces personnes ne furent-elles pas inquiétées lors du procès dont José Anastácio fut victime au cours de l'été 1778 devant le Tribunal du Saint-Office de Coimbra demeure jusqu'un certain point une énigme. Pour D. Rodrigo de Souza Coutinho, son appartenance à la vieille noblesse et la haute position de son père, alors Ambassadeur auprès des Rois Catholiques, l'explique peut-être. Quant à João Bezerra Seixas, nous nous demandons si ce ne fut pas grâce à l'influence de son *Desembargador* de beau-père et à celle d'autres alliés de sa famille, les Tavares de Siqueira, parmi lesquels se trouvaient non seulement de hauts magistrats mais encore un *escrivão do fisco* et un notaire de l'Inquisition de Coimbra⁽¹¹⁸⁾. En tout cas, on peut noter que c'est précisément au cours de ce fatal été 1778 que João Paulo, interrompant ses études avant leur terme normal, partit en Angleterre pour un long voyage qu'il devait poursuivre en compagnie de son ami D. Rodrigo en France, en Suisse et en Italie⁽¹¹⁹⁾.

De retour à Lisbonne, une fois bien dissipés les remous du procès, il se préoccupa successivement d'entrer dans la voie des honneurs et de commencer la carrière à

laquelle l'avaient préparé ses études de droit. En 1781, en effet, il sollicita son habilitation à l'Ordre du Christ et, ayant eu la prudence de joindre à sa requête un certificat attestant la qualité de son père comme actionnaire-fondateur de la *Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão*, il l'obtint aussitôt, nonobstant les empêchements inhérents à la condition insuffisante de ses autres ascendants⁽¹²⁰⁾. Pendant plus d'un an, il fréquenta alors les audiences du *Desembargador* João da Costa Borges de Azevedo, *Corregedor do Cível da Corte*, ce qui lui permit, le 10 janvier 1783, de solliciter son habilitation à la magistrature: le 17 septembre 1784, après l'enquête d'usage, celle-ci lui était accordée⁽¹²¹⁾. Comme la plupart des magistrats débutants, c'est par une charge de *juiz-de-fora* que João Paulo Bezerra Seixas aurait dû commencer sa carrière; nous n'en avons pourtant retrouvé aucune trace dans les archives, et il semble que la voie qu'il suivit ait été quelque peu différente. En effet, le 8 août 1785, «bien qu'il n'eut pas encore servi», il fut exceptionnellement autorisé à concourir pour une charge de magistrat municipal de Lisbonne⁽¹²²⁾. Cependant, ce nouveau pas dans la voie de l'exercice de la magistrature ne semble pas avoir été suivi d'effet: avant 1790 les archives ne nous ont révélé aucune nomination à une charge quelconque. Par contre, deux témoignages nous aident à reconstituer partiellement cette période d'inactivité professionnelle. Le premier est celui de D. Rodrigo, à travers ses lettres familières à Bezerra: nous y voyons João Paulo souvent occupé par les affaires de D. Rodrigo, qu'il s'agisse de le tirer de ses embarras financiers ou de faire protéger une famille piémontaise de négociants-industriels de la soie, les Arnaud, envoyés de Turin par D. Rodrigo pour aider à la renaissance de l'industrie de la soie au Portugal; et nous le voyons lui-même victime d'une «injuste et horrible intrigue» visant à le dépouiller de ses biens, et «aux prises avec des gens de loi» — sans doute à propos de la succession de son père⁽¹²³⁾. Le second témoignage est celui de William Beckford, ce riche et brillant aristocrate anglais qui séjourna à Lisbonne en 1787 et s'y lia d'amitié avec Bezerra: «What a misfortune to have no employment!»

s'exclame-t-il un jour dans son journal, manifestant ainsi son agacement devant les commérages auxquels venait de se laisser aller devant lui Bezerra⁽¹²⁴⁾. Mais si des références presque quotidiennes aux rencontres, promenades, thés ou dîners en compagnie de João Paulo nous confirment l'oisiveté de celui-ci, elles nous permettent aussi de nous faire une idée assez précise du jeune homme qu'il était, de son physique comme de son caractère, ainsi que du milieu dans lequel il évoluait alors: d'une part, l'aristocratie portugaise, notamment les marquis de Marialva et surtout le cousin germain de D. Rodrigo, D. José Maria de Souza, dont il était inséparable; d'autre part, la colonie anglaise de Lisbonne, avec ses aristocrates comme Beckford lui-même, et ses grands bourgeois négociants, comme les Horne, Street, Sill, etc...⁽¹²⁵⁾; et nous voyons même son idylle avec une jeune anglaise, Miss Betty Sill, qu'il devait épouser un peu plus tard, sans doute en 1789⁽¹²⁶⁾.

Ce n'est qu'après son mariage que, très lentement, commença la carrière de João Paulo Bezerra Seixas; mais une curieuse carrière, en vérité, qui semble faite, entre 1790 et 1802, de nominations non suivies d'exécution. Par décret du 14 octobre 1790, il fut nommé *Ouvidor* de Vila Rica (Brésil); la lettre de provision correspondante lui fut seulement délivrée le 6 avril 1791, étant assortie le 12 avril d'un brevet de *Provedor das Fazendas dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos* de la même ville⁽¹²⁷⁾. Avec la fervente amitié qu'il portait à son ami, D. Rodrigo le félicita aussitôt⁽¹²⁸⁾, mais rien ne nous permet de savoir si Bezerra partit jamais au Brésil exercer ces deux charges... En 1793 et 1794, en tout cas, il était à Lisbonne, où D. Rodrigo se trouvait lui-même en congé⁽¹²⁹⁾ et il y était encore en 1796 lorsqu'il se fit adresser de Turin, par D. Rodrigo, des livres de généalogie, suscitant ainsi quelque ironie de la part de son fidèle ami⁽¹³⁰⁾. Et il ne semble pas davantage que, nommé Envoyé extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire aux Etats-Unis d'Amérique, il ait jamais rejoint son poste: nous n'avons pu vérifier ni les circonstances précises ni la date à laquelle — 1801, nous dit-on⁽¹³¹⁾ — il reçut sa nomination; nous savons seulement que le 20 janvier

1801 il portait déjà ce titre diplomatique, lorsqu'il fut élevé par le Prince Régent D. João à la dignité de membre titulaire de son Conseil, avec tous les honneurs et prérogatives afférents⁽¹³²⁾.

Ainsi Bezerra entra-t-il de façon décisive dans la voie des grands honneurs. Quant à sa carrière diplomatique, elle commença de façon effective non pas avec le poste des Etats-Unis, puisque l'année 1801 et le tout début de 1802 nous montrent la présence de Bezerra à Lisbonne⁽¹³³⁾, mais avec sa nomination d'Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire auprès de la République Batave. Telle fut en effet la charge qu'il occupa effectivement et dont nous avons le témoignage concret⁽¹³⁴⁾. C'est au début de mars 1802 que Bezerra quitta Lisbonne, faisant d'abord étape à Londres, où il retrouva son ami de toujours D. José Maria de Souza, puis à Paris, où il retrouva une partie des personnes connues lors du voyage de 1778, notamment les mathématiciens Laplace et Bossuet, avant de gagner son poste à la Haye, où il se trouvait déjà en août 1802⁽¹³⁵⁾. Il devait y rester jusqu'à la fin de février 1810, lorsque les préparatifs de l'occupation des provinces du Sud par les troupes françaises le contraignirent à se replier à Londres. Il y apprit presque aussitôt sa nomination à Saint-Pétersbourg, toujours en qualité d'Envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire; mais comme il ne pouvait partir avant d'avoir reçu lettres de créance, instructions et pleins pouvoirs du Prince-Régent, ainsi que les indispensables indemnités de voyage et d'installation, il jugea de son devoir «de profiter de cet intervalle accidentel pour examiner avec tout soin l'intéressant avancement des manufactures et des exploitations des différentes mines de ce pays»; un voyage de plusieurs mois, du Pays de Galles à l'Ecosse, lui permit donc de découvrir avec admiration l'invention des *rail-roads*, la généralisation des machines à vapeur de Watt, le célèbre établissement de Caron «pour les ouvrages en fer coulé», etc..., et d'observer que l'Ecosse se trouvait alors «dans un état de prospérité grandissante en toutes branches vraiment frappant et étonnant»⁽¹³⁶⁾. Finalement, c'est en mai 1811 qu'il quitta l'Angleterre pour gagner Saint-Pétersbourg, où il arriva un mois plus tard. Toutefois,

sa mission ne serait pas de longue durée: le 6 septembre 1812 lui parvenait l'ordre de se mettre en route au plus vite pour Rio de Janeiro, où le Prince-Régent désirait lui «communiquer des objets de son service». La remodelation ministérielle consécutive au décès subit, en janvier 1812, de son ami de toujours D. Rodrigo de Souza Coutinho est-elle à l'origine de ce rappel? Le Prince-Régent avait-il envisagé d'offrir une charge gouvernementale à Bezerra? C'est probable. Cependant, lorsque celui-ci arriva enfin à Rio de Janeiro le 6 février 1813, après un long et éprouvant voyage, aucune charge nouvelle ne l'attendait: le «clan anglophile» dont D. Rodrigo et lui-même avaient fait partie était en perte de faveur, et d'autres personnalités se trouvaient au gouvernement. C'est seulement en 1817 que Bezerra fit enfin ses débuts au timon de l'Etat: d'abord pour assurer l'intérim du Ministère du Royaume et de la Présidence du Trésor Royal, en remplacement du marquis de Aguiar, moribond, charges qu'il cumula bientôt avec l'intérim du Ministère des Affaires Etrangères et de la Guerre, laissé vacant par la mort du Conde da Barca ⁽¹³⁷⁾. Hélas! Bezerra avait alors 60 ans et était devenu un valétudinaire, dont le Chargé d'affaire français, M. Maler, trace d'une plume acérée le portrait suivant: «Depuis plusieurs années son corps est entièrement perclus des suites d'une paralysie; il souffre habituellement de la goutte, et le 13 de ce mois [juin 1817], une hémorragie avait fait désespérer de ses jours. Tel est [...], en abrégé, le nouveau fantôme qu'on place à la tête des affaires.» ⁽¹³⁸⁾ Quelques mois plus tard, le 29 novembre 1817, ce «fantôme» disparaissait du monde des vivants ⁽¹³⁹⁾.

Si le court testament par lequel il fit de sa femme son héritière universelle ne nous fournit aucune indication sur l'état de sa fortune, il ne nous en apporte pas moins deux éléments intéressants sur sa personnalité même ⁽¹⁴⁰⁾. En premier lieu, la déclaration liminaire, dépourvue de toute invocation traditionnelle à la Très Sainte Trinité, à la Vierge Marie, aux Saints et à l'Ange Gardien, manifeste clairement le déisme que l'ancien compagnon et disciple de José Anastácio da Cunha à l'Université de Coimbra avait continué à professer depuis

ses jeunes années: «Au nom de Dieu Amen. Je recommande mon âme à mon Créateur, et je demande par dessus tout que mon enterrement soit le plus simple et le moins dispendieux possible.» ⁽¹⁴¹⁾ En second lieu, il est remarquable que dans ce document Bezerra ait eu le souci d'exprimer une dernière fois l'indéfectible amitié qui, depuis l'enfance, l'avait attaché à D. Rodrigo de Souza Coutinho et qui, au fil des ans et des circonstances, s'était étendue à toute la famille de celui-ci: «Je laisse tous mes livres, toutes mes cartes géographiques et tous mes papiers, de quelque nature qu'ils soient (à la seule exception de ceux qui concernent mes intérêts domestiques), au fils aîné de mon ancien et respectable ami Monsieur le Comte de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho, afin que, joints à son importante collection, ils soient transmis à ses successeurs dans le majorat de sa maison, en le priant de bien vouloir accepter ce petit témoignage de mon amitié.»

En 1819, D. Isabel Sill Bezerra se vit conférer le titre de Vicomtesse de Tagoahi en récompense posthume des services rendus par son mari à la Couronne ⁽¹⁴²⁾. Mais cet anoblissement venait trop tard: la branche masculine des Bezerra Seixas s'était éteinte avec João Paulo, dont le mariage avec Betty Sill avait été stérile, de même que celui de son frère Manuel avec Mariana Rademaker.

Le processus d'ascension sociale si bien entamé dans cette famille s'interrompt donc brusquement, et l'apogée des Bezerra Seixas, qui avait conduit le plus jeune de ses membres jusqu'au char de l'Etat et même à l'intimité du souverain, fut sans lendemain.

c) *La haute magistrature.* Le testament de Manuel Bezerra Seixas ayant attiré notre attention sur trois cousins *Desembargadores* ⁽¹⁴³⁾, nous avons jugé utile de connaître l'ascendance de ceux-ci et de déterminer ainsi leur origine sociale. Grâce aux *Leituras de Bacharéis* et aux *Habilitações do Santo Officio*, ce ne fut pas difficile, et nous avons pu reconstituer de la façon suivante l'émergence et l'apogée de quelques collatéraux de José Bezerra Seixas et Isabel Florência do Espírito Santo e Fonseca.

1.^o Les TAVARES DE SIQUEIRA (ligne des Bezerra Seixas). On se souvient qu'une soeur de José Bezerra Seixas, Anna Joaquina, avait épousé un gentilhomme, José de Barros Caminha, et en avait eu une fille, Maria Joana José Angela de BARROS. Or cette fille, née à Lisbonne le 30 mars 1737 et baptisée le 14 avril de la même année, épousa en 1754 le *doutor* Eusébio TAVARES DE SIQUEIRA (¹⁴⁴). En ligne paternelle, celui-ci était petit-fils de Simão LOPES DE SIQUEIRA et Domingas FERREIRA, de Avelar, environs de Tomar, «personnes nobles qui vivaient de leurs champs qu'ils faisaient cultiver par leurs domestiques», et fils de Manuel LOPES DE SIQUEIRA et Maria TAVARES, également fixés à Coimbra, où Manuel Lopes de Siqueira avait été «dans ses débuts, commis de la boutique de son frère António Lopes de Siqueira (¹⁴⁵), puis boutiquier et fermier de quelques revenus», Familier du Saint-Office et pour finir, «secrétaire des finances de l'Inquisition de Coimbra» (*escrivão do fisco da Inquisição*). En ligne maternelle, il était petit-fils de Manuel FERNANDES et Marta TAVARES, habitants à Coimbra, où Manuel Fernandes avait été savetier puis marchand de cuirs, avant d'accéder à des fonctions municipales importantes, celles de «juge de paix» et «inspecteur des poids et mesures» (*juiz do povo et almotacé*).

Né à Coimbra vers 1708, Eusébio TAVARES DE SIQUEIRA avait fait des études complètes de droit à l'Université de Coimbra, avant de solliciter et obtenir son entrée dans les rangs des Familiers du Saint-Office (1727) et dans la magistrature (1728). Presque aussitôt, il occupa sa première charge de magistrat et nous avons pu retracer toute sa carrière de la façon suivante (¹⁴⁶):

- en 1730: *juiz de fora* de Torres Vedras;
- en 1738: *juiz de fora* de Mafra;
- en 1746: *Corregedor do Crime* du quartier de Mouraria, à Lisbonne;
- en 1747: cette dernière charge fut reconduite pour 3 ans et complétée par celle de *Desembargador da Casa da Suplicação*;
- en 1758: *Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação*;
- en 1765: Chancelier de la *Relação* de Porto;
- en 1767: Député de la *Mesa da Ciência e Ordens*, la dernière des charges qu'il occupa avant de prendre sa retraite.

En outre, en 1777, il reprit l'office de *Porteiro da Junta dos Três Estados* qui avait appartenu à son beau-père, et en 1781, il obtint l'autorisation de déléguer un suppléant dans cet office et dans celui, annexe, de Trésorier des Dépenses de la même *Junta* (¹⁴⁷).

De son mariage avec Maria Joana Angela de Barros, Eusébio Tavares de Siqueira eut au moins deux fils — les deux cousins de Manuel et João Paulo Bezerra Seixas. Les contraintes de temps de notre recherche ne nous ont pas permis de reconstituer leur carrière de manière très détaillée, mais nous avons pu néanmoins constater qu'ils avaient suivi les traces de leur père:

— Manuel Pedro TAVARES DE SIQUEIRA, né à Lisbonne vers 1759, fit des études de droit à l'Université de Coimbra et obtint en 1780 son habilitation à la magistrature (¹⁴⁸). Vers 1788, il était *juiz de fora* à Portalegre (¹⁴⁹) et en 1803, à l'époque où Manuel Bezerra Seixas l'institua son exécuteur testamentaire et légataire universel, il était *Desembargador da Relação* de Porto (¹⁵⁰).

— Francisco António TAVARES DE SIQUEIRA, né à Lisbonne vers 1762, fit une carrière semblable: études de droit à l'Université de Coimbra, puis habilitation à la magistrature en 1788 (¹⁵¹), et charge de *Desembargador* en 1803.

2.^o Francisco VITTO DANTAS DE AFFONSECA (ligne des Pires da Fonseca). Là encore, on se souvient qu'une des filles du premier mariage de Fructuoso Pires da Fonseca, Francisca Michaela da Fonseca, avait épousé en 1733 Manuel DANTAS DE AMORIM (¹⁵²). En ligne paternelle, celui-ci était petit-fils de Gonçalo DANTAS et Anna ROIZ, «cultivateurs qui vivaient de leurs champs et de leur travail», et fils de Matheus DANTAS LIMA et Maria de AMORIM, «savetiers». En ligne maternelle, il était petit-fils de

João de AMORIM et Domingas ALVARES, et arrière-petit-fils de Antonio ALVARES et sa femme, surnommée «a Carrapata», tous cultivateurs qui vivaient de leurs champs et de leur travail» (153).

Né à Viana en 1698, devenu riche négociant, il évaluait, en 1726, sa fortune à plus de dix mille cruzades (154). Devenu Familier du Saint-Office en 1727, c'est en 1750 qu'il voulut entrer dans l'Ordre du Christ, mais ayant dépassé de 2 ans la limite d'âge, il se vit refuser son habilitation; faisant alors une requête en appel, il obtint presque aussitôt gain de cause (155). Cinq ans plus tard, comme nous l'avons déjà vu, il devenait actionnaire-fondateur de la *Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão*.

De son mariage avec Francisca Michaela da Fonseca, il eut au moins un fils, Francisco VITTO DANTAS DE AFFONSECA, baptisé à Lisbonne en 1736. Celui-ci n'avait pas encore dix-huit ans lorsqu'il voulut entrer dans l'Ordre du Christ, aussi sa demande fut-elle d'abord rejetée; comme son père, il dut alors faire appel de la sentence, obtenant aussitôt gain de cause (156). Bachelier en droit de l'Université de Coimbra, il sollicita son habilitation à la magistrature et l'obtint, en 1759 (157). De même que pour Manuel Pedro et Francisco António Tavares de Siqueira, nous n'avons pu établir en détail la suite de sa carrière, mais dans le testament de son cousin Manuel Bezerra Seixas, où il figure comme exécuteur testamentaire en seconde ligne, en cas de décès du premier désigné, il est dit *Desembargador*.

Ainsi assistons-nous, pour ces deux branches secondaires des familles Bezerra Seixas et Pires da Fonseca, au même processus rapide d'ascension sociale: en moins de trois générations, à partir d'origines très modestes, se réalisent une émergence et une apogée très comparables à celles que nous avons observées dans le tronc principal.

EN GUISE DE CONCLUSION

L'étude ponctuelle de la famille Bezerra Seixas, parents et alliés, nous a permis de mettre en évidence plusieurs caractères de la société portugaise du XVIII^e siècle, dont certains nous paraissent assez sin-

guliers par rapport à ce qui est connu d'autres sociétés occidentales de la même époque, notamment de la société française:

1.^o *la mobilité géographique*: si Lisbonne joue bien le rôle de pôle d'attraction où viennent se fixer tous ceux qui désirent s'élever dans l'échelle sociale, aussi bien à partir de l'artisanat que du petit commerce — ce qui est le rôle de toutes les capitales —, nous n'avons pas observé un seul exemple de mouvement de retrait capitale-province lorsque le processus de l'ascension sociale est largement amorcé soit par l'augmentation du volume des affaires, soit par l'acquisition d'offices, soit par l'entrée dans la noblesse acquise: jamais nous n'avons assisté à un éloignement durable vers la province (sauf en cas d'alliances contractées avec des personnes fixées en province du fait de leurs fonctions), et à un enracinement dans une propriété foncière susceptible de faire oublier, en l'espace d'une ou deux générations, les racines roturières. Et si des séjours en quelque point de l'empire portugais, notamment au Brésil, apparaissent comme un tremplin pour l'accumulation de capital, voire d'honneurs, ils sont toujours de caractère éminemment temporaire, et suivis d'un retour rapide dans la capitale;

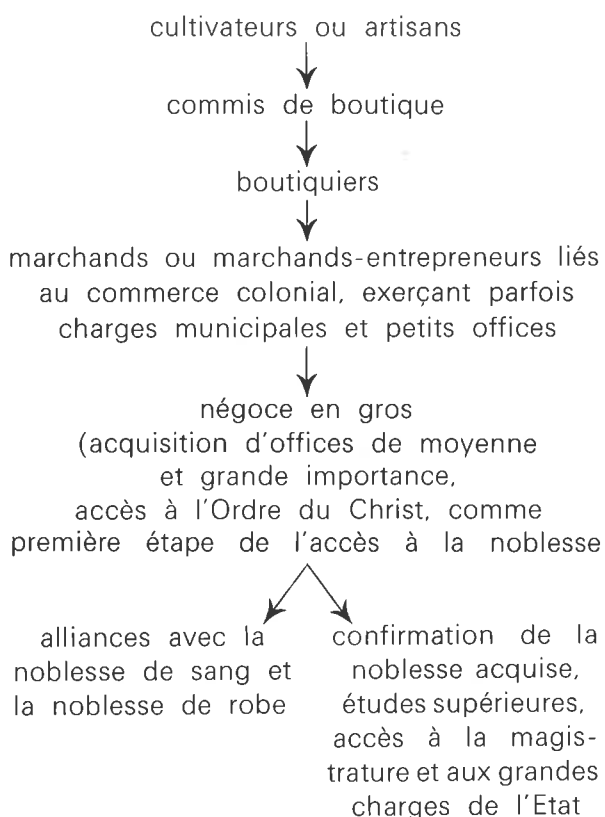
2.^o *la mobilité sociale*: bien plus grande que nous le laissaient supposer les quelques études dont nous disposons, elle se manifeste par une absence presque totale de barrière, sinon de préjugés, dans les jeux complexes d'alliance réalisés:

— entre personnes occupant des positions très diverses à l'intérieur d'un même groupe social (le tiers-état), de bas en haut de l'échelle: cultivateurs - marchands, artisans-marchands, marchands-négociants (ou leurs enfants);

— entre personnes appartenant à des groupes sociaux très différents: artisans - petits gentilshommes terriens; négociants - gentilshommes d'épée ou de robe (ou leurs enfants). Si le cas de l'alliance fille de négociant-gentilhomme est banal, notre surprise est d'avoir trouvé au moins un cas de jeune fille noble (de petite noblesse terrienne, il est vrai) épousant un négociant. On trouve cette mobilité sociale également exprimée par la réussite de certains individus qui, au cours de leur carrière, franchissent plusieurs

étapes importantes de la hiérarchie de leur groupe, et passent même carrément d'un groupe social à un autre;

3.^o *les groupes bourgeois et les modalités de l'ascension sociale*: négociants ou magistrats, leurs origines sont de la plus grande modestie, comme nous l'avons vu dans tous les cas analysés, et dans tous les cas, l'ascension sociale passe par l'exercice du commerce — éventuellement du commerce colonial — selon la progression suivante:



Parvenue au terme de cette étude, nous avons pleinement conscience de ses limites: d'abord, parce que nous n'avons pas réussi à connaître vraiment le niveau de fortune de la plupart des individus que nous avons examinés; ensuite, parce que nous n'avons pas pu, dans le cadre d'un simple article, approfondir autant que nous l'aurions souhaité certains aspects des personnalités, comme celle de João Paulo Bezerra Seixas, et notamment ce qui était discernable de ses structures mentales; enfin, parce que les familles Bezerra Seixas — Pires da Fonseca nous ont offert des cas typiques d'ascension sociale, qui sont peut-être des cas exceptionnels. Pour faire progresser notre

connaissance de l'histoire sociale du Portugal au XVIII^e siècle, il serait indispensable de multiplier les études de cas, de faire des séries de micro-biographies, et dans cette perspective, bien des voies de recherche s'ouvrent devant nous. Nous ne pouvons pas les énumérer toutes, mais nous pensons principalement aux trois suivantes:

— pour connaître les groupes bourgeois, il faudrait travailler sur des ensembles homogènes de dimensions relativement réduites; par exemple, sur les listes d'actionnaires-fondateurs des Compagnies de commerce de l'époque pombaline (et c'est ce que vient d'entreprendre une de nos étudiantes pour la *Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão*), ou encore sur les listes des négociants et manufacturiers des principales villes du Portugal;

— pour connaître les groupes sociaux institutionnels, on pourrait étudier systématiquement les cadres administratifs de la métropole et des colonies, les gouvernements, les *Desembargadores* (158), le clergé et — pourquoi pas? — ce bras laïc de l'Inquisition constitué par les Familiers du Saint-Office, sur lesquels circulent beaucoup d'idées toutes faites et peu d'informations documentées; bien conduites, de telles études contribueraient à la connaissance des groupes de pression et des groupes de décision dans les structures institutionnelles;

— les registres de testaments, les inventaires de biens, les minutiers notariaux, qui sont si peu utilisables pour des recherches ponctuelles mais fournissent des séries longues, pourraient aussi servir de point de départ à des études quantitatives.

C'est seulement après avoir constitué un corps suffisant d'études qualitatives et quantitatives qu'il deviendra possible de mettre en oeuvre statistiques et études de cas, et d'établir une typologie des structures sociales qui nous fait cruellement défaut. Alors on pourra sortir enfin des affirmations trop souvent subjectives ou appuyées sur des sources secondaires non critiquées, qu'ont inlassablement reprises des générations d'historiens, et parvenir à une appréciation documentée et nuancée de la société portugaise au XVIII^e siècle, dont on aura mieux compris les mécanismes, et peut-être les structures mentales.

Une voie de connaissance
pour l'histoire
de la société portugaise
au XVIII^e siècle:
les micro-biographies
(Sources — Méthode — Étude de cas)

anexo I

Lettres de D. Rodrigo de Souza Coutinho
à João Paulo Bezerra Seixas ⁽¹⁾

1

[1782]

Mon cher Bezerra,

Excusez mon importunité, mais ma situation me force à vous incomoder; daignez me répondre qu'il y a quelque chose de nouveau. Je vais aujourd'hui chez l'usurier qui, même malgré le 12 pour %, me dira un non. Tel est l'état du pays!... Je suis on ne peut pas plus affligé de voir que je dois manquer à tous mes engagements pour la fin de ce mois à la Cour avec le vaisseau X... Enfin, mon Ami, je compte il y a deux mois sur ce maudit pays, et je vois que je me suis trompé et que peut-être c'est l'écueil où je dois échouer.

En cas que l'usurier me dise quelque chose de favorable, je passerai chez vous... Mais je vous prie de grâce, envoyez-moi dire s'il y a quelque chose de nouveau.

Excusez encore une fois, cher Ami, tant d'importunité, and believe me for ever and ever

Yours,
Souza

2

[Lisbonne] Ce 29^e de Mai [1782]

Cher Bezerra,

Adorable Ami: Je commence cette lettre par vous dire qu'il faut que je sois votre fléau. Je vous ai donné hier tant de peines, et il faut que je vous en demande encore aujourd'hui.

Je vous prie, adorable Ami, de venir demain matin chez Antonio Soares de Mendonça ⁽²⁾ à Campo Pequeno, et de lui proposer mon affaire pour M. Hockel ⁽³⁾, me faisant la grâce de lui dire que vous répondrez pour moi, outre toutes mes assurances. Par la voie de Casimiro ⁽⁴⁾, peut-être vous obtiendrez quelque chose, car je me rappelle que quand je lui ai parlé la seconde fois, si j'y avais ajouté que vous répondriez pour moi, tout seroit dit. Je compte moi-même d'aller demain matin chez Hockel, et si ces deux efforts ne réussissent point, tout est dit. A kingdom for a horse. Rappelez-vous Richard 3^{ème}. I am in a desperate situation.

All yours,
R. S. Coutinho

3

[Lisbonne] Ce mercredi [1782]

Cher Bezerra,

Quel travail que je vous donne depuis quinze jours! Je ne vous laisse pas même respirer. Décidez donc de mon voyage. Dites-moi ce que vous a dit Hockel. Puis-je compter sûrement sur lui jusques à samedi ou dimanche, ou bien faut-il plus de tems pour le persuader, et renoncer à ce voyage? J'envoie Jeannette attendre la réponse chez vous, car je dois en faire une aujourd'hui au Capitaine.

Excusez, adorable Ami, tant d'importunité, and believe me for ever and ever.

Yours,
S. Coutinho

4

[Lisbonne] ce mercredi [1782]

Cher et adorable Bezerra,

Mon cher Ami: puisque j'ai pris le droit de vous ennuyer autant que possible, je vous prie de vouloir bien insister avec Soares et Hockel pour une réponse décisive favorable, car alors je pourrai partir sur ce vaisseau qui va mettre à la voile samedi ou dimanche. Si Hockel doutoit de ma correspondance, Bandeira ⁽⁵⁾ vouloit se charger de la correspondance et de lui donner au commencement de chaque mois les 140 000 reis en question. Mais ne citez point ce nom, car l'autre pourroit s'allarmer. Enfin excusez, cher Ami, tant d'importunité, and believe ever and ever

Yours,
Souza

P.S.: Je vous attens ce matin après que vous verrez Soares.

[Lisbonne] Ce 5 ème de Juin [1782]

My dear friend,

Le moyen de Rafael ⁽⁶⁾ n'a point encore été tenté, car l'homme m'a fait dire qu'il ne venoit que ce soir... Mais, cher Ami, j'ai été parler à un assentista de Tra-los-montes pour qu'il afferma la maison et m'avança quelques années. J'espère cette après-midi une réponse peut-être favorable. C'étoit le seul moyen qui resta. Enfin, nous verrons s'il réussit.

Voilà, cher Ami, l'état de ce pays où il n'y a que ce seul moyen d'emprunter de l'argent? Believe me, dear Friend, for ever and ever.

Yours
R. S. Coutinho

[Lisbonne] Dimanche 23 de Juin [1782]

Cher Bezerra,

Je dois vous ennuyer éternellement. Mardi matin à huit heures il faut être chez moi pour passer chez le notaire et signer votre nom comme mon garant.

Excusez, cher Ami, tant d'importunités, and believe me for ever and ever.

Yours,
R. S. C.

[Lisbonne] Lundi 24^e de Juin [1782]

My dearest Friend,

Je ne vous laisse pas même un moment libre que je n'aille point vous incommoder. Cintra n'est pas même un boulevard que je ne force point. Enfin, dearest Bezerra, mes affaires doivent se conclure mardi matin, mais il faut que vous répondiez pour votre ami. Il faudrait donc, cher Ami, quitter Cintra de grand matin le mardi pour être à Arroyos avant huit heures. Puis-je espérer que vous vouliez vous donner cette peine, laisser l'agréable séjour où vous êtes et venir signer votre nom en garantissant votre ami? Quelle cruauté que de le prétendre. Cependant, cher Ami, je suis forcé de vous importuner car il faut finir cette affaire le mardi matin, et sans votre présence, rien ne pourroit se faire. Ainsi quittez Cintra à cinq heures le mardi matin, venez déjeuner avec moi, et puis nous irons terminer cette affaire. Nous dînerons ensemble, et la journée sera entièrement à nous. Voyez comme je dispose de ce que vous devez faire, mais n'est-il point permis de le faire à celui qui sera à jamais

Yours,
R. S. Coutinho

Turin, ce 13 ème mai 1789

Mon cher Bezerra, mon bon et adorable Ami,

Sera-t-il possible que je ne sois fait que pour vous tourmenter et que pour vous donner des peines? Voilà pourtant mon cas, et c'est une vérité que vous pourrez en tout tems dire, que vous avez payé chère votre amitié pour moi sans que je vous en rende rien pour tout ce que j'en ai reçu.

Vous avez sçu mon mariage, vous avez même eu la bonté de me féliciter. C'est en conséquence de cela que je vous prie de vouloir bien maintenant me donner une nouvelle preuve d'amitié.

Votre ami, qui ne veut point tromper personne, écrit aujourd'hui à S. S. Mr Pinto ⁽⁷⁾ pour lui dire que ses dettes particulières à lui se montent à cinquante mille cruzades, que pour les satisfaire il a besoin que Sa Majesté lui permette d'aliéner pour quarante ans trois mille cruzades de revenu annuel, dont la moitié des grâces reçues, et l'autre moitié de sa Maison, pour que là-dessus, et avec cette assurance, on puisse trouver à Lisbonne la sus-dite somme, qui sera confiée entre vos mains et celle de Mr Quintela ⁽⁸⁾, et que vous laisserez ensuite à ce dernier. En conséquence de cela, je vous prie de me faire cet emprunt à Lisbonne, de main commune avec Mr Quintela, et de vouloir le tranquilliser sur ce que je viens de le prier de payer encor 12 mil cruzades, que je tire sur lui à trois mois d'échéance, en lui donnant ce moyen d'être indemnisé et en l'assurant que vous répondrez pour votre ami.

Je vous supplie, non seulement de cette grâce, mais de faire instance auprès de S. E. Mr de Pinto pour que l'alvará de la Reine vous soit donnée au plutôt, et que vous puissiez trouver cet argent de quelque confrérie à Lisbonne, comme l'autre fois, ce que Mr Quintela avoit offert dernièrement à mon frère.//

Avec cette somme, et la Cour me payant ce qu'elle me doit à toute rigueur, votre ami aura la paix, vivra tranquillement à Turin, ne devra rien autre, aura payé tout son mobilier et tout ce qu'il a dépensé pour sa femme, sa vaisselle, ses livres, etc... Si la mort survient, la vente de tout ceci rend bien foible le poids qui pourra rester sur ma famille, si même ils n'y trouvent pas de quoi tout payer. La dépêche que la Cour m'a donné, selon ce que mon frère m'a écrit, se monte à quatre mil et cinq cents cruzades. Je demande à mon frère 1500 de la maison; il en reste là trois livres pour ma femme, que je lui ai assuré, et trois pour mon emprunt. Je crois que de cette manière, personne n'aura à se plaindre de moi, et que tout sera arrangé aussi équitablement que possible.

Si la Cour (malgré qu'il paroît qu'on veuille le faire) se refuse à me payer, alors je vendrai une partie de mes meubles et, quoique désagréablement mes affaires seront mises de nouveau en équilibre.

Cette lettre vous sera adressée par Mr Quintela. Daignez le tranquilliser et, par votre activité, ne lui laissez pas le tems qu'il soit dans le moindre déboursement.

J'écris aussi à mon frère, mais il pense d'une manière si singulière qu'en lui annonçant tout, je n'ai voulu dépendre en rien de lui.

Croyez-moi pour la vie, cher Ami

Votre ami et serviteur
and all yours for ever and ever,
D. Rodrigo de Sousa Coutinho //

P. S.: Je vous envoie la procuration, et à Mr Quintela. Daignez vous donner toutes les peines pour sa réussite, ainsi que pour ce que du Bureau d'Etat on expédie ma demande. Vous pouvez montrer cette même lettre à S. E. Mr de Pinto, et le prier de faire expédier l'alvará pour que je ne sois point compromis.

Il faudra aussi le consentement de mon frère Dominique. Je lui écris aujourd'hui pour l'obtenir, et j'espère que vous vous chargerez encore de cette négociation.

La procuration est adressée à Mr Quintela, à qui j'adresse aussi cette lettre.

9

[Turin] ce 15^{ème} juillet 1789

Mon cher Bezerra,

Si quelque chose au monde peut faire croire qu'il y a des coeurs faits pour être adorés, c'est votre conduite vertueuse vis-à-vis d'un ami qui n'a d'autre titre près de vous que celui de vous être plus attaché que qui que ce soit au monde. J'ai été vivement ému de votre charmante lettre, qui est venue me consoler dans tout mon malheur, et je compte encore sur la continuation des démarches que vous avez si bien commencées. Vous me soupçonnez sans contredit, d'après ce qu'on vous aura dit, de prodigalité ou de légèreté. Vous allez maintenant voir que je ne suis coupable ni de l'une ni de l'autre, et vous verrez aussi mon système dénoncé ici en peu de mots, et qui est aussi exprimé dans la lettre que je joins ici et qui est une copie de ce que j'ai écrit à Ceabra⁽⁹⁾.

Dans mon contrat de mariage, qui est actuellement sous les yeux de la Reine, j'ai donné à ma femme 14 mil cr[uzades] de diamans; j'ai ensuite meublé un peu mieux une nouvelle maison que j'ai loué; à cela, il faut ajouter ma vaisselle, qui est un objet de 12 mil cr[uzades], et mes livres, qui me coutent beaucoup. Tout cela n'a été défrayé en aucune manière; de ma Maison je n'ai rien pris; la dot de ma femme qui m'est assurée par ses parens et dont je perçois les intérêts, qui est de 14 mil cr[uzades], je ne l'ai point touchée. De là, vous voyez que je n'ai point été prodigue puisque, malgré toutes mes tristes circonstances, mon avoir et mon débit sont de niveau. Je ne mets point en ligne de compte ce que j'ai dépensé pour le public, qui me charge si fort et dont on tient si peu compte, malgré toute l'utilité qui doit en résulter. Que demandé-je donc dans ce moment-ci?

Je demande en 1^{er} lieu qu'on me rembourse ce que j'ai dépensé pour le public, et cela est si juste qu'il faut être ennemi de la nation pour s'y opposer. Je

demande en 2^d lieu qu'on me permette d'assurer pour 40 ans 3 mil cr[uzades] de mes biens, pour le payement d'un emprunt avec ses intérêts de 50 mil cr[uzades], et j'offre à ma famille, pour sa tranquillité, de lui assurer les 14 mil cr[uzades] des diamants de ma femme, les 14 de sa dot (car je connais son coeur, et elle me l'a déjà offert), ma vaisselle, mes livres, mes meubles, de manière que si elle s'oppose à ce que la Cour me donne cet alvará, elle est très injuste car, dans le cas de ma mort, elle a l'assurance du capital que je fais avancer. Si la Cour m'accorde l'alvará, alors vous verrez, en faisant une hypothèque annuelle sure des trois mil cr[uzades], si vous ne trouvez point quelque Confrérie ou Miséricorde qui me fasse cet emprunt, ce que, mon Ami, j'espère qu'avec un peu de peine de votre part vous pourrez l'obtenir, même en publiant le plan et les assurances dans un journal comme serait *o Correio Mercantil* //

A Gênes, je n'ai rien pu trouver à cause des emprunts qu'on y fait pour tous les Princes du nord, et dans toute autre conjoncture, je n'aurais point été embarrassé. Mais avec les assurances de l'alvará, je crois que quelque Confrérie y trouvera son compte, et vous verrez, par le calcul ci-joint, qu'en 34 ans tout seroit éteint.

Je ne demande actuellement à ma famille que la valeur de la dépêche, qui est quatre mil cruzades, et qu'ils y joignent encor 1 de plus, ce qui fait 5, dont trois seront payés annuellement pour l'emprunt, et les 2, conjointement avec les 15, viendront nets à Turin pour mon entretien. Voilà mon plan, mon cher Bezerra, et si votre active et unique amitié me fait réussir le payement de la Cour et cet arrangement, votre ami vous devra encor une fois sa paix, son repos et sa tranquillité.

Pour le payement des lettres de change, je vous prie d'obtenir quelque chose de ce villain Quintela, et à tout prix sauvez mon honneur et mon crédit, si vous le pouvez.

Vous verrez, adorable ami, de tout cela que je ne suis point obéré, et que je ne serai pas même embarrassé si on est juste vis-à-vis de moi? Daignez remercier mon cousin et digne ami S. E. Mr de Pinto, daignez lui dire que je connois tout ce que je lui dois, et qu'il fait tout ce qu'il peut pour moi. Si le payement des avances faites et non mises en ligne de compte par la Cour étoient défrayés, cela seroit le plus grand soulagement, et il est indispensable, à moins qu'on ne prétende que je ne doive encor être chatié de leur avoir procuré une branche d'industrie qui doit leur être la plus précieuse. Ce seroit comique qu'au lieu de récompense, on me fit payer differens fraix qu'elle me coute, comme le voyage et entretien des individus, qui va à 4 mil cr[uzades] (¹⁰).

Mon frère me proposoit de faire un voyage à Lisbonne et de demander un congé. J'ai des raisons très fortes pour ne pas le faire. Ou l'on veut arranger mes affaires de la manière simple et naturelle que je l'annonce, et alors j'aime mieux laisser cette jeune et adorable dame chez sa mère, tout comme si elle étoit veuve, et moi j'irai mendier le pain en publiant la conduite qu'on a tenue vis-à-vis de moi après tout ce que j'ai fait, et ce V... aura le bonheur d'avoir assassiné quelqu'un,

qui, tout en mourant, lui faire connoître qu'on peut le dévoiler à la face de l'Europe.//

Voilà, mon cher Bezerra, tout ce que votre ami ose attendre de votre amitié et de votre vertueux coeur, qui passe tout ce qu'on peut imaginer. Si le Ciel s'intéressoit à la vertu des humains dans ce monde, vous seriez le plus heureux des hommes, et votre ami, tout inutile et plutôt à charge qu'il vous soit, auroit le bonheur de voir ses vœux accomplis.

Daignez aussi me donner des nouvelles de votre mariage, auquel je prens le plus vif intérêt, et puisse le Ciel vous accorder un coeur pareil à celui que j'ai trouvé et qui me rendroit le plus heureux des hommes sans tous ces tristes embarras. Alors, mon cher Bezerra, vous me verriez m'occuper tranquillement avec mes livres et dédaigner sans rien dire ni les envier ceux qui ont des places publiques pour opprimer et non pour servir le public, tel que ce Sr V... qui me fait tant de mal par pure satisfaction de me persécuter. Un autre me vengera, et la postérité le condamnera *to everlasting fame*.

Je vous prie de ne pas oublier les intérêts de votre ami, qu'il vous confie entièrement en vous assurant qu'il sera jusqu'au dernier soupir

l'ami le plus affectionné, obligé,
Yours for ever and ever, e fiel captivo,
D. R. de S. C.

P. S. Mon cher Ami, si cela s'arrange, je ne veux plus rien avec Quintela. Dans le moment où il protesta mes lettres de change, ma dette avec lui n'étoit que de 22 mil cr[uzades]. Par conséquent, il ne risquoit que 5500 cr[uzades], et encor, il avoit 4500 cr[uzades] de mes appartemens, que je lui ai toujours laissé, et 4000 cr[uzades] des commanderies qu'il allait recevoir.

10

Turin, ce 29 ème juillet 1789

Mon cher Bezerra et adorable Ami,

Cette lettre vous parviendra au moment que mes lettres me seront renvoyées faute de paiement, et mon crédit sera détruit, ou auront été payés. Cependant, je ne puis m'empêcher de vous dire que ce maudit et vilain Quintela a ajouté à toute sa conduite celle de m'ôter tout crédit à Gênes, de manière que, malgré que Mr Quintela reçoive de ma pension et de mes commanderies plus de 19 mil cr[uzades], cependant il m'enlève jusqu'au crédit pour ma subsistance, et je vis, dans ce moment, dans le cruel embarras que vous pouvez imaginer. Daignez donc, mon cher Ami, y pourvoir de la manière dont je vais vous le spécifier.

En premier lieu, daignez dire à mon vertueux parent que si S. M. ne veut point payer les 22 mil cr[uzades] qu'on me doit, alors c'est impossible que je résiste, et il ne me reste d'autre parti qu'à être la triste victime d'avoir servi avec lumières et distinction un pays barbare et qui méconnoît ses intérêt les plus essentiels.

En 2d lieu, daignez parler à M. Seabra et lui exposer de ma part que mes dettes personnelles sont pour des effets réels, qu'en assurant à ma famille tout ce que j'ai, elle ne perd rien au cas de mort, et le successeur, quel qu'il soit, n'en sera point chargé, et que, par conséquent, c'est une cruauté que de me refuser l'assurance pour l'emprunt de quarante ans d'où doit résulter ma tranquillité et ma paix.

Si les deux objets sont obtenus, alors je vous prie de me trouver un correspondant sur à Lisbonne, qui veuille se charger de ma procuration et me donner du crédit pour les 15 mil cr[uzades], pour l'excès des commanderies — prélevés les 3 mil cr[uzades] —, et pour ce que mon frère pourra me donner de la maison, si cela peut avoir lieu.

Ce que je dois à Mr Quintela se monte à 15 500 jusqu'au mois de juin dernier. Par conséquent, il me reste 6500 cr[uzades] si la Cour me paye // pour les 12 000 cr[uzades] que j'ai fait tirer et que Quintela a protestés. Ensuite, voyez si, avec l'assurance de la Cour, je puis obtenir de quelque Confrairie les 50 000 cr[uzades] d'emprunt dont, déduisant les 5500 cr[uzades], reste 44 et demi à m'envoyer pour que je ne doive plus un sou à qui que ce soit.

Il n'y a que votre activité et votre amitié qui puisse me faire tout cela. Si avec l'alvará et l'hypothèque on ne pouvoit rien trouver à Lisbonne, alors vous pourriez faire assurer par quelque bon négociant la vérité de cela. À Gênes également j'aurois pu y faire l'emprunt, mais il faudroit que les suretés fussent à l'abri de tout reproche.

Maintenant, si la Cour s'oppose à tout cela, alors je vois que ma ruine est jurée, et contre tant d'ennemis il ne me reste rien à faire qu'à montrer que je suis malheureux, mais que je n'ai été ni un fripon ni même léger dans ma conduite, car quelqu'un qui doit 15 500, mais qu'on lui doit 22, peut bien tirer 12 — ce qui fait seulement cinq et demi de plus, lorsqu'il laisse entre les mains du même négociant 4500 cr[uzades] annuels, et qu'on va lui donner encore 4000 des commanderies.

Mon cher Ami, si vous ne pouvez me vaincre tous ces embarras, alors je serai au moins persuadé que rien n'a été négligé, et que si tout eut pu être fait, ce serait vous qui l'auriez fait.

Aimez-moi, et croyez qu'il me faut bien de la force dans l'esprit pour ne point succomber à tant de malheurs si peu mérités.

Croyez-moi pour la vie

Ami e fiel captivo
for ever and ever,
R. S. C.

11

Turin, ce 5ème aout 1789

Mon cher et adorable Bezerra,

Je m'en vais encor vous supplier de négocier mes affaires, que je confie entièrement entre vos mains, et de voir si, d'un côté, les 22 mil cr[uzades] que la Reine me doit, me sont satisfaits, et si l'alvará que je demande pour contenter une seule lettre m'est accordé.

Je me remets entièrement à votre activité qui, seule, peut me procurer une heureuse conclusion.

Daignez persuader à mon frère que la maison ne risque rien dans l'emprunt que je fais, car les fonds seront toujours représentés, en grande partie, par tous les objets que j'ai acquis, et même dans le cas de ma mort, elle n'y risque rien, ou presque rien.

Quintela a porté au comble sa méchanceté, il m'a ôté tout crédit. Ainsi je vous laisse juger de l'embarras où je me trouve.

Venez au secours de votre ami si vous le pouvez, et croyez-moi pour la vie

Tout à vous and everlasting friend,
Souza

12

Turin, 26 d'Agosto 1789

Mon cher et adorable Ami,

Je tremble au moment où je vous écris cette lettre, n'en ayant point reçu de votre part depuis deux semaines, et je crains que Ceabra n'ayant pas voulu donner la *provizão*, l'affaire se trouve arrêtée de manière que l'emprunt de la Confrairie n'ait point pu avoir lieu. Egalement, je tremble que mon adorable parent et ami n'ait point pu m'obtenir la paye des 22 mil cr[uzades] qu'on me doit et qu'on ne devrait pas me refuser si on connoissoit tout le bien que je leur ai procuré et qui me coute tant de peines, tant de fatigues et tant d'injures de la part de ce maudit Quintela. Il vient d'arriver une lettre de feu à Mr Mecelo et Carbonne à Gênes contre moi, et je crains que, par une basse vengeance, il veuille me faire manquer l'emprunt à Lisbonne pour me dénigrer, ce qui est son but puisqu'il a cherché partout à publier que j'étois un dépensier sans ordre et sans mesure. Adorable Ami, voyez si vous pouvez arranger les affaires d'un ami qui ne désire que la paix, et qu'une grande partie de ce qu'il souffre est le résultat d'avoir trop aimé une patrie qui n'est bonne que pour ceux qui la servent comme... Je suspens ma voix, car j'aurais été trop loin.

Si vous pouvez avoir de quoi payer les lettres de change et Quintela, qui se monte seulement à 15 mil cruzades, alors, de grâce, cherchez-moi un autre procureur auquel je ne veux rien devoir, mais qui soit conséquent et honnête.

Je suis dans la dernière inquiétude, sans crédit, je n'ai pas même qui veuille me faire crédit sans risquer mon honneur, après ce que Quintela vient de me faire. Ainsi, je me remets entre vos mains et vous pouvez être seul juge de l'embarras où je me trouve.

Adorable Ami, vous souffrez sûrement autant que moi, et pour tant de soucis, que puis-je vous consacrer qu'une stérile amitié, quoique vraie et éternelle.

Croyez-moi pour la vie

Votre ami for ever and ever
e mais obrigado e fiel captivo
Souza

13

Turin, ce 26 septembre 1789

Mon cher Ami et adorable Bezerra,

J'ai reçu votre adorable lettre, qui m'a entièrement consolé. Tout ce que vous avez fait pour moi est inexprimable, je n'ai de termes ni d'expression pour vous témoigner ma sincère quoique inutile reconnaissance. Croyez, adorable Ami, que vous connaissant, je n'ai qu'une seule chose à ajouter, et c'est que jusqu'au tombeau je reconnaitrai que je vous dois tout et que vous ne me devez rien.

Sur Quintela, vous ne concevez pas la noirceur de son caractère. C'est un monstre, mais bestial. Ce n'est pas sa conduite dont je me plains, ni ce qui concerne les lettres de change. C'est tout ce qu'il a dit de moi à Gênes où, selon les lettres qu'il a écrit, on devrait m'avoir pris pour le dernier des hommes sans foi, sans honneur et sans probité.

Je vais prendre pour huit jours l'air de la campagne car ma santé est abymée. A mon retour, vous aurez une longue lettre. Daignez dire à mon frère que je le prie de m'adresser, en une lettre de change en ma faveur, tout ce qu'il aura de reste, et qu'il ne faut plus s'adresser à d'autre que moi.

Croyez-moi pour la vie, adorable Ami,

Tout à vous, fidèle ami, obéissant serviteur,
and yours for ever and ever,
e, à portuguesa, fiel captivo,
Souza Coutinho

P.S. J'oubliais de vous dire que j'ai reçu cette lettre dont vous me parlez et que je n'ai osé adresser le compte. Mais si vous croyez que je doive le faire, vous n'avez qu'à le faire dire encor, et je l'enverrai. Dites-le, je vous prie, à S. E. Mr de Pinto, sur l'amitié et les liens de parenté qui nous lient, je compte avec autant plus de plaisir que j'estime et que je respecte ses talents supérieurs et son génie.

14

Paulo Bezerra, meu Amigo e Senhor
Londres

Arroyos, septembre ou octobre 1778

III.^{mo} Sr. João Paulo Bezerra

Mon cher et adorable Ami: Vous devez sans doute être bien surpris de ce que je ne vous aye point écrit avant que d'avoir reçu votre lettre, mais votre admiration cessera dès que vous considérerez que non seulement je n'ai point su le départ du Paquet, mais je voulois point aussi vous écrire avant que de pouvoir vous dire quelque chose au sujet de mon voyage et de tout ce que nous avons accordé ensemble. Ce n'est donc qu'à présent que je puis vous dire quelque chose là-dessus, car quoique je n'ai point encore reçu mon avis,

je l'attens d'un jour à l'autre, et j'ai déjà obtenu la permission d'aller à Paris en passant par Madrid, de manière que j'attens de la bonté de notre Auguste Reine qu'elle me laissera passer une année avec mon Père et mon Oncle avant que d'arriver à Turin. De tout ceci vous voyez bien que c'est à Paris que j'aurai le bonheur de vous voir, car je ne fais point ma route par Londres mais par Madrid; et qu'ainsi vous devez régler // vos choses là-dessus. J'ai eu l'honneur de parler avec Monsieur votre Père ⁽¹¹⁾ au sujet de vos affaires, et nous nous accordâmes qu'il seroit très convenable pour vous-même de rester encore en Angleterre trois ou quatre mois, tandis que je serais en Espagne, pour pouvoir après arriver en France en même tems que moi; car quoique à Paris nous ne pouvons point rester ensemble, puisque je serai obligé de rester chez mon Oncle, cependant nous serons tous les jours ensemble, et nous verrons en même temps tout ce qu'il y aura digne d'être vu; et il seroit absolument inutile d'y arriver plutôt, ayant assez de quoi vous occuper trois mois en Angleterre. Nous fîmes aussi un projet pour tout votre voyage, c'est-à-dire pour six à sept années. Selon notre avis, vous devez rester à Londres quatre mois, puis à Paris tout le tems que j'y serai, et tout le reste à Turin chez moi: mais pendant ce tems-ci, vous ferez aussi le voyage de l'Italie et des Suisses. Je crois que cela ne vous sera point désagréable, nous parlerons quand j'aurai le bonheur de vous voir.

Maintenant je veux vous parler en ami au sujet de ce que vous devez faire ces trois ou quatre mois // en Angleterre pour mettre votre tems à profit et pour que le séjour vous soit un peu moins ennuyeux.

Je sai par votre charmante lettre que vous vous ennuyez à Londres, et je vois bien que vous commencez à sentir tout ce qu'éprouvent les voyageurs la première fois qu'ils sortent de chez eux, mais il faut y résister et oublier toutes les liaisons de votre pays pour pouvoir profiter des voyages et pour les faire à la manière de Montesquieu.

Je vous prie donc, mon cher Ami, de chasser toute votre mélancolie, et de ne point penser que dans quinze jours vous puissiez voir tout ce qui mérite la peine à Londres et en Angleterre. Premièrement, un voyageur qui a vos talents et vos connoissances doit se faire un devoir de connoître à fond la Constitution, les loix, les coutumes, le ministère, le génie, les moeurs et les grands hommes de la nation où il voyage; puis les grands et magnifiques bâtimens, les arsenaux, la marine, les spectacles, les palais du Roi, l'administration de toutes ces choses-ci dans le plus grand détail possible, et tout cela par écrit. Dans un pays tel que celui où vous êtes, vous devez aussi examiner à fond l'agriculture, les manufactures, et le comerce.//

Vous devez imaginer qu'un jour vous devez communiquer ces lumières à vos concitoyens, et vous devez vous préparer à faire cela dignement. Je vous conseillerois donc, mon cher Ami, de rester deux mois à Londres, et le reste de voyager par toute l'Angleterre.

Les deux mois à Londres devroient, quant à moi, être employés à examiner la Constitution, le gouvernement, l'administration de la justice civile et criminelle, le ministère, la marine, les arsenaux, toutes les providences ou bills relatifs au comerce et à la navigation, les postes, la manière dont elles sont entretenues, les chariots de conduction, soit pour les gens soit pour les hardes, et qui vont de ville en ville, la connoissance exacte de tous les papiers publics, de tous les spectacles, de tous les divertissemens, et enfin de tous les grands hommes; chez eux et dans leurs assemblées vous profiterez beaucoup, de même que dans les Parlements, si vous serez encore à la rentrée des deux Chambres. Les autres deux, je voudrois qu'ils fussent employés à connoître à fond l'agriculture et tout ce qui y est relatif, et les manufactures. Pour cela, vous devriez courir toute l'Angleterre, voir les fumiers dont on se sert, les productions du sol et la manière dont ils les fertilisent. Quant aux manufactures de laine, de coton et de soie, vous devriez tâcher de connoître cela avec profondeur, car cela vous divertiroit beaucoup et ce seroit des connoissances très utiles.//

Je suis sans doute bien importun quand je vous fais un si long détail, mais j'espère de voir de belles observations mises par écrit quand nous nous verrons à Paris, et qui seront le fruit de votre voyage. N'oubliez pas tout cela.

Je vous prie aussi de faire connoissance avec le libraire Mr White, ou quelque autre meilleur, et de m'en donner les adresses pour que nous puissions avoir les livres que nous voudrons à Turin. Je vous prie aussi d'acheter pour mon compte une fois tous les papiers des nouvelles publiques et littéraires qui sortent à Londres, soit chaque jour soit chaque mois ou année, vous me les envoyerez par Mr. votre Père au plus vite, car comme je ne sais point le jour de mon départ, je serai peut-être encore ici. Je ferai tenir à Mr votre Père la paye du compte que vous m'envoyerez car entre nous, dorénavant, plus de cérémonies. Je vous prie aussi d'acheter pour mon compte ces livres dont voici les noms et que vous me porterez en France où je vous les payerai:

Postlethwait's History of the public revenue — Postlethwait's Dictionary universal of trade and comerce — Lex Mercatoria — Barreit's Exchange — Wealth of Nations. Ce dernier est nouvellement sorti.

Recevez mille recommandations de la part de notre ami Mr Damião, qui vous aime infiniment. On dit ici qu'Anastase est libre et innocent. Si c'est vrai, quel plaisir pour nous deux! Aimez-moi comme je vous aime. Je vous écrirai de Madrid et suis toujours

Votre éternel ami et serviteur,
Souza

En haut de la dernière page, à l'envers: Envoyez-moi aussi les catalogues des meilleurs libraires à Londres.

Une voie de connaissance pour l'histoire de la société portugaise au XVIII^e siècle: les micro-biographies (Sources — Méthode — Étude de cas)

anexo II

Description des sources utilisées

A. Les Habilitations

1.^o — *Leituras de Bacharéis* (littéralement, «lectures de bacheliers»). Cette très importante série, qui appartient au fonds du *Desembargo do Paço* — tribunal suprême du Royaume (1) —, réunit toutes les habilitations accordées pour l'exercice de la magistrature depuis la fin du XVI^e siècle jusqu'à l'extinction de ce tribunal en 1833 — soit 304 liasses plus ou moins épaisses de dossiers classés par ordre alphabétique du premier prénom (2). Une *leitura de bacharel* est ainsi composée:

— la requête de l'intéressé, dans laquelle celui-ci décline ses noms, prénoms, qualité, lieu de naissance (ou de baptême), lieu de résidence, et sa filiation (parents et grands-parents paternels et maternels;

— le procès-verbal de l'enquête menée par un magistrat de haut rang (*Desembargador* exerçant les fonctions de *Corregedor do Crime*), afin d'établir que le requérant est de bonne vie et moeurs, et que ni lui-même ni ses ascendants ne sont coupables de crime de lèse-majesté divine ou humaine, et n'ont exercé de profession mécanique — empêchements rédhibitoires pour l'accès à la magistrature; cette enquête est réalisée à partir de témoignages oraux et sous serment, suscités dans les paroisses de naissance et de résidence du requérant, auprès de personnes qui l'ont personnellement connu, lui et ses ascendants, et présentent toutes garanties d'honnêteté et de sérieux (2);

— une attestation établie par un magistrat de même rang que le précédent, certifiant que le requérant a fréquenté les audiences de son tribunal pendant au moins un an et a ainsi acquis une pratique jugée suffisante pour l'exercice de la magistrature;

2.^o — *Habilitações da Ordem de Cristo et Chancelarias da Ordem de Cristo*.

Toute personne ayant reçu ou acquis un titre de pension (*padrão de tença*) de l'Ordre du Christ — le plus prestigieux des Ordres militaires portugais — et désirant revêtir l'habit correspondant, devait solliciter son habilitation auprès de la *Mesa da Consciência e Ordens*, sorte de tribunal spécialement chargé des affaires ecclésiastiques et des Ordres militaires (3). Ainsi a été constituée la volumineuse série des *Habilitações da Ordem de Cristo*, qui présente les mêmes caractéristiques de classement que les *Leituras de*

Bacharéis: dossiers rangés par ordre alphabétique du premier prénom et rassemblés en liasses plus ou moins épaisses (4). Les dossiers eux-mêmes sont assez analogues à ceux des *leituras*, mais plus riches en informations relatives au mode de vie, à la profession et à la condition sociale; ils comprennent:

— la requête de l'intéressé, avec les indications d'état civil et de filiation;

— les procès-verbaux des diverses enquêtes menées par des profès de l'Ordre, agissant comme «commissaires» dans les paroisses de naissance (ou baptême) et de résidence du requérant, ainsi que dans les paroisses de baptême de chacun de ses ascendants (jusqu'à la troisième génération), afin de s'assurer de l'aptitude à entrer dans l'Ordre; celle-ci se définissait notamment par:

● la qualité de vieux-chrétien («legítimo e inteiro christão velho»);

● la pureté du sang (il fallait être exempt de toute trace de «race maure, juive ou de nouveau-chrétien»);

● la pureté des moeurs (n'être coupable ou suspect d'aucun crime ou faute grave);

● la condition sociale: l'accès à l'Ordre était en effet interdit aux personnes exerçant ou ayant exercé une profession mécanique ou un métier manuel, donc aux artisans, aux cultivateurs journaliers, aux boutiquiers et commis de boutique, et cela en remontant jusqu'à la troisième génération; c'est pourquoi l'enquête devait non seulement faire apparaître le mode de vie de l'intéressé et de ses ascendants, mais encore permettre de reconstituer la carrière professionnelle de chacun, y compris dans ses «début» («seus principios»);

● l'âge: il fallait avoir plus de 18 ans et moins de 50 ans;

— des documents annexes: suivant le cas, certificats de baptême, de décès; attestations sur la «qualité» et le mode de vie du requérant ou de tel de ses ascendants; attestations de services, d'offices et charges; attestations de contrats d'adjudication de fermes; attestations de titres de propriété d'actions des grandes compagnies de commerce, etc...;

— enfin, les conclusions de la *Mesa da Consciência e Ordens*. Favorables, elles étaient suivies de la délivrance de trois documents (*carta de hábito, alvará de profissão*

e *alvará de cavaleiro*) qui, consignés dans les registres de l'Ordre (*Chancelaria antiga da Ordem de Cristo*), permettaient au requérant de revêtir l'habit, de faire profession et d'être armé chevalier. Défavorables, du fait de quelque «empêchement» (*impedimento*) du requérant (par exemple, à cause de son âge, ou de la condition sociale insuffisante d'un ou plusieurs de ses ascendants, ou encore de ces fameux «début», elles n'interdisaient pas d'interjeter appel. Le dossier était alors augmenté d'une nouvelle requête, de nouveaux documents probatoires, voire de nouvelles enquêtes susceptibles de modifier l'opinion de la *Mesa*, et, pour terminer, des conclusions définitives de celle-ci.

3.º — *Habilitações do Santo Ofício*.

Il s'agit là d'une série encore plus vaste que les deux précédentes, et qui réunit toutes les habilitations sollicitées en vue de devenir «Familiier du Saint-Office» depuis le début du XVII^e siècle jusqu'à l'extinction de ce redoutable Tribunal⁽⁵⁾. Classés par ordre alphabétique du premier prénom, les dossiers sont assez comparables à ceux des habilitations précédentes. Néanmoins, le but en vue duquel ils étaient constitués leur confère une spécificité qui se manifeste dans la liste des questions posées aux témoins suscités pour l'enquête relative à la *limpeza de sangue e geração* de l'impétrant. Outre que celui-ci devait être vieux-chrétien, de bonne vie et moeurs, et «susceptible d'être chargé d'affaires aussi importantes et secrètes que celles du Saint-Office», il fallait s'assurer qu'il savait «lire et écrire», qu'il vivait «honnêtement et dans une certaine aisance», et savoir éventuellement de quelle fortune il disposait — l'aisance ou la richesse étant censées le mettre à l'abri de toute tentative de subornation. Chaque dossier comporte donc :

- la requête de l'intéressé, assortie d'un nombre d'indications plus grand que dans les précédentes séries décrites; en effet, on y trouve non seulement son propre état civil (nom complet, profession, lieux de naissance et de résidence, état de célibataire ou de marié — et dans ce dernier cas, nom de sa femme), et sa propre filiation jusqu'à la troisième génération, mais encore, le cas échéant, la filiation de sa femme; en outre, l'impétrant n'omet pas d'indiquer la qualité de familier du Saint-Office de tel ou tel membre de sa famille, et peut éventuellement alléguer les motifs qui le poussent à demander son habilitation⁽⁶⁾;

- le procès-verbal de toutes les enquêtes menées dans ses paroisses de résidence et de naissance, ainsi

que dans les paroisses de naissance de ses ascendants; éventuellement, enquêtes sur sa femme et sur les ascendants de celle-ci; en annexe étaient produits les certificats de baptême de l'intéressé et des divers membres de sa famille;

- les conclusions du Tribunal du Saint-Office, qui donnaient lieu à la délivrance d'un document appelé *carta de Familiar do Santo Ofício*, du moins si elles étaient favorables; défavorables, l'habilitation était «suspendue» et le dossier clos.

Il convient encore de préciser que tout Familier célibataire désirant prendre épouse devait en solliciter l'autorisation au Tribunal du Saint-Office. C'est pourquoi les dossiers sont souvent enrichis du procès-verbal de l'enquête menée sur la fiancée et ses ascendants, toujours jusqu'à la troisième génération, des certificats de baptême complémentaires, et des conclusions du Tribunal, autorisant ou non le mariage.

Cette série est particulièrement importante dans la mesure où elle permet de connaître de nombreuses ramifications familiales et des jeux d'alliance insoupçonnés.

B. Les Chancelleries Royales. Les archives du Ministério do Reino. Le Cartório da Nobreza.

1.º — *Chancelarias reais*.

A chaque règne d'un souverain portugais correspond une Chancellerie où sont consignés tous les actes relevant de la décision du roi: *alvarás* ou lettres de provision relatifs à des grâces, à des offices et charges, à la nomination à des emplois divers dans l'administration du Portugal et de son empire, à la concession de titres de pension, à des autorisations diverses, etc... Pour le XVIII^e et le XIX^e siècles, il convient donc de consulter les Chancelleries suivantes: *Chancelarias de D. Pedro II* (1668-1706), de *D. João V* (1707-1750), de *D. José I* (1750-1777), de *D. Maria I* (1777-1816) et de *D. João VI* (1816-1826). Leur consultation est facilitée par de gros registres d'index, où l'on trouve un résumé succinct de chaque document et sa date d'établissement, selon un classement généralement fait par ordre alphabétique du premier prénom des personnes (série des *Própios*)⁽⁷⁾, ou des localités, charges, offices, emplois, et titres

anexo II

(série des *Comuns*). Bien que les deux séries se recoupent, il n'est parfois pas inutile de les consulter successivement.

2.^o — *Archives du Ministério do Reino*.

a) *Decretos do Ministério do Reino* (1745-1800). Les *decretos* sont des actes royaux relatifs à la concession de grâces, de titres de pension, ou à la résolution d'affaires privées, prises dans la cadre du *Ministério do Reino* («Ministère du Royaume», où étaient traitées les affaires du territoire métropolitain). Ils constituent donc un complément indispensable des *Chancelarias Reais* pour la période indiquée puisqu'ils sont à l'origine de certaines des lettres de provision consignées dans celles-ci. Conservés dans 62 cartons (*pastas*) contenant un nombre variable d'entre eux, ils sont inventoriés dans 35 petits carnets d'index par ordre alphabétique du premier prénom des personnes intéressées, avec un résumé du document, sa date et sa cote.

b) *Decretamentos e Decretamentos de serviços* (1688-1843). Il s'agit ici d'une importante série constituée par des dossiers de liquidation de services, généralement militaires, présentés soit par les intéressés soit par leurs descendants, en vue de l'obtention de décorations, de pensions, ou de paiement de traitements. Les 220 liasses (*maços*) de ces dossiers ont été inventoriées dans 78 petits carnets d'index faits sur le même modèle que les précédents.

3.^o — *Cartório da Nobreza*. Dans ce fonds qui appartient aux *Feitos Findos*, sont conservés les dossiers des personnes désirant justifier de leur noblesse (*processos de justificação da nobreza*), afin de pouvoir porter les armoiries, et éventuellement le titre, de tel ou tel de leurs ascendants. On sait que ces archives brûlèrent entièrement en 1755, au cours de l'incendie consécutif au tremblement de terre; elles ne comportent donc aucune pièce antérieure à cette date, sauf dossiers en cours de constitution à l'époque et joints ultérieurement. Bien que ce fonds soit très appauvri, on y trouve 32 liasses contenant 1238 dossiers instruits notamment pendant la seconde moitié du XVIII^e siècle (dates limites = 1736-1830). Il en existe un registre d'index, organisé par ordre alphabétique du premier prénom, et mentionnant le lieu de naissance de l'intéressé, ainsi que la date d'instruction de son dossier, et sa cote. La composition du dossier lui-même est très variable, selon les cas.

C. Les Testaments et Inventaires de biens. Les Minutiers de notaires. Les archives du Desembargo do Paço.

1.^o — *Registo Geral de Testamentos*. Ce fonds, qui provient de l'*Arquivo da Relação* de Lisbonne (archives d'une des principales juridictions du pays) est composé par des livres de registre de testaments, qui vont de 1593 à 1834.

On y trouve l'enregistrement du testament, de son authentification (*aprovação*) et de son ouverture (*abertura*), d'après les originaux conservés dans les Minutiers de notaires (*Cartórios notariais*).

Naturellement, les testaments sont d'un intérêt variable selon la situation du testataire et les précisions qu'il fournit, mais en règle générale on y trouve les éléments suivants:

— des indications sur la vie spirituelle du testataire: profession de foi, parfois accompagnée de la déclaration d'appartenance à un Ordre Tertiaire;

— ses vœux quant à ses funérailles: mode et lieu de sépulture, nombre de messes à célébrer, aumônes à donner au curé de sa paroisse;

— son état civil et sa situation familiale: nom complet du (de la) conjoint (e), des enfants légitimes — éventuellement des enfants illégitimes et de leur (s) mère (s) ou père (s); en cas de mariages successifs, figurent naturellement les noms de chacun des nouveaux conjoints et de leur descendance;

— ses dispositions quant à sa succession: nom de l'exécuteur testamentaire, déclaration des héritiers «forcés» (normalement, femme et enfants légitimes et illégitimes, ces derniers n'étant exclus de la succession qu'au cas où le testataire appartenait à la noblesse); éventuellement, répartition de la quotité disponible (*terça parte*): et c'est sur ce point que les dispositions testamentaires varient le plus, puisque la quotité pouvait être répartie exclusivement entre les héritiers «forcés», ou bien entre ceux-ci et d'autres personnes expressément indiquées (parents ou alliés, amis, domestiques, orphelins de la paroisse, etc...), ou exclusivement dans ce dernier groupe de personnes.

Un inventaire très détaillé de la première partie de cette collection (de 1593 à 1720 — 160 registres) a été réalisé sur fiches imprimées, complétées à la main et reliées en carnets; on y trouve, outre les références, une identifi-

cation appréciable du testataire: nom et filiation; nom de l'exécuteur testamentaire; date du testament, de son authentification, de son ouverture et de son enregistrement; état, profession, lieu de naissance, domicile et lieu de sépulture du testataire; le verso de ces fiches est réservé aux «Observations», et l'on y trouve parfois consignés certains détails qui ont attiré l'attention des archivistes: circonstances de rédaction du testament, plaintes qui y sont formulées, montant et destination des legs, etc. Par ailleurs, un volume spécial est réservé à un inventaire sommaire par registre, indiquant ses années-limites, son nombre de pages et le nombre de testaments qui y sont consignés.

Pour la deuxième partie de la collection, qui fait suite à la précédente et comporte 225 registres (1720-1834), on ne dispose malheureusement que d'un inventaire très sommaire réalisé dans deux livres, dont le premier porte l'indication suivante: «Inventaire chronologique, en remontant des registres les plus récents jusqu'aux plus anciens». En fait, cet inventaire ne comporte aucune date, et l'on y trouve uniquement le nom des personnes et la référence des documents correspondants, dans l'ordre alphabétique du premier prénom — ordre très relatif puisqu'il n'est pas respecté à l'intérieur d'une même lettre initiale. C'est dire l'opiniâtreté dont l'historien doit faire preuve lorsqu'il entreprend une recherche à travers les interminables listes des prénoms les plus usuels: João, José, Manuel, etc...

2.º — *Inventários de bens*. Ce fonds appartient à un vaste ensemble appelé *Arquivo dos Feitos Findos* (c'est-à-dire aux archives juridiques de Lisbonne), dont il n'existe pas encore d'inventaire digne de ce nom et auquel les historiens n'ont que rarement touché, tant les obstacles à la recherche semblent invincibles (8).

Un exemple en sera donné précisément par l'inventaire de ce fonds des *Inventários de bens*: deux gros livres où l'on trouve les références aux documents dans un ordre alphabétique très relatif de l'initiale du premier prénom, et dans l'ordre numérique des liasses, sans la moindre indication de dates. Autant dire que la recherche d'un nom est, dans l'état actuel des choses, pratiquement impossible. Pour être utilisable, cet inventaire devrait être au moins retranscrit sur des fiches qui permettraient un classement alphabétique rigoureux.

3.º — *Cartórios notariais*. La plupart des minutiers notariaux de Lisbonne ont irrémédiablement disparu du fait du tremblement de terre de 1755, et seuls douze d'entre eux — en majorité postérieurs à cette date — sont conservés à l'Arquivo Nacional da Torre do Tombo. On y trouve notamment les contrats de mariage, baux, procurations, transactions, etc... Leur consultation peut donc être particulièrement fructueuse. Néanmoins dans la mesure où il n'est pas toujours possible d'identifier les notaires auxquels s'adressaient les familles, il est difficile de les utiliser en vue d'une recherche précise.

4.º — *Les Archives du Desembargo do Paço*. Outre les *Leituras de Bacharéis*, précédemment mentionnées, ces archives comprennent tous les dossiers d'affaires civiles ou criminelles instruites en appel devant ce Tribunal suprême, ceux relatifs à des affaires et litiges administratifs, et ceux relatifs à la magistrature elle-même. Classés dans 2190 liasses plus ou moins grosses, ces dossiers sont répertoriés par ordre alphabétique des noms dans de gros registres d'index qui répondent à la répartition géographique suivante: Corte-Estremadura - Ilhas, Alentejo - Algarve, Minho - Trás-os-Montes.

Une voie de connaissance pour l'histoire de la société portugaise au XVIII^e siècle: les micro-biographies

(Sources — Méthode — Étude de cas)

Andrée Mansuy - Diniz Silva

notes

(1) Selon le § 39 du Règlement de fondation de la *Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão*, les actionnaires intéressés pour une somme égale ou supérieure à 10 000 *cruzados* (soit 4 *contos de réis*, le *cruzado* équivalent à 400 *réis* et le *conto de réis* à un million de *réis* ou 1000 *mil-réis*), étaient autorisés à recevoir «hommage» dans leur propre maison et à avoir accès aux Ordres Militaires. En outre, l'exercice du commerce relatif à la Compagnie y était défini, non seulement comme parfaitement compatible avec la noblesse de sang (*nobreza herdada*) mais encore comme un moyen idoine pour s'élever à la noblesse acquise (*nobreza adquirida*). Ces privilèges furent étendus aux actionnaires des Compagnies de commerce fondées par la suite.

(2) Cf. Jorge BORGES DE MACEDO, *A Situação económica no tempo de Pombal*, Porto, 1951, pp. 138-149 et Manuel NUNES DIAS, *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. Éd. Universidade Federal do Pará, 1970, 2 vols., tome I, pp. 250-252 et note 44.

(3) A. H. de OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal desde os tempos mais antigos até ao governo do Sr. Marcelo Caetano*, tome I, p. 545 (éd. Agora e Palas, Lisboa, 1972-1973, 2 vols.).

(4) Voir, en particulier, les importants articles rédigés par Jorge BORGES DE MACEDO («Burguesia» — Na época moderna; «Nobreza» — Na época moderna; et «Povo» — Na época moderna) et par Vitorino MAGALHÃES GODINHO («Sociedade portuguesa») pour le très précieux *Dicionário de História de Portugal* publié sous la direction de Joel SERRÃO (Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1963-1971, 4 vols.) et l'ouvrage de Vitorino MAGALHÃES GODINHO, *A Estrutura da antiga sociedade portuguesa* (Arcádia, Lisboa, 1972, 272 p.). On peut encore citer le chapitre «Bourgeoisie et vie sociale après 1755» consacré à la bourgeoisie lisboïenne par José-Augusto FRANÇA dans *Une ville des Lumières: la Lisbonne de Pombal* (S.E.V.P.E.N., Paris, 1965, 259 p.).

(5) *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, en abrégé A.N.T.T. Nous tenons ici à exprimer nos remerciements les plus chaleureux à Mmes les Conservatrices et MM. les Conservateurs de ces archives, ainsi qu'à leur Directeur, Dr. José Pereira da Costa, sans la compétence et l'inlassable dévouement desquels notre travail n'aurait pas été possible.

(6) Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, FG 8710. Ce recueil de 82 lettres ou billets, que nous proposons de publier ultérieurement, fait partie d'une très vaste documentation inédite que nous avons recueillie dans les archives portugaises et brésiliennes, en vue d'une étude sur le Portugal à la fin de l'Ancien Régime, faite à travers le personnage de D. Rodrigo de Souza Coutinho (thèse de doctorat d'Etat dirigée par M. le Professeur Frédéric Mauro).

(7) Diverses notices ont été écrites sur ce personnage, notamment dans la *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, t. 15, p. 166 et dans le *Dicionário de História de Portugal*, t. I, p. 738 et t. IV, pp. 405-406. En outre, une biographie de type hagiographique lui a été consacrée par un descendant de cette illustre famille: Marquez de Funchal, *O Conde de Linhares Dom Rodrigo de Souza Coutinho*, Lisboa, 1908.

(8) Voir Innocencio Francisco da SILVA, *Dicionário bibliográfico português*, t. III, p. 431 et la *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, qui lui consacre même, de façon incohérente, deux articles (t. IV, pp. 629 et 630): l'un très imprécis, s. v. BEZERRA (João Paulo), l'autre un peu plus documenté, mais partiellement erroné, s. v. BEZERRA DE SEIXAS (João Paulo).

(9) Cf. Archives de l'Université de Coimbra, dont les registres d'immatriculation et d'examens conservent leurs deux noms: entre 1772 et 1776 pour D. Rodrigo, et entre 1772 et 1778 pour Bezerra.

(10) B.N.L., FG 8710; D. Rodrigo à Bezerra, Turin, 12 août 1788.

(11) Dénoncé à l'Inquisition de Coimbra au début de l'année 1778, ainsi que plusieurs de ses anciens camarades de la garnison de Valença do Minho, accusés comme lui de libertinage, José Anastácio da Cunha avoua ses liens d'amitié avec les principaux officiers du régiment d'Artillerie où il avait servi — anglais et protestants —, ses lectures de Voltaire et «autres auteurs impies et libertins comme Rousseau et beaucoup d'autres», et même les traductions qu'il avait faites de certaines pièces de Voltaire et Pope, et pour finir il dut confesser sa conviction intime de pouvoir faire son salut «comme sa raison et sa conscience le lui dictaient». Aussi fut-il condamné le 6 octobre 1778, par le Conseil Général de l'Inquisition de Lisbonne, à un auto-da-fé public, selon la coutume de l'époque,

à la confiscation de ses biens, à trois ans de réclusion dans une maison de l'Oratoire à Lisbonne, à quatre ans de bannissement à Évora; en outre, il fut frappé d'une interdiction de séjour définitive dans les deux villes où il avait été successivement lieutenant d'artillerie et professeur d'Université, Valença do Minho et Coimbra. Cf. Theophilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, t. III, pp. 606-634. Ainsi l'Université de Coimbra perdit-elle l'un de ses plus jeunes professeurs et son plus brillant mathématicien. Dans la suite de cet article, nous aurons d'ailleurs l'occasion de revenir sur cette triste affaire, à laquelle ne furent pas étrangères de sordides jalousies universitaires... Cf. *infra*, p. 38.

(12) D. Rodrigo à Bezerra, Turin, 2 février 1787. Dans cette même lettre, faisant part à Bezerra du chagrin éprouvé en apprenant la mort de celui qu'il appelait «le divin Anastase» D. Rodrigo écrivait encore: «La perte que nous venons de faire sera toujours un objet de nouveaux regrets, car Anastase est lié à toutes nos pensées, idées, dont il a formé ou fait naître la plus grande partie, et il est impossible de pouvoir effacer ce souvenir qui est lui-même une partie de notre existence». Et aussi: «C'est lui qui nous a appris à aimer la vertu et à nous estimer réciproquement.»

(13) Du même au même, Lisbonne, 6 mars 1802.

(14) Cf. Annexe I (extraits des lettres et billets de l'année 1782, publiés *infra*, pp. 45-46).

(15) Soit 20 *contos de réis*. Cette somme équivaut à un peu plus de 5500 livres sterling de l'époque.

(16) Cf. Annexe I (extraits des lettres de l'année 1789, publiées *infra*, pp. 46-49).

(17) *Infra*, pp. 51-54.

(18) *Leituras de Bacharéis*, letra J, maço 53, n.º 6.

(19) *Registo Geral de Testamentos (1593-1720)*, livro 84, ff. 2 v.º-4, n.º 2.

(20) Cf. *Habilitação da Ordem de Cristo* de José Bezerra Seixas (letra J, maço 13, n.º 6). Nous avons partiellement recoupé les renseignements relatifs au P.º João de Torres Bezerra et à ses enfants grâce aux déclarations d'un de ses petits-fils, Santos de Torres Bezerra, dont nous aurons l'occasion de reparler (*Habil. do Santo Ofício*, nome Santos, maço I, n.º 7).

(21) *Habil. da Ordem de Cristo* de José Bezerra Seixas, déjà citée.

(22) Cf. *Habil. da Ordem de Cristo* de ses deux fils, Balthazar Moreira da Fonseca (letra B, maço 12, n.º 15) et Gregório Pires da Fonseca (letra G, maço 6, n.º 181).

(23) Legs à ses deux petites-filles (respectivement 300 et 600 *mil-réis*, la première étant une dot de mariage ou d'entrée en religion, et la seconde destinée à l'achat d'une boutique); à deux autres jeunes filles (filles

d'un allié ou ami décédé: deux dots de 100 *mil-réis* chacune, à partager entre 4 orphelines en cas de non-utilisation par les bénéficiaires); legs de 15 *mil-réis* à son domestique; les trois exécuteurs testamentaires (sa femme et ses deux gendres) devaient encore répartir 600 *mil-réis* en dots de 50 *mil-réis* chacune pour 12 «orphelines honnêtes élevées dans un couvent, des plus pauvres que l'on puisse trouver». L'ensemble de ces legs s'élevait donc à 1715 *mil-réis*, soit 4287 cruzades — un peu plus d'un dixième de la fortune totale. Eventuellement le reste de la quotité disponible devait être distribué par sa femme, comme elle l'entendrait, sous forme de dons à des pauvres ou dots à des orphelines. Quant aux héritiers naturels, qui se partageraient le gros de la succession, ils étaient quatre: les deux filles déjà citées, et deux fils, Pedro Pires da Fonseca et Frutuoso Pires da Fonseca, qui résidaient à l'époque l'un aux Indes et l'autre au Brésil. Les références du testament ont été données *supra*, note 19.

(24) Cf. *Habil. da Ordem de Cristo* de Balthazar Moreira da Fonseca, son petit-fils (référence *supra*, note 22). Quand celui-ci se vit refuser cette habilitation, il protesta contre les attendus de la *Mesa da Consciência e Ordens* en déclarant notamment que la qualification de «personnes de deuxième condition» donnée à sa mère (Inês Josefa de Barros) et à sa grand-mère paternelle (Isabel do Espírito Santo) ne provenait pas de ce «qu'elles eussent exercé un métier mécanique, mais du fait qu'elles avaient été les épouses de ses père et grand-père susdits Frutuoso Pires da Fonseca et Francisco Pires da Fonseca, en lesquels on ne pouvait considérer toute la noblesse requise».

(25) Tous ces renseignements sont tirés de l'*Habilitação do Santo Ofício* de Manuel Moreira de Barros (nome Manuel, maço 83, n.º 1577). Notons que les autorités du Saint-Office ne crurent aucun de ces racontars et délivrèrent sans difficulté au requérant sa «lettre de familier» (*carta de Familiar*), le 19-8-1717.

(26) Ce testament, fait le 10-9-1714 et ouvert quelques jours plus tard, le 22 septembre, ne contenait malheureusement aucune évaluation de fortune. Cf. *Registo Geral de Testamentos, (1593-1720)*, livro 139, ff. 132-133 v.º, n.º 51.

(27) Tous ces renseignements sont extraits de l'*habilitation* à l'Ordre du Christ de son fils José Bezerra Seixas, dans laquelle est conservée une attestation de la *Mesa dos Homens de Negócio* (cf. *Habil. da Ordem de Cristo*, letra J, maço 13, n.º 6), et nous les trouvons répétés dans les habilitations à l'Ordre du Christ de ses petits-fils Manuel et João Paulo (*idem*, letra M, maço 16, n.º 12, et letra J, maço 65, n.º 2).

notes

(28) Les dates de son baptême (17-4-1695) et de son mariage (24-4-1707), étonnamment rapprochées, nous ont été fournies par deux certificats conservés dans le dossier d'habilitation au Saint-Office du *Desembargador* Euzebio Tavares de Siqueira, celui-ci ayant sollicité de ce Tribunal l'autorisation d'épouser sa petite-fille Maria Joana (cf. note 29). Quant à sa présence au couvent, elle est unanimement attestée dans les divers dossiers d'habilitation de son fils José et de ses petits-enfants Manuel et João Paulo. L'année 1759 est la date du procès de tutelle de la fille naturelle de José Bezerra Seixas, lors duquel sa vie au couvent et ses liens de parenté avec l'enfant furent argumentés par l'une des parties. Cf. *infra*, p. 36 et note 83.

(29) C'est dans le dossier d'habilitation au Saint Office de son mari, le *Desembargador* Euzebio Tavares de Siqueira, que se trouvent les certificats de baptême de Maria Joana et de sa mère, Anna Joaquina, et qu'est mentionnée sa filiation (*Habil. do Santo Ofício*, nome Euzebio, maço 1, n.º 5). Sur José de Barros Caminha, nous avons seulement su qu'en 1743 lui avait été délivrée une lettre de provision pour l'office de Portier de la *Junta dos Três Estados* («Porteiro da Junta dos Três Estados»); cf. *Chanc. de D. João V*, livro 104, f. 236. Cet office se transmettait dans cette famille depuis 3 générations au moins, ainsi que permet de l'établir le dossier d'habilitation au Saint-Office du *Cavaleiro Fidalgo* Antonio de Barros Caminha, qui fut non seulement l'un de ses titulaires, mais encore Trésorier de la Trésorerie générale de la *Junta do Comércio* («Contador da Contadoria geral da Junta do Comércio»). Cf. *Habil. do Santo Ofício*, nome Antonio, maço 30, n.º 798.

(30) *Infra*, p. 41.

(31) Dans ce testament, dont nous avons déjà parlé (*supra*, p. 27), Francisco Pires da Fonseca donne curieusement la première place à ses deux filles légitimes déjà mariées, comme «héritières forcées», puis aux divers bénéficiaires de la quotité disponible, et il ne mentionne ses deux fils Fructuoso et Pedro comme enfants légitimes et héritiers forcés au même titre que ses filles que tout à la fin, comme si, Pedro se trouvant «assistente no Estado da Índia» et Fructuoso «na Bahia de Todos os Santos», cet éloignement les lui avait fait oublier.

(32) *Chanc. de D. João V*, Livro 28, f. 299 v.º

(33) Cf. habilitations de Balthazar Moreira da Fonseca et Gregorio Pires da Fonseca: *Habil. Ordem de Cristo*, letra B, maço 12, n.º 15 et letra G, maço 6, n.º 181, et *Habil. Santo Ofício*, nome Balthazar, maço 6, n.º 105 et nome Gregorio, maço 4, n.º 59. Protestant contre le refus d'habilitation à l'Ordre du Christ qui lui fut d'abord signifié, en raison notamment de la profession de son père («mercador de tabuado»), Balthazar Moreira de Barros argumente ceci: «Quanto ao impedimento

de seu Pay e May, pairesse que rigurozamente não há, porque o ser contratador de algum genero, e muito mais do de que se tracta, não infunde mecanica, por não ser de vara e covado. Antes o dito seu Pay, comprando por groço toda a carga que os navios traziam do mesmo genero, assignou sempre nos livros dos Direitos Reais para a seus tempos pagar, como fazem nas Alfandegas os mais homens de negócio em que se não concidera mecanica; e para depois vender tinha seus caixeiros...»

(34) *Registo Geral de Testamentos (1720-1834)*, Livro 249, ff. 47 v.º-49 v.º

(35) Selon ses propres déclarations et celles des témoins suscités pour son habilitation au Saint-Office en 1726, il vivait alors «de son négoce, honorablement et dans l'aisance», et il était réputé «avoir une fortune personnelle supérieure à 10 000 *crúzados*» (*Habil. do Santo Ofício*, nome Manuel, maço 93, n.º 1736). Quant à son habilitation à l'Ordre du Christ, elle lui fut d'abord refusée en raison de son âge (52 ans), puis accordée après requête en appel, eu égard au faible dépassement de la limite d'âge (à peine deux ans) et aux mérites du premier bénéficiaire du *padrão de tença* dont il se réclamait (*Habil. Ordem de Cristo*, letra M, maço 40, n.º 77). Enfin, son nom figure dans la liste des actionnaires-fondateurs de la *Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão* publiée par Manuel NUNES DIAS, *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral...*, I, p. 231 (n.º d'ordre 59, pour un achat de 10 actions).

(36) Cf. *infra*, pp. 41-42.

(37) *Habil. do Santo Ofício*, nome Manuel, maço 7, n.º 226.

(38) Cf. *supra*, p. 27.

(39) Cf. les témoignages enregistrés dans les dossiers d'habilitation à l'Ordre du Christ de ses deux petits-fils, João Paulo et Manuel Bezerra Seixas (*Habil. Ordem de Cristo*, letra J, maço 65, n.º 2 et letra M, maço 16, n.º 12).

(40) *Idem*.

(41) Dans son testament, Fructuoso Pires da Fonseca déclare avoir eu de sa seconde femme 7 enfants encore vivants à la date de 1751: João, Joaquim, Gregorio, Matheus, Francisco, Rosa et Isabel. Mais il faut y ajouter Balthazar, mort en 1739, dont il va être question.

(42) *Habil. Ordem de Cristo*, letra B, maço 12, n.º 15.

(43) *Habil. do Santo Ofício*, nome Balthazar, maço 6, n.º 105. Dans sa requête, Balthazar rappelle la qualité de familier du Saint-Office de plusieurs membres de sa famille: ses beaux-frères Manuel Martins da Costa et Manuel Dantas de Amorim, ses oncles par alliance João da Costa Cardozo et Ignacio Roíz de Abreu, et son oncle Manuel Moreira de Barros (frère de sa mère).

(44) *Habil. Ordem de Cristo*, letra G, maço 6, n.º 181. Du fait de la mort de Balthazar Moreira de Barros, la

pension de l'Ordre du Christ accordée à celui-ci fut normalement reportée sur la personne de son père, Fructuoso Pires da Fonseca, lequel y renonça en faveur de ce fils Gregorio. L'habilitation fut refusée une première fois, pour les mêmes raisons qu'elle l'avait été précédemment à Balthazar (qualité insuffisante des ascendants), et c'est seulement en faisant valoir les services et la mort de son frère que Gregorio obtint satisfaction.

(⁴⁵) *Habil. do Santo Officio*, nome Gregorio, maço 4, n.º 59.

(⁴⁶) Sur cette demande d'autorisation et l'enquête qui s'ensuivait, voir *infra*, Annexe II, p. 52. Née à Lisbonne le 18-6-1726, la fiancée de Gregorio était non seulement fille, mais petite-fille et arrière-petite-fille d'orfèvres, ainsi que le montrent les divers témoignages suscités pour l'enquête du Saint-Office. Parmi ses ascendants, on trouve aussi un mercier et un valet de chambre des Marquis d'Abrantes.

(⁴⁷) *Habil. Ordem de Cristo*, letra J, maço 13, n.º 6.

(⁴⁸) *Infra*, pp. 33-34.

(⁴⁹) Tous ces témoignages sont consignés dans le dossier d'habilitation à l'Ordre du Christ de José Bezerra Seixas.

(⁵⁰) Cf. «Instrumento de cessão e trespago de Contracto e rematação e Procuração em cauza propria», certifiant l'adjudication de cette ferme par Estevão da Silva Castelbranco, le 16-9-1738, au nom et sur l'ordre de José Bezerra Seixas, pièce jointe au dossier d'habilitation déjà cité.

(⁵¹) *Contrato da Dizima da Alfandega do Rio de Janeiro que se fez no Conselho Ultramarino com José Bezerra Seixas, por tempo de tres annos que hão de ter principio no primeiro de Janeiro de 1751, em preço cada anno de quinhentos e seis mil cruzados livres para a Fazenda Real*, Lisboa, na Officina de Ignacio Rodrigues, 1750. Cet exemplaire imprimé fait aussi partie du dossier d'habilitation à l'Ordre du Christ.

(⁵²) Faute d'une nomenclature bilingue qui n'existe pas et serait difficile à établir, du fait de la spécificité de certains de ces offices, nous essaierons de traduire ou d'expliquer en note chacun de ceux-ci, selon le cas.

(⁵³) A. N. T. T., *Chanc. de D. João V*, Livro 102, ff. 298-298 v.º; greffier du Tribunal.

(⁵⁴) A. N. T. T., *Chanc. de D. José I*, Livro 45, f. 122-122 v.º; sorte de secrétaire d'administration municipale.

(⁵⁵) *Idem*, Livro 66, f. 334 v.º; huissier, garde et portier.

(⁵⁶) *Idem*, Livro 66, f. 335; administrateur des appareils de levage de la Douane.

(⁵⁷) *Idem*, Livro 66, f. 330-330 v.º; trésorier des affaires de succession et administrateur des biens des «disparus».

(⁵⁸) *Idem*, Livro 67, f. 198-198 v.º; office relevant de l'administration de la justice; il s'agissait, semble-t-il, de procéder aux interrogatoires, de répartir les procès entre les juges et d'établir le coût des procédures.

(⁵⁹) *Idem*, Livro 67, ff. 223 v.º-224; secrétaire du registre de l'Hôtel des Monnaies.

(⁶⁰) *Idem*, Livro 67, f. 223-223 v.º; secrétaire du Trésor et des Rôles.

(⁶¹) *Idem*, Livro 46, ff. 316 v.º-317; secrétaire des exécutions judiciaires.

(⁶²) Office de Garde principal, ou mieux Conservateur principal des Droits de Consulat perçus à l'entrée et à la sortie de la *Casa da Índia*, c'est-à-dire du droit de 3% qui frappait toutes les marchandises en provenance du Brésil ou en partance pour le Brésil, à titre de contribution aux dépenses de la flotte de protection aux navires marchands et au traitement des fonctionnaires de cette administration.

(⁶³) Nous n'avons pas retrouvé la date à laquelle José Bezerra Seixas se rendit acquéreur de cet office; les précisions que nous donnons sont extraites de la lettre de provision autorisant la transmission de ce même office à Manuel Bezerra Seixas, son fils aîné, le 20 juin 1771 (*Chanc. D. José I*, Livro 78, ff. 91 v.º-92 v.º). Toutefois la transaction se fit avant le 11 janvier 1755, date à laquelle José Bezerra Seixas étant autorisé à se rendre à Rio de Janeiro, le Roi nomma pour la durée de son absence un remplaçant, Pio Rodrigues Torres, que nous avons réussi à identifier comme étant négociant et cousin de José Bezerra Seixas en ligne maternelle. Cf. *Chanc. de D. José I*, Livro 66, f. 336, et *Desembargo do Paço (Corte, Estremadura, Ilhas)*, maço 1293, n.º 2 (c'est dans ce dernier document — un procès relatif à la tutelle d'une fille naturelle de José Bezerra Seixas — qu'apparaissent le nom et la qualité de Pio Rodrigues Torres).

(⁶⁴) *Chanc. antiga da Ordem do Cristo*, livro 224, ff. 250-252 v.º

(⁶⁵) Ces pièces justificatives sont les suivantes: un certificat de décès de son père, Manuel Bezerra Seixas, à Lisbonne, le 23-9-1714; une attestation de la *Mesa dos Homens de Negócio* de Lisbonne relative à la charge de *Procurador Geral* de cette même *Mesa*, exercée par Manuel Bezerra Seixas de 1707 à 1714; une attestation du curé de l'église de Santa Maria Maior de Viana, certifiant que José Bezerra Seixas avait satisfait aux obligations pascales entre 1720 et 1724, «se confessant et communiant dans cette Collégiale dont il était paroissien», et qu'il avait ensuite «quitté cette Collégiale et cette ville, sans avoir reçu de blâme»; une attestation du Desembargador Thomas

notes

Ruby de Barros Barreto, certifiant notamment que José Bezerra Seixas avait été son compagnon d'études à Viana, où il vivait «noblement», «en compagnie de toutes les personnes distinguées de cette ville», et que par la suite, il avait continué à vivre avec beaucoup de décence et de distinction», tant à Lisbonne qu'au Brésil, où il était allé s'occuper de l'administration des contrats de ferme — faits dont le *Desembargador* témoigne sous serment pour les avoir lui-même «vus et constatés»; une attestation relative à l'adjudication de la ferme du tabac de Rio de Janeiro par José Bezerra Seixas en 1738; un exemplaire imprimé de son contrat d'adjudication de la ferme de la Dîme de la Douane de Rio de Janeiro en 1750; enfin, une attestation de son achat de dix actions de la *Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão*, par la Junte administrative de ladite Compagnie. Ajoutons dès à présent que dans les dossiers de ses fils, Manuel et João Paulo, figure aussi une attestation établie par cette même Junte, pour certifier sa qualité d'actionnaire-fondateur.

(⁶⁶) *Chanc. antiga da Ordem do Cristo*, livro 220, ff. 26 v.^o-27.

(⁶⁷) Nous n'avons réussi ni à connaître ses dates de naissance ou baptême, mariage et décès, ni à recueillir sur elle quelque information de caractère personnel.

(⁶⁸) C'est uniquement grâce au procès de tutelle de cette enfant que nous avons pu connaître la date du décès de José Bezerra Seixas et le fait qu'il n'avait pas laissé de testament.

(⁶⁹) Voir *infra*, pp. 34-35 et note 89.

(⁷⁰) Dans la déclaration sous serment qu'elle fit à son domicile le 20-9-1758, en vue de l'inventaire des biens de son mari, Isabel Florença do Espírito Santo e Fonseca donne à cette fille les prénoms suivants: Maria Josepha Ignez Francisca do Rosario. Néanmoins, c'est sous le prénom usuel de Anna ou Anna Josepha que nous l'avons retrouvée dans divers documents des années suivantes.

(⁷¹) *Feitos Findos, Cartório da Nobreza — Processos de justificação da Nobreza*, maço 25, n.^o 26. La sentence finale de ce *processo* est publiée dans le fameux *Arquivo heraldico-genealogico...* du Visconde de SANCHES DE BAENA (Lisboa, 1872), p. 467.

(⁷²) Voir l'intéressante étude d'Álvaro Balthazar ALVES, O Cartório da Nobreza, in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, I, n.^o 4 (Julho de 1915), p. 149. Le dossier des enfants Bezerra Seixas illustre parfaitement cet état de chose, car il s'agit en fait d'une simple sentence civile, uniquement constituée par l'enregistrement des déclarations faites sous serment devant un «officier instructeur» (*Inquiridor*), par six témoins, 2 négociants, 2 ecclésiastiques, un *doutor* et le *Guarda-mor* qui avait succédé à José Bezerra Seixas au Consulado

da Sahida da Casa da Índia), et par les conclusions d'un juge selon lesquelles les requérants sont bien des «personnes qui par leur ascendance sont nobles et ont toujours vécu comme telles, descendant de l'ancienne famille des Bezerra Seixas, au sang exempt de toute souillure». C'est en 1765 seulement que le *Cartório da Nobreza* reprit ses activités normales.

(⁷³) Voir *infra*, pp. 36 et 38.

(⁷⁴) «Pessoas de conhecida nobreza e da governança desta villa, das principais desta comarca»; c'est dans la *leitura de bacharel* de Thomas Ruby de Barros Barreto (letra T, maço 3, n.^o 10) que nous avons trouvé cette indication, corroborée par toutes les déclarations des témoins interrogés.

(⁷⁵) Cf. sa *leitura de bacharel* (référence note précédente).

(⁷⁶) Nous n'avons pas retrouvé le document afférent à cette charge, que nous connaissons seulement par la mention qui en est faite dans la nomination à la charge suivante d'*Ouvidor geral* du Rio das Mortes.

(⁷⁷) Cf. sa nomination à la charge d'*Ouvidor geral* et la lettre de provision pour l'office de *Provedor*, respectivement datées des 30 avril et 9 mai 1747, in *Chanc. de D. João V*, livro 116, ff. 69 v.^o et 89.

(⁷⁸) *Chanc. de D. José I*, livro 65, f. 168.

(⁷⁹) La transcription du document correspondant, daté du 20 mai 1753, se trouve dans le dossier de liquidation des services de son frère Sebastião, *Ministério do Reino, Decretamentos de serviços*, maço 146, n.^o 8.

(⁸⁰) *Chanc. de D. José I*, livro 2, f. 130.

(⁸¹) Cf. Memória dos Governadores interinos da Bahia, in Eduardo de CASTRO E ALMEIDA, *Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa*, II (Bahia 1763-1786), document n.^o 11 394.

(⁸²) Nous n'avons pu préciser la date de leur mariage, dont nous avons eu connaissance par recoupement grâce à diverses pièces relatives à la succession de José Bezerra Seixas, notamment les requêtes de Maria Casimira Lucia do Carmo Ruby Sotto Mayor, fille de Sebastião Pinto Rubim et Anna Bezerra Seixas (référence *infra*, p. 60, note 89).

(⁸³) Voir la lettre de 1778 dans laquelle D. Rodrigo de Souza Coutinho donne à son ami João Paulo, alors en Angleterre, un véritable plan d'études pour tirer de son séjour le meilleur parti (*infra*, Annexe I, n.^o 14). Et l'on peut aussi penser que le *Desembargador* fut à l'origine du choix des études entreprises par João Paulo à l'Université de Coimbra (voir *infra*, p. 37).

(⁸⁴) Ces deux dernières informations figurent dans le dossier de liquidation de services de son frère Sebastião cité *supra*, note 79.

(⁸⁵) Nous avons déjà évoqué ce fait *supra*, p. 34.

(⁸⁶) Il avait servi exactement 52 ans 2 mois et

11 jours, «jouissant toujours de la réputation générale d'être un vassal très fidèle, ce en quoi l'égale son frère... Thomas Robim de Barros Barreto» (cf. dossier de liquidation déjà cité).

(87) Tout ceci est attesté par les déclarations de plusieurs officiers de la garnison de Valença do Minho victimes de l'Inquisition en 1778, et notamment par José Anastácio da Cunha lui-même. Cf. Theophilo BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, III, Lisboa 1898, pp. 606-618.

(88) Cf. confession du lieutenant José Leandro Miliani da Cruz devant le Tribunal de l'Inquisition le 17-1-1778 (*idem*, p. 607) : dénonçant des faits relatifs à José Anastácio da Cunha, dont il avait été témoin à Valença do Minho en 1768, il déclare avoir vu entre les mains de D. Anna Bezerra, femme du Gouverneur de la place Sebastião Rubim, «déjà décédés», des traductions de prières «qui contenaient quelques impiétés» faites par José Anastácio da Cunha à la demande de Diogo Ferrier, Brigadier du Régiment d'Artillerie, écossais et protestant.

(89) Comme nous l'avons précédemment indiqué, c'est grâce à elle que nous avons connu l'alliance des familles Bezerra Seixas, Pinto Rubim et Barros Barreto et les problèmes de succession de plus en plus compliqués qui s'ensuivirent. Elle entra en litige avec sa grand-mère en 1781 à propos de la double succession de José Bezerra Seixas et de Thomas Ruby de Barros Barreto, et en 1789, elle demanda la nomination de nouveaux experts, les inventaires des biens n'ayant toujours pas été faits (cf. *Ministério do Reino, Decretos*, pasta 34, n.º 29 et pasta 45, n.º 6). Si, l'année suivante, Maria Casimira et ses oncles Manuel et João Paulo Bezerra Seixas, parvinrent à un accord amiable sur l'administration des biens dont ils étaient héritiers à des titres divers (cf. Lettre de provision du 26-5-1790 in *Chanc. de D. Maria I*, livro 35, f. 266-266 v.º), les conséquences de cette succession particulièrement embrouillée se prolongèrent jusqu'en 1816 au moins, date à laquelle João Paulo Bezerra Seixas et Gaspar da Costa Pereira (mari de Maria Casimira) demandèrent la nomination d'un nouveau *Desembargador* pour administrer les biens des «maisons Rubins e Bezerra» (*Desembargo do Paço, Corte — Estremadura — Ilhas* maço 836, n.º 118).

(90) Né en 1757, Gaspar José da Costa Pereira de Vilhena Coutinho appartenait à une famille de vieille noblesse, dans laquelle on trouve plusieurs dames d'atour ou dames d'honneur de la Reine et des princesses, notamment sa grand-mère, sa mère et sa sœur. Ayant fait des études supérieures à l'Université de Coimbra, il vivait «des revenus de ses majorats» en 1779, époque où il fut habilité à recevoir l'Ordre du Christ (*Habil.*

Ordem de Cristo, letra G, maço 5, n.º 1). Nous ne connaissons pas la date précise de son mariage avec Maria Casimira; il est, en tout état de cause, largement antérieur au 10-3-1793, date d'une lettre de provision relative à l'administration d'un bien commun de la succession Barros Barreto-Bezerra Seixas, et dans laquelle on trouve les noms très complets de leurs trois enfants: Maria Ignaciã, Rodrigo et Luis da Costa Pinto Roby Pereira de Vilhena Coutinho Souto Mayor. (Cf. *Chanc. de D. João VI*, livro 1, f. 128-128 v.º).

(91) Grâce aux déclarations de Anna Ignacia Syabra, requérant la garde et la tutelle de sa fille, nous connaissons l'histoire de la tentative de séduction dont elle avait été victime: fille d'un propriétaire terrien de la région de Santarém, elle était allée résider, après le décès de son père, chez le propre beau-frère de son futur séducteur, José de Barros Caminha, à une époque où José Bezerra Seixas, encore célibataire, vivait sous le toit de celui-ci. «Joseph Bezerra Seixas la poursuivit de sollicitations amoureuses, prétendant que la plaignante lui cédât, et pour en venir à ses fins, ledit Joseph Bezerra promit d'épouser la plaignante, promesse en vertu de laquelle elle se soumit et céda au dit Joseph Bezerra, qui ravit donc à la plaignante son honneur et sa virginité; celle-ci ayant conçu de lui, il naquit de leur union une fille qui a actuellement entre onze et douze ans et s'appelle Isabel Archangela de São José. Bezerra ne tint pas ses promesses et en épousa une autre, «sans avoir scrupule à abandonner la plaignante, ainsi perdue et trompée». L'enfant ayant été retirée à sa mère, celle-ci se retira au couvent des Mónicas de Lisbonne, où se trouvait déjà la mère de José Bezerra Seixas, et elle s'y employa comme servante de la Mère Abbessse, vivant «honorablement et honnêtement» et subvenant à son entretien grâce à des travaux de couture. Cf. *Desembargo do Paço (Corte — Estremadura — Ilhas)*, maço 1293, n.º 2.

(92) Le premier fils légitime de José Bezerra Seixas étant né en 1747, la naissance d'Isabel Archangela doit en effet remonter à l'année précédente. Ceci est confirmé par son premier nourricier, Feliciano Narcizo, qui déclara l'avoir gardée de l'âge de 18 mois jusqu'à l'âge de 8 ans, qu'elle avait en 1755 lorsqu'elle fut retirée (cf. Procès de tutelle cité note 91).

(93) Nous avons reconstitué toute l'histoire de l'enfance et de la tutelle d'Isabel Archangela grâce aux diverses pièces du procès de tutelle déjà cité.

(94) *Habil. Ordem de Cristo*, letra M, maço 16, n.º 12. C'est dans ce dossier que figurent plusieurs témoignages relatifs à son éducation en Angleterre; l'un des témoins précise même que l'enfant était parti en compagnie d'un négociant portugais du nom de Manuel Dias Santos, résident à Londres, chez lequel il fut hébergé.

notes

(⁹⁵) *Chanc. de D. José I*, livro 78, ff. 91-92 v.º. Une sorte d'intérim de l'office avait été assuré, depuis la mort de José Bezerra Seixas, par un certain José Bernardino de Abreu e Lima, que nous avons trouvé par deux fois comme témoin dans les enquêtes suscitées pour la justification de noblesse et l'habilitation à l'Ordre du Christ de Manuel Bezerra Seixas.

(⁹⁶) *Registo Geral dos Testamentos (1720-1834)*, livro 353, ff. 78 v.º-80 v.º. Cette maladie était suffisamment grave pour que, au-delà des dispositions testamentaires qu'il allait prendre, Manuel Bezerra Seixas se préoccupât d'assurer concrètement à son frère la survivance de son office de *Guarda-mor do Consulado*, ainsi qu'en témoigne cet extrait d'une lettre de D. Rodrigo de Souza Coutinho à João Paulo Bezerra Seixas (Lisbonne, 13 janvier 1803): «Je dois aussi vous dire que M. votre frère a été très malade, et même dangereusement, de manière que sachant que l'on avait déjà demandé son emploi à S. A. R., il m'a fait dire par M. votre parent qui a été magistrat à Mozambique combien cela étoit nuisible à vos intérêts et à ceux de Mme votre épouse; et en me chargeant de tout mettre sous les yeux de S. A. R., ce que j'ai fait effectivement, j'ai fait prier de faire présenter une note à S. A. R. directement, de même qu'à M. de Balsemão, ce que je crois il a fait; et en tout cas je crois que cela n'a point été inutile pour prévenir le coup qu'on préparait déjà. Voilà tout ce que je sais de cette affaire, et n'ayant point pu revoir M. votre parent, je ne puis rien ajouter sur cette affaire qui, je crois, ne pourra point être décidée contre vous sans qu'il y ait une indemnisation des justes droits que vous avez à réclamer. Je vous prie de me dire là-dessus votre manière de penser, et je me flatte que M. votre frère se portant bien tachera de faire quelques démarches pour assurer ce qui lui tenoit fort à coeur.» (B. N. Lisboa, *Reservados*, FG 8710).

(⁹⁷) Encore une fois, seul l'inventaire des biens aurait pu pallier ce défaut d'information, et nous ne l'avons malheureusement pas retrouvé.

(⁹⁸) Nous n'avons obtenu sur elle aucune autre indication que celles contenues dans son propre testament (*infra*, p. 37). Le mariage fut célébré avant 1771, date à laquelle Manuel Bezerra Seixas, «ayant l'état d'homme marié», se vit accorder la survivance de l'office de *Guarda-mor do Consulado*.

(⁹⁹) Sur ces personnes précédemment évoquées (*supra*, pp. 28-29 et notes 30 et 36), nous reviendrons bientôt de façon détaillée, *infra*, pp. 41-42.

(¹⁰⁰) *Chanc. D. Maria I*, livro 73, ff. 178 v.º-179.

(¹⁰¹) Ces legs sont les suivants: 3000 cruzades à un cousin du nom de Amadeu Diogo Parreiras («fils de Manuel Diogo Parreiras et D. Anna Joaquina da Conceição»; nous n'avons pu l'identifier, mais peut-être est-ce un fils d'une des soeurs de José Bezerra Seixas,

Joaquina; cf. *supra*, p. 28); 2000 cruzades à son filleul Manuel Antonio, fils de son écuyer; 480 *mil-réis*, soit 1200 cruzades, à répartir entre 50 orphelines ou veuves de guerre; et à son valet Januario, qui l'avait servi plus de trente ans, 100 *mil-réis*, ainsi que ses vêtements et objets personnels de vaisselle.

(¹⁰²) A son fils José Ignacio Bezerra Seixas, alors absent du Royaume («ausente»), il attribua un legs unique de 100 *mil-réis* à recevoir à son retour, après avoir justifié de son identité. Quant à ses deux filles, Isabel Florência do Espírito Santo, âgée de 26 ans (fille de Laurinda de Carvalho) et Maria do Carmo, âgée de 14 ans (fille de Elena Maria), dont il souhaitait qu'elles embrassent la vie religieuse, il prévoyait de leur offrir une dot, d'assumer les dépenses de leur prise de voile et de leur verser à chacune une rente annuelle de 80 *mil-réis*. Néanmoins, il n'entendait pas les contraindre à suivre un état «pour lequel elles n'ont peut-être pas de vocation»; ainsi, restant célibataires ou faisant un mariage non agréé par leur tuteur, elles recevraient chacune une rente annuelle de 80 *mil-réis*, qui se verrait augmentée d'une dot de 4000 cruzades au cas où leur futur époux serait agréé. Enfin, la mère de Maria do Carmo recevrait, tant qu'elle vivrait, une rente journalière de 200 *réis* (soit une rente annuelle de 73 *mil-réis*).

(¹⁰³) L'ordre de succession était le suivant: enfants légitimes, enfants naturels (sauf pour les nobles), ascendants, collatéraux, conjoint (uniquement au cas où le défunt n'aurait plus aucun parent jusqu'au 10^e degré); à défaut de tout parent jusqu'au 10^e degré et de l'époux survivant, l'héritage revenait entièrement à l'Etat. Cf. M. A. COELHO DA ROCHA, *Instituições de Direito Civil Portuguez* (Coimbra, 1857), I, pp. 227-237.

(¹⁰⁴) *Registo Geral de Testamentos (1720-1834)*, livro 352, ff. 297 v.º-298 v.º.

(¹⁰⁵) *Ibid.*: «Fui cazada por carta e escriptura d'ametade, na forma do estilo e costume do Reyno, em virtude do qual contracto eu participo a meação deste cazal e bens do meu marido». C'est le régime ainsi défini par COELHO DA ROCHA, *op. cit.*, p. 164: «...se casaram sem convenção, a lei presume entre elles uma *sociedade universal*, por ser mais analoga à união e intimidade característica do matrimonio: e então, coherente com o principio da egualdade, estabelece a *comunhão* ou *comunicação*, que não é outra cousa senão a sociedade dos bens entre os conjuges. *Ord. liv. 4, tit. 46, pr.* Como é fundada na lei, chamamos-lhe *comunhão legal*; e taes casamentos na phrase da *Ord.*, dizem-se já *por carta de ametade*, já *segundo o costume do reino*, já *em que os conjuges são meeiros*».

(¹⁰⁶) Ses frères et soeur Pedro, José, João et Maria do Carmo Rademaker, qu'elle énumère; il devraient se partager son héritage de façon égale.

(¹⁰⁷) «Je laisse à ma servante Juliana la somme de 10 pièces d'or de 4800 réis, écrit D. Mariana, pour soulager ma conscience, en raison du retard de l'argent de ses salaires, qui se trouvent entre les mains de mon dit mari, salaires qui, je le veux, lui seront payés aussitôt et avec les intérêts.»

(¹⁰⁸) Dans le testament de son mari, on trouve exprimé le même souci de simplicité: «Je laisse aux soins de mon exécuteur testamentaire mes funérailles, qui devront se faire avec le moins de pompe possible; il fera ensevelir mon corps dans l'église de la paroisse où je décèderai, et dire pour le repos de mon âme 400 messes à 240 réis chacune.»

(¹⁰⁹) Nous ne connaissons pas la date précise de leur décès. D'après les dates d'ouverture de leurs testaments, il semblerait que D. Mariana soit morte la première (testament ouvert le 8 mars 1804), suivie de peu par son mari (testament ouvert le 9 avril 1804). Peu après, le 27 avril 1804, de la campagne où il s'était retiré après sa disgrâce, D. Rodrigo de Souza Coutinho écrivait à son ami João Paulo, toujours à La Haye: «Mon cher Bezerra et mon tendre ami. C'est de la campagne où je suis encore, quoiqu'au moment de la quitter, que je vous écris, ayant appris à Thomar chez M. Verdier et dans sa magnifique filature de coton, que vous veniez de perdre M. votre Frère et Mme votre Belle-Soeur, et ne voulant pas que vous puissiez imaginer que j'oublie ce que je vous dois, et que les sentiments d'amitié qui nous ont unis dès nos premiers ans s'affaiblissent par l'éloignement ou par la séparation où je me trouve de l'univers actif duquel je ne me propose point de me rapprocher, quelque soit le tems que le Ciel daigne encor prolonger mon existence. Recevez donc, mon cher Ami, mes compliments de condoléances pour les pertes que vous venez de faire et auxquelles, surtout celle de M. votre Frère, vous deviez vous attendre, malgré que votre excellent cœur n'y trouvera point de motifs de consolation et n'y sera pas moins sensible. [...]» (B. N. Lisboa, *Reservados*, FG 8710).

(¹¹⁰) Et non pas le 27 mai 1756, comme l'affirme faussement l'un des articles de la *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, IV, p. 630. Cf. A. N. T. T., *Registo paroquial da Freguesia de Santos-o-Velho (Lisboa)*, *Livro de baptizados* n.º 21 (1756-1760), f. 70 v.º; le baptême fut célébré de 14 août 1757 au domicile des parents, l'enfant étant «en danger de mort».

(¹¹¹) *Supra*, p. 35.

(¹¹²) Exactement, D. José Maria do Carmo de Souza Botelho Mourão (1758-1825), futur diplomate plus connu sous le nom de *Chevalier de Souza* ou *Morgado de Mateus*. Une excellente étude lui a été consacrée par Anne Gallut, *Le Morgado de Mateus*

éditeur des Lusíadas, éd. Klincksieck-Bertrand, Paris-Lisbonne, 1970, 400 p.

(¹¹³) Futur magistrat et homme d'Etat (1755-1839), il devait être notamment l'un des derniers ministres de D. João VI au Brésil. Cf. OLIVEIRA LIMA, *D. João VI no Brasil*, III, pp. 960-962.

(¹¹⁴) Ses diverses inscriptions figurent dans les *Livros de Matrículas da Faculdade de Mathematica et da Faculdade de Cânones* correspondant aux années 1773-1778, conservés dans les archives de l'Université de Coimbra. Le cursus complet des études de droit était de 5 ans, soit 2 ans de «Curso Jurídico» et 3 ans de «Leis».

(¹¹⁵) Cf. diverses pièces du procès de José Anastácio da Cunha devant le tribunal du Saint-Office de Coimbra, publiées in Theophilo BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, III, pp. 92 et 613. Lors de son premier interrogatoire, José Anastácio déclara que tous les livres de droit trouvée dans sa bibliothèque appartenaient à João Paulo Bezerra Seixas (*idem*, p. 613). Nous avions déjà évoqué ce procès *supra*, p. 23 et note 11.

(¹¹⁶) Ses deux frères cadets, D. José Antonio de Menezes e Souza Coutinho (1757-1817) et D. Domingos António de Souza Coutinho (1760-1833). Le premier, destiné à la vie ecclésiastique, parvint à la dignité de «Diacre Principal de la Sainte Eglise Patriarcale de Lisbonne», et fut constamment désigné sous le nom de *Principal Souza* lorsqu'il exerça la régence du Royaume, de 1811 à 1817. Le second suivit uniquement la carrière diplomatique, à Turin d'abord, puis à Londres, où il fut successivement Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire, puis Ambassadeur, pendant de très longues années; ayant été fait *Conde* puis *Marquês de Funchal*, après le transfert de la Cour portugaise au Brésil, c'est sous ces titres qu'il est davantage connu.

(¹¹⁷) Cf. Th. BRAGA, *op. cit.*, III, pp. 618, 622-624, 630-632.

(¹¹⁸) Cf. *infra*, p. 41.

(¹¹⁹) Nous avons déjà évoqué ce voyage dont le plan fut établi de concert par D. Rodrigo et le *Desembargador* Thomas Ruby de Barros Barreto (cf. lettre de D. Rodrigo publié *infra*, Annexe I, n.º 14, pp. 49-50). Nous ne savons pas combien de temps il dura. D. Rodrigo écrivit à João Paulo de Madrid, le 27 décembre 1778, pour l'inviter à le rejoindre à Paris où il serait lui-même vers la fin du mois de mars suivant: «là nous resterons tranquilles jusqu'à ce que notre Cour daigne m'accorder la permission pour un autre voyage après quelques années, que nous ferons ensemble et dont nous tacherons de jouir de notre mieux [...] A Paris, nous ne serons pas ensemble mais nous nous verrons tous les jours et nous fréquenterons ensemble la maison

notes

de ces grands hommes que nous respectons.» Dans une lettre du 6 mars 1802, on peut constater que D. Rodrigo n'avait pas oublié ce voyage et regrettait «de ne point pouvoir renouveler les mêmes scènes qui jadis se présentaient à nous en voyageant en France, en Suisse et en Italie, et y faire encor des observations sur les hommes et sur les gouvernemens, ce qui sans doute est bien plus doux que d'être dans le cas de se voir observer et de se rappeler que souvent les plus grands efforts ne sont point suivis de résultats analogues, et que dans la postérité on trouvera un juge sévère, juste et inexorable.»

(¹²⁰) *Habil. da Ordem de Cristo*, letra J, maço 65, n.º 2. La décision de la *Mesa da Consciência e Ordens* est du 19 septembre 1781. Le 16 octobre suivant lui étaient délivrés ses *alvarás de cavaleiro*, de *profissão* et sa *carta de hábito*. Cf. *Chanc. da Ordem de Cristo*, (D. Maria I), livro 11, ff. 159 v.º-160.

(¹²¹) *Leitura de Bacharéis*, letra J, maço 53, n.º 6. L'attestation de fréquentation des audiences du *Corregedor* fait partie du dossier.

(¹²²) Cf. *Chanc. de D. Maria I*, livro 27, f. 107 v.º. Faudrait-il voir là un effet de la protection du *Desembargador* Thomas Ruby de Barros Barreto?

(¹²³) Cf. lettres des 13 mai, 1^{er} novembre, 20 décembre 1786; 2, 6 et 15 février 1787 (non publiées), ainsi que les lettres de mai à septembre 1789 publiées *infra*, Annexe I, n.º 8 à 13, pp. 46-49. Sur la succession litigieuse, cf. *supra*, p. 60, note 89.

(¹²⁴) Cf. *The Journal of William Beckford in Portugal and Spain 1787-1788* (edited with an introduction and notes by Boyd Alexander). New York 1955, p. 265.

(¹²⁵) *Idem*, *passim*. Voici le portrait de João Paulo tracé en quelques lignes par Beckford: «D. José de Mateus [D. José Maria de Souza] and Bezerra came in with the tea. Bezerra, who posted home from Sintra at two o'clock in the morning, with his black hair frizzling over his ears and his eyes coals of fire, bounces about like a cracker. He is a most squibbish being and I could really blow him into the air at any time with some of my desperate Arabian stories. I must not give him a sight of *Barkiarokh* lest he should go quite mad. *Vathek* has more than half done his business. D. José — though much is friend — laughs at such extravagancies. These two men form a perfect contrast, and yet they are continually together.» (p. 56). Ailleurs, il le décrit comme un grand bavard (p. 109), mais loue son esprit sans préjugé et son cœur désintéressé (p. 120).

(¹²⁶) Nous ne connaissons pas la date précise de son mariage, mais dans une lettre du 15 juillet 1789, (publiée *infra*, Annexe I, n.º 9, p. 48), D. Rodrigo s'y réfère comme à un événement imminent.

(¹²⁷) Cf. *Carta de Ouvidor et alvará de Provedor in Chanc. de D. Maria I*, livro 39, f. 158 et livro 38, f. 170. Ces documents furent complétés, le 14 décembre 1790, par deux lettres de provision relatives aux traitements et indemnités qu'il devrait recevoir, malheureusement non explicites quant aux sommes (*idem*, livro 38, f. 24). La durée d'exercice de ces deux charges était normalement prévue pour 3 ans.

(¹²⁸) Cf. D. Rodrigo à Bezerra, Turin, 24 novembre 1790: «Mon cher Bezerra et charmant Ouvidor, Mon frère vient de m'annoncer votre nomination à l'*Ouvidoria* de Minas, à laquelle je prends tout l'intérêt, non pas parce que je crois que cela soit analogue à votre mérite, mais parce que je suppose que cela puisse vous faire plaisir. Fasse le Ciel qu'un jour je puisse vous voir Chef de la Magistrature au Portugal pour le bien du royal service et du pays!»

(¹²⁹) Cf. nombreux billets de D. Rodrigo à Bezerra datés de ces années-là, pour combiner entretiens et visites et communiquer au sujet d'affaires diverses.

(¹³⁰) Cf. D. Rodrigo à Bezerra, Turin, 23 juin 1796: «C'est bien étonnant qu'ayant laissé de vous écrire depuis si longtemps faute de tems, je prenne la plume pour vous adresser des livres de généalogie, mais j'obéis à vos ordres et je vous témoigne mon empressement en vous envoyant ce qui, à coup sur, ne vous intéresse aucunement. Quoique bien éloigné de croire avec les Français que la noblesse n'aye pas son prix, et bien persuadé au contraire qu'elle doit être la récompense de la vertu et le moyen de perpétuer le souvenir des actions vertueuses, cependant je ne diffère pas moins de ceux qui croient que la noblesse est tout, et la vertu rien. Ainsi, mon cher Ami, vous voyez que là-dessus je ne suis pas d'accord ni avec les opinions des Français, ni avec celles qu'on révère au-delà des Pyrénées. En voilà assez de ces fredaines [...] Pourquoi avez-vous oublié un ami qui vous chérit et qui depuis trois ans, écrivant comme un enragé, malgré qu'il s'étoit proposé de ne rien faire, a dû par force renoncer à toute autre correspondance que celle de son emploi? Pourquoi ne pas lui donner une marque de souvenir, et même lui faire demander des notions généalogiques par un autre?»

(¹³¹) Cf. l'article biographique de la *Grande Enciclopédia Port. e Bras.*, déjà cité, et la liste de ses missions diplomatiques, au demeurant erronée, dans Luiz TEIXEIRA DE SAMPAIO, *O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros* (Coimbra), 1926). Les nombreuses lacunes du *Registo dos Despachos* du Ministère des Affaires Etrangères, conservé aux Archives Nationales de Lisbonne, ne nous ont pas permis de retrouver les dates précises de ses nominations.

(132) Par lettre de provision du 20-1-1801 (*Chancelaria de D. Maria I*, livro 64, f. 246).

(133) Toujours grâce aux billets que lui adressa D. Rodrigo à cette époque.

(134) Cf. la correspondance de la *Legação de Portugal nos Países Baixos* conservée aux Archives Nationales de Lisbonne (*Min. dos Neg. Estr., Correspondência das Caixas*), et la correspondance privée que lui adressa assez régulièrement D. Rodrigo, de mars 1802 à novembre 1805 (B. N. Lisboa, *Reservados*, FG 8710).

(135) *Ibidem*.

(136) Cf. la correspondance officielle de la *Legação de Portugal nos Países Baixos* indiquée dans la note précédente. Mais la plupart des précisions relatives au séjour de Bezerra en Angleterre et à ses voyages d'Angleterre en Russie, et de Russie au Brésil, sont extraites de la correspondance particulière échangée entre 1809 et 1813 par João Paulo Bezerra Seixas (*Archives Linhares*, M 86/2). Nous tenons d'ailleurs à exprimer ici notre très vive gratitude à M. le Comte de Linhares, D. Nuno de Souza Coutinho, qui nous a exceptionnellement et libéralement permis de consulter ses archives familiales.

(137) Cf. A. J. de MELLO MORAES, *História do Brasil Reino e Brasil Império* (Rio de Janeiro, 1871), I, p. 171.

(138) *Apud* OLIVEIRA LIMA, *D. João VI no Brasil*, III, pp. 792-793.

(139) Cf. MELLO MORAES, *ibidem*.

(140) Le testament original étant conservé aux Archives Nationales de Rio de Janeiro, c'est une copie établie à la demande de la veuve de Bezerra que nous avons trouvée aux Archives Nationales de Lisbonne, *Registo Geral de Testamentos (1720-1834)*, Livro 375, ff. 123 v.º-124. Dans ce document, Bezerra ne mentionne pas l'office de *Guarda Mor do Consulado da Casa da Índia*, dont son frère Manuel lui avait assuré la survivance en 1804 (cf. *Chanc. de D. Maria I*, Livro 73, ff. 178 v.º et 320).

(141) Sur les convictions de jeunesse de Bezerra, voir *supra*, p. 117 et note 38.

(142) Cf. *The Journal of William Beckford*..., p. 41, note 1. La veuve de João Paulo Bezerra mourut à son tour en 1839.

(143) Cf. *supra*, pp. 36-37.

(144) Cf. ses habilitations au Saint-Office et à la magistrature, d'où nous avons extrait tous les renseignements qui suivent: *Habil. do Santo Ofício*, nome Eusébio, maço 1, n.º 5 et *Leitura de Bacharel*, letra E, maço 1, n.º 53.

(145) Egalement familial du Saint-Office (*Habil. do Santo Ofício*, nome Antônio, maço 28, n.º 754). L'enquête pour son habilitation fait apparaître que sa femme, Isabel Correa Nogueira, était la soeur du *Licen-*

ciado Francisco Nogueira, secrétaire puis notaire de l'Inquisition de Coimbra.

(146) Cf. *Chanc. de D. João V*, livro 79, f. 56 v.º; livro 94, f. 84 v.º; livro 112, f. 376; livro 113, f. 194 v.º; *Chanc. de D. José I*, livro 44, f. 100; livro 47, f. 204; livro 50, f. 294 v.º; livro 75, f. 221 v.º.

(147) *Chanc. de D. Maria I*, livro 11, f. 48 et livro 19, f. 22.

(148) *Leitura de Bacharel*, letra F, maço 18, n.º 21 (son dossier est joint à celui plus récent de son frère Francisco, d'où la lettre initiale indiquée).

(149) Précision fournie dans la «preuve de fraternité» versée au dossier de *leitura de Bacharel* de son frère.

(150) Cf. le testament de Manuel Bezerra Seixas, références *supra*, p. 61, note 96.

(151) Cf. sa *leitura de Bacharel*, références *supra*, note 148.

(152) Cf. *supra*, p. 29.

(153) Cf. *Habil. do Santo Ofício*, nome Manuel, maço 93, n.º 1736. Sa *Carta de Familiar* lui fut délivrée le 25 avril 1727.

(154) Il précise lui-même ce détail dans sa requête au Saint-Office.

(155) Cf. *Habil. Ordem de Cristo*, letra M, maço 40, n.º 77. Les premières conclusions négatives de la *Mesa da Consciência e Ordens* sont du 3 septembre 1750, et les secondes, positives, du 9 novembre de la même année. Les arguments utilisés pour obtenir la dispense furent le faible écart d'âge qui le séparait des fatidiques 50 ans, et la valeur des services pour lesquels avait été attribué le *padrão de tença* dont il s'était rendu propriétaire.

Cf. *Habil. Ordem de Cristo*, letra F, maço 38, n.º 34.

(157) *Leitura de Bacharel*, letra F, maço 9, n.º 45.

(158) Le professeur brésilien José Antônio Gonçalves de Mello, de l'Université Fédérale de Recife, a récemment entrepris aux Archives Nationales de Lisbonne des recherches sur l'origine sociale des membres de la *Câmara Municipal* de Recife (Pernambuco) au XVIII^e siècle, selon une méthode très proche de la nôtre. Pour le XVII^e siècle et la première moitié du XVIII^e siècle, nous nous devons de signaler l'intérêt et le succès d'une étude que nous n'avons malheureusement pas eu la possibilité de consulter dans l'original anglais à l'époque où nous avons rédigé cet article (fin 1975): l'ouvrage magistral du professeur américain Stuart B. Schwartz, sur la magistrature coloniale, *Sovereignty and Society in Colonial Brazil* (Berkeley, 1973), maintenant traduit en portugais sous le titre de *Burocracia e Sociedade no Brasil colonial. A Suprema Corte de Bahia e seus Juizes: 1609-1751* (Editora Perspectiva, São Paulo, 1979).

notes

ANNEXE I

(¹) Choix de lettres du manuscrit conservé à la Bibliothèque Nationale de Lisbonne, *Reservados*, FG 8710.

(²) Non encore identifié.

(³) Célèbre usurier de Lisbonne.

(⁴) Non encore identifié.

(⁵) Jacinto Rodrigues Bandeira, négociant et capitaliste bien connu.

(⁶) Non encore identifié.

(⁷) Luís Pinto de Souza Coutinho, cousin de D. Rodrigo, alors Ministre des Affaires Étrangères.

(⁸) Inácio Pedro Quintela, l'un des plus grands négociants et capitalistes de Lisbonne, fermier du Tabac, etc.

(⁹) José de Seabra da Silva, alors Ministre et Secrétaire d'Etat aux Affaires du Royaume.

(¹⁰) Il s'agit ici de l'industrie de la soie et de la famille piémontaise des Arnauds, que D. Rodrigo envoya au Portugal en 1786. Cf. José Accursio das Neves, *Noções históricas, económicas e administrativas sobre a produção e manufactura das sedas em Portugal*... (Lisboa, 1827), pp. 363-373.

(¹¹) En réalité, son beau-père, le *Desembargador* Thomas Ruby de Barros Barreto.

ANNEXE II

(¹) C'est à ce Tribunal, présidé par un Grand du royaume et composé par un corps de magistrats supérieurs dits *Desembargadores*, que revenait, entre autres affaires, d'étudier en dernière instance les sentences de la *Casa da Suplicação* et du *Tribunal da Relação* (sortes de Cours d'appel), de résoudre les conflits de juridiction, de statuer, de conseiller le roi sur la commutation ou le pardon des peines, sur le recrutement des magistrats, et de surveiller la carrière de ceux-ci. Sur cette institution, voir notamment Luis Augusto REBELLO DA SILVA, *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII* (Lisboa, 1871), t. V, pp. 421-423, et l'article suivi d'une bibliographie qui lui est consacré dans le *Dicionário de História de Portugal*, I, pp. 803-804.

(²) Consultation facilitée par deux gros volumes d'index. Afin de pouvoir donner ici une idée de l'importance numérique de cette série, dont aucun dénombrement n'existait, nous avons demandé au Directeur de l'A. N. T. T., Dr. José Pereira da Costa, de bien vouloir en faire compter les liasses — d'où notre chiffre de 304. Par ailleurs, multipliant le nombre de pages des deux index mentionnés par le nombre à peu près constant de noms enregistrés par page, nous avons évalué empiriquement à 11 000 dossiers cette série des *Leituras de Bacharéis*.

(³) Dans l'habilitation de João Paulo Bezerra Seixas, par exemple, on voit témoigner deux prêtres, deux chevaliers de l'Ordre du Christ — l'un capitaine de troupes auxiliaires, l'autre employé dans l'administration de l'Arsenal Royal de l'Armée (*escrivão do registo*) —, un négociant, un chirurgien, et un Garde-Meuble de la Maison du Roi (*Reposteiro da Casa Real*).

(⁴) Sur cette institution, voir l'article qui lui est consacré dans le *Dicionário de História de Portugal*, III, pp. 42-43.

(⁵) Là encore, nous avons dû procéder à une évaluation très empirique de cette série, à partir des carnets d'index et de leur nombre moyen de pages, ce qui nous a donné le chiffre approximatif de 14 000 dossiers. Dans les carnets d'index, organisés par ordre alphabétique du premier prénom, figurent le nom complet du requérant, son lieu de naissance, sa filiation (père et mère), la date de l'habilitation et la cote du dossier.

(⁶) On pense généralement que les Familiers existèrent à partir du *Regimento* de l'Inquisition de 1613. Il existe un gros volume d'index de cette série, comportant la simple indication du nom des personnes, par ordre alphabétique du premier prénom, et la cote de leur dossier. C'est à partir de celui-ci et du nombre moyen de noms enregistrés par page que nous avons évalué empiriquement cette série à 24 000 dossiers. Pour leur part, Pedro A. de AZEVEDO et Antonio BAIÃO, *O Arquivo da Torre do Tombo*... pp. 66-67, évaluent seulement 12 000 dossiers, mais ce chiffre paraît vraiment faible. Un index plus détaillé comportant un résumé succinct des indications d'état civil et socio-professionnelles recueillies dans chaque dossier, est en cours de réalisation; malheureusement, on ne dispose encore que des lettres A à J. Par ailleurs, un excellent index de ces habilitations pour le seul district d'Aveiro, réalisé par le Dr. Jorge Hugo PIRES DE LIMA, Conservateur à l'A. N. T. T., est en cours de publication dans l'*Arquivo do Distrito de Aveiro*, sous le titre de *O Distrito de Aveiro nas Habilitações do Santo Ofício*, et quatre volumes de tirés-à-part, dont le dernier est consacré à la lettre M, ont déjà été réalisés (Aveiro, 1975).

(⁷) Par exemple, dans l'un des dossiers que nous avons examinés, l'impétrant allègue le motif suivant: patron d'un navire faisant la liaison Lisbonne-Bahia de Todos os Santos, il avait «plusieurs fois ramené dans son navire des prisonniers pour ce Saint Tribunal», et pensait que la charge de Familier lui permettrait d'être «plus apte à tout ce dont on pourrait le charger pour le service de ce Saint Tribunal» (Cf. dossier de Santos de Torres Bezerra, nome Santos, maço 1, n.º 7).

(⁸) Sauf pour la *Chancelaria de D. José I*, où le classement est fait selon le premier patronyme.

(⁹) Déjà partiellement mentionné à propos du *Registo Geral de Testamentos*, des *Inventários de Bens* et du *Cartório da Nobreza*, l'ensemble de ce fonds comporte environ 900 000 dossiers judiciaires, dont beaucoup seraient intéressants pour notre étude, notamment ceux des anciennes administrations telle que les diverses *Alfândegas*, la *Casa da Índia e Mina*, les *Conservatórias estrangeiras*. Mais comment utiliser des archives dont une grande partie est entreposée sans inventaire dans des locaux éloignés du siège de l'*Arquivo Nacional*, auxquels le chercheur n'a pas accès?

Questões da administração local nas inquirições gerais de Afonso III

Maria José Lagos Trindade

Ao fazer o estudo de uma região que desde o século XIII faz quase inteiramente parte do domínio real, a ilha de França, Marc Bloch escreve que «a história do progresso da soberania monárquica, quer dizer, do lento abatimento dos poderes locais diante do rei e das gentes do rei, só será verdadeiramente conhecida quando os eruditos se dedicarem a escrevê-la em pormenor, província por província (1)». Foi esta a nossa perspectiva ao abordar as Inquirições Gerais do reinado de Afonso III, fonte que se nos afigura particularmente importante pelas muitas questões que permite levantar no que respeita, entre outros, aos problemas da administração local. Não podemos ignorar, no entanto, a sua maior limitação que é inerente à própria intenção com que este inquérito é realizado e que vai privilegiar, imediatamente, os problemas relativos à posse e uso do solo e à fiscalidade. A sua grande vantagem é, por outro lado, permitir a averiguação de situações concretas que textos normativos e normalizados, como é o caso dos forais, não podem ocasionar.

As primeiras inquirições gerais que são lançadas em Portugal datam de 1220, no

reinado de Afonso II, e não devem ser vistas como um facto isolado, mas como um dos muitos movimentos que o monarca originou na sua luta pelo domínio efectivo do reino desde a morte de seu pai Sancho I. Para não executar o testamento e passar para o domínio de suas irmãs largos e importantes territórios, Afonso II faz defender, junto do papado, por juristas e eclesiásticos que, como rei, não lhe é lícito «diminuir o reino». Tal doutrina tão cruamente exposta seria de molde a produzir uma revolução nas concepções políticas da época se não constituisse um «argumento *ad hoc*, artificioso» como bem lhe chamou Magalhães Godinho (2). Não é, entretanto, menos revelador de um desejo de manda que é sublinhado por outras decisões do seu reinado.

Pôr em prática esta intenção de governo efectivo era, entretanto, difícil para Afonso II, como para os seus sucessores, que não têm à sua disposição pessoal próprio, qualificado. Tal acontece, em grande medida, pela situação económica da coroa que não dispõe de um fundo especial para o pagamento de tais funcionários, e que muito provavelmente está ligado a uma mentalidade política que ainda o não concebe. Os monarcas vêem-se,

assim, na necessidade de utilizarem outros recursos que acautelem os seus interesses. Entre eles se contam as contínuas deslocações dos soberanos pelo território, a exigência da apresentação de títulos de posse e privilégios, o apelo às cortes de classes que aí podem expor os seus interesses divergentes ou até opostos, o envio de agentes especiais para a averiguação de certas questões. As Inquirições Gerais foram um meio mais ou menos sistematicamente utilizado pelos monarcas medievais portugueses a partir de Afonso II (3). D. João I ainda lançou mão desse recurso para conhecer a situação da província da Beira em 1395.

O facto de utilizarmos neste estudo as Inquirições de Afonso III, ordenadas em 1258, deve-se a que os seus resultados chegaram até nós de uma forma menos sucinta que os do reinado anterior além de terem coberto extensas áreas no Entre-Douro e Minho, Trás-os-Montes e Beira, permitindo-nos assim, conhecer a situação de áreas geograficamente muito diversificadas.

A informação nelas recolhida permitir-nos-ia debruçarmo-nos sobre diversos problemas que não queremos deixar ao menos de apontar. O primeiro seria o relativo ao «funcionalismo público». A sua situação, aquela que as inquirições de 1258 revelam, é de uma grande imprecisão na delimitação das funções relativas a cada cargo, facto agravado pela circunstância de em qualquer momento o rei ou os seus agentes poderem atribuir-lhe novos poderes e/ou responsabilidades. Esta prática não revela qualquer originalidade do território português porque é comum a várias regiões da Europa Medieval. Os exageros e abusos que naturalmente origina chegam a ter noutros países consequências mais desastrosas, como a venalidade das funções, o que entre nós nunca se verificou.

Entre nós foi mais comum, em certos escalões, a apropriação dos ofícios, isto é, a situação em que o oficial procura libertar-se da sua subordinação ao poder central, de deixar, em suma, de ser um agente para ser um senhor do cargo que exerce e até podê-lo transmitir hereditariamente (4)). São conhecidos casos de ricos-homens que, pela sua situação de agentes do poder e grandes privilegiados, assim procedem e este fenó-

meno não deve estar muito afastado do que Valdeavellano chama a «feudalização da função pública» que este estudioso considera, nos estados espanhóis, muito relativa, se tivermos em conta o que se passava noutros territórios do ocidente medieval (5).

Poderíamos também ter escolhido, nesta leitura das Inquirições de 1258, debruçarmo-nos sobre o que se pode considerar a estratégia política das doações régias, directamente ligadas, na Idade Média, com a administração local. É possível, como notou Wolfgang Metz (6), que os soberanos medievais alienassem mais facilmente domínios do seu património que estavam fora do seu itinerário habitual, não consumindo directamente os seus rendimentos e sempre que os produtos se revelem de impraticável ou difícil comercialização, parece mais razoável uma doação por razões políticas ou de boa administração, do que uma tentativa de administração directa. Pelas Inquirições temos algumas informações deste género: Sancho I, que o próprio texto das Inquirições revela ter estado em Melgaço, fez doação de um seu reguengo a D. Garcia Gomez, por serviço que este lhe prestara. A terra ficava situada na freguesia de Longovares, no julgado de Valadares (7). Para um cotejo a realizar entre as doações dos soberanos e os seus itinerários habituais, as Inquirições dos diversos reinados poderão, pois, fornecer alguns dados ou revelar alguns indícios. Noutro local (8), principiámos já a ocuparmo-nos dos oficiais régios, sua acção e privilégios; neste pequeno estudo ocupar-nos-emos de um outro problema, o da fraqueza revelada pela máquina político-administrativa, adiantando algumas questões que, se não explicam cabalmente, podem, pelo menos, ajudar a conhecer melhor este período de charneira que é o de Afonso III. Retomando uma tradição que datava de seu pai, Afonso III não seria alheio às práticas levadas a cabo no país onde vivera, a França: em 1248 Luís IX instituiu os seus *enquêteurs royaux*, mas também ele retomava uma tradição, visto que a capitular *de villis* de Carlos Magno, ressaltadas as devidas distâncias, deve ter resultado de um inquérito semelhante. Em pleno século XIII, Afonso de Poitiers lançava na extensão dos seus estados inquéritos de

cariz administrativo, que tiveram lugar de 1249 a 1251 e sobre os resultados dos quais tomaram decisões os membros do seu Parlamento na sessão realizada em Toulouse em 1270 ⁽⁹⁾.

Mais ou menos pela mesma época, Carlos I de Anjou, organiza os seus inquéritos de direitos e rendimentos na Provença, em 1252 e 1278. A corte senhorial de Aix tem, sob o seu domínio, rendimentos importantes, que pela sua natureza são relativamente fáceis de subtrair, sobre actividades piscatórias e comerciais em toda a costa centrada em Nice e ainda uma «cintura de peagem em arco de círculo das transacções comerciais entre a planície alpestre e as planícies do Sul e Oeste ⁽¹⁰⁾. Isto significa que os rebanhos transumantes aí ocupam uma parte importante, mas também os produtos de primeira necessidade, madeiras e diversos objectos fabricados.

Acrescente-se que o hábito de inquéritos reais se estabeleceu muito antes, numa outra região europeia, a Inglaterra, a partir da conquista de Guilherme da Normandia. Deles resultou o conhecido *Domesday Book* sobre o qual existe já hoje uma vasta bibliografia ⁽¹¹⁾, que estuda não só os mecanismos do inquérito como os resultados que obteve na administração e na política de centralização do poder real; alguns estudiosos debruçaram-se sobre questões demográficas, de geografia histórica e da dinâmica socio-económica da época.

No caso português e sob o ponto de vista político-administrativo as inquirições de 1258 revelam no seu conjunto, como já referimos, uma grande fraqueza do poder central. Não era fácil a tarefa de Afonso III sucedendo a um monarca que as fontes da época dão como incapaz de se opor quer ao orgulho dos nobres, quer às pretensões do clero.

Na Assembleia de Paris, presidida pelo Deão de Chartres em representação do Papa, o futuro rei Afonso III jurara, perante os representantes da nobreza e do clero portugueses, guardar os foros e costumes dos municípios, das igrejas e dos nobres. Era o mínimo que lhe podia ser exigido para substituir, a qualquer título, seu irmão na governação do reino, para o que este fora considerado incapaz. Desde o concílio de

Lião (1245) que a descrição da desordem do reino se fazia em tais termos que não era difícil ao príncipe D. Afonso prever que a breve trecho substituiria Sancho. Tal só aconteceria, no entanto, se os grandes privilegiados, sobretudo a Igreja, não pudessem vislumbrar no futuro monarca um homem da ténpera de seu pai que tantos incómodos lhes tinha causado. Este parece ser o sentido do Juramento de Paris.

Aclamado rei em 1248, a sua acção de expansão territorial, conquista do Algarve, e de política externa, no sentido de estabelecimento da fronteira luso-castelhana, assim como uma segura acção de política interna, em que avulta a reunião das Cortes de Leiria, onde os Municípios participam pela primeira vez, bem como a fundação de povoações e concessão de forais, conferiam ao soberano uma autoridade que lhe permitiu em 1258 retomar a política de seu pai, lançando Inquirições Gerais.

Tal como outras fontes, este inquérito dá ao estudioso a noção de que o país julgara Sancho II, considerando-o responsável pelo estado de desorganização do território e, inclusivamente, pelos abusos que tinham sido cometidos e pelos inúmeros atentados contra os direitos da coroa e do soberano.

E tal impressão não se regista a partir dos testemunhos particularmente localizados, mas sim em numerosas terras das então inquiridas na Beira e em Trás-os-Montes. Indicaremos aqui apenas alguns dos exemplos que se nos afiguraram mais interessantes a este propósito. Na freguesia da Lapa, o Bispo de Coimbra tem quatro casais que fez numa herdade e dizem as vozes (*sursum resonat*) que foi foreira do rei de jugada, voz, coima, hoste, anúduva e colheita, mas tudo se perdera no tempo do rei D. Sancho ⁽¹²⁾. Outra forma de abuso, que deveria ser corrente, foi a de um tal Domingos Garcia, que se tornou *familiar* do Templo e na paróquia de Penaverde, região de Gouveia, entregou àquela ordem casas, vinhas e herdades que eram foreiras do rei. Interrogada, a testemunha atribui ao tempo do rei D. Sancho II estes sucessos. O que é interessante é verificar que por morte de um outro seu familiar, Pelágio Gonçalves, a mesma ordem se atribui o

direito de herdar terras foreiras do rei, ao qual deixa naturalmente de pagar os seus direitos ⁽¹³⁾. Este procedimento, de que aqui deixamos um exemplo, era bastante generalizado no que respeita tanto às grandes ordens como aos pequenos mosteiros, sendo uma das formas mais vulgares pelas quais a coroa e o monarca perdiam os seus direitos. Abusos praticados em terras reguengas perto de Aveiro (hoje povoação do concelho de Viseu), são denunciados como tendo acontecido no tempo de Sancho II. Neste caso a gravidade é maior, dado que quem comete o abuso é um Juiz a quem a terra fora dada para arrotear ⁽¹⁴⁾.

Passando à região de Trás-os-Montes, na paróquia de S. Eufémia ⁽¹⁵⁾, uma das testemunhas indica que Vilar de Baldreas era reguengo do rei, mas naquele momento está na mão de Nuno Martins de Chasin, do Mosteiro de Castro de Avelãs e da ordem do Hospital e expressamente declara que tal reguengo assim fora tomado indevidamente no tempo do rei D. Sancho, «irmão deste rei».

Abusos semelhantes, e que os inquiridores conseguem verificar, são denunciados em Satão ⁽¹⁶⁾, em todo o território de Castro Daire ⁽¹⁷⁾ e no próprio Castelo de Lamego ⁽¹⁸⁾. Neste último caso foi a Sé de Lamego que conseguiu «no tempo do rei D. Sancho, irmão do rei» que lhe fossem doadas casas.

É muito difícil compreender o que na realidade significavam tais acusações ao rei Sancho II. É mesmo possível admitir que a fraqueza da máquina administrativa fosse tal, no reinado deste monarca, que todos os abusos remetidos ao seu tempo nele se tenham na realidade verificado. Mas também é de admitir que a campanha a favor de Afonso III e da deposição de seu irmão, que os clérigos apoiavam, tenha originado nas vilas e lugares mais remotos do país a ideia de que todas as fraquezas do poder central remontavam àquele monarca. É bem provável que em grande número de casos as testemunhas não estivessem seguras do momento em que tais práticas tinham começado. Por vezes temos ligeiros indícios de que isto se passou. Em Penaverde ⁽¹⁹⁾, actualmente no concelho de Aguiar da Beira,

que é toda foreira do rei, uma das testemunhas indica que arrendaram por sessenta libras por ano o foro de jugada, voz e coima, ficando-lhes apenas o dever de irem à hoste, anúduva e pagarem colheita. Pedida a apresentação da carta onde tal contracto está contido, verifica-se que o não têm, mas apressam-se a atribuir ao reinado de «D. Sancho, irmão deste rei» a decisão. Será este um dos casos em que o conhecimento da fraqueza deste reinado leva os ininteressados a atribuir-lhe, por se tornarem verosímeis, estes arranjos. Em muitos casos semelhantes as cartas onde tais foros se contêm foram apresentados aos inquiridores que o escrevem. Damos como exemplo Ferreira, onde a carta de foro é apresentada aos Inquiridores que também viram uma carta do rei D. Sancho que aí metia Juízes e estabelecia as penas para os que os atacassem ⁽²⁰⁾.

O caso de Aguiar da Beira, onde o Mosteiro de S. João de Tarouca tem uma larga influência, é sumamente significativo. Aí o Mosteiro realizou compras de terras e casas e obteve bens de testamento, que em princípio nada tinham que ver com direitos reais, por se tratar de bens próprios; mas é ao tempo de Sancho II que a maior parte das testemunhas reportam estas acções, que em verdade nada obrigava a situar no tempo. Outros casos põem-nos igualmente perante dúvidas razoáveis. Em Gultar, a Igreja recebeu de testamento muitas herdades foreiras do rei, mas quanto ao tempo as testemunhas dividem-se: segundo umas, recebeu certas herdades do tempo de Sancho II, segundo outras, recebeu ainda herdades no tempo de Afonso II ⁽²¹⁾. Acrescente-se um outro exemplo que leva a tornar ainda mais difícil esta questão. Em Peias, entre Viseu e Trancoso, os homens do Hospital compraram parte de uma herdade foreira do rei, a quem deixam de fazer o seu foro. Segundo a testemunha, houve inquirição sobre o assunto, tanto no tempo de Afonso II, como no tempo de D. Sancho «irmão deste rei». Sendo um exemplo muito raramente referido, não há senão uma indicação, ainda que vaga, de que Sancho II deve ter procurado, em certos casos, diminuir os atentados de que era alvo o património da coroa.

De qualquer modo, o que nos parece lícito concluir a este propósito, é que a um reinado de grande fraqueza político-administrativa se segue um aproveitamento deste facto por parte das forças menos interessadas em defender o património real.

Tradicionalmente atribui-se, e não sem razão, aos grandes potentados laicos e eclesiásticos a responsabilidade de atacarem os direitos reais. No entanto, outras forças, de uma forma bastante generalizada, construíram para o mesmo fim. E deste facto as inquirições gerais dão-nos exemplos inequívocos.

Se observarmos, em primeiro lugar, a acção dos próprios oficiais do rei, verificamos que é muitas vezes pela sua incúria e ganância que o património régio é prejudicado. Independentemente deste facto, um outro será decerto mais importante: a máquina administrativa não está definida com suficiente rigor, e suficientemente autonomizada, em relação ao poder político. Parece-nos bastante significativo o facto de as Inquirições testemunharem, através de exemplos muito repetidos, que é frequente os mordomos, mordomos das eiras e serviçais, não serem especialmente designados para tal cargo pelo senhor da terra, mas pertencerem a uma certa linhagem que tem de geração em geração esse cargo e as regalias a ele inerentes. Muitos são também os casos em que o simples facto de habitarem casais reguengos confere aos seus moradores o título de mordomos das herdades do rei. É o caso dos dois casais reguengos da paróquia de S. João de Moimenta⁽²²⁾, Terra de Gouveia, que citamos entre muitos outros exemplos possíveis.

A esta ordem de factos uma outra não menos importante se junta: a que respeita à complexidade da recepção dos tributos devidos ao rei enquanto soberano ou que ele recebe como simples direitos senhoriais e que se enredam com os direitos e serviços recebidos pelos senhores laicos e eclesiásticos, incluindo os senhorios municipais. Devemos aliás sublinhar que as terras coutadas dos municípios se comportam como quaisquer outros senhorios no que respeita ao prejuízo dos direitos que cabem ao rei ou à coroa.

Anotemos, em regiões diferentes, dois exemplos da complexidade na recepção das rendas. Na paróquia de S. Salvador das Covas⁽²³⁾ pagam do reguengo o quarto de todo o fruto de tudo o que é regado, o terço do que não é, e das terras arroteadas dão o sexto da produção. A isto devem juntar-se oito soldos de direituras pelo S. Miguel, duas fogaças pelo S. João, e seis dinheiros do vinho. Para a recepção desta complicada renda mista, o texto indica expressamente que não deve estar presente apenas o mordomo do rei quando da colheita dos frutos, mas também o mordomo do mosteiro de S. João de Arga, que aí tem os seus interesses. Acrescente-se que pelo direito de trabalhar no reguengo os camponeses não só devem alimentar os mordomos do rei e do mosteiro enquanto aí andarem, mas devem dar cada um um galo grande. Tal como os herdadores, pagam ao rei voz, coima, lutuosa e fossadeira, além de irem à anúduva.

Numa região diferente (perto de Tonela), escolhemos ao acaso, a inquirição tirada sobre a vila de Ovoa⁽²⁴⁾ para julgarmos como é complexo chegar sequer a conhecer, em muitos casos, os direitos do rei. Pelas testemunhas ficamos a saber que metade da vila de Ovoa é do rei; mas não se diz no texto a quem pertence a outra metade ou se simplesmente não tem senhorio. Nessa vila o rei recebe os direitos judiciais de voz e coima e os serviços da hoste e anúduva, assim como as portagens. Ao rei, cabe ainda nomear juiz para a vila. Quanto aos direitos sobre a terra possui aí sete casais foreiros dos quais os inquiridores conseguem saber o foro que dão em comum e apenas uma parte dos direitos menos importantes que cada homem deve dar em particular. Nenhum testemunho diz qual é a renda de cada casal foreiro, apesar de ser essa a preocupação dos inquiridores, que exprimem no texto a sua impressão de que sobre este assunto as respostas são «maliciosas». Acrescente-se que estes sete casais se encontram despovoados por uma razão frequentemente apontada: pelo mal que lhes fez o prestameiro. Não ficamos a saber nem quando nem em que circunstâncias.

Por outro lado, o rei possui ainda em Ova casais reguengos que pagam como porção a sétima parte de tudo o que obtiveram na vila, mas apenas a nona de tudo quanto arrotearem. Quanto à Igreja, o seu clérigo deve ser apresentado pelos paroquianos ao seu patrono que é o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

Além da complexidade de conhecer realmente os direitos do rei deve acrescentar-se que por vezes eles vinham sendo deturpados havia gerações e gerações. Na freguesia de S. João de Moimenta ⁽²⁵⁾ encontramos o que julgamos ser um bom exemplo desta delapidação sucessiva dos direitos régios: aí se faz referência à doação que o antigo senhor da Terra, o rico-homem D. Gomécio Soares, fizera de dois casais reguengos a um tal Pretrilinho, de Gouveia. Outra testemunha, falando do caso, acrescenta que esses casais foram dados em prestamónio. Pretrilinho conservou os casais nos dias da sua vida e depois da sua morte Pedro Bom e Gonçalo Peres seus filhos «aceitaram» (sic) os oito casais. Posteriormente, Pedro Bom deu esses casais a Lourenço Soares, cavaleiro, que os vendeu a Soeiro Amarelo. E deste modo Mendo Viegas, cavaleiro, que é casado com a filha de Soeiro Amarelo, e sua filha, D. Chama, têm esses casais. Parece evidente que será muito difícil que estas terras sejam reintegradas no património régio por esforço de qualquer autoridade administrativa que não ousará certamente opor-se à força que o direito consuetudinário tinha no período medieval. O exemplo que acabamos de indicar aponta para essa forma muito frequente de perda dos direitos reais que é o abuso deliberado cometido pelas autoridades político-administrativas, cuja acção os soberanos não têm maneira de moralizar. Em numerosíssimos casos as Inquirições apenas referem, sem pormenor, a malfetoria dos homens do rei desde os tenentes até aos simples saíões ⁽²⁶⁾. Frequentemente, desses malefícios resultava o despovoamento do território. É disso exemplo, entre centenas de outros, o caso registado na freguesia de Souto, hoje concelho de Cinfães, na margem do Douro ⁽²⁷⁾, onde o rei tem os seus casais reguengos despovoados por «malum» que lhes fizeram os ricos-homens que «têm a terra ao Rei».

Noutros casos, os abusos cometidos estão melhor especificados e revelam níveis muito diferentes a que a autoridade régia pode ser desacatada. Por vezes, apenas se trata de aproveitar o cargo para tirar para si ou sua família propriedades ou direitos sobre a terra. As Inquirições Gerais de qualquer dos reinados apresentam exemplos frequentes deste processo. Estão neste caso, entre muitos outros, o ocorrido em S. Pedro da Castanheira com a ermida de Gontrode e sua herdade reguenga, que o tenente Mendo Dias tomou e deu a seu filho que, por sua vez, a testou à Sé de Tuy ⁽²⁸⁾; e o da freguesia de Santa Marinha de Uzezar, onde o senhor da terra, Afonso Ermegildo, conhecido por ter delapidado a fazenda, fez algumas ofertas a seu sobrinho nas quais se incluiu uma bouça reguenga. Esta freguesia situa-se numa terra, a de Gestação, onde o rei perdeu através de seus agentes muitas propriedades e direitos ⁽²⁹⁾. Por vezes estas quebras dos direitos reais fazem-se em nome dos direitos dominiais do senhor da terra e revelam a existência de uma importante organização feudo-vassálica que cria no território um conjunto de poderes paralelos ao do rei. Cremos ser esse o sentido de alguns casos que analisámos, entre os quais se conta o corrido na paróquia de S. Tiago de Macinhata em que o rico-homem, Pedro Pouço, tomou uma herdade para dar a Estêvão Mendes «seu cavaleiro» ⁽³⁰⁾. O mesmo sentido terá a referência às maldias ⁽³¹⁾, às encomendas e aos prestamos militares. Muitos casos há em que se regista uma dualidade de interesses que se confrontam: o do agente do poder e o do privilegiado, do que resulta, sobretudo, a perda dos direitos do rei. Como último exemplo citemos o caso do reguengo de Vilar de Pena, que costumava render 100 moios e meio, que ao tempo das Inquirições se diz que não rende nem sessenta. Tal resulta, segundo ali se regista, de abusos do rico-homem, Gonçalo Mendes, e dos mordomos ⁽³²⁾. Aliás, vendo o texto de toda a inquirição dessa paróquia e das que lhe são vizinhas, podemos ficar com uma ideia aproximada do que pode render ao tenente de uma terra o seu lugar, tanto à custa do património régio como do das terras aldeais. Na vila de Randulfe, as populações

referem uma prática a que são extremamente sensíveis pela frequência com que eram por ela agravados, pelos grandes senhores: o direito de pousada ou aposentadoria. Nesta vila (paróquia de S. João de Carrazedo) «pousou» pela primeira vez, por força, D. Rodegrigo Nunes, quando tinha a terra, e desde então tornou-se *pousa* dos ricos-homens⁽³³⁾. Para obviar a este problema concreto várias medidas são tomadas pelo poder central e algumas aparecem no próprio texto das Inquirições: em S. Pedro de Castanheira especifica-se que cada vez que o rico-homem quizer «correr o monte» possa passar na vila onde deve ser alimentado, mas não deve ficar aí mais do que uma noite⁽³⁴⁾. Este problema das aposentadorias foi objecto em 1261 de uma lei de Afonso III, a que talvez já não sejam alheios os primeiros resultados das inquirições ou as queixas renovadas que sobre isso faziam ao soberano.

A gravidade dos ataques aos direitos do rei e às populações por parte destes grandes oficiais ultrapassa, não raro, os exemplos que temos vindo a referir para atingir o próprio nível judicial e, o que é ainda bem mais grave, o da justiça crime, *justiça maior*, pela posse da qual os soberanos medievais portugueses tão esforçada e insistentemente lutaram, mesmo os que não deixaram a este propósito uma tradição clara, como é o caso de D. Fernando. Apenas dois exemplos, tirados das Inquirições, ilustram o ponto que tratamos. O primeiro, refere o tenente Sueiro Aires, que enforcou um homem do Mosteiro de Fiães e por este feito teve de entregar ao mosteiro o reguengo de Santa Maria de Orada; Sancho I vindo a Melgaço para recuperar esse reguengo foi obrigado a dar a aldeia de Figueiredo e cem maravedis. Ao tempo das Inquirições o mosteiro acaba por ter tanto Figueiredo como Santa Maria de Orada⁽³⁵⁾. O segundo exemplo, na freguesia de S. Mamede de Ansalde, diz respeito ao rico-homem Martinho Soares que tinha a terra do Julgado de Froiã: enforcou um foreiro do rei e ficou com as suas terras que, ao tempo das Inquirições, são de filhos e netos daquele senhor⁽³⁶⁾.

Podemos imaginar que quando se não tratava de grandes privilegiados, os oficiais

do rei não se achavam em situação de prejudicarem tanto os interesses da coroa e ofender tão gravemente as populações. Não nos esqueçamos, no entanto, que são os médios e pequenos oficiais, mordomos do rei e os seus homens, mordomos das eiras e serviçais, que estão em contacto constante com os camponeses e parecem desfrutar de liberdade suficiente para aumentar a sua autoridade e os seus proventos, longe de qualquer vigilância efectiva. O facto de serem deixadas ao seu parecer certas decisões, indica-nos uma possibilidade de abuso. Entre muitos exemplos escolhemos o que tem lugar em Santiago de Vila Nova, onde se expressa que um lugar chamado Quintã foi do rei e agora «avinha-se» o homem que aí morava com o mordomo e «ora não ha ende El Rej nimigalha»⁽³⁷⁾. O exemplo é significativo na medida em que se repete às centenas por todo o território.

Por outro lado, se é um facto que estes oficiais podem entender-se com os camponeses e exercer sobre eles a sua pressão, não é menos verdade que, em relação aos grandes, eles se encontravam muitíssimo desprotegidos se, por conveniência própria ou honra e proveito do rei, quiserem exercer com rigor o seu mister. São numerosos os exemplos de oficiais régios atacados quando pretendem impor o pagamento de rendas e serviços. Muitos dos que os atacam não pertencem, sequer, a grandes e conhecidas famílias, mas fazem parte dos estratos médios e superiores do campesinato local, provavelmente descendentes de herdeiros que conseguiram também trabalhar a qualquer título terras do rei e que acabam muitas vezes, por honrar, não se vê claramente porquê, certa propriedade. É o que se deduz do exemplo registado nas inquirições no termo da freguesia de Santa Maria de Ancora, no lugar de Portela⁽³⁸⁾, onde o mordomo é ferido ao tentar fazer uma penhora nas terras declaradamente reguengueiras e foreiras do rei. Isto estaria ligado ao facto de uma senhora, conhecida com o nome de Dona Maior Velha, ter estabelecido seus mouros forros para que arroteassem a terra e nela fizessem morada, não se compreendendo bem porque razão membros da sua família atacam o mordomo e que no texto das inquirições de 1258 o

lugar já seja dito «honra» e imune à acção dos oficiais do rei.

Este é um exemplo, citado entre muitos outros que as Inquirições referem, que está relacionado com a existência e dinâmica de um campesinato médio e para o qual numerosos textos medievais chamam a atenção. Ele explicaria, talvez, em certas áreas a perda sucessiva dos direitos sobre o solo e da tributação por parte dos soberanos, sobretudo em áreas de colonização mais recente e onde a economia de mercado se desenha com mais nitidez. A sua acção é muito visível nas Inquirições de 1258 no que respeita ao arroteamento de campos nas áreas onde a terra não está cativa dos grandes senhorios, como acontece no Entre-Douro e Minho. Recorde-se o que estas Inquirições registam, por exemplo, na fundação de uma povoação, Aveiro⁽³⁹⁾: Pedro Nunes, de Senhorim, explica que tivera uma herdade reguenga que já seu avô e pai trabalharam e que dela fora espoliado por cavaleiros de Budiosa.

Noutras áreas regista-se tal volume de compras e a mudança na exploração da terra é de molde a chamar a atenção do investigador para a existência, nesta época, de uma nítida transformação socioeconómica nos campos. É o caso, entre outros, da região de Fornos de Algodres onde esse processo nos parece muito vivo e nos leva a aventar a hipótese de estar ligado com uma capitalização em certa medida resultante das actividades pastoris. Estas questões de ordem socioeconómica que não parecem, à primeira vista, relacionadas com as nossas preocupações administrativas, estão na realidade ligadas a estas questões, pois que em terras de povoamento novo ou de grandes mudanças socioeconómicas, é extremamente frequente o rei não obter uma actualização dos seus direitos, pois, em geral, os oficiais da administração não entram em linha de conta com novas possibilidades ainda não consignadas nos foros e nos usos. Por outro lado, são frequentes os casos que as Inquirições registam em que tal ou tal casal feito de novo não é contado pelo mordomo. Tome-se para exemplo o das vinhas novas que em Granxada e no casal de S. João o mordomo não faz pagar direitos⁽⁴⁰⁾. Uma dessas vinhas tem por proprietária

uma senhora a que se dá no texto o tratamento de Dona (Ermesinde Peres), situando-se portanto entre os estratos superiores do campesinato.

Se, como acabámos de apontar, uma das razões da perda contínua dos direitos do soberano é não só a fraqueza da máquina administrativa como a transformação progressiva dos meios rurais, não significa, como já referimos, que arredemos a explicação tradicional que situa na acção dos grandes potentados laicos ou eclesiásticos as dificuldades do rei como grande proprietário. Não negamos a acção perturbadora dos grandes mosteiros, das sés episcopais, das ordens religiosas-militares, das honras familiares e dos coutos municipais. Convém, porém, não perder de vista fenómenos igualmente generalizados e que não são em geral considerados: é a acção dos pequenos mosteiros, das pequenas igrejas, das terras isoladas de um nobre que prestou serviço ao rei e, sobretudo, os abusos diários dos pequenos nobres e da população vilã, os pequenos caciques que a máquina administrativa não controla. Será desses casos que daqui em diante nos ocuparemos através de alguns exemplos. A primeira referência que não queremos deixar de fazer é às *honras por amádigo*, ou seja, aquelas propriedades que deixam de fazer foro ao rei por aí se ter tratado durante algum tempo, na sua infância uma criação nobre. O número de terras nesta situação é extremamente elevado e cremos que atinge, para a área considerada nas Inquirições de 1258, o seu máximo na região de Entre-Douro e Minho. Deve acrescentar-se que se refere aí a criação de filhos não apenas de nobres importantes, mas de famílias localmente com algum prestígio e até de não nobres, como acontece com a terra onde foi criado um filho do mestre de escola de Tui⁽⁴¹⁾.

Ao lado deste fenómeno figuram também com grande regularidade as doações feitas pela piedade dos fiéis à Igreja, a pequenos mosteiros, como é o caso do de Arganil, que na área de Gouveia, freguesia de Vinhó, é o objecto de numerosas doações não só de bens próprios, como de bens e direitos do rei⁽⁴²⁾. Mais curioso é o exemplo do Mosteiro de S. João de Arga que não tendo couto próprio considera não dever fazer

qualquer foro ao rei pelas arroteias que faz no monte de Arga ⁽⁴³⁾. Em Almacave, que hoje está integrado na cidade de Lamego, mas que então é inquirida à parte, verifica-se, por exemplo, que sobre a ribeira de Coria o rei devia ter uma aldeia com os seus campos, que na altura das Inquirições está desabitada porque nela estabeleceram a sua morada os frades menores ⁽⁴⁴⁾. Junte-se estes aos numerosos mosteiros que tendiam em toda a região, e não seria demais dizer por todo o país, a alargar os seus coutos, e ainda as pequenas igrejas das diversas freguesias às quais as terras do rei eram entregues em testamento, vendidas ou doadas como bens próprios. A frequência deste fenómeno é de tal modo grande que seria irrelevante dar exemplos. Apenas julgamos útil lembrar que o facto de pertencer à igreja dá um grande número de vezes a suficiente importância a qualquer dos seus membros para que eles se julguem autorizados a proceder como os grandes eclesiásticos: é o caso de um tal Mendo Gonçalves, clérigo, que em Ferreiros (Gouveia) compra uma herdade, em parte foreira do rei, e deixa, a partir de então, de pagar qualquer foro ⁽⁴⁵⁾. É natural que do mesmo modo procedessem certas instituições vivendo em grande parte do apelo à caridade cristã, como é o caso da leprosaria de Lamego que chega a vender ao Bispo bens do rei, de que certamente teria apenas o usufruto ⁽⁴⁶⁾.

Menos compreensível nos parece a atitude dos municípios que também dispõem com grande à vontade dos bens da coroa, facto só justificável pela imbricação na área dos coutos concelhios dos direitos do rei e do município. Será o que explica talvez o exemplo do monte maninho que pelo comcelho é dado a um habitante da vila de Algodres, já que toda a área é reguenga. Mais espantoso é, no entanto, a percentagem de abusos cometidos por parte de membros de muito pequena nobreza regional e de que também seria possível dar vários exemplos, de tal modo a situação se repete. Os outros elementos da população, quando podem, seguem-lhes o exemplo. Como explicar a que título um tal Miguel Martins, desde que teve a herdade foreira do rei, deixou de lhe fazer foro? ⁽⁴⁷⁾. E como este, centenas e centenas de casos se registam e não sendo

de esquecer os que respeitam a gente cujas actividades não estão ligadas à agricultura, como os mercadores e artesãos. É difícil compreender porque é que um simples brocheiro que comprou herdades foreiras deixou de pagar o foro, que delas o soberano devia ter ⁽⁴⁸⁾. Por outro lado, toda uma série de justificações são encontradas para que o povo se isente dos tributos e rendas que deve pagar. Habitar um couto como Senhorim ⁽⁴⁹⁾ ou Melgaço ⁽⁵⁰⁾ é suficiente, muitas vezes, para deixar de pagar direitos de outras terras. No último caso, as Inquirições manifestam algum espanto dado que aí se escreve que vários lugares são de ordens e cavaleiros, honrando-se por si mesmos e não mostrando porquê.

Esta fraqueza da administração régia, não deixa evidentemente de afectar também os direitos das populações. Apenas alguns exemplos: no lugar de S. Martinho, área de Seia, um tal Mendo Peres vendeu, por força, um casal foreiro do rei a Sueiro Amarelo que deixou desde então de pagar qualquer foro ⁽⁵¹⁾; em Matela (entre Viseu e Trancoso) refere-se Afonso Soares, cavaleiro novo que para convencer um vilão que aí habitava a vender-lhe uma herdade lhe prende um filho ⁽⁵²⁾; os paroquianos de Sta. Maria de Castro tinham por foro e uso apresentar o clérigo da sua igreja até ao momento em que são forçados a deixar de o fazer por um denominado Estevão Peres; em Santa Marinha de Oleiros, julgado do Prado, a apresentação da igreja pertencia metade aos reguengueiros e outra metade aos vilãos herdadores, até ao momento em que o filho de D. Nuno Sanches veio aí aposentar-se sem lhe caber tal direito — acrescente-se que este mesmo senhor feriu, por causa disso, um homem e agora ameaça o clérigo porque é abade sem ser mandado e, com esse pretexto, conseguiu dele 25 morabitinos ⁽⁵³⁾.

Ligado ao problema da fraqueza geral da administração não podemos para finalizar deixar de referir o problema da justiça. Uma vez que o rei através dos seus oficiais não garante os direitos ou a punição dos que atacam, às classes populares apenas ficam dois caminhos: unirem-se e decidirem entre si da justiça ou «ampararem-se» a um grande que a faça por eles. São numerosos os exemplos de qualquer das opções e das situações

que a justificam. Em S. João de Bico, um tal Rui Calaça prendera o filho de uma Senhora Dona Maior e preparava-se para o enforcar; perante o facto, sua mãe dá em troca terras que possuía e explorava (⁵⁴). É também com grande naturalidade que as testemunhas inquiridas na vila de Eurones explicam que ela fora foreira do rei até ao momento em que os seus homens entraram em luta com um militar, tendo dado em paga a um freire que os ajudara a Igreja da vila e certamente as terras que lhes pertenciam (⁵⁵). Finalmente, na paróquia de S. Miguel da Ribeira, Terras de Sever do Vouga, explica-se que os seus habitantes não respondem a qualquer juiz, e que quando surge entre eles qualquer questão é resolvida por dois ou três vizinhos escolhidos para o efeito. Os membros da alçada régia espantam-se com o que eles consideram «tanta e tão magna jurisdição», mas as testemunhas limitam-se a indicar que a tem de uso (⁵⁶).

Chegados a este ponto julgamos poder finalizar acrescentando apenas que uma análise sistemática das inquirições gerais da Idade Média, em Portugal, que os investigadores, até hoje, não fizeram, permitirá muito para além desta simples abordagem cifrada nalgumas dezenas de exemplos, reconhecer a tarefa que o poder central tinha diante de si para fazer deste país um país único, com uma só lei e uma só justiça. Neste sentido, tentativas como as de Afonso III, desprovido ainda de outros recursos, foram certamente positivas; através delas os governantes tiveram acesso aos problemas quotidianos dos camponeses, que constituíam o grosso da população do território, levando a sua vida longe dos centros de decisão política e correndo o risco de não serem justamente contemplados por elas.

Questões da administração local nas inquirições gerais de Afonso II

Maria José Lagos Trindade

notas

(¹) Cf. Marc Bloch, «Notes sur les sources de l'histoire de l'Île de France au Moyen Âge» in *Melanges Historiques*, Tomo II, Paris, 1963, S. E. V. P. E. N., p. 765.

(²) Cf. Vitorino Magalhães Godinho, rubrica «Finanças Públicas e Estrutura do Estado» in *Dicionário de História de Portugal*.

(³) Anteriores a este reinado conhecem-se inquéritos realizados por D. Tereza e Sancho I como revela o minucioso estudo realizado sob a orientação de João Pedro Ribeiro *Memórias para a História das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal* ... Lisboa, 1815. Para as inquirições em geral deve consultar-se o artigo de A. H. de Oliveira Marques, sob esta mesma rubrica no *Dicionário de História de Portugal*.

(⁴) Cf. Jacques Kubler *L'origine de la perpétuité des offices royaux*, Nancy, 1958.

(⁵) Cf. Luis G. de Valdeavellano, *Curso de História de las Instituciones Espanholas*, Madrid, 1968, p. 317.

(⁶) Cf. Wolfgang Metz, *Das Karolingische Reichsgut Eine Verfassungs- und verwaltungsgeschichtliche Untersuchung*, Berlim, 1960, Recensão crítica de R. Van Caenegem in *Annali Della Fondazione Italiana Per la Storia Amministrativa*, 1, 1964.

(⁷) *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones*, vol. I, Lisboa 1888 — ..., p. 374 — 1.ª col. A partir daqui referida apenas por *Inq.*

(⁸) Cf. Maria José Lagos Trindade, *Os oficiais régios nas Inquirições de Afonso III*, Comunicação apresentada ao Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais no XI Centenário da Presúria do Porto.

(⁹) *Enquêtes administratives d'Alfonse de Poitiers Arrêts de Son Parlement Tenue à Toulouse et Textes annexes. 1249-1274*, Ed. por Pierre F. Fournier et Pascal Guébin — Coll. de Documents Inédits sur l'histoire de France, Publiés par les soins du Ministre de L'Education National, Paris, Imprimerie National, 1959.

(¹⁰) Cf. *Enquêtes sur les Droits et Revenus de de Charles I D'Anjou en Provence (1252 et 1278)* publié par Edouard BARATIER, Coll. des *Documents Inédits sur l'histoire de France*, publiés par les soins du Ministère de l'Education Nationale (Comité des Travaux Historiques et Scientifiques), Paris, Bibliothèque Nationale, 1969, pg. 41.

(¹¹) Dela retirámos quatro títulos dado que as obras que referem são, quanto a nós, significativas dos diversos tratamentos que é possível aplicar a este tipo de fontes: F. W. Maitland — *Domesday Book and Beyond. Three essays in the Early History of England*, 1.ª edição na Cambridge University Press, 1897; V. H. GALBRRAITH; *The Making of Domesday Book*, Villafield Press Bishopbriggs, 1963. Do mesmo autor, *The Domesday Inquest*, Londres, 1961.

(¹²) Inq. 771, 1.ª col.

(¹³) Inq. 792, 1.ª e 2.ª col.

(¹⁴) Inq. 813, 1.ª col., 2.ª col.

(¹⁵) Inq. 1313/1314.

(¹⁶) Inq. 798, 1.ª e 2.ª col., 799, 1.ª e 2.ª col.

(¹⁷) Inq. 933 e seguinte.

(¹⁸) Inq. 1027, 2.ª col.

(¹⁹) Inq. 792, 2.ª col. 793, 1.ª col.

(²⁰) Inq. 797, 2.ª col.

(²¹) Inq. 794, 2.ª col.

(²²) Inq. 787, 2.ª col.

(²³) Inq. 354, 2.ª col.

(²⁴) Inq. 816, 2.ª col. 817, 1.ª col.

(²⁵) Inq. 787, 1.ª e 2.ª col.

notas

(²⁶) Este último caso, menos frequente dado o carácter de simples executores que têm este oficiais, está documentado em Travanca. Inq. 950, 2.^a col.

(²⁷) Inq. 954, 2.^a col. 955, 1.^a col.

(²⁸) Inq. 357, 2.^a col.

(²⁹) Inq. 1191, 2.^a col.

(³⁰) Inq. 1188, 1.^a col.

(³¹) Inq. 296, 1.^a col., julgado de Prado, freg. de S. Martinho de Oleiros: «e aqueles vilas que sum erdadores tornouulos in sua maladia».

(³²) 1366, 2.^a col.

(³³) 1352, 2.^a col.

(³⁴) 1357, 1.^a col.

(³⁵) Inq. 378, 1.^a col.

(³⁶) Inq. 163, 1.^a col.

(³⁷) Inq. 1225, 1.^a col.

(³⁸) Inq. 328, 2.^a col.

(³⁹) Inq. 813, 1.^a col.

(⁴⁰) Inq. 954, 2.^a col.

(⁴¹) Inq. 382, 1.^a col.

(⁴²) Inq. 786, 1.^a e 2.^a col.

(⁴³) Inq. 354, 1.^a col.

(⁴⁴) Inq. 1020, 2.^a col.

(⁴⁵) Inq. 764, 2.^a col.

(⁴⁶) Inq. 1035, 2.^a col.

(⁴⁷) Inq. 363, 1.^a col.

(⁴⁸) Inq. 297, 1.^a col.

(⁴⁹) Inq. 813.

(⁵⁰) Inq. 378, 1.^a col.

(⁵¹) Inq. 754, 2.^a col.

(⁵²) Inq. 804, 2.^a col.

(⁵³) Inq. 296, 1.^a col.

(⁵⁴) Inq. 359, 2.^a col.

(⁵⁵) Inq. 1357, 1.^a col.

(⁵⁶) Inq. 916, 2.^a col.

O Cardeal-Rei numa fonte coeva

Francisco Salles Loureiro

Já por várias vezes temos dado notícia da existência de um manuscrito, na Biblioteca Municipal de Viseu, do maior alcance para o estudo da época sebástica e que dá pelo nome — *Jornada de El Rey Dom Sebastião às partes de Africa onde se perdeu Na Batalha que deu aos Mouros em o anno e Era de 1578*.

O referido manuscrito, incluído no espólio literário, que o doutor António Nunes de Carvalho legou à Biblioteca viseense, foi já dado à estampa, em 1970, através da *Revista da Universidade de Lourenço Marques* — Série B —, com um estudo introdutório de nossa autoria.

Em um artigo que intitulámos «Uma Crónica Inédita da Historiografia Sebástica», inserido na revista *Beira Alta*, — vol. XXXIII de 1974 —, salientava-se o interesse historiográfico da referida crónica ou memória — como prefere o seu autor —, afirmando-se constituir ela «uma achega, para um mais completo e esclarecido estudo de uma época histórica, cuja transparência tem sido muito prejudicada pelos juízos contraditórios dos que, conduzidos pela paixão, mais querem julgar os homens que compreendê-los».

O próprio autor da *Jornada de El Rey Dom Sebastião* não escapa a essa tendência

de julgar, não obstante o bom repositório de dados historiográficos com que recheia as suas memórias.

Revela-se, por vezes, tão implacável no julgamento de D. Sebastião, quanto de benevolente, no que emite sobre a pessoa e acção do Cardeal D. Henrique.

No atrás citado artigo da revista viseense, procedemos a uma análise geral sobre o manuscrito da Biblioteca Municipal, que se desdobra por três livros, o último dos quais, contudo, circunscrito a certos aspectos do governo do Cardeal-Rei.

Entretanto, parece-nos do maior interesse procedermos agora mais detalhadamente a uma análise do aludido Livro III, já que o Cardeal D. Henrique, pelo papel que desempenhou na crise da independência, se tornou, compreensivelmente, numa personalidade bastante equívoca e contestada.

Ao assumir as suas responsabilidades no Governo, por morte de seu sobrinho, o Rei, deparava-se ao Cardeal D. Henrique, na conjuntura, um feixe de múltiplas tarefas, demasiado pesadas para o seu estado de saúde e idade.

A mais urgente decisão que se impunha era a de tomar nas suas mãos as rédeas

do poder, pois no impasse que se seguiu à derrota de Alcácer-Quibir, tudo era, indecisão e temor, pelo que a máquina político-administrativa quase paralisara. Ao Cardeal apresentavam-se-lhe, logo à partida, problemas de rara complexidade, como eram os do resgate dos prisioneiros de Marrocos e os que se ligavam com a sucessão.

E toda a sua actividade governativa se vai orientar, em obediência a essas duas coordenadas.

Contudo, se o problema do resgate dos prisioneiros lhe mereceu o maior desvelo e empenho, bem expresso numa actividade dadivosa e incansável, que nunca lhe provocou qualquer espécie ou forma de esmorecimento, já outro tanto não sucedeu no que respeitava ao problema sucessório que, no decurso da sua gerência, conheceu oscilações e *nuances*.

Inicialmente, o Cardeal-Rei procura resolver o problema dinástico, através do seu casamento, surgindo como hipóteses plausíveis não só o seu enlace com Isabel de Áustria, viúva de Carlos IX, rei de França, como o seu consórcio com Maria, filha mais velha dos Duques de Bragança que, ao tempo, andava pelos 14 anos de idade.

Particularmente o casamento com a viúva do rei francês parece tê-lo empolgado e foi devido às pressões de Filipe II, junto da Cúria Romana, que a dispensa, para o efeito requerida ao Papa, não foi concedida.

Durante este interim joga diplomaticamente na hipótese da sucessão da Coroa para o filho segundo de Filipe II, a quem pensa nomear herdeiro do trono, solução, porém, que não é aceite pelo rei espanhol.

Sabe-se ainda como D. Henrique — para quem apenas havia dois pretendentes com direitos reais à Coroa portuguesa: Filipe II e D. Catarina de Bragança —, propendia para a candidatura da sobrinha, que aliás tinha também a simpatia dos jesuítas.

Chegou mesmo a estar iminente a indicação da Duquesa de Bragança como sua sucessora, o que não ocorreu por virtude de uma indiscrição de D. João de Mascarenhas que, chegada ao conhecimento de Cristóvão de Moura, o leva a uma intervenção enérgica junto do Cardeal.

A Câmara de Lisboa, com vista a resolver o óbice da questão sucessória, cada vez

mais ensarilhada na teia de corrupção, tecida à roda das mais altas individualidades do Reino, procurou fazer sair o caso da órbita real. Para tanto, propôs a D. Henrique que fosse reconhecido ao povo o direito de eleger o herdeiro da Coroa.

Cioso dos seus poderes, ou receando que a eleição do povo recaísse na pessoa do Prior do Crato, não aceita o Cardeal-Rei aquela proposta passando daí por diante a unir no mesmo rancor, que votava ao sobrinho, todas as deliberações do Senado municipal, ordenadas sob o espírito do *direito do povo*.

A inabilidade, a doença, o progressivo isolamento do Cardeal, com o ódio que este nutria pelo Prior do Crato, foram os dados concretos sob que se firmou a estratégia do hábil embaixador, que era D. Cristóvão de Moura.

A sua actividade corruptora chega às mais altas figuras do Clero e da Nobreza, aos pilares da Justiça e da Administração, enreda os membros do Conselho de Estado e deixa quase isolado o próprio Rei.

Este finalmente — roído de ódio e de desgostos —, alquebrado por doença física e moral, já não tem resistências para se opor ao inteligente diplomata espanhol, que chega ao cúmulo de, numa entrevista com o velho monarca, utilizar a invectiva e a ameaça.

Estava, desde então, dissolvida a resistência física a moral do monarca!

E é ele próprio que roga a Cristóvão de Moura que se acalme. Para tal, bastaram as palavras que pronunciou: *Em breve despatcharei o negócio, com satisfação do monarca castelhano*.

A partir daí numa marcha irreversível, ia Filipe II ganhar o Estado, que fora sempre sonho de sua vida.

É de alguns aspectos dessa época conturbada da vida nacional que, seguidamente, iremos tratar pela análise de uma fonte coeva, reportada ao governo do Cardeal-Rei.

2 — O Governo de D. Henrique

Todo o Livro III da «Jornada», é dedicado a alguns dos aspectos do governo de D. Henrique, e através dele observam-se, não só algumas tonalidades do seu carácter, como

ainda o ambiente que rodeou a crise da perda da independência.

Em qualquer fase da crise de um povo, surgem situações complexas, que motivam juízos, por vezes, desencontrados sobre as personalidades dos governantes. Há uma natural tendência, para os identificar, na sua pessoa como nos seus actos, com o estado do ambiente que as circunstâncias tantas vezes suscitam.

Nesta conformidade, o Cardeal-Rei surge como um monarca, bastante discutido, julgando-o muitos historiadores e críticos numa amplitude que vai do bom soberano, ao «traidor à pátria», detendo-se ainda outros, no Cardeal fraco, negligente e rancoroso.

Vamos, mesmo que em bosquejo, proceder a uma análise muito sumária da situação do País, na data em que lhe foram entregues as rédeas do poder, reforçando-a sempre que possível, com os depoimentos de alguns dos mais notáveis historiadores, que se debruçaram sobre esse difícil período — efeito de causas próximas e remotas e em que as responsabilidades são, não só de ordem individual, mas também de ordem colectiva.

De qualquer forma as más novas de Alcácer-Quibir, com a perda do exército e do Rei, logo chegam a Lisboa ⁽¹⁾, criando expectativa, tumultos e violências, com espírito de represálias, para os que o povo considerava culpados ou coniventes do monarca, nesse último acto da tragédia nacional.

Receosos, assim os Governadores do poder usufruído, em tais circunstâncias, resolveram os mesmos enviar o Dr. Jorge Serrão, provincial da Companhia de Jesus, ao mosteiro de Alcobaça, onde residia o Cardeal D. Henrique, com as cartas que lhe relatavam o acontecido e lhe impetravam o regresso a Lisboa, não só para aquietar os ânimos da população exaltada, como ainda para tomar conta do poder.

É o que refere, tanto a «Jornada», em seu cap. 26 do Liv. II, como a «Crónica de El-Rei D. Sebastião», no seu cap. LXXVIII. Esta última, a determinado passo, refere que o Cardeal-Infante regressou «pera aquietar o povo, que bramava com magua do damno geral» ⁽²⁾.

E como diz o memorialista da «Jornada», assim se determinou o Cardeal a «nam despre-

zar a suessam que por Deos lhe uinha de direito se resolueo em se sacrificar por aquelle pouo aflicto e tomar sobre a sua cansada seruiz a pesada carga de hum Reino consumido de todo».

Segue-se no capítulo 7 da «Jornada», a cerimónia de levantamento de D. Henrique por rei, com o relato da cerimónia de uso, em tais circunstâncias.

E tanto ela podia ter lugar quanto é certo que, em 24 desembarcava em Lisboa D. Francisco de Sousa, com cartas do Corregedor da Corte Belchior do Amaral, para o Cardeal-Rei e Governadores, anunciando-lhes a morte de D. Sebastião, a quem dera sepultura em Alcácer ⁽³⁾.

Entretanto, a 28 de Agosto, realiza-se o juramento do monarca, em moldes que não só o manuscrito da «Jornada» como o «Memorial» de Pero Soares confirmam.

Relativamente a esses factos, apresenta a «Jornada» tal abundância de pormenores, que bem sugere que o seu autor tenha sido testemunha presencial dos factos que descreve.

Porém, no que concerne à subida ao trono do Cardeal e aos seus atributos, o Prof. Queirós Veloso, na sua obra já citada, a páginas 14 e 15, assim se expressa: «A elevação de D. Henrique ao trono foi recebida com frieza. Os cargos eclesiásticos que principiara exercendo aos 14 anos — prior de Santa Cruz de Coimbra, arcebispo de Brága, de Évora, de Lisboa e novamente de Évora, abade perpétuo de Alcobaça, legado *a latere*, inquisidor geral — nunca o aproximaram do povo. Com fama de avaro, não pelo que negava, pois raras vezes o fazia, mas pela mesquinhez do que dava, o seu feitio reservado, o seu aspecto frio e severo, de poucas falas, não lhe conciliavam simpatias; ninguém duvidava, porém, da sua castidade, numa época em que a continência se tornara uma virtude muito rara na classe sacerdotal. O que preocupava toda a gente, era a sua idade, 66 anos e meio — nascera em 31 de Janeiro de 1512 — a sua precária saúde, a natural indecisão das suas resoluções, excepto quando o movia algum sentimento de rancor, precisamente no difícil e grave momento em que o futuro de Portugal se antevia tão incerto, cheio de presságios funestos.

A aclamação de D. Henrique não tranquilizara, portanto, o espírito público.»

E tornava-se, por demais evidente que se D. Sebastião não triunfara das circunstâncias que, advindo do período anterior, ocasionaram uma crise, que depois mais se agravou, muito menos poderia o Cardeal-Rei opor-se com êxito a uma situação que, pela sua transcendência, ultrapassava as suas possibilidades de a fazer gorar.

O cardeal D. Henrique, homem para uma regência provisória, nunca poderia sê-lo, para um governo efectivo e de alcance decisivo!

Tal se ajusta aliás ao que o Padre José de Castro assevera, na sua obra *D. Sebastião e D. Henrique*, a páginas 245/246, transcrevendo Fonseca Benevides: «Então se viu que faltava em Portugal um homem político superior, uma cabeça capaz de bem governar e dirigir o leme do Estado nesta crise; o que apareceu à luz foi o estado de dissolução da sociedade portuguesa, a desmoralização, a cobiça, a desordem na administração, a falta de patriotismo e uma profunda corrupção. Porque tinha sido derrotado em África um punhado de 12 000 portugueses, e porque havia desaparecido um Rei que tão mal governara o seu reino e o país, considerava-se perdido e à mercê de uma invasão estrangeira! Que diferença entre esta época e o tempo de D. João! O vigor, o valor e a sanidade dos ânimos em 1385; prostração, baixezas e corrupção, em 1578. Isto, porém, era pouco comparado com o que Portugal havia de manifestar dois anos mais tarde, e que lhe havia de custar a sua independência como Nação.»

Preciso e impressivo, o estilo de Francisco da Fonseca Benevides, quando apresenta o quadro sociopolítico que é oferecido à prova do Cardeal-Rei! E, do mesmo modo, lúcida, a comparação que faz, alusiva às duas épocas históricas tão circunstancialmente semelhantes, na questão sucessória e tão diametralmente opostas, nos termos da sua resolução.

Procurou o Rei, é certo, resolver o problema da sucessão dinástica, numa linha recta, que salvaguardasse a independência nacional.

E nessa ordem de ideias chega a propor a Filipe II que o Reino seja herdado pelo seu

segundo filho. É o que na «Jornada» se afirma, logo no começo do 3.º Livro, cap. 1: «desejou summamente que el Rey catholico quisesse deixar a pretencam dos Reinos de portugal pa seu fo segundo, com intento de sempre as coroas de portugal ficasse separada da outra dos Reinos de castella ao que el Rey catholico como uerdadeiro christam nam difirio dizendo que a elle nam conuinha tirar a seu fo maior o direito que Ds lhe tinha dado.»

Desenha, entretanto, o memorialista no capítulo anterior, último do Liv. II, o perfil e a acção de Cristóvão de Moura o qual «era mui prudente, e tinha todas as partes pa se confiarem delle grandes negoceos como este era, e tinha parentes e amigos em portugal de poder e valia, foi preparando os animos da gente, e com grande saber e sofrimento, passou no rigor daquelles principios por alguns descomedimentos de gente ouciosa e pouco reportada, havendoo por mais castelhano que natural».

Estas asserções do autor do manuscrito, que é a «Jornada», plenamente coincidem com o que Queirós Veloso acentua na sua obra *O Reinado do Cardeal D. Henrique* (4).

E de facto inicialmente os Portugueses receberam-no, receosos, desconfiados e, como o historiador atrás referido acentua, «os letrados fugiam dele, como de pestilência».

Mas depois veio ao de cima a sua insinuância, o modo gentil de captar, as promessas de mercês por parte de Filipe II, e tudo isto com a capa de português, e as mãos cheias de dinheiro, fizeram o resto.

Domina no Conselho de Estado, nas Cortes, através dos braços do Clero e da Nobreza, obtém simpatia de ministros e de criados, montando uma rede de servilismo e espionagem, que, pouco a pouco, vai minando as melhores energias do Reino, vergado dia após dia ao peso da influência castelhana.

Não se entrega o Senado da Câmara de Lisboa, nem o braço popular, através dos seus representantes — e era esse braço, que lutava pelo *direito do povo*, na eleição do sucessor de D. Henrique.

E dado que o Cardeal-Rei asseverara ser duvidoso o direito de sucessão quer de Filipe II quer de D. Catarina — para a qual por simpatia se inclinava —, pela voz do

Bispo de Leiria D. António Pinheiro, comunicou ao braço popular que a sua intenção ao convocar as Cortes de Almeirim, fora para os consultar sobre a forma de executar o concerto entre aqueles dois pretendentes à sucessão do Reino.

Segundo o doutor Queirós Veloso «o promotor desta patriótica campanha, a favor do direito da Nação fora o Dr. Diogo Salema», vereador e provedor-mor da saúde, cargos de que foi demitido por D. Henrique.

Como o mesmo professor anota «O poder absoluto não tolerava a mínima oposição aos seus actos e até às suas intenções». Mas, de qualquer forma, esta nova concepção do *direito do povo*, como juiz de decisão em matéria constitucional, significa uma verdadeira revolução contra as normas de regência política porque o País se orientava naquela conjuntura.

Dá-se pois em Portugal, dois séculos antes da Revolução Francesa, um esboço de formação de uma nova mentalidade, de um ideário que reconhece ao povo o direito de dispor de si próprio, intervindo na administração do poder e na escolha de quem governa!

E bem se sabe quem o povo desejava que governasse — o seu candidato: D. António Prior do Crato!

Por isso D. Henrique supõe haver uma aliança entre o braço popular e o sobrinho; por tal, assim presume que as propostas da Câmara de Lisboa são sugeridas pelo pretendente ao trono.

Nesta conformidade, algumas vezes, em acto de prepotência, as anula.

E na sanha de perseguir o Prior do Crato, persegue com igual ódio os seus procuradores e sequazes. É ainda levado por esse rancor que não obedece ao breve que o próprio papa Gregório XIII formula, relativamente à sentença que proferiu contra D. António.

E é também conduzido pelo ódio ao sobrinho, que se aproxima de Filipe II a quem chega a pedir o peso da sua influência, junto da Santa Sé, no diferendo com o Papa, que tanto o magoara.

Do mesmo modo lhe roga que prenda, no caso de procurar refúgio em Castela — aquele a quem tinha desnaturalizado.

Foi igualmente o receio de um golpe de Estado, operado através de um levantamento popular chefiado por D. António Prior do Crato, uma das principais razões que o levaram ao acordo, que preconizou com o rei de Espanha — única força e autoridade que via capaz de jugular as pretensões do filho do infante D. Luís.

Mas esse fio rancoroso do monarca já bem se realça na própria «Jornada», Liv. III, cap. 2 — «No intermeio que estas cousas se ordenauam nam perdendo el Rey de memoria alguas que antes de ser Rey lhe puderam com rezam esquecer depois que o foi».

Alude, neste passo, à perseguição, feita a Pero de Alcáçova Carneiro e Luís da Silva, antigos vedores, perseguição que abrange ainda Manuel de Quadros, depois Bispo da Guarda e Diogo Lopes de Sequeira, este preso por venalidade no recrutamento militar ⁽⁵⁾.

A resposta aos *Apontamentos* de D. Henrique, que foram apresentados a Pero de Alcáçova, pelo Corregedor Rui de Matos e relatada em «D. Sebastião», não coincide nos termos, com a do autor da «Jornada», admirador dedicado do antigo Vedor da Fazenda.

Do mesmo modo não são coincidentes os locais do desterro impostos ao astucioso ministro: Torres Vedras e Figueiró dos Vinhos diz Queirós Veloso; Figueiró e Pedrógão refere a «Jornada» ⁽⁶⁾.

A essa acção encarniçada do Rei se reporta o memorialista em tom de magoada crítica «e assi podera el Rey Dom Henrique dissimular os desprazeres que sendo Cardeal sentio de Pero de Alcáçova e de Manuel de coadros, e de outros, pois sendo se deuera esquecer delles, principalmente sendo cada hum dos reprouados por elle cada hum em seu género homens insignes.»

Revela o autor na pormenorização de todo o III Livro, e através de elementos documentais, particularmente apontamentos que surgem, como proposições, estar dentro dos acontecimentos do tempo.

Pretendem tais proposições remediar a crise ou na eventualidade servir-se dela, para acabar com leis injustas, atendendo a antigas e contemporâneas solicitações.

Embora em sùmula, havemos de referir adiante algumas dessas aspirações, mas antes queremos assegurar que o memorialista critica o Cardeal-Rei pela publicação do édito de sucessão, que deu motivos a que se apresentassem indevidas pretensões e, ao individualizá-las, deixa transparecer a sua inclinação para o lado de Filipe II. É o que se deduz do seguinte excerto da parte final do último capítulo do II Livro da «Jornada», reportando-se ao rei espanhol: «procurando sempre que por rezam e boas considerações o entendessem assi sem ser necessário (pa conseguir o que era seu) usar das armas, o que summamente deseiaua escusar.» E aludindo à pretensão do Prior do Crato, acentua que a juntar a essa «culpa outra maior que teue ousadia pa se nomear por filho legitimo».

Pela forma expressiva como alude ao casamento, tendo em vista a ilegitimidade de D. António, — «podia ser na gentildade de casar mas na ley de christo que he ley de uerdade» —, parece sugerir, pelo estilo e intenção, tratar-se o autor de pessoa religiosa.

Discrimina a seguir, como atrás dissemos, um certo número de propostas ao Senado da Câmara de Lisboa, destinadas à defesa do bem comum e em que se aventa que «seiam eleitos seis ou sete fidalgos, e prelados principais em sangue e resplendor de uirtudes prudentes e desinteressados, sublimes, e nam supremos; mas taes que tenham poder, reputacam, valor e authoridade os quaes sendo caso (o que nosso sor nam permita) que S. A. faleca sem ter sucessor iurado, seiam gouernadores destes Reynos e senhorios».

Apontam-se seguidamente, duas proposições, quanto ao problema da sucessão: 1.^a) No caso de «os ditos Reinos de portugal» pertencerem «por direito diuino e humano a Algum principe natural (como parece que deue ser), e isto se averiguar por pareceres de desembargadores pa isso deputados em presença de S. A. e dos fidalgos pa isso deputados», em tal situação deveriam conservar-se não só os «nossos antigos costumes», como sustentar o Rei um «tributo e seruicos, mas com grande animo o auemos de seruir e acompanhar e finalmente deffender seu estado Real e nossa hõrra e liberdade publica a ter diante delle quando comprir morrermos por ella». 2.^a) Na eventualidade

de os Reinos pertencerem por votos a «príncipes estrangeiros... couem advertirmos, que todos e quaisquer tributos, emcargos e imposicoes, que por respeito das guerras passadas aceitou o pouo da maõ dos Reys naturaes, ham lugar no presente, nem se ande admitir».

E nesta consequência pedem-se mercês e isenção de alguns tributos, moderação noutros, exclusão das jugadas, e, criticando-se as disposições da lei mental, reclama-se a abolição das sisas.

Dirige-se essa petição ao Cardeal-Rei, a quem se pretende adular, e reforça-se de os Reinos pertencerem por votos a «príncipes estrangeiros... conuem aduertirmos, que todos e quaisquer tributos, emcargos e imposicoes, que por respeito das guerras passadas aceitou o pouo da maõ dos Reys naturaes, nam ham lugar no presente, nem se ande admitir».

a argumentação com o juízo de que os imperadores romanos «que moderauam os tributos eram hauidos por Deuses» e «os papas que os tirauam reputados por Santos» (7).

O capítulo 3 do Livro III trata das Cortes de Almeirim, do desencontro de opiniões, da patriótica atitude de Febo Moniz, que «nam admetia rezam nenhua contra portugal».

Refere ainda a eloquência do bispo castelhanófilo Dom António Pinheiro, porta-voz do Rei, junto dos procuradores reunidos em Santarém.

E enquanto aludia à presença de Rodrigo Vasquez, no «tribunal das Cortes» e a «hua larga oracaõ representada com admirauel elloquencia e grandes fundamentos» em que «mostrou a Justica del Rey catholico», por outro lado referindo o Prior do Crato, considera «por grandes intelligencias que pa isso tinha», chamara «a sy tambem outro bom numero de gente, e se tinha preparado pa que em acabando el Rey seu tio, se ajudar da occasiam e se introduzir *per forza* no que o direito nam lhe daua».

É nessa altura que surge a ideia de retomar a proposta, de serem garantidas a Portugal, unido a Castela, os mesmos direitos, preconizados em tempos de D. Manuel, para a hipótese de seu filho, o príncipe D. Miguel, se tornar por casamento, rei de Portugal, Castela e Aragão.

Era essa proposta do inteiro agrado de Filipe II e vinha ao encontro dos votos dos numerosos sequazes, que Cristóvão de Moura arrebanhava, pelo País.

É nestas circunstâncias que, no 4.º capítulo do Livro III, aparece a ideia do casamento do Cardeal-Rei, a que a cidade de Lisboa imediatamente aderiu, «escreuendo ao embaixador que estaua em Roma instasse por esta dispensação».

E para a tornar breve, assegura o mesmo capítulo ter sido eleito, para ir a Roma nessa missão, pelo soberano e os do seu Conselho, D. Duarte de Castelo Branco, meirinho-mor, que partiria acompanhado de Ruy Fernandes de Castanheda «letrado de boas partes».

Entretanto, o Padre José de Castro, na página 295 da sua obra *D. Sebastião e D. Henrique*, aludindo a uma carta remetida por Mons. Sauli ao Cardeal Como faz alusão ao que antes se transcreve.

É ela do seguinte teor: «Agora o intento do Rei e dos que governam, é fazer três coisas: a primeira é que as côrtes façam grandíssima instância junto do Santo Padre para que conceda a dispensa a El-Rei para se poder casar, e para este efeito mandarão as côrtes, como embaixador a Sua Santidade, D. Eduardo de Castelo Branco, cavaleiro nobre que está quasi eleito; a segunda é que as côrtes deputem e elejam juizes, os quais morrendo o Rei sem prole legítima deva julgar a quem de razão pertença o reino e a sucessão; a terceira é deputar e nomear governadores, os quais, morrendo o Rei sem prole, devam governar o reino até que seja pelos juizes nomeado pelas côrtes a quem compete a sucessão.»

Está errado, neste excerto do Padre Castro o nome do meirinho-mor, que é como bem se diz na «Jornada» D. Duarte de Castelo Branco e não Eduardo Castelo Branco. Tudo isto é confirmado pelo Doutor Queirós Veloso, na sua obra *O Reinado Do Cardeal D. Henrique*, que, na página 123 e seguintes, descreve os mesmos factos. Assim, além de notar que para essa embaixada foram eleitos D. Duarte de Castelo Branco e o Dr. Rui Fernandes de Castanheda, discrimina que «D. Duarte de Castelo Branco além duma rendosa comenda, recebeu dois mil cruzados para gastos da jornada».

Por outra via, acrescenta que, sendo «conveniente aguardar a chegada de Mons. António Maria Sauli, que não podia tardar muito» a embaixada não partira imediatamente.

O Papa Gregório XIII sofre pressões do nosso País e do rei de França, Henrique III, que intervém a nosso favor, e de Filipe II, que por seu lado procura destruir todos esses esforços, em prol do casamento do nosso soberano. E como não quer magoar D. Henrique o Pontífice usa a dilação na resposta, contando, que com o tempo, dada a «sua precária saúde» ou morria, «ou se lhe desvanecia a ideia de casar», como dizia «o próprio Papa ao embaixador espanhol, em 27 de Junho de 1579»⁽⁸⁾.

E mais adiante acrescenta: «As previsões de Gregório XIII saíram certas... A pouco e pouco foi perdendo a confiança na boa vontade do pontífice... a embaixada não partiu.»

E regressando mais uma vez ao tema da «Jornada», que os extractos das obras do Padre José de Castro e do Prof. Queirós Veloso enriqueceram, depara-se-nos cópia de uma carta que o povo da cidade de Lisboa, em nome do Reino, endereçou ao Papa, muito bem gizada na sua estruturação, como na soma de argumentos aduzidos e que é, por outro lado, um documento, donde corre um frémito da mais alta vibração patriótica.

É com essa carta, distribuída por seis páginas, que se encerra o 4.º capítulo.

A finalizar o 5.º, a posição de D. António, ante a sua pretensão sucessória, indicando alguns dos seus notáveis partidários e, na narrativa, mais uma vez o autor demonstra o seu pendor filipino.

De seguida aponta a situação caótica em que se tombou: as classes não estavam unidas, em face do problema sucessório. E mesmo dentro de cada classe surgiam partidos de matizes opostos.

Esse estado de coisas propiciava a manobra partidária em que muitos andavam empenhados, cada um procurando competir com o maior número de trunfos possível.

É dentro deste ambiente que surge, no atrás referido capítulo, a larga actividade de D. João de Portugal, Bispo da Guarda, «que seguindo as partes do prior do crato, com grande obstinacão, queria obrigar nam

somente seus chegados parentes, a seguir sua opinião, mas todos». E, mais adiante, acrescenta «nacido em tam preuversa influencia... foi vltima causa das perseguições que portugal padeceo».

Acrescenta ainda que foi devido à sua influência, que o Conde seu sobrinho se perdeu.

Não é inteiramente verídica tal asserção, porquanto, quando do regresso do cativo de Alcácer do qual se libertou graças à acção do embaixador de Filipe II, Pedro Vanegas, é o Conde contactado, na esperança, como diz Queirós Veloso, «de que ele o servisse nas suas ambições políticas»⁽⁹⁾.

Mas ainda em Espanha, onde passou algum tempo, antes de regressar a Portugal, sofreu o jovem fidalgo a pressão de membros da alta fidalguia castelhana, seus amigos pessoais que, a conselho de Filipe II, tudo fizeram com vista a o afeiçoarem à causa castelhana, na sucessão do reino de Portugal.

Às intervenções, nesse sentido do duque de Medina Sidónia, de quem foi hóspede em S. Lucar de Barrameda, e do marquês de Algaba, que o aposentou em Sevilha, respondeu D. Francisco de Portugal, com a intrepidez de um grande patriota, dedicado até ao fim a D. António e à causa nacional.

Ora nesse tempo, ainda se não poderiam sentir as influências persuasivas do notável Bispo da Guarda!

A posição Filipófila do memorialista da «Jornada» é bem transparente no seguinte passo: «e atalhando os meios com que o sor Dom Antonio prior do crato se podera valer e alcançar grandes estados que com rezam podia esperar del Rey catholico deixando de pretender os outros em que claramente nam tinha iustica.⁽¹⁰⁾»

Revela ainda a «Jornada» a posição de D. António, perante o juramento que o Rei exigiu dos três Estados, não só de obediência aos governadores que nomeasse, como também de acatamento da sentença que os juizes, porventura, dessem na causa da sucessão, se o Rei não resolvesse tal problema em sua vida. Este juramento, contra o qual o Prior do Crato protestou, pretendia amarrá-lo, como manietava igualmente as Cortes, contribuindo desta arte, para a inércia que

se verificou depois, na actuação da máquina político-administrativa do Reino.

Com esta atitude e com a sua prepotência ante as decisões das câmaras municipais e do braço popular, tudo isso com o afervorado rancor, com que persegue D. António e alguns dos seus partidários, contribui assim o Cardeal-Rei, para que fossem esmorecendo as melhores resistências da Nação.

Ainda, no entanto, o 5.º capítulo do III Livro relata a sentença que o Cardeal profere quanto à ilegitimidade do filho do infante D. Luís.

O 6.º capítulo alude à cominação da pena de prisão proferida por D. Henrique contra o Prior do Crato, que por todos é recolhido, com as maiores provas de respeito e simpatia, e tal circunstância é o melhor indício de como é amado pelo povo. Di-lo o cap. 6.º, Liv. III da *Jornada*:

«Mas como o sor Dom António era amado e querido da gente popular em toda a parte negauam sua pessoa, e o seruiam todos per suas caricias mimos e beneuolências que com todos usaua.»

E a seguir relata o memorialista a posição pró-D. António, do Núncio Apostólico o qual escreveu ao Papa, anunciando que El Rey Dom Henrique tinha «ódio e auorrecimento notauel ao prior do Crato seu sobrinho e o tinha destruido e desterrado mais por paixam particular que por Juxtas causas que para isso teuesse».

Seguem-se os éditos do Rei contra o sobrinho e a sentença da sua desnaturalização.

O 7.º narra a chegada de Luís da Silva ao Reino, e a sua resposta aos *Apontamentos* de acusação, que o corregedor da Corte, Rui de Matos Noronha lhe apresenta em nome do monarca⁽¹¹⁾.

Esta narrativa surge bastante pormenorizada quer na acusação de responsabilidade nos actos de D. Sebastião, que o Cardeal lhe imputa, quer na de rejeição dessa culpabilidade por parte de Luís da Silva.

No cap. 8.º, anota-se a missão do Dr. Paulo Afonso, em nome do tio, junto de D. Catarina, para lhe falar sobre os seus direitos à sucessão.

E dada a larga actividade que a duquesa de Bragança desenvolvia sobre a legitimidade da sua candidatura, que levava, até à Corte

Pontifícia, parece que o Rei lhe recomendou moderação.

Serve este facto ao autor da «Jornada», para rebater a acusação de Jerónimo Conestaggio de que o Dr. Paulo Afonso aceitara uma conezia do Arcebispo de Évora D. Teotónio, tio dos duques de Bragança e ainda para desmentir que, com a chegada de D. Catarina de Bragança a Almeirim, o tio «se carregou», o que contrasta com a afirmação de que ao visitar seu tio doente, este a recebera «com amor e complacência».

Isto está plenamente de acordo com o que afirmam os modernos historiógrafos.

Depois de uma referência à chegada do Duque de Barcelos a Almeirim, entra-se no cap. 9.º, na indecisão das Cortes, enquanto o Cardeal definha.

Aí surge a alusão ao *direito do povo*, na altura bastante reclamado pelo terceiro braço. E expressa-o o memorialista nos seguintes termos: «outros de menos annos e authority, rodeados de gente a que o furor Juvenil fasia desejosos de nouidades, e que nam considerauam os trabalhos e calamidades da guerra, pondo seus olhos em paixoes esquecidas *sem ter respeito as leis diuinas queriam por rei quem o pouo ellegesse.*»

E depois de apontar a acção de Febo Moniz e de D. António Pinheiro, afirma que o Cardeal D. Henrique se finou no «derradeiro dia do mes de Janeiro do anno de 1580».

O 10.º capítulo trata da declaração do Prior do Crato, como defensor do Reino. E acerca dele assim se expressa:

«sahio a luz tanto que soube da morte del Rey seu tio e logo ao dia de nossa snrã das candeas, se mostrou no campo de Alualade. Junto da cidade de Lix.^a», com vista a «ser recebido nella por deffensor ou por Rey».

Informa que foi enviado por representante de D. António; Luís de Brito, tanto ao capitão da cidade, D. Pedro da Cunha, como à Câmara, a ofertar-se para defensor ou o que determinassem, pois se oferecia para morrer por eles.

D. Pedro da Cunha, embora simpatizando com D. António, manteve a determinação de defender a cidade com os seus homens e a Câmara anunciou querer saber,

primeiramente, o texto do testamento de D. Henrique, para depois se pronunciar.

Reuniu uma junta de seus parciais, onde houve pareceres de que se declarasse por Rei, o que não ousou.

E uma vez que Lisboa não se decidiu, escreveu uma carta aos procuradores das Cortes de Santarém, de que o memorialista dá a substância.

Em seguida «acompanhado de grande número de gente bem ataviada e prestes com armas», partiu para Santarém (12).

O 11.º capítulo trata da abertura do cofre com a indicação do nome dos que haviam de dar a sentença da sucessão e logo houve acusações contra os mesmos por alguns os terem por parciais de Castela.

Porém, antes de terminar o 10.º capítulo, descreve o autor o retrato físico e psicológico do Cardeal-Rei e entre essas notas, salienta: «e ainda que foi notado de seueridade e rigor demasiado, foi dotado de tantas virtudes e excelências, que com rezam he tido dos homens e reputado por Santo.»

Vê-se pois que este retrato psicológico do monarca é bastante benévolo e nesta atribuição não pesa o ódio que o Cardeal D. Henrique revelou, para com Pero de Alcáçova, atitude que o memorialista, atrás criticou, nem o ódio pertinaz, que moveu contra o Prior do Crato e os seus partidários.

Esqueceu indevidamente, a forma absoluta e prepotente, como actuou por vezes o velho soberano, portanto em oposição à concepção política do autor, que combate todas as formas de abuso do poder.

O Rei com o seu espírito vingativo, rancoroso, agiu de forma a emperrar a máquina político-administrativa da Nação, em época de extraordinária crise de sobrevivência nacional.

Foi indeciso; autoritário, talvez, quando o não devesse ser; teve nas mãos a chave da resolução do problema sucessório, mas não a quis utilizar.

Nem «Santo» — nem Rei, com todas as inerências, que a gravidade do momento comportava.

Doente, velho, impolítico, não soube tomar uma resolução, capaz de evitar que Febo Moniz em atitude de amargo desespero arrancasse as barbas encanecidas.

Aí sim, é que estava o Portugal autêntico, o Portugal que à fórmula jurídica — que aliás poderia resolver o embróglio, dentro das coordenadas portuguesas — preferia o direito do Povo, convertido então pelos seus altos objectivos em direito da Nação!

Mas há todavia, de ter em conta que, neste juízo sobre o Cardeal-Rei, não podemos desonerar a responsabilidade da sociedade do tempo — uma sociedade mórbida, putrefacta, decadente!

notas

(1) Queirós Veloso, na sua obra *O Reinado do Cardeal D. Henrique*, cap. I, pág. 6, informa que a notícia provinha de D. Leonis Pereira, capitão da Praça de Ceuta, chegou a Lisboa, por postilhão, via Gibraltar, a 10 ou 11 de Agosto. Entretanto o autor da «Jornada», informa que a morte de D. Sebastião chegou a Lisboa 10 dias depois da batalha: «mas a fama com sua ligeireza nam tardou des dias depois do dia da batalha que lhe nam certificasse ser el Rey morto nella.»

(2) Fr. Bernardo da Cruz, *Chronica D'El-Rei D. Sebastião*, Lisboa, 1903, Cap. LXXVIII, pág. 120.

(3) Vide *O Reinado do Cardeal D. Henrique*, pág. 11.

(4) Vide Prof. Queirós Veloso, *ob. cit.*, págs. 62 a 64.

(5) Vide Queirós Veloso, em *D. Sebastião*, pág. 64 e segs.

(6) *idem*, *ib.*, pág. 70 e «Jornada», Liv. III, cap. 2.

(7) «Jornada», Liv. III, cap. 1.

(8) Queirós Veloso, in *O Reinado do Cardeal D. Henrique*, pág. 129.

(9) *O Reinado do Cardeal D. Henrique*, pág. 47 e segs.

(10) Tem o autor em vista as negociações de D. António — magoado pelo encarniçado ódio que o Cardeal lhe movia — com Filipe II, e que tudo indica ser um expediente político e não uma quebra do seu ardente portuguesismo. Numa atitude de grande nobreza,

pôde o Doutor Queirós Veloso emendar a mão acerca de um precipitado juízo que havia feito sobre essas negociações, que conduziram alguns historiadores a julgar erroneamente o candidato da Nação, como um aventureiro pouco escrupuloso. Assim o faz no volume V da *História de Portugal*, Edição de Barcelos, cap. XVI, p. 214: «Da atenta leitura dos documentos impressos, do cuidadoso e reflectido exame, sem qualquer preconceito, da correspondência, em grande parte inédita, guardada nos Arquivos, chegamos à conclusão de que a história julga com demasiado rigor esse infeliz pretendente, que só nos deve merecer respeito.»

(11) A resposta de Luís da Silva que vem na *Jornada* é conforme com a publicada por Pero R. Soares, em seu *Memorial*, cap. 50, p. 119.

(12) Pero Roiz Soares, no citado *Memorial*, cap. 62.º, p. 165 e segs. descreve como D. António foi levantado por Rei em Santarém e depois em Lisboa e outras terras. No episódio de Santarém salienta que quando o povo o aclamava por Rei, o Prior do Crato contestava: «dahi se foram a camara gritando o sôr dom Ant.º sempre q não Rey senão defençor e o pouo q não senão Rey.»

Relata o mesmo *Memorial* que em todas as igrejas e em todos os dias havia pregações em que se exortava «todos fossem com animo peleiar e morrer por defensão da patria».

Era este clima de vibração patriótica que a causa do Prior do Crato, por ser a causa de Portugal, suscitava!

Refere, Pero Soares, ainda o nome dos que seguiram D. António, numa lista que confere com a da *Jornada*, mas a posição política de Soares é bem outra, pois falando desses nomes ilustres, fá-lo com a maior simpatia, demonstrando o seu ardente portuguesismo.

Notas para a história dos partidos políticos em Portugal no período do «Ministério da Regeneração» (1851-1856)

António Pinto Ravara

Em artigo anterior ⁽¹⁾ expliquei a origem dos Partidos Regenerador e Histórico e afirmei a permanência do Partido Cartista, ao longo da década de 1850, como entidade política autónoma.

Assim, ficou estabelecido que foi em resultado duma cisão, ocorrida em 1852, no Partido Progressista, até então unitário, que surgiu, por um lado, o Partido Progressista Histórico ou Dissidente e, por outro, o Partido Progressista Regenerador (que com este último adjectivo afirmava a continuação do seu apoio ao governo então vigente, o chamado «ministério da Regeneração»).

Saliente-se, aliás, que as duas facções progressistas se disputam a representação do antigo partido de que provêm, defendendo, cada qual, ser a sua verdadeira continuação. De facto, ambas se intitulam, de um modo geral, Partido Progressista; as designações de Regeneradores e Históricos (ou Dissidentes) surgem sobretudo por parte da facção contrária e, geralmente, com um sentido depreciativo — Regeneradores ou enfeudados ao governo de Saldanha, Rodrigo da Fonseca e Fontes Pereira de Melo (figuras com um passado cartista, anti-progressista), Históricos ou antiquados, tra-

dicionalistas dentro do liberalismo, senão mesmo reaccionários.

Mas analisemos mais detalhadamente a evolução histórica destes partidos, relacionando-a com a conjuntura política.

Em Dezembro de 1852, os progressistas que apoiavam o governo (regeneradores), aliados a um sector cartista, obtiveram uma grande vitória, nas eleições gerais para deputados, sobre a coligação feita pelos progressistas dissidentes com os cartistas puros e até mesmo, nalguns círculos eleitorais, com os miguelistas. Esta coligação persiste para além das referidas eleições e parece-me ser o ponto de partida para uma aproximação cada vez maior entre aqueles dois núcleos partidários. De facto, essa coligação oposicionista continua, nas Cortes e na imprensa, ao longo do ano de 1853, vigorando expressamente nas eleições parciais de Outubro desse ano. Nestas, em Lisboa, a aliança entre progressistas dissidentes e cartistas não consegue, aliás, impedir uma vitória estrondosa do candidato progressista regenerador, proposto pela «Comissão Eleitoral Progressista de Lisboa» (na qual Loulé e Sá da Bandeira figuram ao lado de Casal Ribeiro e Rodrigues Sampaio).

Estas eleições parecem-me extremamente significativas do prestígio do governo «regenerador» junto do eleitorado da capital, uma vez que proporcionam ao seu candidato, que era o ministro da Justiça, Frederico Guilherme da Silva Pereira (irmão do falecido conde das Antas), uma vitória esmagadora sobre o seu adversário, o famoso José Passos! No mês seguinte, a mesma coligação, reforçada ainda com os legitimistas, volta a ser derrotada, por grande diferença de votos, nas eleições para a Câmara Municipal de Lisboa, pelos candidatos progressistas regeneradores. Estas coligações para efeitos eleitorais tinham, aliás, na época, um efeito um tanto reduzido, pois a disciplina partidária era frouxa, como se compreende até pelo grau incipiente de estruturação dos próprios partidos, e os eleitores «das bases» tinham uma certa dificuldade em aceitar esses acordos «de cúpula», havendo mesmo muitos que se lhes opunham firmemente, não abdicando das suas convicções ideológicas e simpatias partidárias para tentar apelar do governo uma facção política rival — isto sobretudo em meios socioeconomicamente mais evoluídos, como Lisboa e o Porto, onde o caciquismo eleitoral se fazia sentir menos.

Em princípios de 1854, os progressistas regeneradores (que continuam a apoiar o governo de Saldanha, ou melhor, de Fontes), pelo seu principal órgão na imprensa lisboeta, *A Revolução de Setembro*, exprimem o ponto de vista de que a facção progressista dissidente não é herdeira viável do poder e que a verdadeira oposição é o «cabro-miguelismo», a aliança reaccionária entre cartistas ou cabralistas e legitimistas. É a ameaça anti-liberal representada por essas forças políticas que determina a continuação do apoio dos progressistas regeneradores a um governo que, sem perfilhar os mesmos princípios ideológicos, é razoavelmente liberal e põe em prática uma política de fomento, de reformas em vários sectores da vida pública.

Posição semelhante é, de resto, aquela para que tende, nessa época (1853-1854), o grupo progressista dissidente representado na imprensa pelo jornal portuense *O Eco Popular* — órgão de José da Silva Passos, então membro activo da Junta Distrital do Porto — que se pronuncia abertamente a

favor dos projectos governamentais das estradas do Minho e do caminho-de-ferro do Norte, tornando-se num advogado zeloso dos interesses locais, ou seja, dos melhoramentos materiais, em particular no respeitante a vias de comunicação e meios de transporte. Nessa época já os primeiros êxitos da política fontista estariam a produzir o seu impacto, o que teria levado o grupo de progressistas dissidentes encabeçado por José Passos a render-se a esse «progressismo rodo e ferroviário».

Entretanto, o grupo progressista dissidente representado na imprensa por *O Português* — jornal que sucede, em 1853, a *O Patriota* e é o mais importante periódico lisboeta desta facção política — mantém-se aliado aos cartistas da *Imprensa e Lei*; em 11 de Agosto de 1854, aquele jornal, ao falar do partido que representa, chama-lhe «partido progressista dissidente», o que é extremamente revelador da sua real origem.

O grupo de *O Eco Popular* é, no entanto, contrário a tal coligação, e também este jornal, no Verão de 1854, fala em «partido progressista dissidente» (2). Por outro lado, condena a aliança do partido progressista (não-dissidente) com as forças governamentais «regeneradoras», enquanto desenvolve uma actividade importante no sentido de reabilitar o grupo de *A Revolução de Setembro* aos olhos do de *O Português*, ou seja, de reconciliar os dois núcleos progressistas da capital, a fim de que, unindo as suas forças, e rejeitando compromissos com outros grupos, ideológica e partidariamente diversos, venham a conquistar o poder.

Este esforço não evita que o partido progressista dissidente, ao reorganizar-se, em Lisboa, nessa altura, absorva um número cada vez maior de antigos cartistas «ordeiros»; no entanto, não apresenta candidatos às eleições suplementares de Dezembro.

O ano seguinte (1855) terá sido marcado por um aumento de contactos entre os dois grupos progressistas da capital — no seguimento da ideia e como resultado dos esforços de *O Eco Popular* — de tal modo que em Dezembro, nas eleições para vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, surge uma só comissão eleitoral progressista, integrando os principais nomes das duas facções e

propondo uma lista que reúne membros dos dois grupos.

Esta trégua entre os dois partidos progressistas mantinha-se ainda em princípios de 1856, quando Manuel da Silva Passos, chefe «histórico» dos dissidentes, afirma na Câmara dos Deputados não se opor à política do governo, o qual considera liberal, amante do país e empenhado na obra de fomento material ⁽³⁾. Nesta época — em que o governo estava já em crise e *A Revolução de Setembro* aponta Passos Manuel como futuro ministro — esteve iminente um acordo entre as duas facções progressistas para virem a constituir governo conjuntamente. Mas essa tentativa gorou-se e logo a trégua acabou, para dar lugar a nova fase de luta política, desde fins de Fevereiro. Os progressistas dissidentes, incluindo os do grupo de *O Eco Popular*, do Porto, lançam-se decidida e aguerridamente na oposição, criticando acerbamente as propostas de novos impostos, apresentadas às Câmaras por Fontes Pereira de Melo (ministro da Fazenda e das Obras Públicas), a fim de pagar os empréstimos contraídos em Paris e Londres, com vista à construção de estradas e linhas de caminho-de-ferro. Nesse ataque são secundados pelos cartistas e logo se restabelece a anterior coligação, tanto na imprensa como no parlamento. Note-se que, nesta época, a figura mais proeminente na oposição da direita, na Câmara dos Deputados, é nitidamente António José de Ávila, considerado como o chefe do partido cartista.

Essa coligação oposicionista estende-se aos legitimistas e lança-se na recolha, por todo o país, de assinaturas contra as propostas financeiras de Fontes, numa ampla campanha que, como é sabido, acaba por levar à queda do «ministério da Regeneração» (Junho de 1856).

Passemos agora à análise dos aspectos relativos à organização partidária. Deve-se começar por afirmar que ela permanece bastante frouxa, nestes anos que se seguem à cisão, em 1852, do antigo e relativamente bem estruturado Partido Progressista — que, pelo menos nas épocas eleitorais, cobria o país de comissões distritais, municipais e mesmo de freguesia. A cisão desorganizou bastante esse partido, como é natural, uma vez que dividiu os seus adeptos, muitos

dos quais, aliás, não queriam reconhecer tal divisão. Ambos os grupos, como vimos, pretendiam ser a continuação do antigo partido unitário mas, na prática, a divisão espalhou-se pelo país inteiro e trouxe, como consequência, o desmantelamento, pelo menos parcial, das estruturas organizativas anteriormente existentes.

Tal estado de coisas permitirá a Rodrigues Sampaio afirmar, em princípios de 1853, em relação ao seu grupo político: «Entre nós não há caudilhos oficiais nem hierarquias ordenadas: há só grêmios de opinião» ⁽⁴⁾. E, uns meses mais tarde, o mesmo dirigente progressista regenerado acentuará que o elemento específico do seu partido é precisamente sobrepor o livre pensamento e alvedrio de cada membro à autoridade de chefes ⁽⁵⁾ — justificação com argumentos teóricos, de acentuação «libertária», da ausência de uma organização burocrática e da consequente imposição de uma disciplina partidária mais ou menos rígida.

Posição um tanto diferente é a defendida pelos progressistas dissidentes, após a sua derrota, aliás bastante pesada, nas eleições legislativas de Dezembro de 1852. Com efeito *O Eco Popular* defende então a necessidade de organizar, por todo o país, o «partido contribuinte», num apelo à unidade, também correlacionável com a ligação, anteriormente apontada, entre aquela facção política e o partido cartista. Tal apelo não teve, no entanto, resultados imediatos sensíveis, a nível de reorganização partidária. E assim, em fins de 1853, verificamos que, em Lisboa, os dois grupos progressistas não estão, de modo algum, completamente extremados, como é revelado pelo facto de algumas individualidades surgirem como candidatos nas duas listas que, na capital, disputam as eleições municipais.

É só quase um ano mais tarde que a redacção de *O Português* promove uma reunião — para a qual faz convites individuais, por carta — a fim de «organizar o partido progressista», cuja divisão lamenta ⁽⁶⁾. No entanto, o próprio meio empregue para convocar tal assembleia, da qual são excluídas as notabilidades regeneradoras, mostra bem a ausência de um verdadeiro desejo de reconciliação e reconstrução da antiga unidade progressista. Trata-se, sim, da reorganização

e revitalização do partido progressista histórico ou dissidente, que elege um novo centro ou comissão directiva — que não consegue convencer Alexandre Herculano a aceitar a sua presidência — da qual fazem parte Sousa Brandão e Oliveira Marreca, que inclui, por outro lado, várias personalidades ex-cartistas, mas no qual não está presente um único operário ou artífice — como nota Vieira da Silva, tipógrafo «progressista governamental», que a propósito lembra que, em 1852, havia dois dandidatos operários na comissão eleitoral do partido progressista (regenerador) e que o próprio governo concedeu às classes trabalhadoras o direito de associação (7).

Esta reorganização significa, pois, uma viragem à direita do partido progressista dissidente que, anteriormente, se pretendia mais avançado do que o seu congénere «governamental». Foi, aliás, tal moderação que, provavelmente, veio tornar possível, a nível político-partidário, a atrás referida aproximação entre os dois grupos progressistas, uma vez postos de lado os aspectos de radicalismo que anteriormente caracterizavam o progressismo dissidente. Essa aproximação, que leva à participação conjunta nas eleições municipais de Lisboa, em fins de 1855, será então sancionada numa reunião geral de eleitores progressistas dos quatro bairros da capital. No entanto, devido talvez à brevidade desta trégua colaborante, que pouco depois se desfaz, como já vimos, não se verificam consequências de maior ao nível das estruturas partidárias, que não sofrem alterações sensíveis em nenhuma das duas facções progressistas.

Analisemos, por último, os aspectos de ideologia — políticos, sociais, económicos — próprios dos partidos progressistas regenerador e histórico, na época em causa.

No plano político há uma clivagem bem marcada entre os dois partidos ou facções progressistas, desde a sua separação: enquanto os dissidentes ou históricos apregoam querer conquistar o poder para pôr em prática um programa radical de cariz setembrista, os regeneradores são da opinião de que não chegou ainda a hora dos progressistas ocuparem o poder sozinhos, que não lhes é viável concretizar os seus princípios democráticos e que, conseqüentemente,

a posição mais realista é a de apoiar um governo como o da «Regeneração», que é satisfatoriamente liberal e está empenhado em promover reformas administrativas, económicas e sociais, de que o país tanto carece.

Esta orientação reformista fora a que levava de início — logo após a queda definitiva de Costa Cabral — o partido progressista, então ainda uno, a conceder o seu apoio ao governo de Saldanha. Rodrigues Sampaio exprimira-a já na Câmara dos Deputados, em Novembro de 1851, ao dizer que o parlamento se devia ocupar mais de reformas sociais, económicas e administrativas do que de «assuntos políticos» (8). Os progressistas regeneradores, embora afirmando-se fiéis às crenças democráticas, contentam-se com as alterações introduzidas na Carta Constitucional pelo Acto Adicional de 1852, aceitando resignadamente esse código político como um mal inevitável. Minimizam, aliás, a importância dos aspectos constitucionais, afirmando «que a liberdade e o progresso se conquistam melhor pela reformas económicas que pelo remodelamento insignificante dos códigos políticos», que mais vale «1 reforma económica e administrativa do que 20 reformas de constituição» e que, sem um certo grau de progresso, «as lutas dos partidos reduzem-se meramente ao espectáculo degradante das pretensões individuais, tomando como pretexto o esplendor artificioso de dogmas mais ou menos vagos» (9).

Esta é a posição de ex-socialistas como Rodrigues Sampaio, Latino Coelho, António Pedro Lopes de Mendonça ou José Maria do Casal Ribeiro — mentores ideológicos do progressismo regenerador na década de 1850 — e resultou da derrota das aspirações democráticas, no nosso país em 1847 (a Patuleia vencida), em França e noutros estados europeus após a euforia revolucionária de 1848. Desses acontecimentos tiraram aquelas individualidades a lição de que as forças progressistas (democráticas, republicano-socialistas) não podiam ainda tomar o poder, eram demasiado frágeis para nele se conseguirem manter, e que tentativas para o conquistar conduziam fatalmente a um retorno a uma situação reaccionária. Consequentemente, defendem um compromisso com o liberalismo reformista, para evitar

o regresso da reacção «ordeira». Para justificar o seu apoio ao governo, argumentam ainda que o mesmo faz, em circunstâncias análogas, o partido progressista noutros países, como a Inglaterra e o Piemonte. E, assim, integrando-se no «statu quo» cartista reformado (o Acto Adicional de 1852 reforçara o poder das Câmaras e instituíra o sufrágio directo), irão fazer consistir o seu progressismo na defesa de medidas de fomento, sobretudo económico.

Nos progressistas dissidentes, os do grupo de *O Eco Popular*, do Porto, têm uma posição bastante próxima, considerando também prioritária a política de fomento material. Mas muito diferente é a óptica do grupo principal dos dissidentes ou históricos, o de *O Português* que, intransigente na afirmação dos seus princípios radicais, não abdica da defesa de reivindicações como as de Cortes Constituintes (não se contentando com o Acto Adicional), sufrágio universal (e não censitário), escolha dos administradores de concelho por eleição popular (e não por nomeação) — pontos doutrinários estes explicitamente formulados em 1853-54. Este grupo, na esteira de Herculano, afirma-se também partidário da descentralização administrativa, do municipalismo, ao passo que os regeneradores se dizem centralistas e adeptos da união ibérica — opondo-se, no entanto, à sua efectivação através de casamentos régios e defendendo que ela há-de resultar, sim, da evolução progressiva dos povos português e espanhol.

Aceitando a situação constitucional, satisfazendo-se, no plano estritamente político, com ver «admitida a representação nacional, garantida a verdade da eleição, reconhecida a liberdade de imprensa» (10), a revolução que os progressistas regeneradores desejam é a da fazenda, a da administração, a da instrução, a das obras públicas. E este partido, ainda pela voz de *A Revolução de Setembro*, manifesta o desejo de que a linha política do governo da Regeneração — que se traduz na prática do sistema representativo, aplicado ao desenvolvimento dos melhoramentos públicos, e na tolerância para com as várias facções políticas, admitindo membros de todas elas no funcionalismo — perdure como norma, no futuro (isto em fins de

1855, quando se sentia já relativamente próxima a queda do ministério).

Embora afirme, várias vezes, a necessidade de reformas também nos campos das finanças, da administração e da instrução, em particular no nível primário — e neste, individualidades como Rodrigues Sampaio e Vieira da Silva vão desenvolver a sua actividade na Associação Promotora dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, promovendo cursos para operários ou artífices — é sobretudo ao sector económico que confere prioridade. A sua noção de progresso quase se identifica com a de desenvolvimento económico. Defende o liberalismo económico, a livre concorrência, por exemplo, ao tomar partido pela abolição dos monopólios do tabaco e do sabão ou pela extinção (total ou, na impossibilidade desta, apenas parcial) dos vínculos. Por outro lado, mostra-se também sensível às preocupações «sociais e igualitárias», nomeadamente a propósito da lei de repartição da contribuição predial, votada em 1853, que afirma estar de acordo com a revolução de 93 e os princípios dos economistas «humanitários» (11). Entusiasma-se francamente com a política fontista de fomento, que considera uma condição indispensável para o desenvolvimento económico, designadamente o industrial, tendo consciência de que só uma certa evolução económico-social permitirá a estruturação da opinião pública e, consequentemente, uma vida política sã, em que os partidos passem a corresponder a correntes de opinião com verdadeiro substrato popular.

A partir desta óptica, os progressistas regeneradores invectivam repetidamente os seus congéneres dissidentes, sobretudo os do grupo de *O Português* — que começa por ter Herculano como mentor — por não saírem do campo das afirmações de princípios, por não apresentarem um programa de governo explicitando «planos de salvação financeira, de reforma administrativa e de regeneração social», deduzidos dos seus princípios «ultra-democráticos» (12). E exortam-nos a tornarem-se uma oposição laboriosa e construtiva, opinando que o tempo em que se não está no poder deve ser empregue no estudo do modo de governar, até para incutir confiança nos eleitores e levá-los a considerar alternativas viáveis

apenas as de governos progressistas na prática — isto é, que construam o progresso — barrando assim o caminho ao regresso da reacção.

Como resposta a essas críticas, *O Português* defende, em Agosto de 1854, que só o crédito público poderia promover o fomento material. Parece-me aqui bem evidente a ligação entre progressistas dissidentes (pelo menos os do grupo que aquele jornal representava) e cartistas cabralistas: de facto, Costa Cabral tentara já pôr em prática um plano de construção de estradas e caminhos-de-ferro precisamente mediante o recurso ao crédito público. Os progressistas dissidentes de *O Português* vêm, portanto, defender o ponto de vista do cabralismo quanto ao fomento material, divergindo de Fontes quanto aos meios a utilizar, continuando a preconizar o recurso aos capitais portugueses — parte dos quais nas mãos dos barões do partido cartista — e condenando os empréstimos negociados pelo governo em França e na Inglaterra, com os quais os progressistas regeneradores concordam. Estes, aliás, dão grande importância à expansão do crédito interno, considerando, em fins de 1855, o projecto de criação de dois novos

bancos, um em Lisboa e outro no Porto, um «fenómeno que por si só denuncia abundância de capitais, acréscimo de transacções, desenvolvimento das ideias de crédito, [...] critério insuspeitado do estado da economia pública [...] obra extrema do progresso em que vamos, e fruto da paz inteligente que temos gozado.» — no dizer de Rodrigues Sampaio, que salienta a necessidade desses novos estabelecimentos bancários abrirem filiais na província, para que o crédito não fique restrito àquelas duas cidades (13).

Seria interessante concluir definindo os interesses económicos e as camadas sociais relacionadas com os vários partidos. Fazê-lo é, no entanto, extremamente difícil, pelo menos no estado actual da investigação acerca destas matérias. Assim, tenho que me limitar a afirmar que, se o partido cartista surge francamente como um partido da oligarquia dominante (grandes proprietários rurais, grandes comerciantes, banqueiros ou financeiros), também no regenerador encontramos um peso apreciável do grande comércio lisboeta e no histórico um importante grupo de latifundiários.

notas

(1) Cf. «Os partidos políticos liberais na "primeira fase do rotativismo parlamentar" (1851-1865)», in *Análise Social*, 2.^a série, n.º 46, volume XII, 1976-2.º.

(2) Nomeadamente no número de 31 de Agosto.

(3) Cf. *A Revolução de Setembro*, número de 11 de Fevereiro.

(4) Cf. *A Revolução de Setembro*, número de 7 de Fevereiro.

(5) Cf. *Idem*, número de 21 de Setembro.

(6) Tal reunião ocorreu a 29 de Agosto de 1854, segundo noticiam os jornais da época.

(7) Cf. *A Revolução de Setembro*, número de 3 de Setembro de 1854.

(8) Cf. *Idem*, número de 26 de Novembro.

(9) Cf., respectivamente, *A Revolução de Setembro* de 6/7/52, 21/11/54 e 26/7/53.

(10) Cf. artigo de Rodrigues Sampaio in *Idem* de 21/11/54.

(11) Cf. *A Revolução de Setembro* de 16/8/53.

(12) Cf. *Idem* de 10/10/53.

(13) Cf. *A Revolução de Setembro* de 28/12/55.

bibliografia

Maurice Duverger, *Os Partidos Políticos*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

Idem e outros, *Partis politiques et classes sociales*, Paris, Armand Colin, 1955.

James Jupp, *Political Parties*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1970.

J. J. Lopes Praça, *Estudos Sobre a Carta Constitucional de 1826 e o Acto Adicional de 1852 — Direito Constitucional Português*, vol. II, Coimbra, 1880.

J. F. Trindade Coelho, *Manual Político do Cidadão Português*, 2.^a ed., Porto, 1908.

António Pinto Ravara, «Os partidos políticos liberais na "primeira fase do rotativismo parlamentar" (1851-1865)», in *Análise Social*, 2.^a Série, n.º 46, vol. XII, 1976-2.º, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais.

M. Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Porto, A Regra do Jogo, 1976.

Augusto Xavier da Silva Pereira, *O Jornalismo Português*, Lisboa, 1895.

Idem, *Os Jornais Portugueses*, Lisboa, 1897.

A Carta Arqueológica do Algarve

Estratégia e Perspectivas

Victor dos Santos Gonçalves

Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa
Director do projecto CAALG, Carta Arqueológica do Algarve

O cadastro dos monumentos de uma nação é a carta archeologica do seu território, levantada em devida regra e authenticamente comprovada.

Estacio da Veiga, 1886

Les documents sur lesquels se fonde l'histoire des formes de groupement caractéristiques des différents stades de l'évolution humaine sont tirés des manifestations de la vie technique, économique, sociale et religieuse, esthétique. Ils procèdent de trois sources: la source archéologique, celle de l'information écrite et celle de l'information orale.

A. Leroi-Gourhan, 1961

Archaeologists all over the world have realized that much of prehistory, as written in the existing textbooks, is inadequate: some of it quite simply wrong.

Colin Renfrew, 1973

0. Estácio da Veiga e os inícios da cartografia arqueológica do Algarve

A partir de 1865, define-se um projecto de inventariação do património pré-histórico, proto-histórico e histórico do Algarve, senão rigorosamente inédito pelo menos sem precedentes visíveis entre nós, nas dimensões da região estudada e nos meios ínfimos para tal mobilizados.

Sebastião Filipe Estácio da Veiga (Tavira, 6-5-1828 / Lisboa, 7-12-1891), fidalgo da Casa Real, antigo aluno da Escola Politécnica, desenvolve intensa actividade, procurando identificar e cartografar vestígios e monumentos que lhe permitam construir a «carta archeologica» do Algarve.

Encarregado oficialmente, em 1877, de rever os resultados até então obtidos, Estácio

da Veiga inicia uma curiosíssima aventura, não longe, no positivo ou no erro, na ingenuidade ou na coragem, dessa outra que Boucher de Perthes trinta anos antes começara a viver.

De um lado ou de outro, no campo da arqueologia do século XIX, esboçam-se já «territórios» e «coutadas», pré-anunciando o regime senhorial que caracterizará a arqueologia portuguesa do nosso século.

Mas três grandes linhas começam também a emergir e bom seria que as estudássemos com mais rigor do que tem sido feito para compreendermos a génese de oposições irreduzíveis e, mesmo, de certas psicoses que periodicamente regressam ao palco, apesar da mudança dos actores e da substituição do cenário.

que os examinar-se no ultimo quartel deste século para salvar
uma incalculavel riqueza, em que poucos povos podem
proceder-los.

Acceptando o governo a proposta de V.ª, para
um só reclamo um exemplar do respectivo relatório official
para com elle illustrar os meus trabalhos ácerca do Algarve.

Tenho a honra de assinar-me

De V.ª

submisso tributario da mais respeitosa cons. de V.ª
y pmo. pmo. pmo. Marquez de Souza Holstein.

Palhava, 28 - em 2 de fevereiro de 1876.

Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga

Autógrafo de Estácio da Veiga. Fotocópia cedida pela dr.ª Maria Luisa Veiga dos Santos

A primeira dessas linhas é, sem dúvida, a da «arqueologia universitária» que, em Lisboa, se inicia com José Leite de Vasconcelos, tendo a triste sequência que conhecemos. A segunda é a poderosa escola dos Serviços Geológicos de Portugal, que manterá, até aos nossos dias, um importante núcleo de arqueologia. A terceira inclui os *free-lancers* ou *outsiders* de que A. Santos Rocha e Estácio da Veiga são exemplos claros. E poderíamos talvez falar já numa «arqueologia administrativa», sinistra percursora do que sabemos.

Neste entrecocar (por vezes extremamente violento) de grupos ou de homens «isolados», as «arqueologias paralelas», ontem como hoje, mudam conforme a perspectiva.

Estácio da Veiga sabe que o meio arqueológico português estava não só longe de compreender um projecto de cartografia arqueológica como bem afastado dos problemas técnicos que tal tipo de trabalho necessariamente implica. Procura, por consequência, nos autores estrangeiros inspiração e apoio para o seu trabalho.

E no meio que produzirá em breve «De Campolide a Melrose», esse texto extraordinariamente exemplificativo de uma época e de um outro homem (que foi por si uma tendência), surgem os volumes das *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Onde se sente já, explícita, a necessidade de formulação de uma política cultural global adequada à especificidade da região algarvia. Neste sentido devem ser lidos, o *Museu Archeologico do Algarve* (1880) e o *Instituto Archeologico do Algarve* (1882).

Boicotado, como ora se diz, pelos derviches da arqueologia oficial, o autor das *Antiguidades* encontra perante si a ignorância de um governo incompetente, num País em crise.

As colecções do *Museu Archeologico do Algarve*, uma vez utilizadas na propaganda externa que o Congresso de 1880 possibilitara, são atiradas para as arrecadações da Academia das Belas-Artes e, posteriormente, integradas no Museu que José Leite de Vasconcelos viria a fundar. A hostilidade

de uns quantos bonzos, já então em lugares-chave, a estultícia ou a má vontade de vultos seus contemporâneos, perseguem a infatigável actividade de um pioneiro, tal como outro notável investigador, Santos Rocha, marginalizado em Portugal.

O *Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica*, reunido em 1880 em Lisboa, trouxera, no entanto, a Estácio da Veiga um certo prestígio internacional e permite-lhe uma frutuosa troca de impressões com alguns dos maiores especialistas da arqueologia de então.

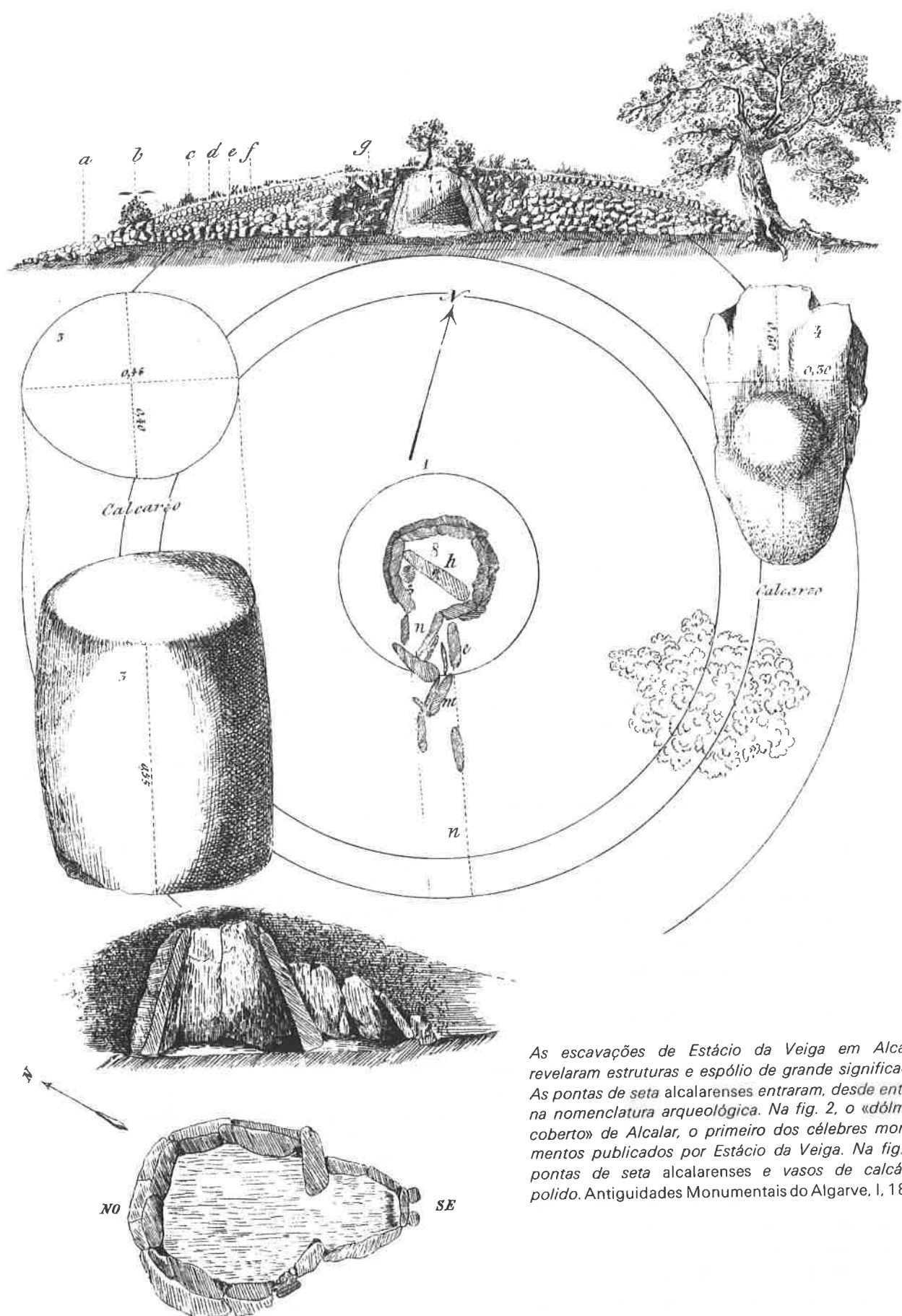
Porém, já antes de 1891, data da sua morte, se iniciara uma discreta «conspiração do silêncio». Coube a Maria Luísa Veiga, bisneta do arqueólogo, quebrar com um útil livro essa injusta situação.

As questões teóricas subjacentes à iniciativa de Estácio da Veiga são equacionáveis, hoje, de modo compreensivelmente diferente do da sua época mas conservam actualidade e justificam discussão.

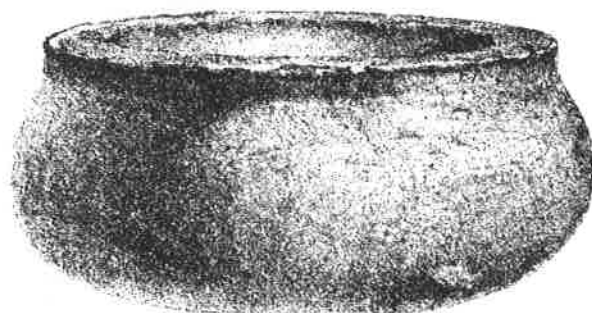
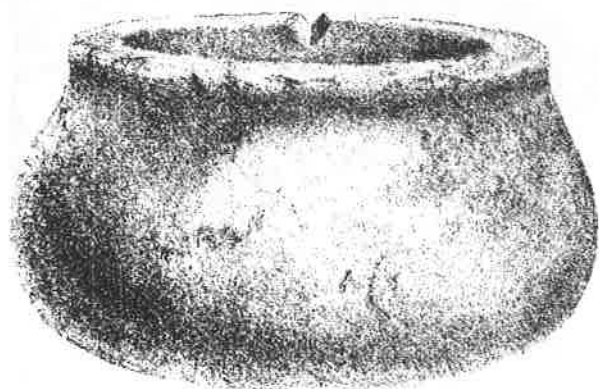
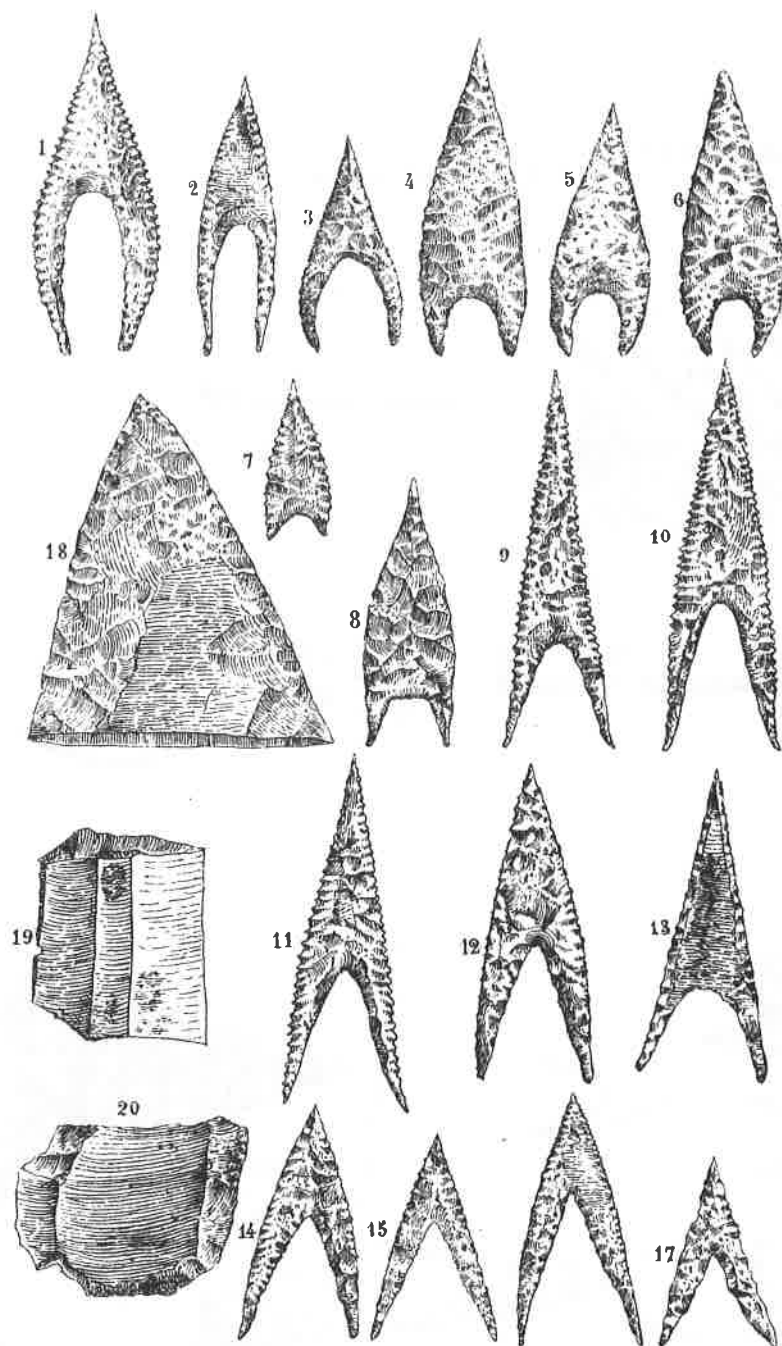
Pontos como a adopção de uma simbólica normalizada na representação cartográfica de monumentos e sítios, ou como a organização do *Atlas Arqueológico*, ultrapassam o seu próprio tempo e projectam-se com singular nitidez quase cem anos depois, altura em que continuam longe de estar resolvidos.

Os quatro volumes intitulados *Paleoethnologia. Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistoricos* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, 1887, 1889, 1891) representam, portanto, bem mais que uma simples, *folha explicativa* da *Carta Archeologica do Algarve*: são já testemunhos de que a prospecção, a recolha, a escavação, o registo, se encontram idealmente entrosados num tecido comum, na delicada teia que o arqueólogo tece ao procurar reconstruir o passado. Estácio da Veiga, ao compreendê-lo em 1886, ou talvez mesmo antes, torna-se credor da nossa admiração.

Este um sinal, também, senão houvera outros, da sua modernidade.



As escavações de Estácio da Veiga em Alcalar revelaram estruturas e espólio de grande significado. As pontas de seta alcalarenses entraram, desde então, na nomenclatura arqueológica. Na fig. 2, o «dólmen coberto» de Alcalar, o primeiro dos célebres monumentos publicados por Estácio da Veiga. Na fig. 3, pontas de seta alcalarenses e vasos de calcáreo polido. Antiquidades Monumentais do Algarve, I, 1886



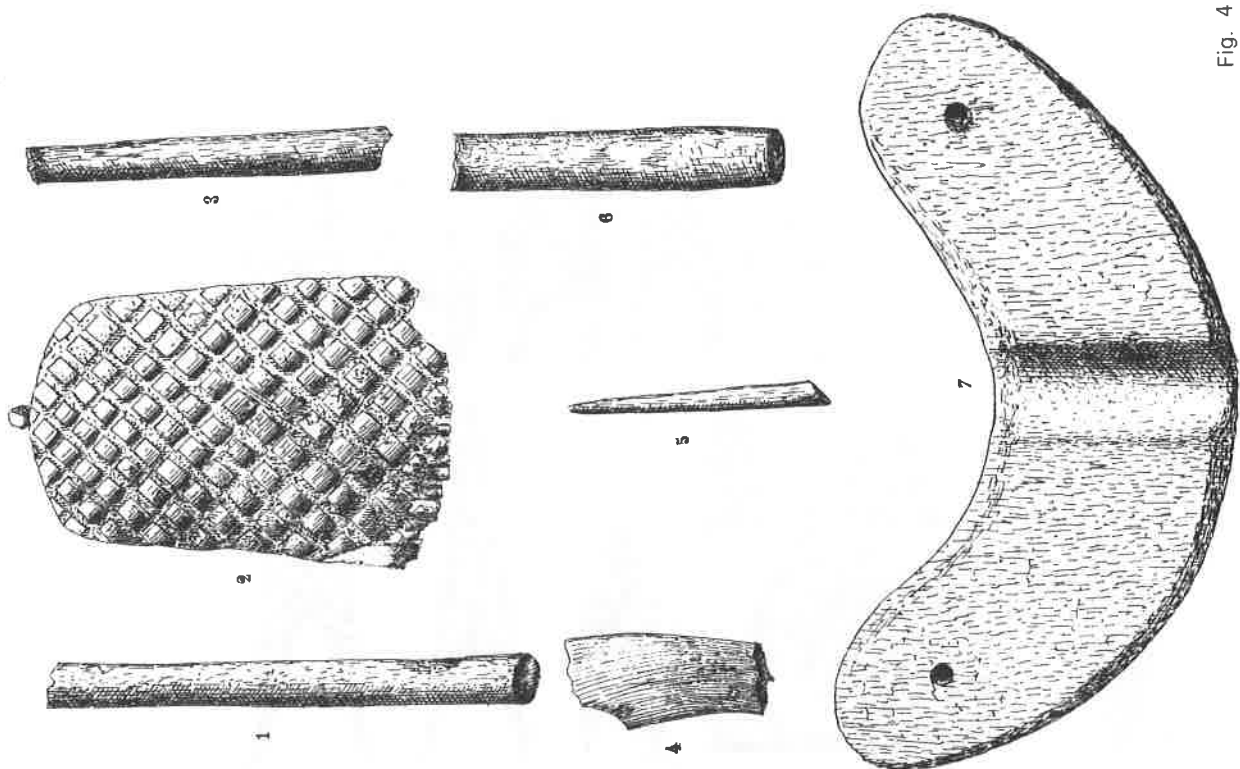


Fig. 4

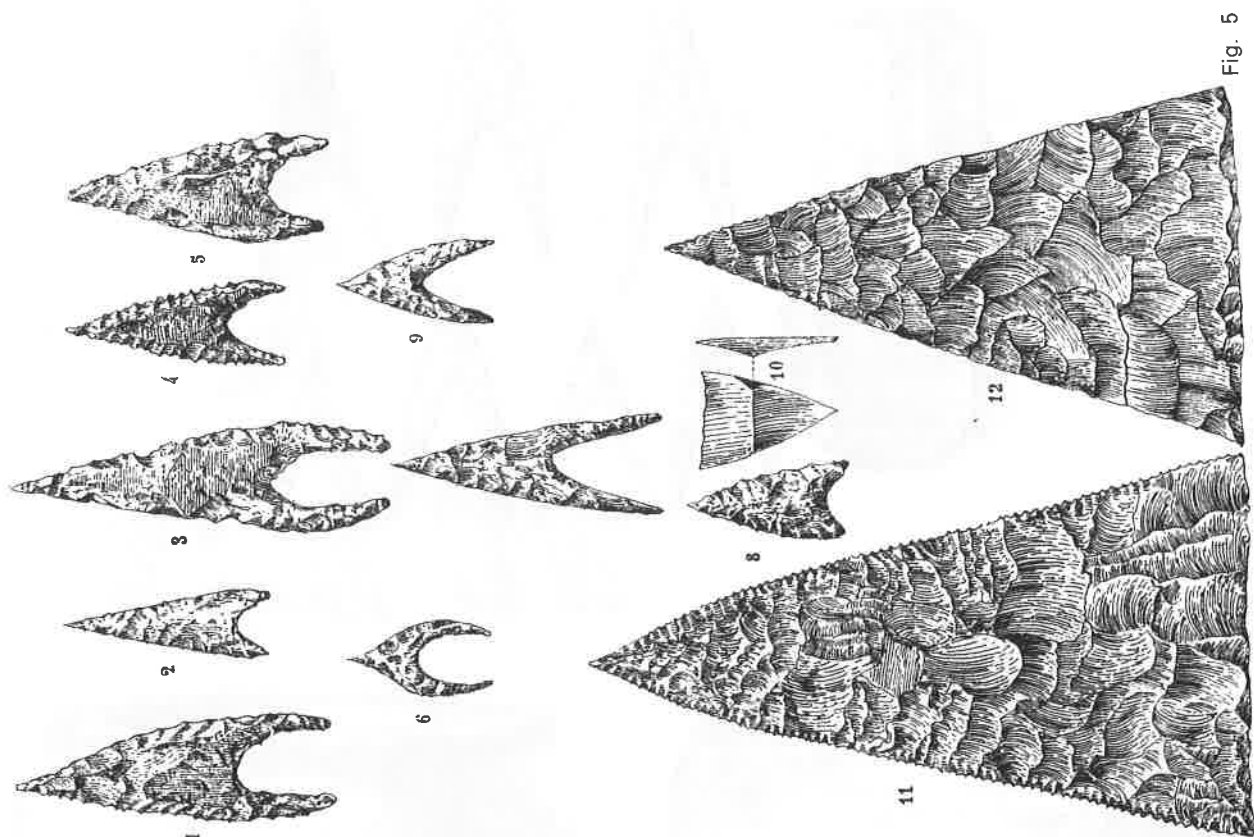
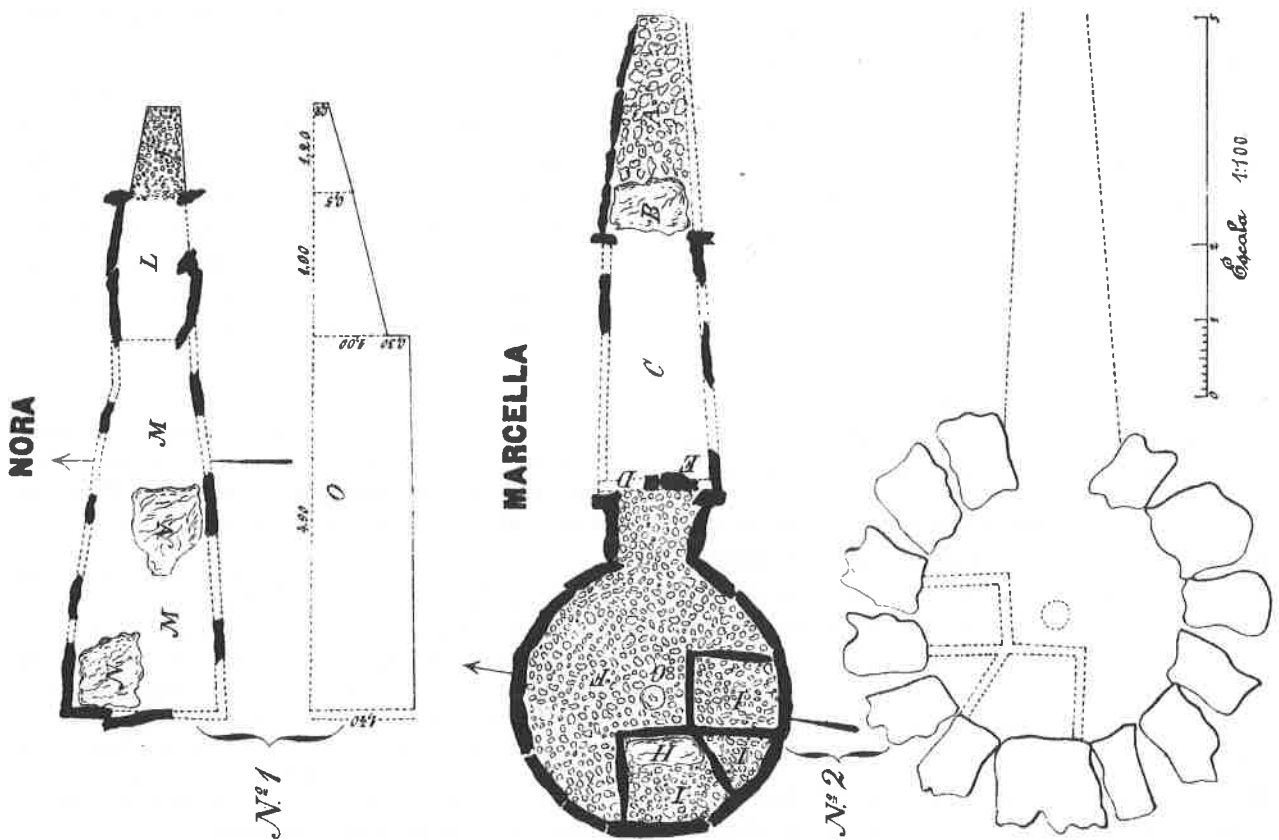
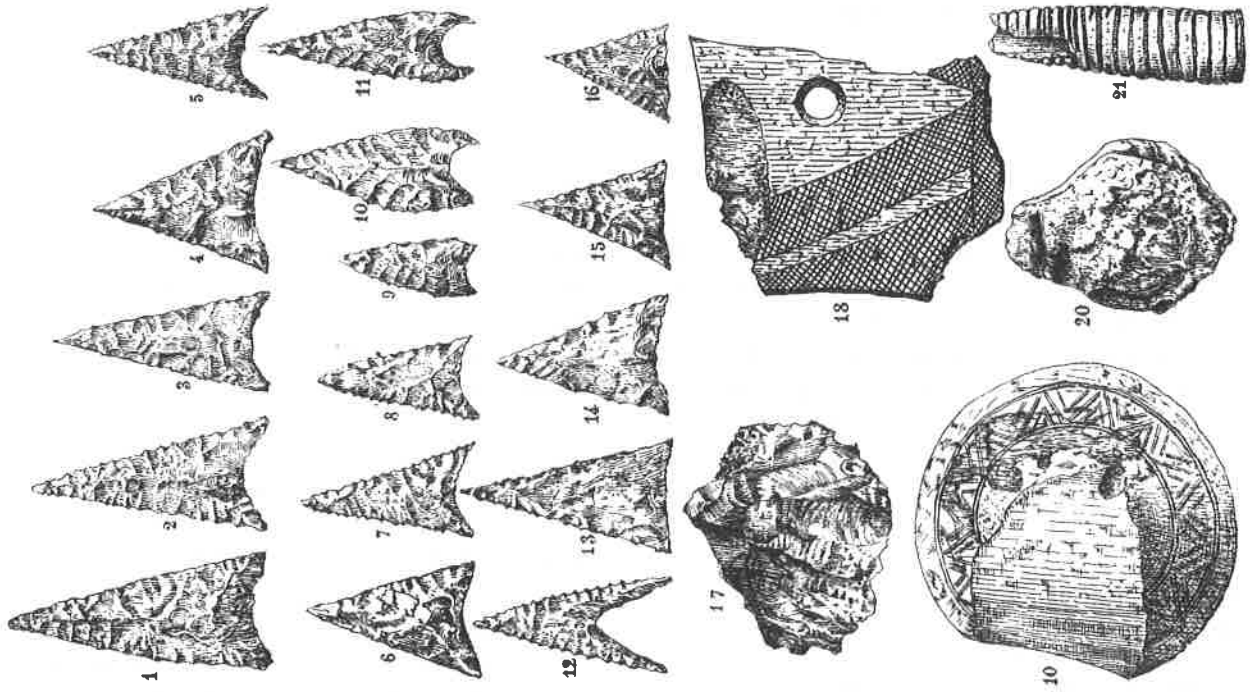


Fig. 5

Os importantíssimos monumentos de Nora e Marcela revelaram materiais alcalarenses em pleno Algarve Oriental, evidenciando que as mesmas gentes, ou culturas afins, tinham povoado tanto o Algarve Ocidental (Alcalar) como o Oriental. Na fig. 4, materiais do tholos de Marcela; na fig. 5, espólio da galeria da Nora. Antiguidades Monumentais do Algarve, I, 1886



1. Origens do projecto CAALG

Em Abril de 1976 foi o signatário contactado para integrar a «brigada de campo» da *Carta Arqueológica de Portugal*, cuja Comissão Coordenadora, composta por Fernando de Almeida, Bairrão Oleiro, Domingos Pinho Brandão, Fernando Bandeira Ferreira, Jorge de Alarcão e Artur de Gusmão, funcionava na Fundação Calouste Gulbenkian, entidade que subsidiava os trabalhos.

Questões administrativas conduziram a que a «brigada de campo», integrada também por Cavaleiro Paixão, José Arnaud e José Caeiro, funcionasse na mais modesta perspectiva de um LAA (Levantamento Arqueológico do Alentejo). Motivos não clarificados conduziram ao que suponho ter sido o auto-afastamento de Jorge de Alarcão.

As funções da «brigada» eram aparentemente simples: proceder ao levantamento arqueológico de *emergência* da área a inundar pela albufeira da barragem do Alvito, avançar seguidamente para a zona em perigo pela barragem do Monte Novo e preparar, a curto prazo, uma intervenção na barragem do Alqueva.

Não é este o momento de fazer a história desses meses de grande actividade que mediarão entre a primeira saída e a morte, por esgotamento das possibilidades de diálogo interno, de um projecto cuja continuidade tudo aconselhava.

Bloqueado o projecto LAA e suspensas todas as actividades da equipa de campo — e, segundo creio, da própria Comissão Coordenadora — as barragens foram sendo construídas e as consequências, que acredito bem graves para o Património do povo português, aí estão (por computar, é certo, mas nem por isso menos assustadoras).

Por todo o País, entretanto, criara-se um ambiente novo em relação ao património, ambiente esse sem dúvida devido ao multiplicar de Associações de região e de grupos de amadores que se agitaram e desmultiplicaram em iniciativas não coordenadas nem planificadas. A defesa do Património (decorrente da sua inventariação) fora seriamente comprometida pela inexplicada suspensão dos trabalhos da *Carta Arqueológica*

de Portugal. Era agora substituída por intervenções porventura bem intencionadas mas sem o mínimo garante científico.

Durante o ano de 1977, docentes e investigadores ligados directa ou indirectamente à Faculdade de Letras de Lisboa reconheceram que a situação que se instalara era mais que preocupante e iniciaram um vasto movimento destinado a ligar a escola à comunidade e a defender o Património através de iniciativas pontuais e planificadas.

Este movimento levou a efeito Cursos «de Património» e Seminários regionais, promovendo encontros distritais, procurando apoiar e coordenar esforços isolados no sentido de inventariar e preservar um Património malferido (1).

Neste domínio, a minha intervenção no caso concreto do Algarve traduziu-se numa ampla resposta a uma situação crítica e conduziu à tentativa de organização da ADIPA, *Associação para a Defesa e Investigação do Património do Algarve*, e à realização de uma série de actividades anuais que incluem os Seminários de Arqueologia, Literatura Oral e Arte Popular (Faro) e os Seminários «Defender e Investigar o Património» (Lagos e Vila Real de Santo António). (2)

Estes Seminários reúnem professores do ensino Básico e Secundário e têm, entre outras, a intenção de contribuir para a organização da rede de apoios locais ao projecto CAALG (*Carta Arqueológica do Algarve*), que entretanto se definiu, e a de enquadrar todos os indivíduos que, interessados em participar activamente na defesa

(1) Cabe aqui uma palavra de agradecimento pelo apoio da Secretaria de Estado da Cultura, através da Direcção Geral do Património Cultural e do Plano de Investimento da Administração Pública (P.I.D.A.P.)

(2) Existem algumas diferenças intrínsecas, de origem, entre os *Seminários de Arqueologia, Literatura Oral e Arte Popular (Faro)* e os Seminários de série «Defender e investigar o Património». Com os primeiros pretendi abrir perspectivas, com os segundos aprofundá-las. Os Seminários ALOAP constituem iniciações a problemas gerais, de campo e gabinete. Os Seminários DIP são espaços onde os problemas, sobretudo de ordem prática, são equacionados sistematicamente. Este o critério que considere mais adequado.

do Património, cooperem no levantamento sistemático dos monumentos e sítios arqueológicos ou históricos do Algarve.

A suspensão da *Carta Arqueológica de Portugal* não poderia implicar a paralisação de todas as actividades de levantamento arqueológico.

Perante a indiferença, o desinteresse ou o sectarismo de muitos, todo um Património, memória colectiva de um povo que somos, do espaço que ocupamos, da Nação que construímos, ia sendo progressivamente destruído.

É tempo que esta situação termine, é tempo de compreendermos que o que resta tem de ser inventariado, investigado, preservado. É o momento de planificar, enquadrar e apoiar a pesquisa.

Neste contexto se explica a emergência do projecto CAALG.

2. As campanhas de ensaio 1, 2 e 3/ /Tavira 77

O projecto da *Carta Arqueológica do Algarve* — CAALG — surge, primeiro, no âmbito do *Centro de História das Universidades de Lisboa* e reúne, nesta fase, um grupo de alunos, bacharéis e licenciados, ligados ao Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa.

Este carácter aparentemente «lisboeta» do projecto é, no entanto, rapidamente desmentido pela inserção regional, patente desde as primeiras fases da sua organização.

O Gabinete de Planeamento do Algarve (GAPA) e a Câmara de Tavira reagiram de forma rápida e concreta ao que então se lhes solicitou (e que era bem mais que simples apoio financeiro).

Apoiando os *Seminários de Arqueologia, Literatura Oral e Arte Popular*, o Governo Civil de Faro permitiu a criação de um novo espaço de trabalho, chamando os seus participantes a uma colaboração com o CAALG, que se revelou extremamente positiva, e abrindo o caminho para a organização da *Associação para a Defesa e Investigação do Património do Algarve*.

Procurou-se, assim, *ab ovo*, quebrar a falsa imagem de uma centralização absurda e assinalar as vias indispensáveis a uma regionalização cultural que terá de ser, no

entanto, no rigor da sua definição, o contrário da insularização.

Um dos principais erros do *Levantamento Arqueológico do Alentejo* não foi aqui repetido. Independentemente de, nesta fase, o tratamento dos dados se fazer em Lisboa (e existem boas probabilidades de que tal se não transforme em regra), a ligação às estruturas administrativas locais e às próprias populações foi cuidadosamente estudada e objecto de longa discussão, tendo mesmo condicionado o próprio local por onde se iniciou a prospecção.

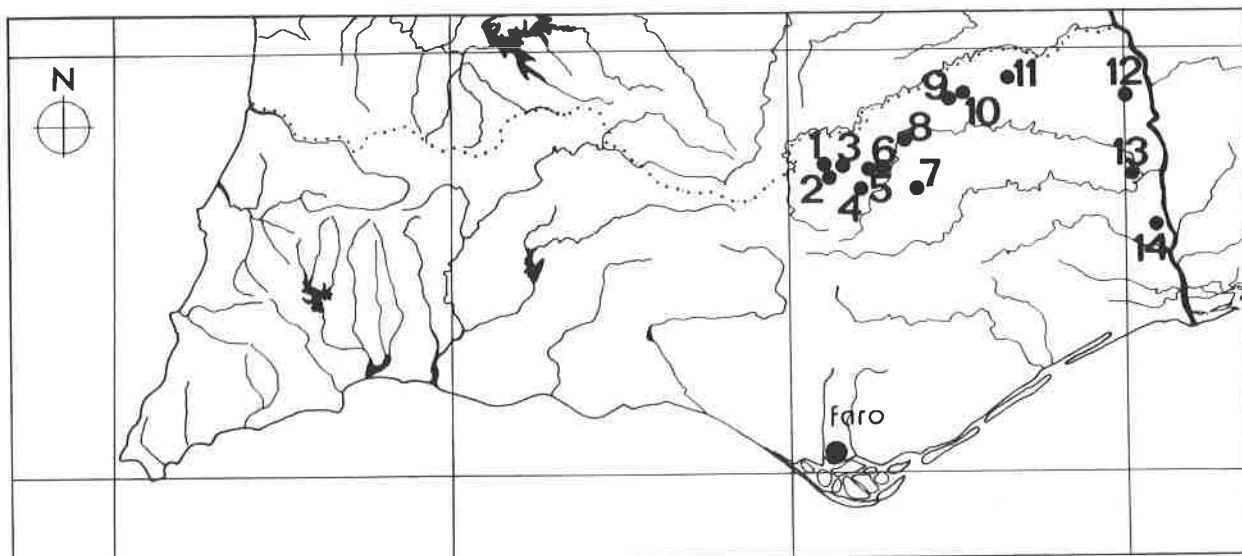
As campanhas TAVIRA 77 incidiram sobre as terras mais a Norte deste concelho, em plena Serra Algarvia.

A equipa instalou-se numa pequena povoação, o «monte» da Mealha e estabeleceu os primeiros contactos com os problemas de campo. Como se sabe, a «carta não é o terreno» e a cartografia disponível, 1 : 50 000 (Carta Corográfica de Portugal) e 1 : 25 000 (Carta Militar de Portugal) contém numerosas lacunas e algumas imprecisões. Tal se revelou particularmente grave no que respeita à pistagem da micro-toponímia de significado arqueológico, implicando o imediato incremento dos inquéritos orais à população, no sentido da recuperação e localização de topónimos significantes.

Numa certa medida, a primeira campanha representou uma dupla abertura, ao terreno e aos problemas gerais de localização e localização de vestígios arqueológicos. Confirmaram-se sítios sobre que se possuía já informação (oral e escrita, mas inédita) — Anta do Cerro das Pedras Altas, Anta do Cerro da Masmorra, Cista da Rocha da Moura —, identificaram-se outros — Anta do Curral da Castelhana, Corguinhas, Cerro dos Mouros, etc. — e procedeu-se à sua fichagem, bem como a recolhas de materiais de superfície.

A segunda campanha foi encurtada, devido ao inesperado agravamento do estado do tempo, mas permitiu recolhas no Cerro dos Mouros e nos Telheiros.

A terceira campanha visava fundamentalmente a escavação da Anta do Curral da Castelhana, escavação que decorreu normalmente, tendo, em simultâneo, continuado o processo das identificações e da prospecção sistemática dos arredores. A equipa



Alguns monumentos e sítios cartografados pelo CAALG no Algarve Oriental: 1 — Anta da Cerca da Francisquinha; 2 — Anta da Cumeada; 3 — Cerro do Castelo (Corte João Marques); 4 — Anta das Pedras Altas (Mealha); 5 — Anta da Masmorra; 6 — Anta do Curral da Castelhana; 7 — Cerro dos Mouros; 8 — Cerro do Castelo (Mestras); 9 — Povoado árabe/medieval de Santa Justa; 10 — Cerro do Castelo (Santa Justa); 11 — Anta da Altura da Serra; 12 — Necrópole da Eira da Zorra; 13 — Necrópole do Cerro de Dona Benta; 14 — Necrópoles de Almada de Ouro. Trata-se, evidentemente, de uma simples amostragem, ficando de fora monumentos como a Cista da Rocha da Moura, as Necrópoles investigadas por Caetano de Melo Beirão (sobretudo o notável conjunto das Umbrias da Fome), povoados árabes/medievais como os de Corte da Seda, Alcariaís, etc.

cindiu-se em duas unidades o que, permitindo uma maior mobilidade, assegurou um aumento de ritmo da prospecção.

As três campanhas TAVIRA 77 serviram, portanto, para além dos fins declarados, para preparar e consolidar uma estrutura de equipa, para resolver os problemas de cartografia e de pistagem micro-toponímica e, sobretudo, para afinar as táticas de campo, o que implicou, evidentemente, correcções importantes na estratégia global adoptada.

3. A estratégia das fases prévias

Há várias maneiras de se conceber o trabalho de uma Carta Arqueológica. Se se tratar de uma *Carta Arqueológica de Portugal*, é óbvia a necessidade de se montar toda uma infraestrutura que funcione, e o Ministério da Educação e Cultura parece ser o espaço em que logicamente se integre uma iniciativa deste tipo. A este nível, uma Carta Arqueológica implica a criação de Serviços Centrais que incluam unidades de preparação de dados (com vista à sua futura *stockagem* no *Banco de Dados*, indispensável para um correcto armazenamento dessa informação).

Mas os Serviços Centrais não bastam para o funcionamento efectivo de um tal projecto. É necessário que equipas regionais, de grande mobilidade e autonomia, *mas com metodologias de gabinete normalizadas*, operem no sentido de fornecer os dados em bruto que serão, em seguida, devidamente manipulados. Dados esses que servirão para informar o cada vez mais necessário *Plano Nacional de Escavações* e na listagem de prioridades na defesa e investigação.

O projecto CAALG arrancou durante uma fase de paralisação do projecto nacional, com verbas reduzidas e recursos quase «primitivos». O primeiro relatório de campo evidencia o que se fez, não revelando, no entanto, o muito que se conseguiu ganhar, e a níveis bem diversos entre si.

Uma das questões centrais, patente desde o primeiro momento, resume-se rapidamente: uma equipa de Lisboa, ligada ao *Instituto Nacional de Investigação Científica* através do *Centro de História das Universidades de Lisboa*, pretende realizar um trabalho de investigação a 300 km de distância, numa região onde não está radicada e sobre a qual apenas o director do projecto possui conhecimento de terreno.

Este problema não se poderia resolver, pareceu-me, sem o estabelecimento de «fases prévias» de aproximação e sem a tessitura de uma sólida rede de apoios locais. Para além de tudo isto havia que formar gente, radicada na região, que pudesse *responder continuamente* à grande variedade de questões levantadas. Mais: haveria que organizar todos os interessados numa estrutura coordenada.

Neste sentido se dirigiram todos os meus esforços.

Os apoios locais vieram do Gabinete de Planeamento do Algarve, dirigido pelo Eng. Joaquim Relvas, da Assembleia Distrital e do Governo Civil de Faro, dirigidos pelo dr. A. Carrapato e da Câmara Municipal de Tavira, presidida pelo Eng. Rocha Prado. Em fase posterior, e na extensão ao Barlavento da actividade do CAALG, há que registar o apoio da Câmara de Lagos, presidida pelo dr. José Alberto Baptista e da Câmara de Aljezur, presidida por J. da Silva.

Quanto à formação de gente interessada em colaborar com o CAALG no levantamento geral do Património Algarvio, pensei que tal só seria possível através da realização de reuniões e Seminários que abrissem perspectivas novas a tal colaboração.

Assim, organizaram-se duas séries de Seminários: os «Seminários de Arqueologia, Literatura Oral e Arte Popular», em Faro (I Seminário em Dezembro de 1977, II Seminário realizado em Dezembro de 1978) e a série «Defender e Investigar o Património» (I Seminário em Lagos, Maio de 1978; II Seminário previsto para Lagos, Abril de 1979).

Estes seminários foram subsidiados pela Secretaria de Estado da Cultura, através da Direcção Geral do Património Cultural, em que o Dr. António Nunes de Oliveira foi peça chave no desencadear de um projecto para o qual não conheço precedentes à escala algarvia. Para os seminários de «Arqueologia, Literatura Oral e Arte Popular» contribuiu também o *Centro de História das Universidades de Lisboa* que, dentro das suas reduzidas possibilidades orçamentais, apoia como pode estas actividades.

Procurando coordenar a posterior actividade de todos os participantes (e não só,

evidentemente) propôs-se a organização da ADIPA (Associação para a Defesa e Investigação do Património do Algarve) que, a partir de Lagos e outras sedes, procurará desenvolver intensa actividade de apoio ao CAALG, inventariando e defendendo tudo o que se relacionar com o Património.

Esta a estrutura que se pretende venha a coordenar toda uma série de esforços isolados ou dispersos.

Portanto, sólida implantação local, equipas bem treinadas, Grupos de Trabalho à escala de toda uma região, unidades móveis e, finalmente, dados normalizados.

Neste último sentido se procurou a elaboração de fichas de campo e gabinete (ver anexo) que não são consideradas exemplares acabados mas contribuições para modelos normalizados, a serem definidos após discussões alargadas.

Tão importantes como o próprio trabalho de campo me parecem estas «fases prévias» sem as quais seria inevitável a dispersão de esforços e iminente o esgotamento das possibilidades de intervenção.

Noutra linha, também, se orientou o nosso trabalho. Num esforço de integração na realidade rural algarvia. Esforço talvez difícil mas que originou, no que respeita aos habitantes do 'monte' da Mealha (Cachopo), bons amigos e excelentes colaboradores na recolha de informação por nós iniciada.

No poço comum, junto ao tear da mãe da D. Esaltina, em casa do sr. António dos Reis, ao serão, nas hortas que ladeiam a ribeira, a equipa aprendeu uma das mais preciosas lições. À disposição de qualquer um mas, infelizmente, tão pouco aproveitada pelos teóricos de pacotilha ou pelos arqueólogos de secretaria.

4. Da estratégia das «fases prévias» às estratégias de campo e tácticas de prospecção

4.1. O projecto CAALG foi organizado com os seguintes objectivos:

— *identificação dos vestígios arqueológicos da região algarvia*

- *escavação selectiva de tais vestígios*
- *estudo das formas mais adequadas de sua protecção.*

O primeiro ponto destinava-se à elaboração de uma cartografia sistemática, base indispensável não apenas do conhecimento das fases de ocupação do espaço mas de informação prévia de qualquer trabalho de planeamento local.

Pretende-se não só servir o investigador como fornecer às Câmaras e ao próprio *Gabinete de Planeamento do Algarve* um instrumento de trabalho que lhes permita levar a cabo as suas funções sem agressão ao Património.

Isto porque se fala, talvez excessivamente, em defesa do Património, esquecendo-se que a montagem de um sistema de defesa passa obrigatoriamente pela inventariação prévia (e, evidentemente, pela elaboração de legislação adequada), o que tem sido escandalosamente esquecido. *

Neste sentido, o projecto CAALG bifurcou-se: ao trabalho de campo juntou-se a organização do que se poderá designar por *Bibliografia arqueológica do Algarve*, reunindo-se assim toda a informação publicada, disponível, sobre os vestígios de ocupação humana naquela região, do Paleolítico ao período árabe-medieval.

Este trabalho decorre naturalmente da organização do ficheiro do CAALG, ficheiro que reúne, por Concelhos e por folhas da cartografia 1 : 25 000, toda a informação que a equipa vai recolhendo.

4.2. A questão, talvez menos pacífica, da escavação selectiva alinha, neste momento, por perspectivas de prioridade idêntica mas diferentemente exploradas. Uma delas procura o esclarecimento da verdadeira extensão do fenómeno megalítico em Portugal, através da definição do megalitismo «algarvio». É um «projecto dentro do projecto» mas dele depende a compreensão do próprio espaço mediterrânico ocidental, em linhas dinâmicas, durante as fases cruciais da neolitização e dos inícios da metalurgia.

Na verdade, a passagem das economias de recollecção a economias de produção

está longe de ser tão simples como alguns manuais pretendem e o caso do espaço português deve ler-se em linhas diferenciadas, de acordo com as regiões.

A primeira escavação moderna de uma anta algarvia (a Anta do Curral da Castelhana, em Novembro de 1977) veio levantar inúmeras questões, cuja resposta apenas será de encontrar após a escavação (já prevista) de outros monumentos do mesmo tipo e época.

Veio, também, e mais uma vez, sublinhar a convicção de que o espaço algarvio — Serra, Barrocal e Litoral — tem de ser tratado de forma específica, sendo, como é, a desembocadura do grande Mar Interno e o término das descidas dos migradores alentejanos.

Outra perspectiva, neste momento também em estudo, implica a recolha de elementos sobre estações arqueológicas que representem momentos significantes dentro da diacronia da ocupação humana do espaço algarvio.

Nesta linha, existem prioridades que traduzem mais as características e a qualificação técnica do material humano existente que uma planificação como a que seria de desejar.

Os elementos «de importação», «de adaptação regional» e «de evolução local» durante o Neolítico e a definição das áreas de exploração, do comércio ou simples troca durante o Calcolítico são exemplos de linhas em exploração. É claro, porém, que uma afinação de tais critérios apenas poderá decorrer de fases mais avançadas do projecto, uma vez mobilizando recursos humanos, técnicos e financeiros ora insuficientes.

4.3. Para que se cumpram os objectivos previstos há, também, que os redefinir de acordo com as possibilidades do momento e os integrar num conjunto de medidas prévias que permitam a emergência de uma autêntica estrutura funcional e não de um serviço esclerosado e burocratizado.

Mais uma vez há que lembrar que «a carta não é o terreno» e que é este último que impõe definitivamente a estratégia a adoptar.

Quando o projecto CAALG começou a funcionar, nas suas fases de ensaio,

em regiões da Serra Algarvia, nos Concelhos de Tavira e Alcoutim, procurava-se ensaiar métodos de prospecção e fazer o balanço dos resultados, colhendo os ensinamentos que a prática de campo trouxesse.

A estratégia das «fases prévias» decorreu exactamente desta necessidade e da análise cuidada das unidades a pesquisar.

Criaram-se assim, para 1978/1979, áreas prioritárias que traduzem, na sua escolha, a firme recusa da cartografia arqueológica como um fim próprio, fechado, e a procura de perspectivas enquadrantes de natureza diversa.

Assim, definiram-se para o Sotavento três «regiões dentro da região» como possíveis de constituírem bases de informação para a elaboração das linhas mestras de abordagem à *cartografia arqueológica do Algarve*.

1. A Serra Algarvia (Loulé, Tavira e Alcoutim)
2. A área de penetração do rio Gilão (Tavira)
3. A área do Baixo Guadiana (Alcoutim, Vila Real de Sto. António)

A primeira unidade, a da Serra Algarvia, é pesquisada no sentido de se averiguarem as relações específicas entre ela, o Baixo Alentejo e o Barrocal.

Tampão de duas vastas regiões naturais, a Serra Algarvia levanta problemas extremamente peculiares, ainda mal equacionados. Será necessário um recurso sistemático a geomorfólogos e a especialistas em Geografia Humana para se avançar na compreensão desse conjunto de complexas dia-cronias entrecruzadas.

A área de penetração do Gilão, já em parte referida por Estácio da Veiga, veja-se o Cerro do Cavaco, é adequada a um ensaio, como o que se pretende, de «prospecção dirigida», em que se explore a relação entre o rio, os seus afluentes e o espaço humano assim permitido.

A grande aposta, porém, centra-se no Baixo Guadiana e, particularmente, na região definida pelo grande Rio e pelas Ribeiras da Foupana e de Odeleite (CMP 583). Aí se procurará averiguar toda a história de um povovamento amplamente estimulado pelo cruzar das linhas hídricas e pelo signi-

ficado da grande via de penetração que o Guadiana representa.

Neste sentido trabalhamos.

4.4 A criação de infraestruturas de apoio à prospecção e escavação não é, porém, tarefa simples, seja qual for a região em que tal haja que ser feito.

No caso concreto do Algarve, pareceu-me que o complexo prospecção/recolha/publicação/exposição dos resultados não poderia deixar de passar pela reformulação do Museu de Etnografia da Junta Distrital de Faro num *Museu de Arqueologia e Etnografia* que assuma o verdadeiro e actuante papel de um *Museu de Região*. Museu vivo e não fóssil petrificado à nascença, como é o caso de tantos museus deste País. Museu agressivo, interveniente, transformador, agindo na realidade cultural algarvia *por dentro* e não epidermicamente.

Esta a razão do projecto que redigi e apresentei oportunamente.

4.5. Uma das questões prévias a todo um processo de prospecção põe-se simplesmente: prospectar *o quê, como e para quê* — ao que haveria que acrescentar, sem dúvida, *por quem*.

Deixando de parte, por ora, *por quem*, e tendo já sido visto *o quê, o para quê* de prospectar parece evidente no âmbito geral de uma política de defesa activa do Património.

Quanto a prospectar *como* foi questão largamente discutida quando se definiram os objectivos do projecto mas, como tudo o que envolve uma ligação constante da teoria à prática, foi sucessivamente reformulada perante a realidade de campo.

Em 1977, e para a Serra algarvia, seguiram-se três linhas:

1. pesquisa micro-toponímica sobre as cartas 1 : 25 000, confrontada pela cartografia 1 : 50 000 e completada pelos inquéritos orais e pela recolha de micro-topónimos no próprio terreno.
2. implantação numa pequena comunidade da Serra, prosseguindo a recolha de informações através da rede de parentesco que liga os seus habitantes aos de outros povoados da Serra.

3. prospecção sistemática do terreno através de equipas com itinerários idênticos mas não simultâneos.

Nos lugares prospectados, ensaiaram-se vários sistemas de prospecção, como o «pente» ou a «rede», mas o sumário equipamento de que então se dispunha não permitiu, em 1977, um julgamento sério sobre o valor relativo de cada um destes métodos.

Concluídas as campanhas de 1977, era possível dizer-se que a esmagadora maioria das identificações a que se procedera derivava não de um método único mas da conjugação de vários deles.

No caso do Cerro do Castelo, nas Mestras, a conjugação da informação foi óbvia.

No caso do Cerro dos Mouros, a pista micro-toponímica veio a conduzir a um povoado com possível ocupação muçulmana, o que, aliás, veio mais uma vez provar a fragilidade das nossas ideias pré-concebidas e a diferença entre aquilo que se espera encontrar (neste caso um povoado pré ou proto-histórico) e aquilo que vem realmente a ser identificado, pelo menos de acordo com as recolhas de superfície.

4.6. Claro que, perante nós, se colocou sempre uma difícil opção: procurar globalmente *tudo* ou procurar especificamente determinadas linhas de ocupação patentes no espaço/tempo.

Ainda hoje não me sinto capaz de me pronunciar sobre qual dos caminhos deve ser preferenciado. O primeiro parece, a um observador exterior, objectivamente o mais adequado. Mas o segundo torna-se mais conveniente, se quisermos ligar as necessidades da prospecção a um melhor aproveitamento dos prospectores, cujo rendimento de campo é visivelmente muito maior quando procuram vestígios concretos dos períodos aos quais predominantemente a sua investigação se liga.

«Fabricar» prospectores como quem treina leitores de consumos de água e electricidade pareceu-me basicamente tão errado que tal foi prontamente afastado do treino da equipa, onde cada um foi encorajado a especializar-se nas peculiaridades de prospecção do período ou área mais de seu agrado.

Ao fornecer um treino de base comum, seguido das possíveis especializações, parece-me importante insistir no facto elementar, mas tantas vezes esquecido, de que não é necessariamente o arqueólogo que faz a a estação mas, em muitos casos, a estação que faz o arqueólogo (pelo menos a nível do comportamento epistemológico).

5. Perspectivas

Haveria que, ao fazer o balanço de três campanhas de prospecção/escavação, pensar os resultados com vista a um futuro a curto e médio prazo.

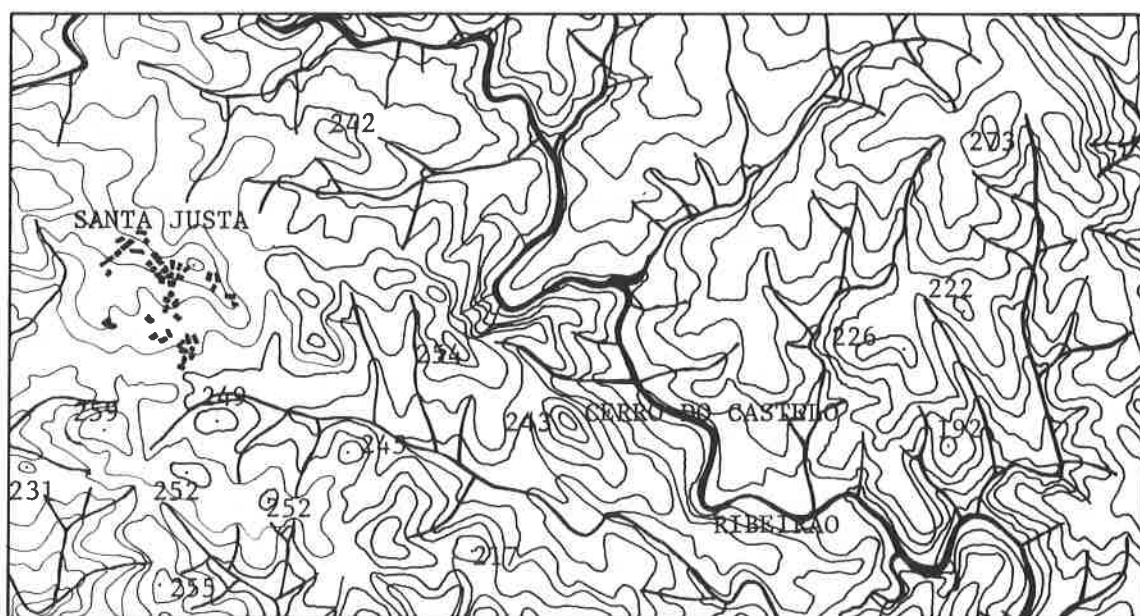
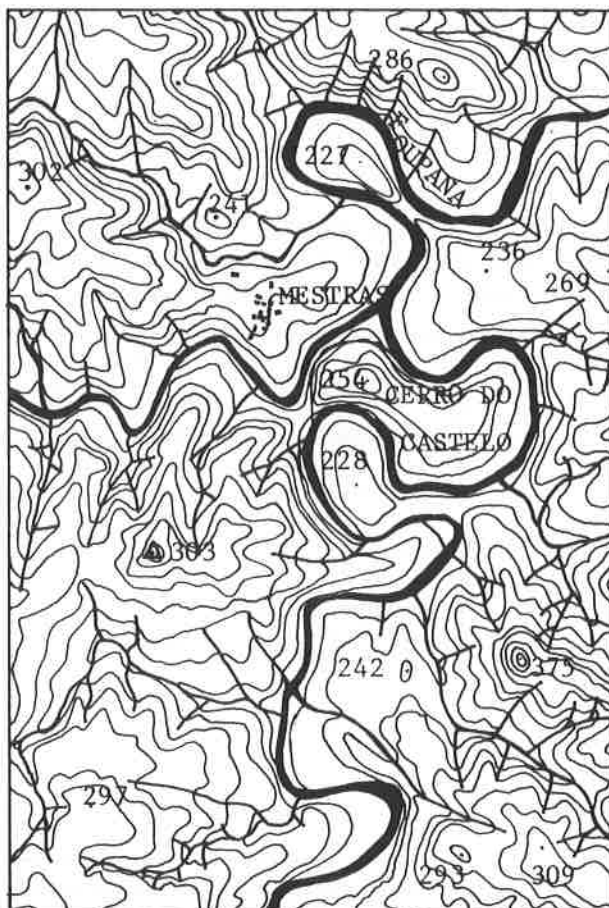
As respostas dadas pela população, pelas autarquias, pelo representante do Governo seu coordenador (francamente positivas), permitem repor de novo um velho princípio, defendido entre nós desde a fundação da nacionalidade: o de que devem ser as regiões a chamar a si próprias a condução dos seus destinos. Mantendo, é certo, uma ligação constante, mas não obsessiva, ao poder central, em cujo planeamento se integram sem serem dele cegos agentes ou mandatárias.

Põe-se, de imediato, uma questão: a da ligação de uma cartografia regional a uma cartografia nacional e o papel relativo da entidade coordenadora e dos sectores coordenados. Ou, por outras palavras: que estrutura central e que unidades regionais. Ou ainda: que competências para uma e outras.

Num País em que funcionam, melhor ou pior, onze projectos de cartografia arqueológica, há que saber, com alguma urgência, onde há que normalizar e onde se deve conservar a diferenciação de origem.

Parece cada vez mais evidente que o País não pode, no seu rico polimorfismo regional, ser reduzido a um projecto lisboeta, por mais sofisticados que sejam os seus meios de acção e respeitáveis os seus objectivos.

Pelo contrário, vai-se tornando nítido que não apenas as regiões, no abstracto cómodo, mas todos os que a ela estão ligados, investigadores, administrativos, agentes de ensino, simples particulares interessa-



Topografia dos três povoados calcolíticos identificados pelo CAALG em 1977 e 1978. Cerro do Castelo da Corte João Marques: escavações em 1978 e 1979. Cerros do Castelo das Mestras e de Santa Justa: escavações em 1979. (1:25 000)

dos, terão de ser chamados à grande tarefa comum, contribuindo para a rede de informação que constituirá a base de partida do inventário. Inventário cuja elaboração urgente é passo primeiro para a própria defesa e investigação.

Há, porém, que definir previamente o papel das entidades singulares e colectivas empenhadas na defesa do Património.

gem destes em memória de computador;

- 1.2.1 pistagem micro-toponímica sobre a cartografia disponível;
- 1.2.2 levantamento bibliográfico;
- 1.2.3 montagem de ficheiros;
- 1.3 discussão de metodologias gerais e específicas de prospecção e registo, abertas a todos os grupos

Sítio/monumento _____	n.º _____
Designação _____	
Campanha _____	
Sondagem _____	OBS. _____
Quadrado _____	_____
Nível _____	_____
X _____	
Y _____	_____/_____/_____
Z _____	(rubrica) _____

Ficha de registo individual de materiais arqueológicos elaborada pelo CAALG e usada nas escavações de Corte João Marques e Santa Justa.

O papel fundamental do Instituto para a Salvaguarda do Património, a política global da Secretaria de Estado da Cultura (ou de um futuro Ministério da Cultura), de outras Secretarias de Estado, interiores ou exteriores ao Ministério da Educação e Cultura, da Fundação Calouste Gulbenkian, do Instituto Nacional de Investigação Científica, tem de ser divulgado, na interligação efectiva com autarquias, Gabinetes de Planeamento, Gabinetes de Apoio Técnico, Escolas e Centros de Estágio.

Concluindo, e quanto às áreas a trabalhar, penso-as como se segue:

1. *de gabinete (fases prévias)*
 - 1.1.1 elaboração de fichas de registo normalizadas;
 - 1.1.2 escolha, adopção, adaptação ou elaboração de simbólicas normalizadas;
 - 1.1.3 preparação de unidades de tratamento de dados e armazenagem

ligados a tarefas de cartografia arqueológica, garantindo intercâmbio com unidades estrangeiras de pesquisa.

2. *de campo*

- 2.1 prospecção, de acordo com critérios adequados às diversas regiões;
- 2.2 escavação selectiva de sítios e monumentos.

3. *de gabinete (decorrente das fases anteriores)*

- 3.1.1 proposta de uma lista de prioridades para a defesa e recuperação;
- 3.1.2 elaboração de uma lista de propostas a integrar um futuro Plano Nacional de Escavações;
- 3.2 criação de um espaço de discussão para se normalizarem os procedimentos arqueológicos, a

nível da nomenclatura dos materiais e do registo gráfico de monumentos e sítios.

Para que não tenhamos de concluir com as palavras amargas de Estácio da Veiga «o futuro, se é que a este paiz cabe ainda fundada esperança de se poder engrandecer pela cultura da sciencia, fará o resto», é necessário que pensemos Portugal também em termos de Património, aqui, hoje e agora.

Mais do que simples áreas *possíveis*, cuja existência se desejaria, esta listagem visa propostas concretas e baseia-se na firme convicção de que só o diálogo franco e aberto pode constituir um primeiro passo para a renovação do poluído ambiente arqueológico de Portugal.

Para que, dentro de alguns anos, gerações porventura mais esclarecidas, não nos acusem, justamente, de termos perdido a última oportunidade de salvaguardar da industrialização selvagem, da construção não-planificada, das rupturas do eco-sistema, o que nesta década não está de todo perdido. Mas que irremediavelmente o estará se persistirmos nas constantes que têm viciado a política e a actividade arqueológica deste século, desde a indiferença oficial aos pensamentos elípticos, passando pela incompetência instalada ou pela prática cega, que nenhuma teoria enquadra.

Centro de História da Universidade
de Lisboa
Janeiro de 1978

Victor dos Santos Gonçalves

nota

* A publicação recente de uma portaria aplicável ao sector (269/78, de 12 de Maio, Diário da República, I Série, pp. 866-868) legisla, aparentemente, num vazio em que apenas o infractor parece ser o beneficiado. Regulamenta-se estritamente a prática arqueológica mas não se prevê nem pune a infracção sistemática e contumaz nem se acautelam os interesses do Estado em relação à propriedade do solo arqueológico. Ora, não se definindo este ponto vital, é impossível — repito, impossível — uma política coerente de defesa do Património cultural. (Nota acrescentada em 17/05/78).

O presente artigo foi entregue no Centro de História em Janeiro de 1978. Em Maio de 1978 acrescentei-lhe uma pequena nota referente à portaria reguladora da actividade arqueológica entretanto publicada. Em Junho de 1979, quando a revista

C L I O entrou finalmente em tipografia, considerei vantajoso publicar as duas fichas entretanto elaboradas, a descritiva de cerâmicas lisas e a de inquérito, e rever a ilustração. Com efeito, o ano de 1978 foi para o CAALG o do verdadeiro início da operação em larga escala que este texto anunciava. Os resultados das campanhas de 1978 e 1979 vieram confirmar muitos dos pontos de vista, a estratégia e as tácticas elaboradas na sequência das campanhas TAVIRA/77. Tal experiência será objecto de outro texto, a apresentar ao IV Congresso Nacional de Arqueologia.

Lisboa, 20/6/79.

Carta Arqueológica do Algarve Estratégia e perspectivas

Victor Santos Gonçalves

anexos

1. ficha bibliográfica monumento/sítio
2. ficha de recolha de informação (oral)
3. ficha monumento/sítio (campo)
4. inquérito arqueológico 1/79 A
5. ficha descritiva para cerâmicas lisas

Em anexo se apresentam as fichas usadas pelo CAALG, desde os seus primeiros trabalhos de campo, corrigidas de acordo com a experiência de campo havida. A estas se acrescenta duas outras, concluídas nos inícios de 1979, que poderão ter algum interesse.

A ficha bibliográfica monumento/sítio é empregue na cata geral de informação bibliográfica, sendo posteriormente «tratada» e desdobrada em fichas específicas distribuídas por diversos ficheiros.

A ficha de recolha de informação (oral) destina-se a ser memorizada nos seus itens principais e o preenchimento é posterior à recolha quando se aborda pela primeira vez um potencial informador. Só em casos de indivíduos já contactados, e que se apresentam abertos ao fornecimento de informação, se preenchem estas fichas no acto da recolha. Por vezes, são transcrição de entrevistas gravadas.

A ficha monumento/sítio (campo) arquiva os dados recolhidos pela equipa aquando da identificação de um monumento ou sítio de interesse histórico ou arqueológico.

O inquérito arqueológico 1/79 A, apoiado pelo Senhor Bispo do Algarve, representa uma primeira aproximação aos párocos do distrito de Faro, sendo o primeiro de uma série, progressivamente mais exigente nos dados solicitados.

Finalmente, a ficha descritiva para cerâmicas lisas corresponde a uma tentativa de sistematização dos descritores já disponíveis para as cerâmicas calcolíticas. Baseia-se nas propostas de Sheppard, Balfet, Vaquer e Tavares da Silva, adaptando-as às necessidades verificadas durante a pesquisa.

CARTA ARQUEOLÓGICA DO ALGARVE - CAALG

FICHA BIBLIOGRÁFICA MONUMENTO/SÍTIO

PALEOLÍTICO

EPIPALEOLÍTICO/MESOLÍTICO

NEOLÍTICO

CALCOLÍTICO

BRONZE/FERRO

ROMANO

ÁRABE/MEDIEVAL

TIPO DE MONUMENTO _____

—DESIGNAÇÃO _____

CONCELHO _____

FREGUESIA _____

LUGAR MAIS PRÓXIMO _____

CMP Nº _____ DATA _____ QUADRÍCULA _____

LATITUDE _____

LONGITUDE _____

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTOR _____

TÍTULO _____

EDITORA _____ LUGAR DE EDIÇÃO _____ ANO _____

REVISTA _____ VOL. _____ Nº _____ ANO _____ pp. _____ - ABREV. _____

INFORMAÇÃO

"HISTÓRIA" DO MONUMENTO/SÍTIO _____

MATERIAIS REFERIDOS NO TEXTO CERÂMICA _____

INSTRUMENTOS LÍTICOS _____

I. DE OSSO _____

I. METÁLICOS _____

OBJECTOS DE ADORNO PESSOAL _____

FAUNA _____ FLORA _____

ANTROPOLOGIA _____

OUTROS _____

DATA DO PREENCHIMENTO _____ ASS. DO RESPONSÁVEL _____

COMENTÁRIOS À ESTAÇÃO

TIPO DE PRIORIDADES

A (VISITA IMEDIATA)

B (VISITA EM CAMPANHA PRÓXIMA)

C (A VISITAR OPORTUNAMENTE)

REFERÊNCIAS DE ARQUIVO

a preencher após o encerramento da recolha:

DESCRIÇÃO DO ESTADO ACTUAL DO MONUMENTO/SÍTIO

VISITADO EM _____

PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO

SIM

NÃO

DATA _____

OFÍCIO _____

COMO

MONUMENTO NACIONAL

IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO

OUTRA _____

FICHA DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

INFORMAÇÃO PRESTADA POR

EM

IDADE

MORADOR EM

NATURAL DE

REGISTADA POR

CAMPANHA DE

INFORMAÇÃO

ANOTAÇÕES

DISTrito

CONCELHO

FREGUESIA

NOME(S) DO LUGAR

CMP n°

CCP nº

CG nº

COORDENADAS

X

Y

OBSERVAÇÕES

REGISTO GRAVADO : CASSETE nº SÉRIE

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA RECOLHA

INFORMAÇÃO FINAL

INTEGRADO NO RELATÓRIO nº / PUBLICADO EM

CARTA ARQUEOLÓGICA DO ALGARVE - CAALG

FICHA MONUMENTO/SÍTIO (CAMPO)

DESIGNAÇÃO CARTOGRÁFICA _____ POPULAR _____

CONCELHO _____ FREGUESIA _____

POVOAÇÃO MAIS PRÓXIMA _____

MIRADAS DE _____ PARA _____ GRADOS _____

DE _____ PARA _____ GRADOS _____

DE _____ PARA _____ GRADOS _____

DE _____ PARA _____ GRADOS _____

DE _____ PARA _____ GRADOS _____

COORDENADAS X _____ Y _____ CMP _____

CARTOGRAFIA CMP _____ ano _____ quadrícula _____ CCP _____ CGP _____

DESCOBERTA/RELOCALIZADA/VISITADA em _____

CARACTERIZAÇÃO BREVE _____

TIPO DE MATERIAIS RECOLHIDOS _____

ÉPOCA(S) A QUE SÃO ATRIBUÍVEIS _____

_____ CÓDIGO DE ESTAÇÃO _____

PROPRIETÁRIO(S) E RESIDÊNCIA(S) _____

EQUIPA _____ EM _____

FREGUESIA DE _____ CONCELHO _____

DISTRITO DE FARO

NOME DO PÁROCO _____

1. EXISTE NA SUA FREGUESIA ALGUM LUGAR CHAMADO

CERRO DO CASTELO

CASTELINHO

CASTELEJO

CASTELÃO (OU CASTELÕES)

EM CASO AFIRMATIVO INDIQUE O LUGAR (ALDEIA, "MONTE", VILA) MAIS PRÓXIMO

NÃO SE ESQUEÇA DE INDICAR O NOME DE UMA OU MAIS PESSOAS VIVENDO NESSE LUGAR QUE SAIBAM A LOCALIZAÇÃO EXACTA DO SÍTIO

2. EXISTE NA SUA FREGUESIA ALGUM LUGAR CHAMADO

PEDRAS ALTAS

MASMORRA (OU MASMORRAS)

PEDRAS EMPINADAS

PEDRAS BRANCAS

PENEDOS

NAVE

NÃO SE ESQUEÇA DE INDICAR O NOME DE UMA OU MAIS PESSOAS VIVENDO NESSE LUGAR OU NALGUMA POVOAÇÃO PERTO QUE POSSA DAR INDICAÇÕES PRECISAS

3. EXISTE ALGUM LUGAR NA SUA FREGUESIA QUE O POVO DIGA QUE FOI HABITADO PELOS MOUROS?

ESCREVA O NOME DO LUGAR, DA POVOAÇÃO MAIS PERTO E DE UM POSSÍVEL INFORMADOR

_____	/	_____	/	_____
_____	/	_____	/	_____
_____	/	_____	/	_____
_____	/	_____	/	_____
_____	/	_____	/	_____
_____	/	_____	/	_____
_____	/	_____	/	_____
_____	/	_____	/	_____
_____	/	_____	/	_____
_____	/	_____	/	_____

4. EXISTE ALGUM LUGAR NA SUA FREGUESIA ONDE TENHAM SIDO ENCONTRADAS OU SE CONHEÇAM SEPULTURAS "DOS ANTIGOS" OU DOS MOUROS?

INDIQUE O NOME DO LUGAR, DA POVOAÇÃO MAIS PRÓXIMA E DE UM POSSÍVEL INFORMADOR

SE AS FOLHAS DE ESTE INQUÉRITO NÃO FOREM SUFICIENTES ACRESCENTE AS QUE QUISER.

TODAS AS INFORMAÇÕES SÃO MUITO IMPORTANTES.

A SUA AJUDA PODE SER FUNDAMENTAL PARA DEFESA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO ALGARVE.

FICHA DESCRITIVA PARA CERÂMICAS LISAS

Proveniência _____ Cód. _____ nº _____
 Localização no monumento/sítio _____ Q X Y Z
 Designação _____ Forma _____

.....
 Côr superfície ext.dominante _____ Munsell _____ secundária _____ Munsell _____
 int.dominante _____ Munsell _____ secundária _____ Munsell _____
 Côr fracturas (1) côr uniforme _____ Munsell _____
 (2) côr 1/2 inter. _____ Munsell _____
 côr 1/2 ext. _____ Munsell _____
 (3) côr núcleo _____ Munsell _____
 côr int. _____ Munsell _____
 côr ext _____ Munsell _____

COZEDURA (1) oxidante (2) redutora (3) oxidante com arrefecimento redutor
 (4) redutor com arrefecimento oxidante

.....
 COMPONENTES NÃO PLÁSTICOS

muito finos (0,05-0,1 mm)	%fraca(--15%)	média(15-30%)	forte (30%--)
finos (0,1-0,25 mm)	%fraca(--15%)	média(15-30%)	forte (30%--)
médios (0,25-0,5 mm)	%fraca(--15%)	média(15-30%)	forte (30%--)
grosseiros (0,5 - mm)	%fraca(--15%)	média(15-30%)	forte (30%--)

natureza dos cnp _____

.....
 DUREZA _____

.....
 SUPERFÍCIES (TRATAMENTO) internas : rugoso alisado polido com engobe (côr _____)
 externas : rugoso alisado polido com engobe (côr _____)

Dbe _____ Dbi _____ Db _____ Dc _____ Dmx _____

H _____ Hf _____ Hc (idêntica a Hf) _____

lb _____ eb _____ emx _____

Ip' : $\frac{H \times 100}{Dbe} =$ _____

Ip'' : $\frac{H \times 100}{Dmx} =$ _____

Icf : $\frac{Hf \times 100}{Dc} =$ _____

Ihc : $\frac{Hc \times 100}{H} =$ _____

Iab : $\frac{Dbe \times 100}{Db} =$ _____

Iip : $\frac{Dbe \times 100}{Dc} =$ _____

Ilb : $\frac{lb \times 100}{Dbe} =$ _____

Dbe-diâmetro externo da boca

Dbi-diâmetro interno da boca

Db-diâmetro do bojo

Dc-diâmetro da carena

Dmx-diâmetro máximo

H-altura total

Hf-altura do fundo

Hc-altura da carena

Ip'-índice profundidade/Ø ext. boca

Ip''-índice profundidade/Ø máximo

Icf-índice convexidade do fundo

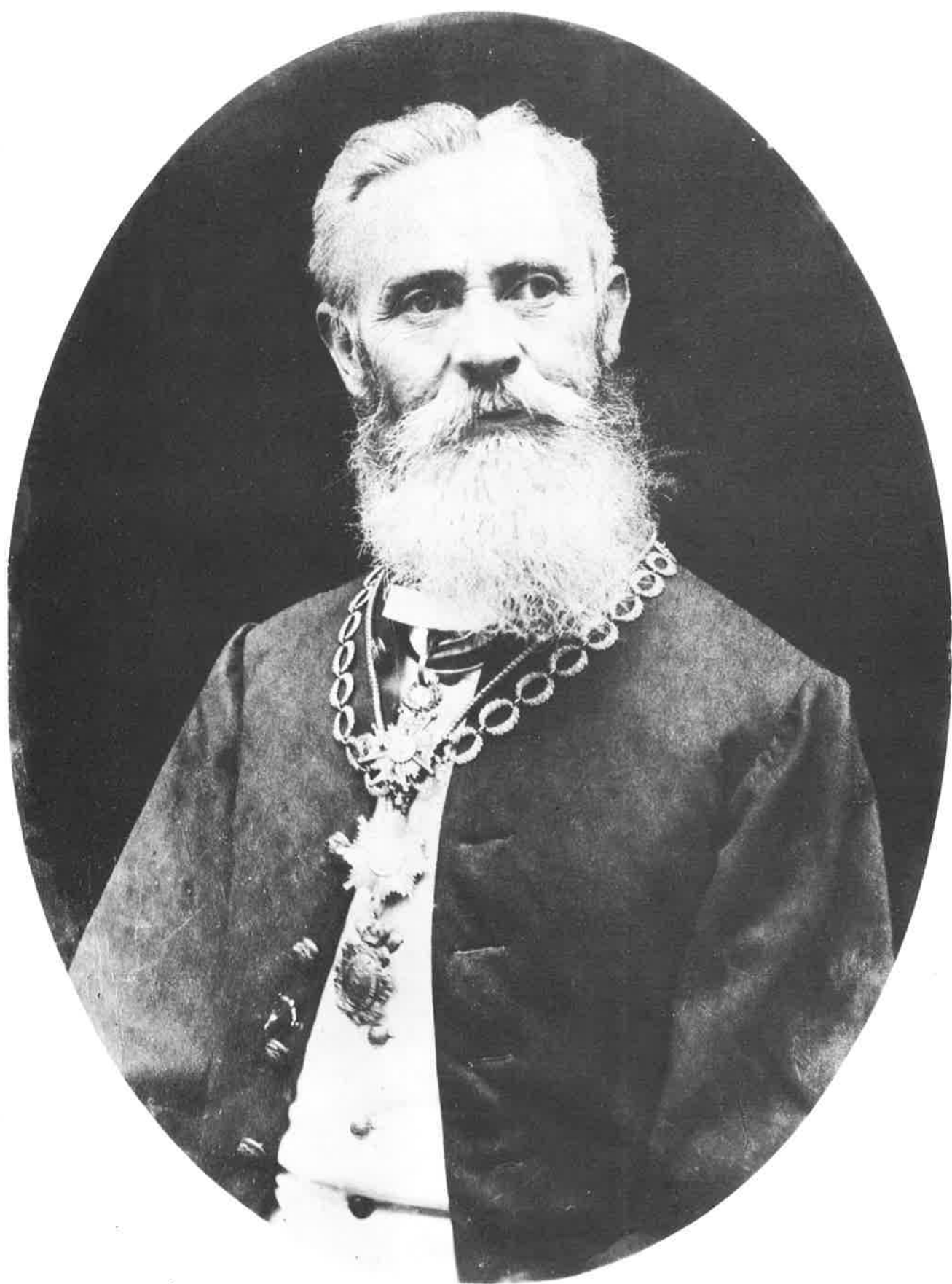
Ihc-índice altura carena

Iab-índice abertura da boca

Iip-índice inclinação parede

Ilb-índice largura do lábio

Estácio da Veiga (1828-1891). O grande pioneiro da cartografia arqueológica em Portugal. Autor da monumental obra Antiquidades Monumentaes do Algarve, defendeu a regionalização contra a hipertrofia centralizadora, a criação de um Instituto Arqueológico e de um Museu do Algarve.



A cista da Rocha da Moura (Mealha, Tavira), um dos primeiros monumentos cartografados pelo CAALG na sequência de informações de estudantes do núcleo universitário de Faro. Monumento violado em época indeterminável.



O povoado árabe/medieval dos Estouriz (Loulé). Identificado pelo CAALG na campanha de 1977.



1. Anta da Cumeada (Aldeia Nova); 2. Anta da Cerca da Francisquinha (Corte d'Ouro, Loulé); 3.4. O que resta da Anta da Altura da Serra (Alcoutim), destruída pela implantação, na sua câmara, de um marco geodésico (!!); 5.6. Anta do Curral da Castelhana (Alcoutim), escavada em 1978.



1.2. Anta da Masmorra (Tavira). No 2., pormenor da estrutura de divisão entre a câmara e o corredor; 3. Anta das Pedras Altas (Mealha, Tavira); 4.5. Povoado calcolítico do Cerro do Castelo da Corte João Marques, visto de S. e de N. Identificado pelo CAALG em 12-7-78, revelou um importante conjunto de estruturas e materiais; 6. Pormenor da escavação de um sector do povoado da Corte João Marques (Loulé).



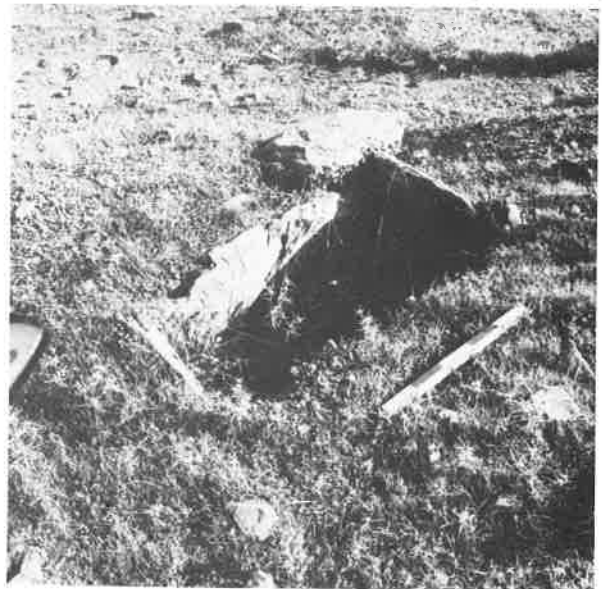
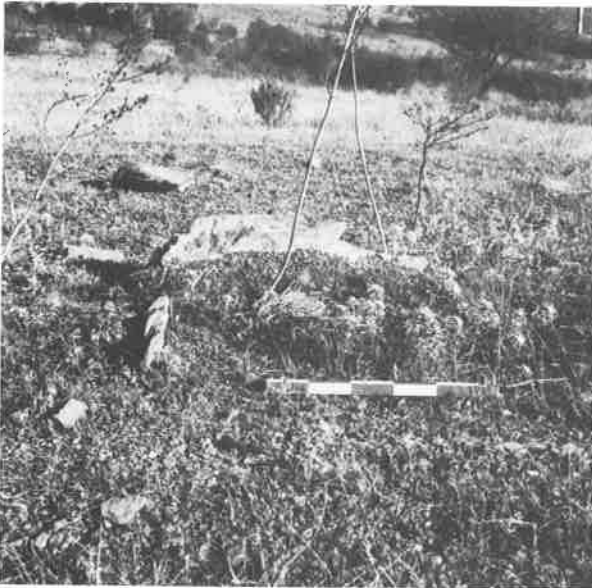
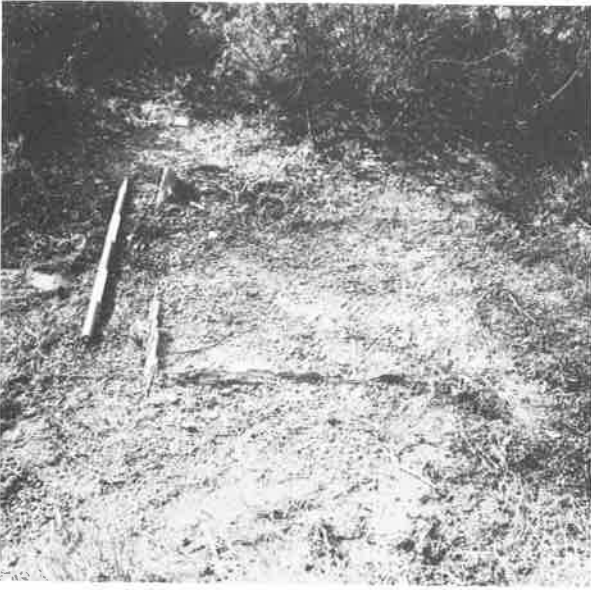
O povoado calcolítico do Cerro do Castelo das Mestras [Alcoutim]; 2. Material de construção, romano, empilhado num campo do Monte das Mestras.



*O povoado calcolítico do Cerro do Castelo de Santa
Justa (Alcoutim), identificado em 1978.*



1.2. Campo de cistas do Cerro da Dona Benta (escavação prevista para 1980); 3.4.5. Campo de cistas de Almada d'Ouro (escavação prevista para 1980); 6. Sepultura do Cerro da Gineta (Mealha, Tavira), identificada por informação dos amigos do Monte da Mealha, em 1978.



As ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim

Manuel Maia

Desde que Dressel publicou a primeira tipologia de ânforas que se torna historicamente impossível, por errado, fazer o estudo das relações comerciais de uma região ou mesmo de uma estação arqueológica, sem considerar como elementos dos mais valiosos esses característicos contentores do período romano.

Entre nós, as ânforas têm sido consideradas pelos arqueólogos como materiais pobres que não eram recolhidos salvo se inteiras ou portadoras de qualquer tipo de de inscrição ou marca. Houve, porém, algumas honrosas excepções de investigadores que recolheram todo o material anfórico sem contudo, terem procedido à sua publicação.

Todavia, entre nós, e nos finais do século passado, alguns arqueólogos houve que tiveram a percepção da importância destes grandes vasos e procederam à sua recolha. É o caso de Estácio da Veiga que, após a gigantesca cheia do Guadiana de 1876, recolheu exemplares inteiros de ânforas, em Mértola ⁽¹⁾ e, mais tarde, alguns fragmentos no Algarve.

No entanto, é em 1896, com a ida de José Leite de Vasconcelos ao lugar dos Olhos, em S. Bartolomeu de Castro Marim ⁽²⁾,

que se começa em Portugal a reconhecer a importância fundamental das ânforas como material arqueológico.

Tendo-se deslocado a este lugar por indicação de Francisco Silvestre de Sousa Rocha, que lhe comunicara o aparecimento aí de várias ânforas inteiras, José Leite de Vasconcelos pôde localizar não só um depósito de onde recolheu 12 exemplares inteiros, como também o forno onde teriam sido fabricadas não só aquelas doze, como muitas outras deste e de outros tipos.

Além dos exemplares completos que já referi, o grande arqueólogo procedeu também à recolha de outros fragmentos que, não possuindo qualquer tipo de marca, foram, porém, considerados como materiais arqueológicos do maior interesse e, por isso, publicados ⁽³⁾.

Após a morte de José Leite de Vasconcelos ninguém mais em Portugal se dedicou a este tipo de objectos cerâmicos que passaram a ser considerados como materiais de categoria inferior. As próprias 12 ânforas recolhidas por aquele arqueólogo perderam-se no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia e, por não estarem inventariadas nem marcadas, ninguém dentro do Museu era capaz de as identificar.

Pelos desenhos publicados por Leite de Vasconcelos (Est. I) reconhece-se que se trata de ânforas destinadas ao transporte de pasta de peixe. Conhecendo ao longo do litoral algarvio vários estabelecimentos de salga e sendo impossível que o produto de todas essas fábricas fosse dirigido unicamente ao consumo interno, julguei da maior utilidade identificar e publicar estas ânforas para que os arqueólogos e os historiadores da Antiguidade possam ter uma ideia um pouco mais clara das relações comerciais do Sul da Lusitânia com o resto do Império.

Tenho provas de que não seriam somente as ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim que transportariam toda a pasta de peixe fabricada nesta região (são conhecidos, aliás, outros fornos no Algarve) mas, o aparecimento em qualquer ponto do Império de ânforas com as características das que constituem o tema deste trabalho, será prova de que entre esse ponto e o litoral algarvio existiram contactos comerciais.

Outro forte motivo que me levou à elaboração deste trabalho foi a errónea identificação feita e publicada por Beltran Lloriz ⁽⁴⁾ do desenho de uma ânfora como sendo um exemplar de S. Bartolomeu de Castro Marim. A ânfora em questão aproxima-se, aliás, muito mais do novo tipo publicado por Pascual Guasch em 1973 ⁽⁵⁾ do que das ânforas de Castro Marim.

Partindo dos desenhos que José Leite de Vasconcelos nos dá a conhecer, (Est. I), bastante fiéis, apesar da época em que foram elaborados, consegui, entre os exemplares expostos e guardados nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, identificar 10 das 12 ânforas recolhidas em 1896. Das duas restantes não existe vestígio.

Para uma mais segura identificação deste tipo de ânfora desloquei-me ao lugar dos Olhos e aí tentei reencontrar o local do forno e recolher exemplares de cerâmica que eventualmente ainda se encontrassem à superfície. Fui informado por um elemento da população de que o caminho onde se localizava o forno já não existe hoje, tendo sido arroteado e, nessa terra, plantada uma horta.

Notavam-se ainda à superfície os vestígios das zonas de descarga dos fornos onde são inúmeros os fragmentos ainda

existentes. Entre eles recolhi alguns que permitiram uma segura identificação destas ânforas.

São as seguintes as características das ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim:

Corpo oval com um comprimento que oscila entre os 98 e os 84 cm., uma largura de 30-31 cm., uma espessura das paredes de 1,6 cm.; capacidade de cerca de 35 l e peso de 20 kg; colo ligeiramente tronco-cónico, boca alargada com um lábio bem marcado, asas curtas e grossas, de secção oval, com uma forte estria longitudinal, bico oco e cónico terminado num botão muito característico; a pasta (Est. VI, Fig. 3), facilmente identificável, caracteriza-se pela cor que vai do laranja-salmão ao laranja-claro, e pela inclusão de inúmeras impurezas de quartzito e de argila cozida de grandes dimensões.

De notar, como característica importante, que as 10 ânforas provenientes do depósito de S. Bartolomeu de Castro Marim são de fabrico muito pouco cuidado, empenadas, com as asas assimétricas e por vezes com um grande estrangulamento no meio da pança.

É difícil encontrar uma correspondência perfeita entre estas ânforas e as formas da tabela tipológica de Dressel. Seria mais fácil colocá-la pura e simplesmente dentro do tipo de I de Beltran, no qual se enquadra perfeitamente. Porém, este tipo I parece-me demasiado vasto e pouco definido para, por si só, permitir uma classificação correcta.

Por outro lado, se recorrer unicamente à tabela de Dressel, surge um problema: O corpo é um misto das formas 7 e 10, talvez mais próximo do 7; a boca e o bico aproximam-se também da forma 7, enquanto que o colo e as asas me poderiam levar a filiá-las na forma 10. Um outro pormenor a acrescentar é a ligação do bico com a pança, que se aproxima muito, por seu lado, da forma 14.

As ânforas deste tipo destinavam-se ao transporte de pasta de peixe. Uma atribuição cronológica é mais difícil de fazer. Por um lado, os materiais que aparecem com estas ânforas, outros tipos destas vasilhas (formas Almagro 50 e 51), são de data posterior à segunda metade do século III ⁽⁶⁾, por outro, e atendendo a que esta

ânfora se enquadra perfeitamente no tipo I de Beltran, custa a admitir para ela uma cronologia posterior aos finais do século I, inícios do século II d. C.

Espero que, após a divulgação deste trabalho, se venham a encontrar alguns exemplares deste tipo enquadrados numa estratigrafia segura.

Passarei a descrever individualmente cada um dos exemplares:

CM-1A (Est. II, Fig. 1)

Altura — 86,5 cm.

Largura — 27,5 cm.

Pasta — Salmão de grão fino, com impurezas de pequenas, médias e grandes dimensões de tipo quartzítico e de argila cozida.

Engobe — Laranja-amarelado, espesso, na face externa e na interna do gargalo.

CM-2A (Est. II, Fig. 2)

Altura — Ânfora incompleta

Largura — 32 cm.

Pasta — Laranja-salmão, de grão fino, com muitas impurezas de pequenas, médias e grandes dimensões, quartzítica e de argila cozida.

Engobe — Alaranjado, na face externa e na interna do gargalo.

CM-3A (Est. II, Fig. 3)

Altura — 84,5 cm.

Largura — 30 cm.

Pasta — Salmão, de grão fina com impurezas de pequenas, médias e grandes dimensões, quartzíticas e de argila cozida.

Engobe — Rosa-salmão, espesso, na face externa e interna do colo.

CM-4A (Est II, Fig. 4)

Altura — 93 cm.

Largura — 31,5 cm.

Pasta — Laranja-salmão, de grão fina, com muitas impurezas de pequenas e médias e grandes dimensões, de tipo quartzítico e de argila cozida.

Engobe — Espesso, do mesmo tom da pasta, na face externa e na interna do colo.

CM-5A (Est. III, Fig. 1)

Altura — 87,5 cm.

Largura — 31,5 cm.

Pasta — Rosa-amarelada, de grão fino, com inúmeras impurezas de pequenas, médias e grandes dimensões, de tipo quartzítico e de argila cozida.

Engobe — Laranja-claro, não muito espesso, na face externa e interna do colo.

CM-6A (Est. III, Fig. 2)

Altura — 89,7 cm.

Largura — 31 cm.

Pasta — Laranja, de grão fino, com impurezas de pequenas, médias e grandes dimensões de tipo quartzítico e de argila cozida. Este exemplar tem na pasta um fragmento lenhoso.

Engobe — Amarelo-rosado, espesso, na face externa e na interna do colo.

CM-7A (Est. III, Fig. 3)

Altura — 91 cm.

Largura — 31,5 cm.

Pasta — Laranja-amarelada, de grão fino, com impurezas de pequenas, médias e grandes dimensões, quartzíticas e de argila cozida.

Engobe — Laranja-amarelado claro, espesso, na face externa e interna do colo.

CM-8A (Est. IV, Fig. 1)

Altura — 89 cm.

Largura — 30,5 cm.

Pasta — Laranja-acastanhada, de grão fino, com impurezas de pequenas, médias e grandes dimensões, quartzíticas e de argila cozida.

Engobe — Laranja-amarelado claro, espesso, na face externa e interna do colo.

CM-9A (Est. IV, Fig. 2)

Altura — 86,5 cm.

Largura — 30,5 cm.

Pasta — Laranja-acastanhada, de grão fino, com impurezas de pequenas, médias e grandes dimensões, de tipo quartzítico e de argila cozida.

Engobe — Laranja-amarelado, espesso, na face externa e interna do colo.

CM-10A (Est. IV, Fig. 3)

Altura — 98 cm.

Largura — 30 cm.

Pasta — Laranja-clara, com manchas de castanho amarelado, de grão fino, com inúmeras impurezas de pequenas, médias e grandes dimensões, quartzíticas e de argila cozida.

Engobe — Amarelo-alaranjado, espesso, na face externa e na interna do colo.

CM-11A (Est. V, Fig. 1)

Fragmento de colo e arranque da pança, proveniente dos materiais de descarga dos fornos.

Pasta — Laranja, de grão fino, com inúmeras impurezas de pequenas, médias e grandes dimensões, de tipo quartzítico e inclusão de grandes fragmentos de cerâmica (1,7 cm de diâmetro). É porosa.

Engobe — Laranja-amarelado, espesso.

Apresenta no colo a marca estampilhada L FT (Est. V, Figs. 2-3), dentro de uma cartela, muito bem

impressa e de pequenas dimensões. Não encontrei paralelos para esta marca.

CM-12A (Est. V, Fig. 4)

Fragmento de bordo proveniente dos materiais de descarga dos fornos.

Pasta — Acastanhada, de grão fino, com inúmeras impurezas de pequenas, médias e grandes dimensões de tipo quartzítico e de argila cozida.

Engobe — Rosa-amarelado, espesso, na face externa e interna.

CM-13A (Est. VI, Fig. 1)

Fragmento de bordo proveniente dos materiais de descarga dos fornos.

Pasta — Laranja-acastanhada, de grão fino, com impurezas de pequenas e médias dimensões, de tipo quartzítico e grandes de argila cozida. É muito porosa.

Engobe — Amarelo-rosado, espesso, na face interna e externa.

CM-20A (Est. VI, Fig. 2)

Fragmento de asa proveniente dos materiais de descarga dos fornos.

Pasta — Castanha-clara, de grão fino, com grande número de impurezas de pequenas, médias e grandes dimensões, de tipo quartzítico e de argila cozida.

Engobe — Rosa-salmão, pouco espesso.

notas

(¹) Estácio da Veiga, *Memória das Antiguidades de Mértola*, Lisboa, 1880.

(²) José Leite de Vasconcelos, «Olaria Luso-Romana em S. Bartolomeu de Castro Marim», in *O Archeologo Português*, vol. IV, n.º 10-12, pp. 329-336, Lisboa, 1898.

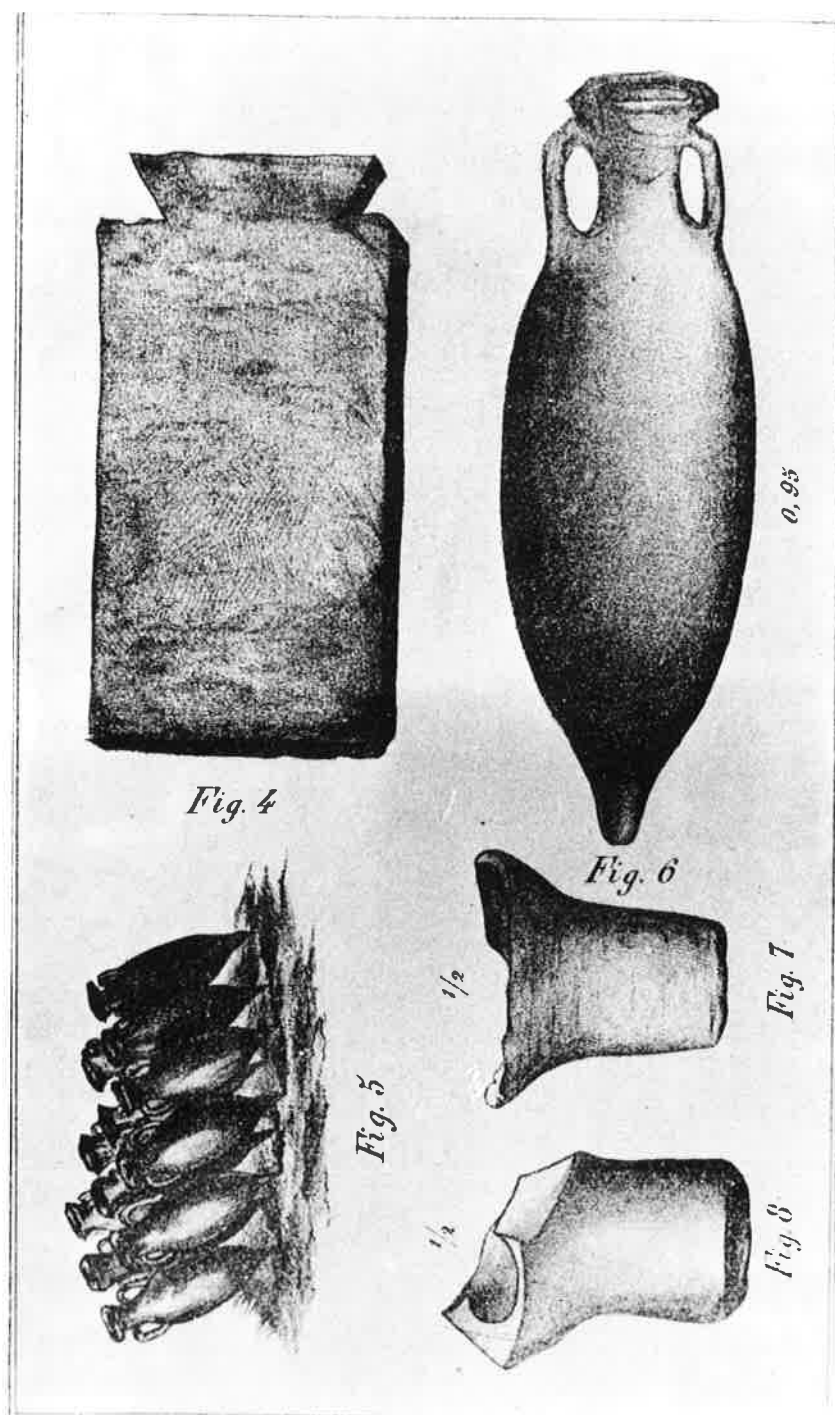
(³) Leite de Vasconcelos, *Op. cit.*, Est. 4-5.

(⁴) Miguel Beltran Lloriz, *Las Anforas Romanas*

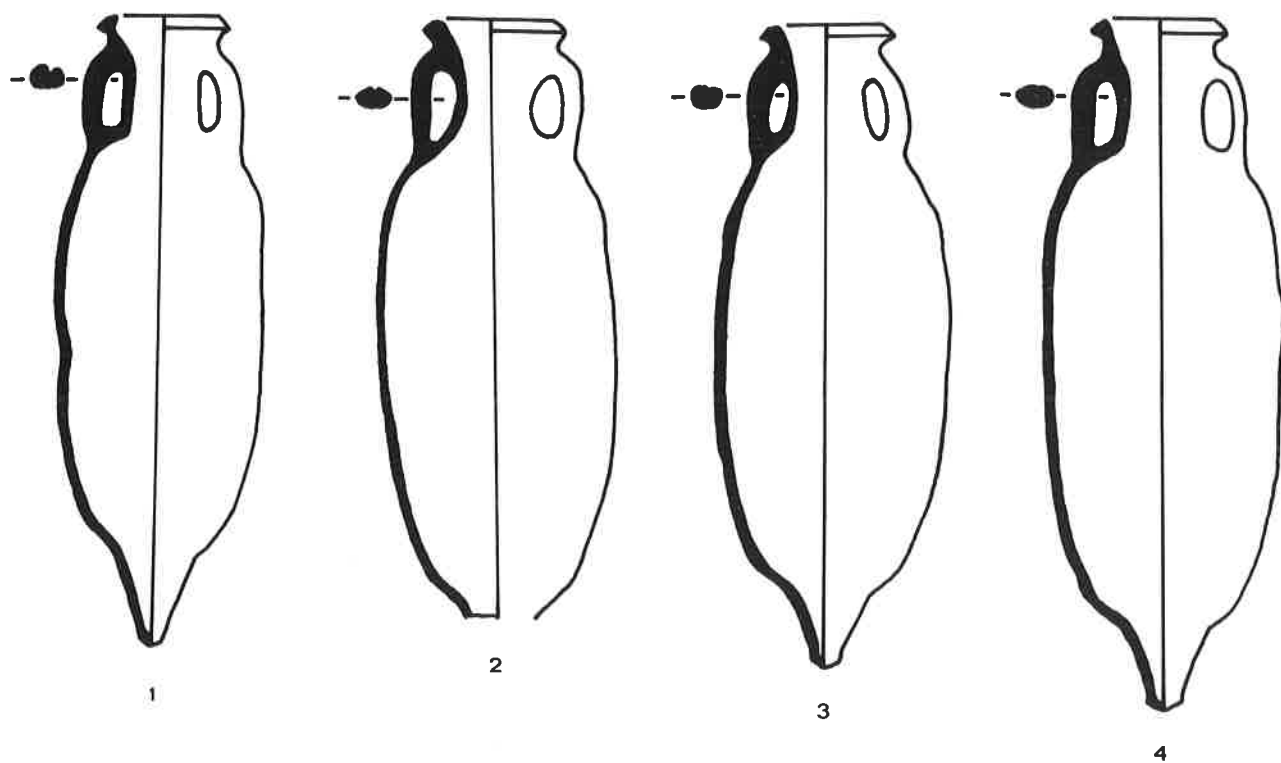
en España, Saragoça, 1970, Fig. 164-82.

(⁵) R. Pascual Guasch, «Consideraciones Sobre un Nuevo Tipo de Ânfora», in *Pyrenae*, n.º 7, pp. 165-173, Barcelona, 1971.

(⁶) Miguel Beltran Lloriz, *op. cit.*, pp. 540-543. Martin Almagro, *La Necropolis de Ampurias*, vol. II, Barcelona, 1955.

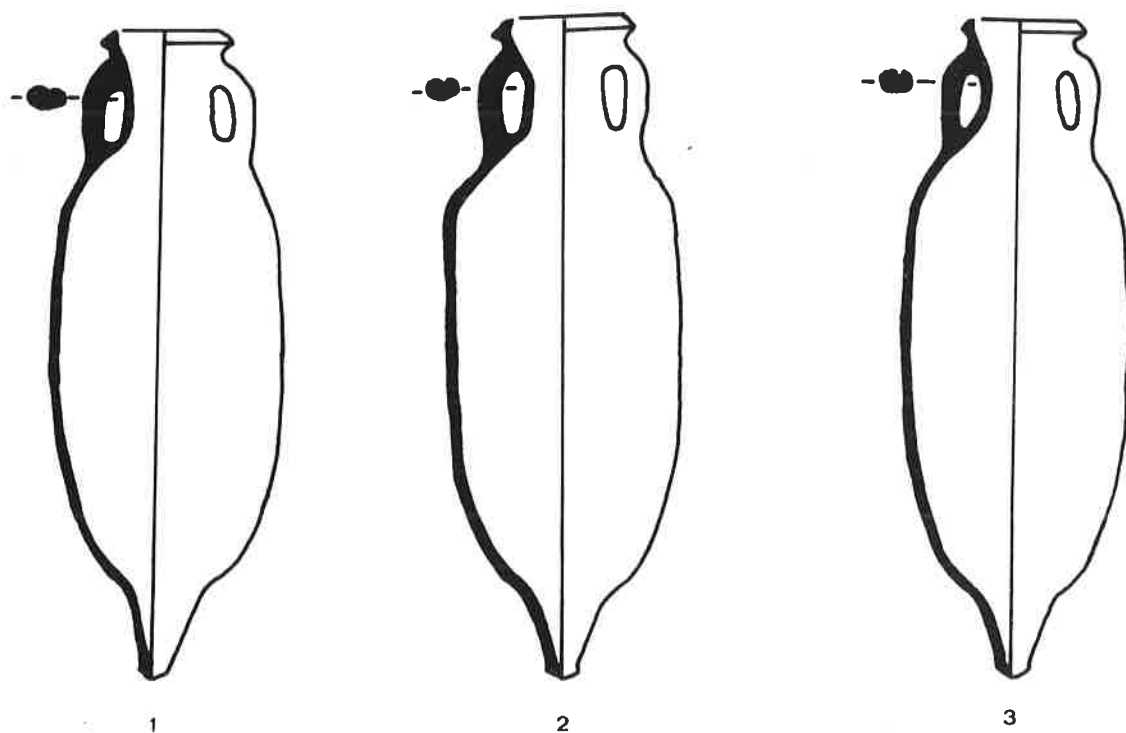


Est. I



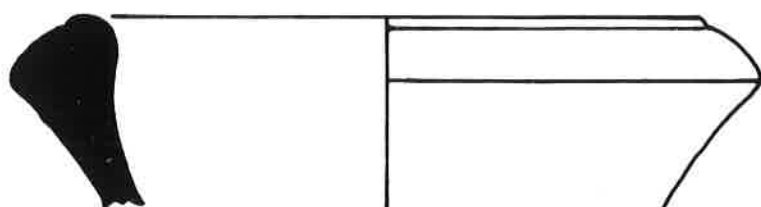
Est. II

ESC. 1:10



Est. III

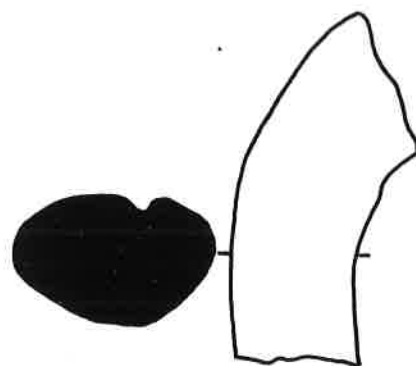
ESC. 1:10



1



3

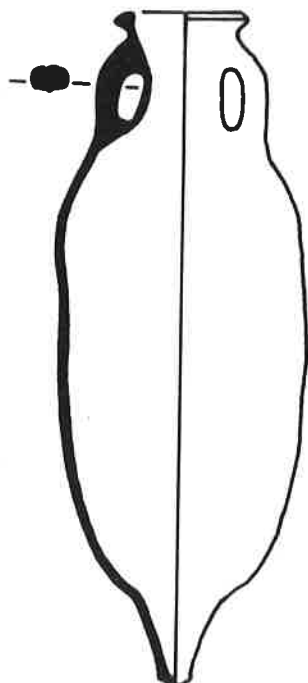


2

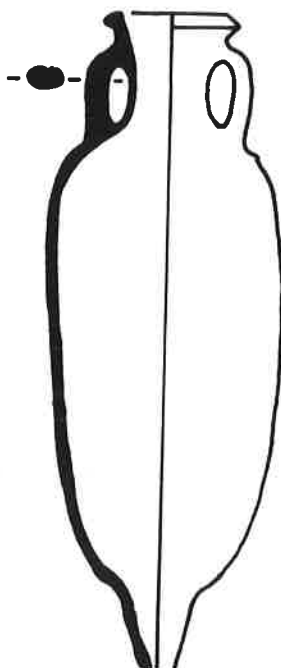
1; 2 ESC. 1:2

3 ESC. 1:1

Est. IV



1



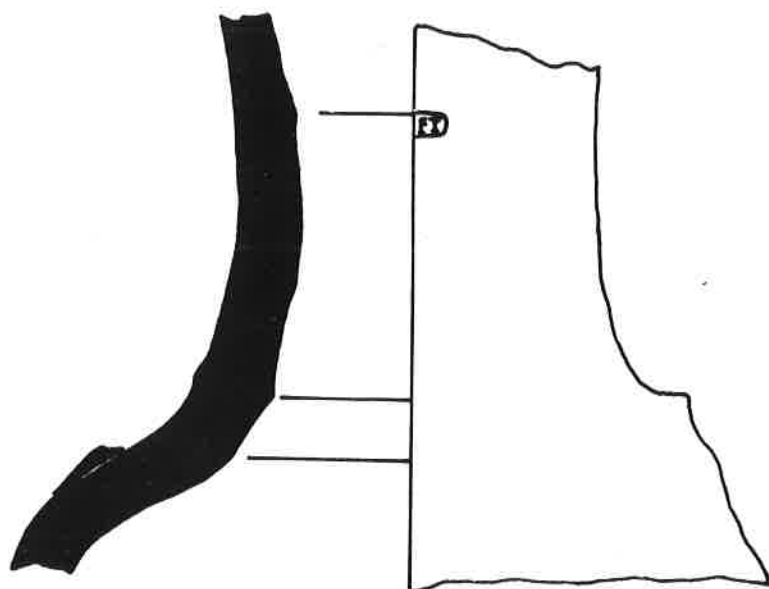
2



3

Est. V

ESC. 1:10



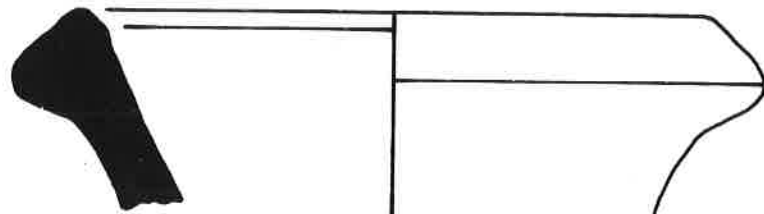
1



2



3



4

1;4 ESC. 1:2

2;3 ESC. 1:1

Est. VI

Notas de introdução a uma leitura de Sérgio

Fernando Piteira Santos

1

«Livro que não é lido, não é livro que *exista*; e as obras máximas, se são sempre lidas, — e se chegaram ao apreço do grande público, — é porque a crítica as conseguiu impor.» — escreveu António Sérgio ⁽¹⁾. Não se poderá dizer que a edição das *Obras Completas* cuja publicação teve início em Junho de 1971, tenha sido considerada, pela crítica portuguesa, um acontecimento cultural. A «crítica», de um modo geral, mostrou-se significativamente discreta. Às sucessivas reedições referiu-se a imprensa como se se tratasse da actividade corrente, normal e banal, de uma casa editora. Todavia, como sublinhou Vitorino Magalhães Godinho, com a edição das *Obras Completas*, além do propósito de coligir todos os escritos dispersos e de reeditar obras esgotadas, quase inacessíveis, — «Pretendeu-se... satisfazer um duplo objectivo. Por um lado, fornecer um instrumento de trabalho a quantos desejam estudar aprofundadamente o pensamento e o mesmo estilo de Sérgio. Para isso, organizou-se uma edição crítica, isto é, que apresenta as variantes entre as várias edições publicadas em vida do autor e ainda inclui as observações, alterações e acrescentos com que Sérgio ia anotando marginalmente os seus exemplares. Por outro lado, destina-se esta edição a ser lida o mais amplamente possível, a ir ao encontro do homem comum» ⁽²⁾. Pretenderam os organizadores da edição crítica das «Obras Completas» de António Sérgio proporcionar «leitura sem tropeções, escorreita, que tornará a obra de Sérgio o instrumento vivo da reforma da mentalidade que deve continuar a ser e que ele pretendia que fosse.» ⁽³⁾

Só como objecto de leitura, a obra existe. Só pela leitura e enquanto leitura, tem o livro vida. A *edição crítica* permitirá ler, estudar, a obra de Sérgio, não só como «instrumento vivo de reforma da mentalidade», mas, igualmente na sua qualidade de texto literário; permitirá estudar o *pensamento* de Sérgio e o *estilo* de Sérgio, a sua escrita e o seu discurso ensaístico.

Sérgio pensava que no nosso país os bons leitores — e foi não raras vezes por terem tido um bom leitor que as obras ganharam voga e aura — são em muito escasso número. Palavras amargas são as de uma página sua, que vem a propósito aqui trasladar: «Em Portugal, chega um estudante à conclusão do seu curso sem que tome consciência do que é um pensar efectivo incapaz de distinguir entre um palavreado inconexo e a válida expressão de um pensamento válido; sai-se da Universidade sem se saber ler com atenção, — sem que se veja, ao menos, em que consistem os problemas, onde as dificuldades se topam, de onde nos surge o enigmático; além disso, sem a mínima capacidade para avaliar obras de espírito. Neste rincão lusitano, um livro bem pensado e uma burundanga parvoa são postos exactamente ao mesmo nível da escala (quando não é à burundanga que se dá o nível mais alto, na estratosfera do Génio); e por isso acontece que para o maior número dos nossos a filosofia é um nevoeiro de frases vãs e imprecisas, um jardimzinho literário que se pode alindar sem canseiras, e onde se transviam não poucos dos intelectuais bem dotados, — dos nascidos com faculdades para manejar as ideias, mas aos quais as escolas não deram mais que sabença, e cujos méritos inatos ninguém cultivou ou amparou.» ⁽⁴⁾

Não cultivam as nossas escolas a capacidade de pensar, não treinam para a perspicácia intelectual e para a autonomia crítica, não ensinam a ler. Terás que ser tu, leitor, a abrir o teu caminho, a desbravar o terreno. Serve-te, na faina, das alfaías que o próprio Sérgio utilizou: o «racionalismo de método», a «análise clarificadora», a «investigação *problemática*», a «disciplina crítica». E não penses encontrar traçado o itinerário que terás que percorrer através de páginas mil. Não penses — apesar das copiosas laudas que acerca de Sérgio têm sido escritas, e inúmeras denotam conhecimento da obra, inteligência viva, agilidade crítica —, que as leituras que os outros fizeram te poderão libertar, sem correres risco — o risco de verdadeiramente nunca teres lido Sérgio —, das dificuldades de uma «primeira leitura», da tua leitura. Não penses que poderás consultar manuais, compêndios, estudos críticos que te forneçam chaves — fáceis, prestantes, incontroversas, universais — para abrir os ferrolhos dos problemas vários que na leitura das páginas de Sérgio te poderão surgir. Mas vamos, experimenta. Faz a tua experiência pessoal. Tira da estante, ou consulta numa biblioteca, dos manuais de História da Literatura Portuguesa, o que é assinado pelos nomes prestigiados de dois autores com vasta obra publicada de investigação e de crítica, o de António José Saraiva e de Óscar Lopes⁽⁵⁾. O destaque dado a António Sérgio é, nesta obra, excepcional, se a compararmos com as suas congéneres. E que te diz o *Manual*? Salvo erro nosso, as referências a Sérgio distribuem-se pelas páginas: 817 (a propósito de uma opinião de Sérgio sobre «a tara criminal de Simão Botelho», personagem de um romance de Camilo), 850 (a propósito de Antero), 997 (a propósito do «grupo da Biblioteca Nacional»⁽⁶⁾), 998 (a propósito da revista *Seara Nova*), 1032 (alusão à polémica com Abel Salazar), 1036 (alusão à polémica com Bento de Jesus Caraça). São referências incidentais. Encontra-se, nas páginas 995 e 996, a referência de fundo. No encadeamento da notícia sobre o movimento da «Renascença Portuguesa», os autores destacam António Sérgio, e em quarenta e duas linhas, falam da «posição que tomou contra o saudosismo como programa nacional, contra a demagogia na sátira junqueiraana, contra a interpretação cruzadista da tomada de Ceuta, contra o culto sentimentalista e retrógrado de D. Sebastião, contra o intuicionismo de Bergson e de Leonardo Coimbra e contra a divulgação incrítica do positivismo lógico...»; referem-se a outras polémicas, ao carácter pedagógico do seu ensaísmo, aos estimulantes «tentames de interpretação sociológica ou socioeconómica de acontecimentos e épocas históricas nacionais», à sua epistemologia, à sua influência no domínio da crítica e da história literária. Afirmam: «António Sérgio pode considerar-se o mais importante pensador português do seu tempo.⁽⁷⁾»

Do seu tempo? — ficará a remoer qualquer leitor atento. Colocando-se na perspectiva histórica, os autores desta «História da Literatura Portuguesa», terão escrito intencionalmente, propositadamente: «o mais importante pensador português do seu tempo?» À frase dever-se-á atribuir a significação crítica, valorativa, nela implícita? Dever-se-á concluir que os autores, considerando António Sérgio «o mais importante pensador português do seu tempo», — somos nós que

sublinhamos — querem dizer-nos que em *outro tempo*, que noutro período da nossa história literária (ou da história da nossa cultura, ou da história da cultura dos homens da nossa nação), se manifestaram *pensadores* (ou, mesmo singularmente, um *pensador*), da estirpe, da altura, do valor de António Sérgio? Para no juízo elogioso terem introduzido a restrição — *do seu tempo* — deveriam ter em mente outros pensadores portugueses. Quem? Um Sampaio Bruno? Um Antero? Um Herculano? Um Ribeiro Sanches? Um Luís António Verney?

Confrontemos qual é a opinião sobre este mesmo ponto — o lugar de António Sérgio como pensador na história da cultura em Portugal — de V. de Magalhães Vilhena. Nas primeiras linhas de um livro, que a par do rigor crítico, revela um seguro conhecimento do conjunto da obra do escritor, escreveu: «António Sérgio ocupa na história das ideias filosóficas em Portugal uma posição singular. Única. Nada, talvez, a defina melhor do que a distância imensa que o separa do vivaz e culto mas, de certa maneira, limitado Luís António Verney, do enciclopedista «estrangeirado» Ribeiro Sanches que quis ligar Portugal à Europa culta, da fluidez filosofante e do confucionismo 'teórico' de Oliveira Martins, do diletantismo metafísico-social do malogrado Antero.»⁽⁸⁾ E ao cerrar o volume, nas últimas linhas do denso estudo que dedicou ao autor dos *Ensaíos*, Magalhães-Vilhena reafirmou: «um altíssimo escritor de ideias, o maior das nossas letras.»⁽⁹⁾

O *maior* pensador português, aquele que tem na história da cultura portuguesa *uma posição singular, única*, — como opina Magalhães-Vilhena; ou, apenas, restritivamente, «o mais importante pensador português do seu tempo», como afirmam António José Saraiva e Óscar Lopes?⁽¹⁰⁾ Posto o dilema, só lendo e confrontando, poderás, leitor, concluir onde está a razão. Cabe-te discriminar os dois juízos. Não será esta, de resto, a única encruzilhada em que serás obrigado a escolher entre as opiniões em conflito, a decidir, sem outro esteio que a tua *leitura*, sem outra bússula que a tua própria capacidade de avaliação e de crítica. E melhor é que assim seja. A leitura de Sérgio deverá ser, também, um exercício de crítica, uma «aventura de ideias».

2

Ao afirmar que António Sérgio era «um altíssimo escritor de ideias, o maior das nossas letras», Magalhães-Vilhena emite um juízo que abrange o *pensador* e o *escritor*. Juízo este consequente do que escrevera noutra página do seu estudo: «Lástima irreparável para o país a que se consagrou, e que é a sua preocupação constante, as condições ambientais não permitiram que Sérgio desse plena expressão ao seu ideário filosófico, até os dias de agora o *único* contributo original sério de autor português neste domínio.⁽¹¹⁾»

A obra de Sérgio, pelo que se refere ao domínio da reflexão filosófica, ergue-se altaneira num plaino nu. Nem Verney, nem Ribeiro Sanches, nem Oliveira Martins, nem o «malogrado Antero», nem «o grande Herculano», nem a reputada Magalhães-Vilhena à altura de Sérgio. Daí ter escrito: «um altíssimo escritor de ideias, o maior das nossas letras.» O especialista de história da Filosofia,

erudito e rigoroso, não podia expressar o seu juízo em termos de comparação no quadro de uma *história do pensamento* (português) ou de uma *história da cultura filosófica* (em Portugal). Para Magalhães-Vilhena a posição de Sérgio na cultura portuguesa, não tem paralelo no domínio da reflexão filosófica, para ela não existe termo de comparação nacional, é *única*. Deparam-se-nos, no texto de Magalhães-Vilhena, as palavras *escritor e letras*: «um altíssimo escritor de ideias, o maior das nossas letras.» Devemos supor que intencionalmente as emprega. Na realidade, ele quer dizer-nos que Sérgio é um *escritor* de ideias, e que, como prosador de ideias, é o *maior* da história literária portuguesa. Noutros passos do seu estudo menciona e celebra a qualidade do escritor; refere-se «... à riqueza e à acríbia do pensamento ágil e vivo em consonância com a limpidez, a musicalidade expressiva da frase e a subtilidade na tradução das ideias» (12); refere-se à «extrema subtilidade na tradução das ideias, tão característica do estilo de Sérgio» (13). Fala-nos do escritor e do seu estilo.

«Escritor de ideias...» se considerava Sérgio. A expressão ocorre na sua própria escrita. Não nos diz ele, numa anotação dos *Ensaio*s: «São em mim inseparáveis o escritor de ideias e... como direi?... o pregador político, o pedagogo social, o actuante maníaco do apostolado cívico...?» (14). Esta *inseparabilidade* levanta problemas de *leitura* e de interpretação crítica, é um *problema* que na leitura da sua obra teremos que ter em conta, admitindo-a, ou aceitando, pelo contrário, que em Sérgio importa distinguir o *ensaísta* e o *douttrinário*, como propunha Mário Sacramento (15). À questão voltaremos. E, frísemos agora que no *Manual* (de história da Literatura Portuguesa), o leitor não encontrará duas linhas de apreciação crítica de António Sérgio como *escritor*, da sua obra como paradigma de *escrita* e de *estilo*, como *obra* literária. Não podemos considerar como uma apreciação crítica do *escritor*, o facto dos autores o classificarem de «ensaísta por excelência»; essa é uma referência ao género do discurso e não ao estilo e à escrita, sem incidência quanto ao valor estético. Dizem-nos que António Sérgio escreveu *ensaio*s, sob certos temas; não nos dizem, *como* escrevia.

Num breve depoimento que nos foi solicitado pela revista *O Tempo e o Modo*, em 1969, à laia de remate, afirmámos: «António Sérgio era, também, um grande escritor, um prosador de ideias que aliava à ideação altaneira e à agudeza crítica, a vivacidade, o rigor vocabular, a eloquência tersa, o poder aliciante, a formosura ímpar da expressão verbal. E nestes dias nossos, quando a pretexto de crítica, de filosofia ou de política, se traduz tão mal, cumpre-nos recordar que também como escritor, como artista da língua portuguesa, foi António Sérgio um mestre.» (16).

Ao escrevermos estas palavras que enunciavam um tão rasgado juízo valorativo, tínhamos presente a qualidade literária do discurso ensaístico, o brio e o brilho de tantas páginas polémicas, a ductilidade e o ritmo da escrita, a transparência de expressão do adaptador da *História Trágico-Marítima*, a eloquência tersa do autor de *Antígona*, a propriedade vocabular do tradutor de Descartes e de Leibniz, de Axel Munthe e de Rudyard Kipling, a ática simplicidade narrativa dos *Contos Gregos*, a irreverente vivacidade e até o informalismo de inúmeras

expressões, o sentido da musicalidade da frase, a nota pessoalíssima das imagens e metáforas marinhas.

Na mesma revista, um dos nossos prosadores contemporâneos mais apreciados, o autor de *O Delfim*, atribui à formação matemática de Sérgio, ao seu trato com a «demonstração experimental cartesiana», algumas qualidades evidentes da sua escrita. E, com finura, notava: «Daí que o seu estilo tenha aquele discorrer 'pedagógico', aquele pensar em voz alta que é próprio de quem fez magistério público e procura dar-lhe forma actuante, imediata, interventora.» (17) Noutro passo do seu testemunho, comentando uma frase do autor dos *Ensaio*s, José Cardoso Pires afirmava: «E o tom habitual é este. Tão incisivo como quando traça a sua magistral *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal* (18), tão frontalmente aberto à polémica como quando estuda Camões ou aborda o neokantismo. Tão vivo, diga-se, e tão alertado no diálogo que obstinadamente propõe em cada frase, que nos salta da leitura um irreprimível desejo de assumir como questão urgente o problema em que nos envolveu, seja ele o de uma especulação filosófica ou de uma circunstancial intervenção política.» (19)

Um alto poeta dos nossos dias, pelos acasos da vida portuguesa lançado numa carreira universitária nas duas Américas, Jorge de Sena, do *pensador* e do *escritor*, na mesma preocupação os englobando, escreveu: «O que eu não queria que fizessem de António Sérgio é um novo Verney. Há entre ambos um abismo: se ambos pertencem decididamente à história dolorosa de renovar Portugal, António Sérgio pertence ainda a um outro panteão, onde me parece que demasiado se esquecem de o colocar, e que é dos grandes escritores do mau-solêu sumptuoso de que falava Herculano: a língua portuguesa. Quando se fizer a história da língua de Portugal, independentemente da validade actual dos escritores, o lugar dele será sem dúvida ao lado de alguns dos grandes que ele, em alguns casos, foi o primeiro a modernamente compreender.» (20)

Exarámos três opiniões que coincidem quanto aos méritos de Sérgio como escritor. Mas, na mesma revista, a corrigi-las, a contestá-las, veio à estacada João Bernard da Costa, então director de *O Tempo e o Modo*, que, embora reconhecendo a António Sérgio «o desejo de claridade e de travejamento nas concepções, o ódio à estupidez e ao oportunismo, o gosto pela problemática, a coerência com o que significa a expressão pensar-se livremente», te surpreenderá, leitor, investindo com veemência: «Leia-se a sua famosa *Introdução à História de Portugal*, leiam-se alguns dos seus ensaios literários, leia-se «O Reino Cadaveroso». Torna-se fácil hoje detectar-lhes o autodidactismo, uma erudição nem sempre segura, muita hipótese gratuita, um estilo que será cada vez mais rejeitado num português quase tão execrável como o do seu contemporâneo autor dos *Discursos*...» (21).

Confessa, leitor, que te sentes perplexo, ante juízos em conflito, tão díspares e distanciados. O timbro crítico fala, como deverás ter notado, no «autodidactismo» de Sérgio, o que, evidentemente, é um lapso de escrita filho da precipitação contestatária. Não é de admitir — far-lhe-ás essa justiça — que ele quisesse advertir-nos da circunstância de Sérgio não ter sido escolar da Universidade de Coimbra, não ter

frequentado o Curso Superior de Letras, não se ter matriculado na Faculdade que lhe sucedeu nos baixos do Convento de Jesus⁽²²⁾. Não, não podemos supor que a não frequência desses *templos*, conte a desfavor do autor dos *Ensaio*s, para um homem isento de preconceitos tradicionalistas, sensível às lufadas da contestação. Noutro lugar veremos até que ponto é pertinente, ou impertinente, a referência «à erudição nem sempre segura». É na apreciação relativa ao *estilo* de Sérgio que, se tu permites, leitor, nos deteremos breves instantes.

Não se limita, João Bénard da Costa, a comparar o *estilo* de António Sérgio e o *estilo* «do seu contemporâneo autor dos *Discursos...*» Opina — é o seu direito e o seu gosto — que ambos escrevem num *estilo* a que cabe o severo qualificativo de *execrável*. O de Sérgio condenado a ser «cada vez mais rejeitado»... Se esta última afirmação não tem a mínima base, se podemos pensar que estas são palavras aéreas por capricho lançadas ao papel, porque tu perguntarás, leitor: «rejeitado *cada vez mais*» (repara: *cada vez mais*) *por quem*, e *desde* quando?; a comparação com o *estilo* «do seu contemporâneo autor dos *Discursos...*» tem outra carga, destina-se a obter um imediato efeito na galeria dos «contestatários», a impressionar os que julgam sem ler, os que se contentam com deletrear catálogos de citações e a repercutir campanhas.

Do *estilo*, e da *escrita em português*, «do seu contemporâneo autor dos *Discursos...*», haveria que demonstrar (em termos de «análise literária»), que era, *literariamente*, «execrável». Se a dicção e a *circunstância*, dos *Discursos* nos afastavam, lidos — quando acasos extra-literários nos obrigaram à sua leitura —, aquele *português* antigo e sem viço, dava margem ao reconhecimento de qualidades formais: sintaxe rigorosa, propriedade de expressão vocabular, um encadeamento silogístico adaptado ao tom opinioso das sentenças, abafada a lição do Padre Vieira, de que era um leitor, pela influência e a autoridade do Padre Bernardes, de que era um discípulo. *Estilo eclesiástico?* Em certo sentido, sim. *Estilo* professoral, catedrático, que disfarça apenas o dogmatismo intrínseco, em tudo, e por tudo, estranho à demanda ensaística, à «aventura de ideias», e à «abertura», à «vivacidade», a esse tom «tão alertado no diálogo que obstinadamente propõe em cada frase» a todos os leitores, e ao seu «interlocutor ideal *o jovem*, a quem se dirige sem artifícios paternalistas nem condescendências autoritárias», que um José Cardoso Pires, com a perspicácia do conhecedor do ofício, realça no *estilo* de António Sérgio.

A comparação do *estilo* do ensaísta, com o *estilo* do orador político, — e doutrinário político de inspiração pragmática⁽²³⁾ —, António de Oliveira Salazar, é tão inesperada, — tão artificiosa, e tão expeditiva —, que, o leitor, só vencerá a surpresa para mergulhar numa grande desorientação. A partir de uma crítica redutiva do *ensaísta* à simples dimensão de *reformador social*, decreta-se que «Sérgio está morto e sepultado»⁽²⁴⁾; vinha a propósito, a corroborar a sentença inapelável, esta pazada de terra: «um *estilo* que será cada vez mais rejeitado num *português* quase tão *execrável* como o do seu contemporâneo autor dos *Discursos...*». Assim se fazem as coisas. E os mortos, matam-se assim.

No tecido em que se quis amortilhar Sérgio — o homem e a obra, o pensador e o escritor —, as malhas soltam-se. Nem seriam compatíveis, harmónicas, coexistentes, num escritor com «um *estilo* que será *cada vez mais rejeitado* num *português* quase tão *execrável* como o do seu contemporâneo autor dos *Discursos...*» — são nossos os sublinhados —, o «gosto pela problemática», a «coerência com o que significa a expressão pensar-se livremente», o «desejo de clareza», que o mesmo crítico lhe concede. No *português* do «contemporâneo» de Sérgio não se deparam essas qualidades. Nunca ele pediu ao seu *estilo* — no tal *português execrável* do qual, para João Bénard da Costa, o *português* de António Sérgio é parente próximo —, que nos incutisse o «gosto pela problemática», que constituísse, para os auditores das suas preleções magistrais, um apelo a «pensar-se livremente». *Estilo* de liberdade e libertador, — o de António Sérgio, *Estilo* de autoridade e autoritário, — o do «seu contemporâneo autor dos *Discursos...*». Para Jorge de Sena, professor de literatura, crítico, poeta, quando «se fizer a história da língua de Portugal», «ao lado de alguns dos grandes que ele, em alguns casos, foi o primeiro a modernamente compreender», um lugar estará reservado ao escritor António Sérgio⁽²⁵⁾. Esta apreciação de Jorge de Sena, foca precisamente o *português* do escritor, a contribuição que ele deu à língua portuguesa.

De outro ponto de partida e tendo outro rumo, outro alvo, um leitor sagaz de António Sérgio, e que, tal como o autor das *Cartas de Problemática*, aportou ao estudo da Filosofia com uma preparação de matemático e de físico, Egídio Namorado, numa *Montagem de Textos Para a Interpretação do Pensamento Filosófico de António Sérgio*⁽²⁶⁾, simultaneamente corroborando as afirmações de V. de Magalhães-Vilhena e de Jorge de Sena, afirmou: «Dentro do espírito do magistério de António Sérgio vou reler o que escreveu com olhos críticos. Isso não obsta, aliás, a que o considere como o nosso mais notável ensaísta e como o primeiro português (com a possível excepção de Amorim Viana) que abordou os problemas da Filosofia moderna com espírito autenticamente filosófico, com análise subtil e exigência de rigor. Por outro lado, foi ele quem moldou a língua portuguesa à exposição de ideias a este nível de abstracção, o que, só por si, seria título de glória bastante para um escritor.»⁽²⁷⁾ Permite, leitor, que sublinhemos: «foi ele quem moldou a língua portuguesa à exposição de ideias a este nível de abstracção.»

Segundo Egídio Namorado, do «nosso mais notável ensaísta» («um altíssimo escritor de ideias, o maior das nossas letras» — escrevera V. de Magalhães-Vilhena), para alcançar justificada «glória» como *escritor* (de um lugar «ao lado de alguns dos grandes» na «história da língua de Portugal» — falara Jorge de Sena), bastaria esta contribuição extraordinária. Foi Sérgio — e, pela argumentação aduzida no sério estudo de Magalhães-Vilhena, só poderia ter sido Sérgio —, «quem moldou a língua portuguesa» para traduzir e exprimir as ideias ao nível de abstracção da moderna epistemologia.

Notas de introdução a uma leitura de Sérgio

Fernando Piteira Santos

notas

(1) António Sérgio, in *Ensaio*, Tomo III, ed. «Obras Completas», pág. 12. O primeiro tomo dos *Ensaio*s foi votado ao silêncio da imprensa portuguesa, na opinião de Raul Proença. É essa circunstância que o decide a escrever o artigo: «Um Livro de Claridades e de Sombras», publicado no n.º 3 da revista *Seara Nova*. Veja: F.P.S., «Proença e Cortesão Leitores de António Sérgio», in *República*, de 16 de Março de 1974.

(2) V., *Diário de Lisboa*, de 30 de Junho de 1971.

(3) V., *Diário de Lisboa*, de 30 de Junho de 1971.

(4) António Sérgio, in *Ensaio*s, Tomo II, ed. «Obras Completas», pág. 206.

(5) António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, 4.ª ed.

(6) António Sérgio refere-se, na sua obra, ao «grupo da Biblioteca Nacional». No prefácio do Tomo III dos *Ensaio*s, redigido em Paris, em 1932, durante o seu primeiro exílio, e aludindo à sua actividade de «crítico literário», explicou: «Deveu a *Lusitânia* a sua breve existência à turma de estudiosos de variados ramos que se reunia na Biblioteca Nacional: o chamado «grupo da Biblioteca». Ventos desencadeados destruíram o grupo, dispersando os homens que o constituíam e apostando-se a aniquilar com vandalismo odioso os meios de trabalho que se congregaram ali, graças a Cortesão e a Raul Proença (Pág. 9).» Sottomayor Cardia, citando David Ferreira, informa que não terá existido «um grupo da Biblioteca mas grupos da Biblioteca que se encontravam consoante os seus interesses intelectuais e políticos», e dá-nos notícia de que David Ferreira tinha «em elaboração» (1971) «um interessantíssimo volume de memórias sobre *Os Grupos da Biblioteca Nacional e a Seara Nova*», in *Seara Nova-Antologia*, Vol. I, p. 21.

(7) V., António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, 4.ª ed., pp. 995 e 996.

(8) V., de Magalhães-Vilhena, *António Sérgio, o idealismo crítico e a crise da ideologia burguesa*, ed. Seara Nova, Lisboa, 1964, p. 9.

(9) V., de Magalhães-Vilhena, *ob. cit.*, p. 196.

(10) No volume *Ler e Depois*, Editorial Inova, Porto, Óscar Lopes recolheu um artigo intitulado: «Sérgio visto por Magalhães-Vilhena», que publicara no jornal *O Comércio do Porto*, de 13 de Março de 1964. Num passo desse artigo, que é, aliás, uma página muito inteligentemente pensada, escreveu: «Mas António Sérgio é (para Magalhães Vilhena, como para mim) a cabeça filosófica portuguesa mais dotada que se manifestou na primeira metade do século...» (*Ler e Depois*, 3.ª ed., 1970, p. 220). Não restringira Magalhães-Vilhena, como o leitor teve ocasião de apreciar, o seu juízo sobre a «cabeça filosófica» de Sérgio à primeira metade do século. A localização temporal continua a ser restritiva.

(11) V., de Magalhães-Vilhena, *ob. cit.*, p. 17.

(12) V., de Magalhães-Vilhena, *ob. cit.*, pp. 9-10.

(13) V., de Magalhães-Vilhena, *ob. cit.*, p. 63, nota 62.

(14) António Sérgio, in *Ensaio*s, Tomo I, ed. «Obras Completas», p. 49. Toda a nota A justifica a citação, na portada do volume, de «dois versos populares»: «*Eu venho do Bairro Alto / Com vinte e cinco facadas!*». A nota foi redigida para a 2.ª edição (1949), e, considerando-se «o menos académico dos filhos de Eva», A. S. afirma: «... digo aquilo que me parece verdade, na forma que se me afigura como a mais exacta. Claro que as facadas me não fazem mal, se bem que me enojem; porém, não devo deixar de me referir a elas: em primeiro lugar, por ser verdadeiro; em segundo, para combater as enfermidades de que são sintoma. Como não fui jamais um literato puro, denuncio os males pelo seu próprio nome para criar nos portugueses a consciência plena de que os processos de facada são de facada — como condição prévia da sua emenda. Ainda uma faceta da mania cívica, afinal de contas.» Não é este o único passo em que A. S. deplora, com severidade e desgosto, os «costumes» da «vida intelectual» portuguesa.

(15) Mário Sacramento, in *Vértice*, n.º 313, Fevereiro de 1970.

(16) F. P. S., in *O Tempo e o Modo*, números 69-70, Março/Abril 1969, p. 319.

(17) José Cardoso Pires, in *O Tempo e o Modo*, números 69-70, Março/Abril de 1969, p. 327.

(18) Ver na Nota Bibliográfica a referência a: *História de Portugal — Vol. I, Introdução Geográfica*.

(19) José Cardoso Pires, in *O Tempo e o Modo*, números 69-70, Março/Abril de 1969, p. 328.

(20) Jorge de Sena, in *O Tempo e o Modo*, números 69-70, Março/Abril de 1969, p. 327.

(21) João Bénard da Costa, in *O Tempo e o Modo*, números 69-70 de 1969, p. 325. Neste particular, da contestação do mérito de A. S. como escritor, a revista continuou fiel à lição do antigo director. Com efeito, no n.º 99, Nova Série, Setembro de 1973, lê-se: «O que nos faria sorrir hoje seria o barroquismo um bocado ridículo, deste estilo delicadocce.» (Pág. 6).

(22) A obra de António Sérgio *Da Natureza da Afecção, Ensaio de Psicologia e Pedagogia*, publicada em 1913, foi redigida para servir de dissertação para concurso à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Cf. Magalhães-Vilhena, *ob. cit.*, p. 63, nota 61.

(23) Não está estudado criticamente, nos planos ideológico e sociológico, o pensamento político do estadista e a conexa prática política durante um longo exercício do poder. Um dia avaliar-se-á que o seu conservadorismo era um «modo de ser», e não apenas um «modo de pensar». Recebeu o poder do Exército e dessa circunstância tirou consequências, silogisticamente: «A origem militar da Ditadura portuguesa há-de dar sempre à nossa revolução uma característica especial. Aqui não foi um partido, uma força revolucionária que se apoderou do Poder; foi o Exército, órgão da Nação, que interveio no sentido de criar as condições necessárias para a existência dum governo anti-partidário e nacional». Portanto: «Ser fora dos partidos mas não ser contra...» que tinha sido — na sua conclusão —, o erro dos «governos extrapartidários», esse não será o seu erro. Em nome de

notas

«princípios nacionalistas» aplicados «aos problemas correntes», governará, *fora dos e contra os partidos* (alheio à *opinião pública*) com aquela dose de pragmatismo que uma frase sua sintetizou: «Em política o que parece é.»

(24) João Bénard da Costa, in *O Tempo e o Modo*, números 69-70, Março/Abril de 1969, p. 324.

(25) Jorge de Sena, in *O Tempo e o Modo*, números 69-70, Março/Abril de 1969, p. 327.

(26) Egídio Namorado, in *Vértice*, números 319-320, Agosto/Setembro de 1970.

(27) Egídio Namorado, *Loc. cit.*, pp. 549-550.

Perspectivas actuais da Historiografia medieval Espanhola – J. A. Garcia de Cortázar

José Mattoso

A historiografia espanhola do século XX realizou grandes progressos no domínio dos estudos medievais. São bem conhecidos os nomes de Claudio Sánchez Albornoz e Ramón Menéndez Pidal. De uma geração um pouco mais recente, e com centros de interesse menos amplos, podem associar-se-lhes nomes como os de J. M. Lacarra, Ramón d'Abadal, García Gallo, L. García de Valdeavellano, e tantos outros. Dependentes, em boa parte, da escola alemã, mais por intermédio de historiadores do Direito, como Hinojosa, e de filólogos como F. Wolf e Milá y Fontanals, do que por relação directa, estes autores criaram uma escola própria, relativamente independente, por exemplo, da escola francesa e sobretudo da escola marxista. Embora apoiados numa excelente análise documental, conhecedores seguros dos textos e da sua interpretação filológica, com uma informação muito vasta, tendiam para uma exaltação nacionalista, privilegiavam os fenómenos culturais, a história das instituições (não apenas jurídicas, mas também sociais) os elementos políticos e religiosos. Para estes autores, os fenómenos económicos e demográficos, mesmo quando cuidadosamente estudados, não tinham geralmente uma função determinante, as lutas sociais eram quase ignoradas ou mesmo propositalmente classificados como fenómenos secundários, a ideologia dominante era considerada isoladamente das suas causas ou condicionantes sociais e económicas.

Não admira, portanto, que, apesar da oposição intransigente de alguns destes autores ao regime franquista, como foi, particularmente o caso de Sánchez Albornoz, a historiografia oficial espanhola dos anos 40 não tentasse de modo algum demarcar-se destas posições, antes pelo contrário. Até aos anos 60, nem mesmo a historiografia francesa da escola dos *Annales* teve qualquer influência decisiva sobre os historiadores espanhóis, ao menos os medievalistas. Vicens Vives, que, de resto, não era um medievalista, constitui uma excepção. A partir deste ano, porém, começaram a aparecer entre eles não poucas tentativas de renovação, algumas das quais, até, decididamente orientadas para interpretações materialistas. O que é mais ainda, estas iniciativas não partiam apenas de autores marginalizados e frontalmente combatidos pelos historiadores consagrados por academias e universidades; lograram penetrar

nas próprias instituições oficiais de ensino, e, de uma maneira mais ou menos clara, abordar temas e questões até então consideradas tabu pelos adeptos da ideologia estabelecida. Surgiram, assim, a escola de Barcelona, que sob a orientação de E. Sáez, e parcialmente inspirada por Vicens Vives, enveredou por análises de grande valor técnico sobre temas económicos, embora sem tomar posição definida do ponto de vista interpretativo. Um pouco mais tarde, a de Salamanca, onde José Luís Martín, discípulo de Sáez, depois de ter ele próprio abordado temas de história económica e de apresentar interpretações baseadas, ao menos parcialmente, em pressupostos materialistas e de oposição de classes, dirigia teses de orientação confessadamente materialista (como a de Salustiano Moreta Velayos, *El monasterio de San Pedro de Cardeña. Historia de un dominio monástico castellano*, Salamanca, 1971). Podem-se referir, logo a seguir os trabalhos realizados e dirigidos por Julio Valdeón Barúque em Sevilha sobre as lutas sociais do fim da Idade Média e os de José Ángel García de Cortázar primeiro em Salamanca e depois em Santiago de Compostela sobre economia rural, e os de Salvador de Moxó em Madrid sobre os senhorios. Acontecia isto num momento em que alguns dos próprios discípulos de Sánchez Albornoz iniciavam trabalhos com orientações semelhantes e que eram difundidos até pela própria revista do mestre, os *Cuadernos de Historia de España*. Referimo-nos particularmente a Reyna Pastor de Togneri.

Longe de pretender dar uma visão de conjunto das novas tendências dos medievalistas espanhóis, quero apenas apresentar um deles, José Ángel García de Cortázar, que aparece assim enquadrado num vasto movimento, extremamente fecundo e promissor, cheio de ensinamentos e sugestões para o nosso país. Com efeito a nossa historiografia medieval ignora ainda estes trabalhos e está muito longe de revelar a mesma vitalidade.

García de Cortázar é justamente, de todos os mencionados, o que tem uma obra com perspectivas mais vastas e mais directamente consagrada aos leitores universitários e ao público interessado em tais assuntos. É também, porventura, o mais polémico, porque ousou tentar uma síntese completa e claramente interpretativa de toda a Idade Média espanhola. A sua obra tem o maior

interesse pedagógico e é da maior utilidade para conhecer o termo de comparação mais imediato com a nossa própria História, cujo enquadramento peninsular não devia faltar nunca.

Queremos, por isso, apresentar aqui duas das suas obras e um pequeno artigo de orientação metodológica, e fazer uma breve referência a alguns trabalhos de investigação por ele orientados.

Antes disso, porém, tracemos um breve itinerário da sua obra científica. Estreou-se no campo da investigação com um trabalho de história económica e social sobre a província de Biscaia no século XV (*Vizcaya en el siglo XV. Aspectos económicos y sociales*, Bilbao, 1966). Três anos depois aparecia a sua tese de doutoramento em Salamanca, que já não tomava como balizas cronológicas a Baixa Idade Média, mas a Alta, e como limite geográfico, não uma província, mas o domínio monástico de San Millán de la Cogolla, na Rioja: *El dominio del monasterio de San Millán de la Cogolla (Siglos X a XIII). Introducción a la historia rural de Castilla altomedieval*, Salamanca, 1969. O seu gosto pelos problemas gerais, porém não desaparece, longe disso, porque, como diz o subtítulo, toma esta investigação como uma introdução à história rural de Castela. Logo a seguir, prova a sua capacidade de relação da história peninsular com a do Ocidente, publicando uma *Historia general de la Alta Edad Media* (1972). No ano seguinte aparece a sua inovadora *La época medieval*, como segundo volume da *Historia de España Alfaguara* (Ed. Alfaguara, Madrid, 1973). Entretanto tinha desempenhado papel importante na direcção de uma das secções do Congresso de Metodologia Aplicada das Ciências Históricas, organizado pela Universidade de Compostela e pronunciava uma importante comunicação: «La economía rural medieval: un esquema de analisis histórico de base regional» (publicado no vol. II das *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas*, Universidad de Santiago de Compostela, 1975, pp. 31-60). Como dirigente do departamento de História Medieval da Universidade de Santiago, contava já nessa altura com um excelente grupo de trabalho sobre história rural, que havia já publicado duas teses de licenciatura: um *Guia para el estudio de la Edad Media Gallega*, de Santiago Jiménez Gomez (Universidad de Santiago, 1973), e *El bajo valle del Miño en los siglos XII y XIII. Economía agraria y estructura social*, de María del Carmen Pallarez Mendez e Ermelindo Portela Silva (*ibid.*, 1971). No mesmo congresso, estes discípulos apresentavam respectivamente uma «Análisis de la terminología agraria en la documentación lucense del siglo XIII» (*Actas cit.*, pp. 115-133) e «Aproximación al estudio de las explotaciones agrarias en Galicia durante los siglos IX al XII» (*ibid.*, pp. 95-113).

Se o manual Alfaguara devia, até certo ponto, ser considerado uma síntese do que a historiografia hispânica alcançara, podia-se considerar também como um ponto de partida para novas investigações, que, por outro lado, o Autor empreendia, orientando os seus discípulos no Departamento de História Medieval de Santiago. Para os alunos universitários publicou uma grande colecção de textos históricos classificados segundo um plano inovador e que analisaremos em

seguida (*Nueva Historia de España en sus textos. Edad Media*, Ed. Pico Sacro, Santiago de Compostela, 1975). Finalmente, um dos discípulos de Cortázar publicava como tese de doutoramento um trabalho de grande fôlego que aplicava o modelo apresentado pelo mestre nas Jornadas de Metodologia três anos antes: E. Portela Silva, *La región del obispado de Tuy en los siglos XII a XV. Una sociedad en la expansión y en la crisis* (Santiago de Compostela, 1976).

A enumeração que acabamos de apresentar mostra só por si a vastidão e o interesse da obra em pouco tempo realizada por García de Cortázar nos dois planos da investigação e da divulgação de nível universitário. Vamos analisar em seguida as principais obras do segundo grupo, deixando para outro lugar a análise da mais importante obra de investigação dirigida por ele, a tese recém-publicada sobre o bispado de Tuy.

Como ponto de partida desta breve análise, fazemos notar a correcta orientação e o valor pedagógico da atitude científica que consiste em começar por elaborar uma vasta síntese, primeiro de toda a Idade Média ocidental, e depois da Idade Média espanhola, antes de abordar a investigação sistemática no âmbito da «mínima unidade inteligível» em história medieval, que é a «região». Esta aparece, assim, ao mesmo tempo, como um todo, com a sua vida e evolução próprias, e como uma unidade de um sistema mais vasto, do qual não é de modo algum independente. Cria-se, portanto, a possibilidade de analisar profundamente e de uma maneira sistemática, um conjunto documental coerente e suficientemente limitado para suportar a observação mais detalhada; e por outro lado abre-se o caminho à descoberta das repercussões dos fenómenos gerais no campo regional e das variantes peculiares desse mesmo campo. Afasta-se o risco da observação estreita e da deformação resultante da análise em circuito fechado, como seria a que se fizesse da região, isoladamente do país, e abre-se o caminho a avanços decisivos no conhecimento do passado.

O manual de história medieval espanhola é, como dissemos, o mais inovador e polémico livro de Cortázar, porque ousa romper com sínteses já consagradas e propor novas interpretações globais para um grande período histórico. Não o podia fazer sem tomar implicitamente uma posição historiográfica que convém definir à partida.

O Autor nunca fez nas suas obras uma declaração expressa acerca dos pressupostos da sua interpretação científica. Mas não é difícil descobrir a sua inspiração na escola francesa dos *Annales*. As suas frequentes referências à «história total», a insistência na necessidade da análise pluridisciplinar, a preocupação constante de não esquecer os aspectos económicos, sociais, políticos e culturais, a acusação frequente aos historiadores de perspectivas predominantemente factológicas ou institucionalistas, o relevo dado aos fenómenos sociais, mesmo que dependentes de condições económicas e geográficas, o cuidado posto na observação da realidade geográfica e dos dados demográficos, tudo isto são elementos comuns a essa mesma escola. Por isso não admira que, por exemplo, no mais recente dos livros apontados, a tese de Ermelindo Portela, este autor invoque expressamente como modelos da

sua história regional as conhecidas teses de Duby sobre a região de Mâcon e de Fossier sobre a Picardia.

Não quer isto dizer que siga servilmente os referidos modelos e se limite a aplicá-los ao meio peninsular. Procura mesmo evitar a sua «tradução» literal do francês, defeito de que acusa alguns trabalhos recentes da historiografia espanhola, no seu prólogo ao livro de Ermelindo Portela. Radica, certamente, na mesma atitude de esforço original o facto de preferir, geralmente, invocar bibliografia inglesa do que francesa, como se torna evidente, por exemplo, no estudo metodológico apresentado nas actas das Jornadas de Metodologia acima citadas. Isto permite-lhe estar atento à variedade de situações nacionais e evitar a ilusão de encontrar sempre os mesmos fenómenos em contextos diferentes. É certamente pela mesma razão que Cortázar parece evitar sistematicamente a invocação de um autor determinado, seja ele L. Lefebvre, Marc Bloch, F. Braudel, G. Duby ou R. Fossier.

Tentando ir um pouco mais ao fundo da questão, para encontrar os conceitos fundamentais utilizados, uma vez que, mesmo dentro da escola dos *Annales* as opções dos autores nem sempre coincidem, podemos, certamente, descobrir nele uma posição prevalentemente materialista, isto é, o princípio básico de que os factores económicos são determinantes do processo histórico e de que os conflitos sociais são os factos mais importantes desse mesmo processo. Não quer isto dizer que García de Cortázar se limite a falar apenas dos factores económicos como causadores de todos os factos históricos, muito menos que se apresente como um aplicador mais ou menos cego de um esquema determinista ou mecânico. Tem demasiada consciência do concreto e da complexidade histórica para ceder a soluções simplistas ou grosseiras.

Seria deslocado, numa simples apresentação de um autor que não faz ele próprio declarações expressas acerca das suas posições teóricas, ir mais longe do que isto. Correríamos o risco, sem uma análise muito detalhada da sua obra, situar com mais precisão a posição historiográfica deste Autor perante a antinomia materialismo-idealismo, história marxista - história burguesa, ou, com mais rigor, até que ponto ele tenta (e consegue!) superar esta antinomia. Porque, de facto, tenta superá-la, como veremos adiante.

Uma coisa é certa, uma vez ultrapassado o nível primário das questões que aflorámos: Cortázar interessa-se mais por questões de métodos do que por conceitos teóricos; mais, por problemas concretos, situados no tempo e no espaço, do que por questões de princípio. É neste plano que tem alguma coisa a dizer como historiador e como pedagogo.

Assim, por exemplo, no seu livro sobre a Idade Média espanhola, preferiu tentar encontrar os porquês do que essa história nacional tem de próprio, de específico, do que verificar como se comportam nesse espaço-tempo os mecanismos gerais do processo histórico. Neste ponto, preferimos servir-nos das suas próprias palavras: «Apesar da grande importância que teve para o desenvolvimento peninsular a dominação visigótica e a presença árabe, o dado crucial que caracteriza a época medieval [espanhola] é a formação, a partir do século XI, da sociedade hispano-cristã [...] As

bases dessa nova comunidade [são]: débil demografia, ruralismo, hierarquização, debilitamento progressivo dos vínculos familiares e senhoriais, aparecimento de núcleos de burguesia (mais fortes na Catalunha do que em Castela), tendência para a construção de unidades políticas cada vez maiores e mais centralizadas. O regime senhorial, baseado em tais fundamentos, alcança o seu cume de eficácia social em meados do século XIII. Confrontado com novas dificuldades durante os dois séculos seguintes, o sistema vê-se obrigado a realizar as adaptações necessárias para a sua sobrevivência, particularmente difíceis e custosas na Catalunha. Desta maneira, Castela encontrar-se-á em finais do século XV em melhores condições — geográficas, demográficas e económicas — para empreender em seu próprio benefício a formação do Estado unitário espanhol.» Estas palavras mostram bem a importância que o autor dá ao sistema «senhorial» (note-se bem a utilização deste termo em vez de sistema «feudal»), com as características próprias que assume na Espanha, devido às lutas da Reconquista e aos esforços do Repovoamento. O sistema senhorial, porém, não é examinado e explicado numa perspectiva jurídico-institucional, mas numa perspectiva de relações entre classes sociais e entre detentores dos meios de produção.

A maneira como resume, em termos muito sintéticos a fase final da Idade Média, no volume de textos históricos, é bem significativa das posições do Autor: «Nos séculos XIV e XV, os membros poderosos da sociedade hispano-cristã, que, dentro do âmbito do sistema senhorial alcançou, no fim do século XIII, o limite da eficácia, dispõem-se a manter o seu estatuto de poder e de riqueza, para o que se deverão dedicar a uma sistemática defesa dos seus níveis de renda e, quando isso não for suficiente, à criação de novos modelos de apropriação da mesma, tirando-a das mãos de quem a possuía. Isto explica, por sua parte, a debilidade dos grupos mais humildes da sociedade — inclusive a debilidade biológica —, como se verifica quando é parcialmente assolada pelas fomes e pestes do século XIV, em virtude das quais se observa uma redistribuição da população e uma tendência para a especialização da produção agrária com uma intensificação da actividade comercial; nada disto satisfaz plenamente a aristocracia, que aspira, através de uma intensificação da sua pressão senhorial, sobretudo fiscal, sobre os habitantes dos seus domínios, e o estabelecimento, a nível político, de um pacto com o titular do poder nos distintos reinos, que aspira a implantar definitivamente o seu poder e o seu próprio estilo de vida na Península. Contra isto reagem energicamente tanto a população urbana como a monarquia, eventualmente aliadas por motivos táticos contra a nobreza terratenente. No final do século XV, se por um lado conseguem dominá-la politicamente, consagram-na socialmente como força dirigente do novo Estado espanhol que nasce com os Reis Católicos (p. 14).»

O estudo da formação e do funcionamento do sistema senhorial constituem, por isso mesmo, o tema a que García de Cortázar dedica o maior número de páginas. Começam aqui as mais importantes divergências de opinião, que me impedem de dar uma total adesão à sua síntese. Pela minha parte, duvido que a organização senhorial defina de um modo tão total e absoluto a Idade

Média peninsular. Parece-me que estão ainda por estudar, de uma maneira aprofundada, sob o ponto de vista do conflito entre dois sistemas de produção diferentes, a luta entre o sistema senhorial e o sistema concelhio. A própria limitação dos recursos humanos, bélicos e económicos da nobreza perante a magnitude da empresa da Reconquista, impede-a de dominar imediatamente os territórios recém adquiridos. Em Portugal, pode-se afirmar mesmo, que ela tarda a interessar-se seriamente por esses territórios, ao contrário, evidentemente, do rei. Em termos esquemáticos, num primeiro tempo, só se fixam no Centro e Sul os filhos segundos, os bastardos, os membros da nobreza inferior. É preciso esperar os meados do século XIII para ver a aristocracia que apoia Afonso III talhar para si vastos latifúndios e organizá-los à maneira senhorial. Mesmo as ordens militares, que adquirem tão largos territórios por concessão régia, começam por respeitar a organização concelhia, e só lentamente se aproveitam da capacidade de nomearem os funcionários municipais para transformarem os concelhos em senhorios, sem modificarem juridicamente o estatuto que os rege. Há muitos territórios em que os nobres mal chegam a penetrar, onde continua a predominar a pequena propriedade livre até ao século XV (por exemplo em Arruda dos Vinhos, como mostrou Oliveira Marques; em Torres Vedras, como se verifica, no princípio do século XIV, através do cadastro estudado numa tese de licenciatura inédita da Faculdade de Letras de Lisboa). Não apenas, portanto, em meios urbanos, mas também em meios rurais.

Nestes territórios, os homens bons dos concelhos vão aumentando o poder económico, a posição social e mesmo a influência política — não apenas a nível local, através das magistraturas municipais, mas também a nível nacional, através da representação em cortes. Se aqui, como em Espanha, os nobres vão adquirindo também vastos territórios a Centro e Sul, se finalmente a base do poderio económico da aristocracia dos séculos XIV e XV se situa, porventura, mais nestas regiões do que no Entre Douro e Minho, donde procedem, isto não se faz, certamente, sem resistências, sem conflitos, sem avanços e recuos. Convém, portanto, não minimizar a importância dos concelhos, não considerar implicitamente a Espanha dominada só pelo sistema senhorial. É possível, mesmo, que não se possam explicar alguns dos fenómenos peculiares da Idade Média peninsular senão tendo em conta a coexistência, e depois a luta, entre os dois sistemas. Se, como diz o Autor, o concelho não representa uma instituição sem luta de classes, isso não quer dizer também que não constitua a forma de organização mais eficaz (dentro dos limites do possível) contra o assalto da nobreza a todos os meios de produção. Assalto que não implica apenas um conflito entre nobreza rural e burguesia urbana (aspecto do conflito em que o Autor mais insiste, quando fala das lutas dos séculos XIV e XV), nem apenas entre senhores e camponeses (seus subordinados), mas também entre senhores e proprietários rurais livres, entre senhores e concelhos, como alguns factos que o Autor apresenta (por exemplo na p. 431) dão a entender. Não podemos, pois, deixar de considerar insuficientes as páginas que Cortázar consagra aos concelhos — à sua origem e evolução, à sua estrutura, ao repartimento social

e económico dentro deles — na sua *Época medieval*. Ou melhor — porque ele não pôde preencher todas as lacunas da historiografia peninsular — que são insuficientes os estudos feitos até agora destes temas.

Com isso quero apenas significar que considero importante estudar vários fenómenos da história peninsular a partir desta hipótese de trabalho, válida, certamente para o caso português, mas que a minha ignorância da história espanhola, me não permite apresentar senão como sugestão.

Outras discordâncias são relativamente secundárias. Assim, por exemplo, parece-me também insuficiente o que se diz acerca da participação das classes populares na Reconquista. Se, do ponto de vista táctico, é verdade, como diz o Autor, que «a infantaria se reduz notavelmente em favor da cavalaria» a partir do século XI (p. 159), não se pode, longe disso, ignorar a participação dos peões, e mesmo a sua importância quantitativa, só porque as fontes da época, de origem aristocrática, falam pouco neles. Mesmo assim, não deixam de se lhes referir. Assim, por exemplo, a *Chronica Adefonsi Imperatoris* fala em *mille milites electi et instructi, fortibus armis, de Avilia et de Secovia cum magna turba peditum*, que atacaram Córdova e combateram com o rei Texufín (n.º 117, ed. L. Sánchez Belda, p. 91). Logo a seguir ao descrever as campanhas conduzidas por Rodrigo Gonçalves a partir de Toledo, fala também do exército que ele reuniu para atacar Sevilha, com cavaleiros e peões de Toledo e outras cidades (*id.*, n.º 119, p. 93). Pouco depois, relata o ataque de Texufín ao exército cristão na região de Badajoz, e diz que foram mortos todos os cavaleiros e peões e só escaparam os que conseguiram fugir a pé (n.º 123, p. 97). Os de Salamanca, porém, não se deram por vencidos, e reorganizaram o exército: *et civitas Salamantie facta est magna et inclita militum et peditum, et dives valde* (*ib.*, n.º 124, p. 98). Etc. Procurando bem, não deixariam, provavelmente de se encontrar muitos testemunhos da participação dos peões na Reconquista. Outra coisa, de resto, não seria de esperar, se é certo, como pensa o Autor, que a Reconquista não se pode separar do surto demográfico cristão dos séculos X a XII. Se é assim, pode-se esperar que, em princípio, sejam os excedentes demográficos, os marginalizados, os que não encontram sustento suficiente nas suas terras, que alimentam os exércitos atacantes e as milícias dos concelhos. Estas devem ser, sobretudo nos primeiros tempos, constituídas, em grande parte, por peões. Os cavaleiros vilãos talvez pouco mais sejam do que corpos de *élite* ou elementos que enquadram o grosso do exército.

Quero referir-me também aos termos em que Cortázar fala da estrutura da família e da sua evolução entre os séculos X e o XIV. Se considero extremamente positiva a importância fundamental que ele lhe dá em vários pontos da sua obra, nem sempre me parece fazê-lo em termos suficientemente claros. É o que acontece, por exemplo na p. 181 quando fala, vagamente, de família larga, composta por tios, primos, etc., sem especificar que esta família larga podia ser de estrutura cognática ou agnática, visto que a primeira implicava formas de solidariedade familiar e de sucessão hereditária diferentes das da segunda. Não é apenas a fragmentação

da família extensa em famílias nucleares que provoca a ruptura dos antigos laços sociais, é também a adopção do esquema agnático e a sucessão masculina, que permitem, por exemplo, a constituição de fortunas familiares de proprietários livres e de linhagens de «homens bons», com um poder local assegurado pela acumulação da fortuna através das gerações. Parece-me igualmente equívoco afirmar, como se faz na p. 423, que a estrutura agnática da família faz depender a riqueza do número de parentes. Pela minha parte penso, pelo contrário, que quando se abandona a estrutura cognática para adoptar a agnática, é justamente para excluir os colaterais da participação na herança e para permitir a preservação da unidade patrimonial numa linha sucessória única (evidentemente masculina). Na estrutura cognática, são as alianças por dupla linha masculina e feminina e a igualdade dos filhos na herança que fazem com que a riqueza dependa efectivamente do número de parentes. Isto, evidentemente, com uma demografia relativamente estável, porque os fortes excedentes populacionais podem levar o excessivo do número de membros da família a abandonar o esquema, ou pelo menos a adoptar sistemas de defesa, como a endogamia, as alianças de linhagens através das gerações, a limitação da natalidade. Consequentemente, se é importante a fragmentação da família larga, não é menos a generalização da estrutura agnática, tanto entre os nobres como entre os burgueses. Mas aqui, de novo, creio que as limitações provêm da carência de estudos sobre este tema, muito pouco explorado na Península.

Não queria também deixar de notar uma afirmação feita de passagem, e que atribui a iniciativa das inovações técnicas do século XI aos senhores e não às classes inferiores (p. 181-182). Pela minha parte seria levado a pensar exactamente o contrário, pelo menos quanto a inovações menos dispendiosas. Duvido que os hábitos absentistas dos senhores, o seu habitual desinteresse pela administração directa, a tendência para encurtarem os limites da reserva, a falta de estímulo devido à abundância de bens, constituíssem condições muito favoráveis à procura e invenção de novos recursos para aumentar a produção. Mas este problema é certamente de resolução difícil no estado actual da investigação, e sê-lo-á talvez ainda durante muito tempo, dada a escassez das fontes para poder resolvê-lo. De toda a maneira, é uma questão da maior importância pela sua incidência sobre a luta de classes.

Voltando ao problema central do regime senhorial, que, como vimos tanto preocupa o autor (e com razão), gostaria de apontar os inconvenientes da terminologia utilizada por Cortázar. Com efeito, ao chamar ao *domínio* «senhorio territorial», para o distinguir do «senhorio pessoal», isto é a protecção, e da «senhoria jurisdiccional», isto é da senhoria propriamente dita, que é o exercício do *banum* dentro de um determinado território, penso que contribui para obliterar a noção fundamental de que o senhorio é o exercício do poder público por um particular. Como tal, devia-se distinguir claramente dos direitos decorrentes da propriedade fundiária. Mesmo tendo em conta que a propriedade dominial de um nobre implica o exercício de direitos senhoriais dentro do seu âmbito, e que a protecção implica o exercício desses mesmos direitos sobre as pessoas protegidas,

parece que teria vantagens utilizar os termos claramente diferentes de «domínio», para designar a propriedade, «protecção» para os direitos sobre os encomendados, e «senhoria» para o território onde se exercem os direitos públicos. Não havendo qualquer diferença de natureza entre a jurisdição exercida em virtude da propriedade dominial, dentro ou fora dela, os qualificativos utilizados só me parecem servir para obscurecer a questão. Pelo contrário, existindo também direitos que derivam da propriedade e não da jurisdição, convém distingui-los claramente como dominiais.

Queria finalmente referir-me aos termos em que Cortázar fala da «cultura de massas» (p. 359). A seu ver, exprime-se por intermédio das narrações juglarescas, das representações teatrais, da pregação e das expressões pictóricas e escultóricas das igrejas. Parece-me isto um equívoco, porque as narrações juglarescas, assim como as outras expressões apontadas, servem também para difundir nas massas a ideologia da classe dominante, e só raramente exprimem com alguma verdade a cultura popular. Para descobrir a expressão realmente popular, é preciso recorrer aos contos tradicionais, às farsas ou facécias, às cantigas das romarias, às festas de loucos, e aos mitos. Podem mesmo, por vezes, distinguir-se, entre os contos, os que exprimem a ideologia burguesa, cidadina, e a ideologia vilã, rural. No mesmo sentido, parece-me ser prova de uma concepção minoritária da cultura, supor que as representações teatrais do tipo «escárneo» derivam do tropo litúrgico. Se porventura imitam ou parodiam temas e figuras da liturgia, entroncam certamente mais em antigos rituais ou festas pagãs que criavam um espaço ou um tempo em que era permitido infringir colectivamente as convenções estabelecidas. Esta atitude permissiva, mesmo temporária, foi sempre mal vista pela Igreja oficial, que, quando muito, tolerava de mau grado e como um mal menor estas manifestações catárticas.

Ainda dentro do mesmo capítulo, não partilhámos o pessimismo do Autor, que afirma: «o processo de culturização da maioria pela pregação escapa-nos por completo (p. 362).» Na realidade não faltam nem as *artes predicandi* nem as colectâneas de sermões nem os *exempla* redigidos com o fim de fornecer aos pregadores material parenético facilmente apreensível pelo povo. Das *artes* de Raimundo Lull e de Martinho de Córdova no século XIV, aos sermões de Martinho de León, de Fr. Paio de Coimbra e de Santo António de Lisboa no século XIII ou de S. Vicente Ferrer no século XIV, dos «exemplos» latinos de Pedro Afonso (*Disciplina clericalis*) aos castelhanos do *Libro de los Exemplos por A.B.C.*, a matéria de estudo disponível é variada e abundante. Se porventura as análises não estão feitas, a possibilidade existe, e seria certamente do maior interesse verificar como é que os pregadores adaptavam para o povo a doutrina cristã, que conceitos e processos não eruditos utilizavam para conseguirem comunicar com as massas.

Estes exemplos de discordância, todavia, são bastante superficiais. Não atingem o essencial da excelente síntese de Garcia de Cortázar, nem lhe diminuem o mérito. As suas excepcionais qualidades superam-nas de longe. Com efeito, aliam-se na sua obra o rigor e a vastidão de informações com o arrojo da interpretação,

a capacidade para encontrar em bibliografia realizada com outras intenções dados e indícios de movimentos profundos, e ao mesmo tempo a invulgar capacidade para relacionar entre si os diferentes sectores da realidade histórica e para deduzir de elementos aparentemente pouco expressivos o seu verdadeiro significado. Para definir de uma maneira muito esquemática as melhores qualidades da obra de Cortázar poderia, talvez, dizer-se que ele possui em alto grau o sentido da conjuntura. Qualidade sem dúvida muito importante, para compensar os defeitos da tradicional historiografia medieval espanhola, demasiado preocupada com o funcionamento das instituições. Tudo isto se alia, finalmente, a um conhecimento muito completo dos métodos de análise modernos, como a cartografia histórica, a topografia, a demografia, a análise das séries de dados, etc. Não podemos, portanto, deixar de o recomendar aos estudantes e investigadores portugueses que desejem inspirar-se na realidade peninsular, para situar no seu quadro histórico imediato a história nacional. Para o recomendar, também, aos investigadores que desejam alargar as suas perspectivas e encontrar sugestões para novos campos de análise da nossa documentação medieval.

Deste ponto de vista, a antologia de textos medievais oferece um excelente complemento, tanto para os estudantes, como para os investigadores. Tanto mais que se apresenta com características igualmente exemplares.

Exemplares, com efeito, dada a grande quantidade de textos apresentados, os critérios de selecção, a variedade dos exemplos, a classificação e a apresentação.

Não se trata de uma selecção de trechos isolados do contexto, mas de documentos inteiros (excepto as crónicas, códigos legislativos e obras doutrinárias). São apresentados sem análise de cada um deles, mas com breves sínteses históricas dos períodos em que se agrupam, e com cinco exemplos de comentários que podem servir de modelo a outras análises.

As melhores qualidades consistem, a meu ver, na selecção e classificação. Desde vários trechos de crónicas e anais a documentos de arquivo, de capítulos de cortes a genealogias, de leis régias a poesias, de constituições episcopais a apontamentos de contabilidade, de foros a tratados agrícolas, de cadastros de habitantes a obras religiosas, todos os géneros de documentos escritos estão representados. É pena que não apareçam exemplos de documentos gráficos, como planos de cidades ou de distribuição de campos, mapas e fotografias aéreas, iluminuras que representem armas ou instrumentos agrícolas, etc.

Apesar de os textos serem oferecidos sem comentários, a classificação é já de si eloquente. Porque o Autor não se limita a apresentá-los por ordem cronológica; ordena-os por assuntos. Entre estes, predominam os temas de ordem económica e social, como por exemplo «O *contrôle* do território [cristão] e o endoutrinação dos seus habitantes»; «Os elementos de base do fortalecimento demográfico e bélico [na época da Reconquista]»; «Programação da empresa reconquistadora e renovação dos exércitos cristãos»; «Dissolução da família larga e aparição de novas garantias reais»; «A formulação doutrinária de preeminência do príncipe e do vínculo de natureza sobre o de vassalagem»; «A persistência dos velhos critérios de diferenciação

social e a aparição de novas tensões [no século XIV e XV]»; «A discussão em torno da estrutura do poder [nos séculos XIV e XV]»; etc. Estes títulos muito sintéticos bastam, portanto, só por si, para orientar a interpretação sem que o Autor se substitua ao estudante que analisa os textos e lhe tire a capacidade inventiva (no sentido de «descoberta»). Sendo a selecção muito vasta (cerca de 500 textos) e extremamente variada, cobre praticamente todas as possibilidades que se oferecem ao investigador e permite-lhe contactar com a realidade concreta em toda a sua riqueza e complexidade. Mostra da maneira mais eficaz em que bases se apoia a grande síntese histórica, permitindo ver, portanto, ao mesmo tempo, as suas limitações e incapacidades e a verdadeira amplitude do seu significado. A própria apresentação dos documentos na sua língua original (exceptuando o árabe), quer dizer o latim, o castelhano, o galego ou o catalão, se pode dificultar a utilização para o não iniciado, permite também contactar mais de perto com a realidade histórica. Com efeito, como diz o Autor, a tradução implicaria quase sempre a perda completa dos termos característicos de instituições, ou formas de pensamento e levaria a deixar de utilizar certos instrumentos necessários à investigação histórica, em particular a filologia.

Na selecção de textos, o Autor optou por certas prioridades de escolha, que podem ser discutíveis, mas não o são certamente mais do que o partido contrário. Assim, por exemplo, preferiu aumentar o número de documentos relativos aos séculos XI a XIII, e diminuir os dos séculos seguintes, porque nestas épocas se criaram poucas instituições e «esquemas de convivência» novos. Preferiu os documentos arquivísticos aos literários, porque aqueles são mais curtos e podem-se apresentar como unidades completas, enquanto estes têm necessariamente de se apresentar em fragmentos. Preferiu os testemunhos sobre a vida social e económica e reduziu os da vida cultural, porque o melhor veículo de expressão desta são os documentos gráficos ou literários que exigiriam outro tipo de selecção, possível apenas numa antologia expressamente dedicada à vida cultural.

Estou, naturalmente, de acordo com tudo isto. Não digo o mesmo da forma como realiza o seu propósito de não valorizar apenas o conteúdo dos documentos, enquanto exemplificadores do processo histórico, mas também o «próprio continente» através do qual ele é expresso. Por isso, diz o Autor, procurou «a valorização dos textos em si mesmos, de modo a permitir a quem os utiliza uma rápida familiarização com a forma como, tradicionalmente, se conservaram os testemunhos escritos no nosso passado» (p. 16). O propósito é, a meu ver, correcto, e mesmo tão importante que não bastaria a publicação dos documentos tanto quanto possível na sua integralidade, e uma citação completa do lugar onde se encontram publicados. Seria necessário também uma classificação de ordem tipológica, para não se colocar no mesmo pé de igualdade, por exemplo, um documento jurídico e uma fonte literária, uma genealogia ou um texto doutrinário. Com efeito, cada tipo de fontes reque uma abordagem específica e regras de crítica próprias. Seria importante fazer notar que o rigor da linguagem é maior nos documentos jurídicos

do que nas crónicas, o que se pode encontrar num cadastro populacional da época ou num foral, etc. Estes dados são indispensáveis para uma interpretação correcta dos documentos. Dever-se-iam, portanto, a meu ver, fornecer os elementos necessários para o leitor poder orientar-se neste campo, tantas vezes excessivamente descurado pelos investigadores. Os cinco exemplos de análises e comentários fornecidos no princípio, como modelos de interpretação e aproveitamento, não são de modo algum suficientes, porque se trata, em todos eles de documentos de aplicação do Direito: duas doações, um acordo, uma carta de povoamento senhorial e uma ordem episcopal. Talvez numa futura edição desta obra tão útil e importante, se possam introduzir melhoramentos neste sentido, inspirando-se, naturalmente, na tipologia de fontes medievais dirigida por Léopold Genicot e publicada pelo Instituto de Estudos Medievais na Universidade de Lovaina.

De qualquer maneira, esta obra poderia servir de modelo a uma antologia semelhante para uso dos nossos estudantes universitários. Mesmo tendo em conta que ele revela uma maturidade historiográfica que o nosso País não alcançou ainda, não seria impossível atingir um resultado equivalente. A sua publicação constituiria um instrumento de grande valor para o nosso ensino universitário.

Gostaria, finalmente, de comentar o texto de García de Cortázar lido nas I Jornadas de Metodologia de Santiago de Compostela. Parece-me importante sublinhar o seu interesse como instrumento de iniciação metodológica para um plano de investigação numa área regional, uma vez que este âmbito regional é, como os estudos da escola francesa têm mostrado, um dos mais adequados para um avanço decisivo da historiografia medieval, e um dos que melhor se adaptam a ensaios académicos, sobretudo teses de doutoramento. Mesmo com algumas limitações, entre as quais duas ou três que apontarei, mesmo restringindo-se ao nível da economia rural, mesmo que não se concorde em absoluto com a enunciação dos problemas, parece-me que constitui um bom ponto de partida para investigações do tipo apontado.

Com efeito, revela um excelente conhecimento dos materiais disponíveis, dos indícios significativos para averiguar as questões mais importantes, da bibliografia em várias línguas, mas em particular em inglês e francês, de conhecimentos de outras disciplinas, em particular da geografia e pedologia, de economia rural e de demografia.

O método seguido pelo Autor para apresentar o seu esquema é o seguinte: Começa por reduzir os problemas gerais a três: 1) a evolução da paisagem rural na região considerada; 2) a distribuição do poder e as alterações que nele se produzem, em ordem, sobretudo, às formas de exploração da terra; 3) o mecanismo da criação de rendas e, eventualmente, da sua transferência a outros sectores da economia, regional ou extra-regional. Depois de enunciar brevemente as questões prévias do condicionalismo geográfico e de apontar para a necessidade de averiguar a(s) «forma(s) de convivência» dominante(s) na região, com as suas eventuais variações diacrónicas, o Autor consagra a maior parte do seu trabalho a descrever de que forma

evolue normalmente a economia de uma região em três períodos, cujos limites cronológicos são: 1) os séculos IX e X; 2) os séculos XI a XIII; 3) os séculos XIV e XV. Em cada época há, normalmente, determinados problemas que ele descreve com as variantes possíveis, e de uma maneira muito concreta. Assim, indica, por exemplo, as possíveis repercussões regionais do surto demográfico do século XI, das descobertas tecnológicas nesta época e na seguinte, da expansão comercial no século XIII e XIV, etc. E para cada problema dá a bibliografia fundamental e mais recente.

Do próprio resumo que acabamos de fazer se depreende que nem tudo é claro nem incontroverso. Assim, por exemplo, quando fala de «poder» e de «formas de convivência». Pode admitir-se que, tratando de economia rural, se deva entender pelo primeiro termo o poder económico. Mas através da comunicação parece deslizar para os domínios afins do poder político e da supremacia social, sem que a especificação do conceito o denuncie claramente. Quanto às «formas de convivência», expressão evidentemente vaga, diz numa nota (p. 34, nota 7) que a entende como «o marco totalizador em que se desenvolve uma comunidade, com a sua peculiar estrutura de poder e riqueza», definição em que parece haver reminiscências do conceito de «relações de produção» em Marx. Mas os exemplos que nessa mesma nota cita, apontam antes para sistemas socioculturais de base étnica. Com efeito, cita como exemplos de transformações de «formas de convivência» as produzidas pela Reconquista cristã na Península, pela invasão normanda na Inglaterra, pela expansão germânica para além do Elba. Mas admite também transformações do mesmo género provocadas por factores geológicos tais como a modificação da orla marítima ou um terramoto. Pergunta-se, pois, se a mudança de regime político, a introdução da moeda ou a transformação dos meios de produção por razões de ordem tecnológica, podem provocar também mudanças de «formas de convivência». Mas se se admite isto mesmo, não vejo a vantagem desta expressão sobre a expressão marxista «relações de produção», com um sentido muito preciso e a clara distinção nela implícita de infra-estrutura e superestrutura. A não ser que se queira dar uma coloração não marxista ao conceito de «relações de produção», o que traz necessariamente como consequência a confusão entre a ordem da infra-estrutura e a da superestrutura.

Também não sei como classificar a afirmação seguinte: «o segundo factor de produção [é] o *capital* que, no nosso estudo, aparece sob a forma de tecnologia (p. 41).» Ignoro se isto resulta de uma consciente ou inconsciente tentativa para conciliar os conceitos marxistas com os não marxistas. Mas se é assim, a conciliação tentar-se-ia justamente num dos aspectos menos controversos da economia política marxista, isto é, a distinção entre meios de produção e forças produtivas. Pela minha parte não vejo também qualquer vantagem, antes pelo contrário, em considerar a tecnologia como uma forma de «capital». Isto, de resto, não afecta o interesse do que o Autor diz a este propósito, pois passa a falar em termos concretos acerca das transformações tecnológicas dos séculos XI a XIII, sem se preocupar mais em definir a sua relação com

as relações técnicas ou sociais de produção. Estas críticas, que apontam para uma revisão que o Autor pretende fazer de alguns conceitos marxistas, não põem em causa a necessidade ou o interesse de os rever, pois estou de acordo com ele, que o marxismo dogmático é anticientífico. O que me parece é que os pontos escolhidos não são dos mais felizes, ou então, seria preciso uma exposição mais clara e elaborada, como é talvez o caso para o conceito de «formas de convivência».

Outros pontos controversos situam-se no nível dos factos e não no dos conceitos. Assim, por exemplo, quando diz que, até ao século XI, os grandes proprietários exploram predominantemente as suas terras por administração directa, e que só em meados do século XII se verifica o abandono maciço dessa forma de administração, que se tornaria quase universal em meados do século XIII. Pela minha parte parece-me que a evolução destas formas de exploração está muito longe de ser tão simples e linear. Se, pelo menos no Noroeste peninsular, se verifica um processo de colocação de escravos domésticos em explorações familiares em torno do ano mil, o que implica a restrição da exploração directa, esse mesmo processo começa muito antes, já desde o século X, e não exclui de modo algum a existência de largos espaços do domínio entregues igualmente a famílias de dependentes das quais pouco mais se exigia do que uma quota parte da produção. E, depois do século XII, se na mesma região se assiste a um incremento numérico de contratos agrícolas sob todas as formas — prazos, préstamos, *tradiciones*, enfiteuses —, isso não quer dizer que não tivesse havido, muitos casos de recuperação da exploração directa quer pelo desbravamento dirigido pelo senhor (ao modo cisterciense) quer pelo aumento das áreas de vinha e de pastoreio directamente controlados também pelo senhor, fenómenos bem conhecidos e descritos por Cortázar.

Outro ponto susceptível de discussão é o exagero da afirmação contida noutro passo em que se diz que só o aumento de rendimentos agrícolas, isto é o incremento da taxa de reprodução da semente, pode melhorar os benefícios do camponês (p. 49). Corresponde isto a esquecer que o camponês pode também aumentar os seus benefícios comercializando e transformando os bens que produz e de que pode dispor. Pois as restrições senhoriais à comercialização (do género do *relego*) não são gerais, não atingem todos os géneros e podem porventura ser contornadas; e a monopolização dos instrumentos de produção pelo senhor também não é tão geral como num esquema teórico do funcionamento do sistema feudal se pode supor. Para alguns camponeses existe mesmo outra fonte de rendimentos, que é o entrarem na ministerialidade do senhor, tornarem-se intermediários entre ele e os outros vilãos, o que para uma minoria deles constitui meio seguro de verdadeiro enriquecimento.

Deste e doutros factores característicos do sistema senhorial deduz o Autor que ele conduz a um debilitamento constante da situação do campesinato, o que, em termos globais é, naturalmente, verdadeiro. Não tanto, todavia, que não admita excepções. Dentro do próprio sistema senhorial aquelas mesmas que se podem constituir nos seus interstícios, abertos pelas possibi-

lidades de aumento de rendimento, na verdade restritas, que acabámos de apontar. Mas o mais importante não são essas excepções à regra. É a existência de zonas que escapam ao sistema, as de regime municipal, onde predomina a propriedade privada e onde pode existir, e até prosperar, uma burguesia rural. Já mais acima, ao discutir *La época medieval* me referi à tendência do Autor para esquecer esta realidade ou minimizar a sua importância. Além disso, pelo menos em Portugal (não sei o que se passa em Espanha), devem considerar-se eles admitem, mais do que as senhorias nobres e eclesiásticas, a possibilidade de aparecimento de uma burguesia rural. Aí, a pressão senhorial é menor, também à parte os domínios régios, mesmo os do Norte, cuja estrutura é evidentemente senhorial, pois como se vê comparando as cartas de foral dadas pelo rei com as dadas por nobres ou bispos e abades. Ora o Autor, pressupõe constantemente como único sistema possível num meio rural peninsular, o *senhorial*, o que, a meu ver, é reduzir demasiado o âmbito das hipóteses de trabalho.

Talvez por se mover quase só dentro do modelo senhorial, mesmo quando descreve os fenómenos provocados pela intensificação das relações comerciais e pela especialização da produção durante os séculos XIV e XV, Cortázar não faz qualquer referência à possibilidade de aparecerem em algumas regiões as primeiras manifestações de um proletariado agrícola, por ténues que sejam. São prenúncios tão importantes dos primeiros passos do futuro e ainda longínquo capitalismo agrícola, que não podem deixar de se analisar com o maior interesse. Há pelo menos um sector da produção em que existe já um verdadeiro proletariado, a pastorícia. Se esta tem alguma importância em Portugal a partir do século XIII, tem-na muito mais em Espanha, como se sabe.

Vistas assim em conjunto e separadamente da comunicação que lhes deu origem, estas críticas e divergências podem parecer destrutivas. Tenho, pois, de acentuar que elas não podem fazer esquecer aquilo que dizia ao princípio, isto é, que este texto de Cortázar tem um valor metodológico muito importante e do maior interesse para orientar os alunos mais adiantados dos cursos universitários, que dão os primeiros passos na investigação ou preparam as suas dissertações de licenciatura e doutoramento. Dada a escassez de orientações metodológicas da historiografia medieval na Península, esta comunicação é verdadeiramente importante e inovadora. Até ser substituída por outros trabalhos do mesmo género constitui um marco fundamental para o aprofundamento da investigação medieval, como de resto os outros trabalhos do Autor aqui analisados.

Em todos eles o valor pedagógico é da melhor qualidade e faz prever que a vizinha Espanha contará em breve com obras que a porão finalmente ao lado dos países mais desenvolvidos. Desde a publicação da já famosa síntese de G. Duby, *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médiéval* em 1962, a qual excluiu a Península do seu âmbito pela quase total carência de trabalhos nesse sector, o caminho percorrido já é considerável. As perspectivas abertas pelas obras que aqui analisámos e por outras a que fizemos uma breve referência no princípio, são realmente promissoras.

O Ano do Património Arquitectónico Europeu

Actividades da Comissão Nacional Portuguesa e de outras entidades

Jorge H. Pais da Silva

PREÂMBULO

O complexo de delicados problemas relacionados com a preservação do rico património arquitectónico da Europa, entendido como inestimável instrumento de cultura e tesouro colectivo das diferentes nacionalidades do continente, conduziu vários governos e organismos privados a elaborar, com o patrocínio da UNESCO e do Conselho da Europa, um programa internacional de realizações a que aderiram 26 países. Esse programa desdobrou-se pelo triénio 1973-1975 e concretizou-se em várias iniciativas levadas a cabo em quase todo o continente, mediante a Comissão Nacional de cada país e das actividades por esta promovidas de acordo com o respectivo governo. Esquemáticamente tratava-se de fomentar a cooperação internacional e de assegurar formas de colaboração permanente no domínio da salvaguarda do acervo arquitectónico europeu, do intercâmbio de experiências quanto aos processos de preservação de peças isoladas e de aglomerados de valor histórico, da valorização de sítios, da conservação de bairros históricos, da legislação protectora, das formas de conservação integrada de imóveis antigos — considerada como o meio mais eficaz e mais económico da sua salvaguarda — dos recursos legais e financeiros de protecção e dignificação das populações habitando zonas históricas degradadas, dos métodos de preservação de pequenos aglomerados rurais em declínio, dos problemas de urbanística que ameaçam o património arquitectónico (tráfego automóvel, tráfego aéreo, interesses privados em confronto com o interesse da comunidade, poluição química e visual, etc.), da comparticipação das populações locais na defesa do acervo arquitectónico da sua área, dos múltiplos aspectos jurídicos, administrativos, económicos, técnicos e sociológicos relativos a esta preocupação,

dos meios de sensibilização das populações em geral para este problema, da hierarquia dos bens arquitectónicos, da conservação de edifícios modernos de reconhecido interesse, e, ainda de outros temas de menor importância.

O referido núcleo de actividades culminou com a realização do Congresso do Ano do Património Arquitectónico Europeu, que teve lugar em Amesterdão em Outubro de 1975 sob os auspícios do Conselho da Europa. Durante este Congresso realizaram-se sessões de trabalho nas diferentes secções, visitas de trabalho naquela cidade e em outros pontos da Holanda, duas importantes exposições de documentação gráfica e fotográfica, uma no Centro de Congressos R. A. I. («Um futuro para o nosso passado») e outra no Rijksmuseum («Programa europeu de realizações exemplares»), exibiram-se filmes didácticos e distribuiu-se vasta e rica documentação oriunda de numerosos países participantes. No plenário final desta reunião foram aprovados por aclamação a «Carta Europeia do Património Arquitectónico» e a «Declaração de Amesterdão», importantes documentos que consignam princípios fundamentais no domínio da preservação do acervo arquitectónico do Continente de interesse indiscutível para a cultura europeia, e que não temos dúvidas em reputar de relevância semelhante à de outros importantes manifestos, como a «Carta de Atenas», a «Carta de Quito» ou a «Carta de Veneza».

Posteriormente, em Dezembro de 1975, a organização do A. P. A. E. reuniu-se ainda na delegação do Conselho de Europa em Paris mediante a representação da maioria das Comissões Nacionais. Aí se procedeu ao balanço geral das actividades realizadas, estudaram-se processos de cooperação europeia e

apreciaram-se as diferentes soluções adaptadas pelos países participantes quanto ao prosseguimento, ou não, da actividade das Comissões Nacionais. Novamente se insistiu na absoluta necessidade e urgência de cada governo europeu ratificar a adesão aos mencionados documentos emanados do Congresso de Amesterdão, oportunamente realizada por todas as Comissões Nacionais, único processo de tais princípios poderem ter aplicação concreta e eficazes resultados em cada país. Impõe-se, com efeito que tais princípios sejam integrados, com os ajustamentos indispensáveis em cada Estado, na revisão e na actualização das disposições legais de protecção que, como foi reconhecido, são indispensáveis

Relance histórico

A Comissão Nacional portuguesa constituiu-se no âmbito da acção do M. E. N. integrando representações de vários serviços oficiais sob a presidência do então Director Geral do Ensino Superior. Durante uma primeira fase (1973-Julho de 1975) aquela Comissão elabora um projecto de actividades e fez-se representar na reunião da Organização do A. P. A. E., realizada em Paris em Dezembro de 1973.

Infelizmente foi considerado a nível oficial não ser possível assegurar a comparticipação portuguesa no programa internacional de realizações exemplares de preservação de imóveis e conjuntos históricos, nem nem tão-pouco, como é óbvio, obter a respectiva documentação gráfica e fotográfica sobre trabalhos realizados no país de modo a este estar presente na exposição colectiva de Amesterdão em Outubro de 1975.

Após o 25 de Abril foi a mesma Comissão remodelada e integrada no M. E. I. C., assumindo a presidência o falecido Dr. Ruben Leitão. Em Agosto de 1975, finalmente, já próximo do termo das comemorações internacionais, verificou-se nova remodelação, sendo convidado para presidente o Arq.º Viana de Lima, entrando um novo vogal e passando a Comissão Nacional — não obstante sua constituição ser interministerial — a ficar praticamente vinculada ao Ministério da Comunicação Social através da Direcção Geral do Património Cultural e da Secretaria de Estado da Cultura.

II

Apoios recebidos

As actividades da Comissão Nacional receberam suporte financeiro mediante a comparticipação do M. E. I. C., do Ministério da Comunicação Social, da Secretaria de Estado da Cultura, do Fundo de Fomento Cultural e da Fundação Gulbenkian.

Outros auxílios de vária índole foram facultados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, pela Direcção

na totalidade dos países participantes do A. P. A. E. A mencionada reunião saldou-se de modo geral por um ambiente optimista, quer no que se refere aos resultados obtidos no referido triénio, quer quanto à viabilidade de uma acção coordenada no futuro, não obstante haver-se registado, como é natural, diferenças de critério de país para país no que se reporta aos processos de actuação imediata ou a médio prazo. Em resultado dessas diferenças, enquanto algumas Comissões Nacionais se extinguíram no termo de 1975 — caso da França e da Suécia, entre outras — outras prosseguiram as suas actividades no corrente ano, como aconteceu na República Federal da Alemanha, na Suíça e em Portugal.

Geral do Património Cultural, pela Academia Nacional de Belas-Artes e pelos serviços culturais da empresa pública dos C. T. T.

III

Resumo das actividades principais da Comissão Nacional

A) Realizações entre Setembro de 1975 e Outubro de 1976

- 1) Comparticipação de delegados da Comissão Nacional em reuniões internacionais promovidas no âmbito do programa do Ano do Património Arquitectónico Europeu. (Amesterdão e Paris, respectivamente em Outubro e Dezembro de 1975). Como é natural, não foi possível aceder aos convites dirigidos por vários países com vista a reuniões da especialidade de carácter essencialmente nacional. Nas referidas reuniões internacionais foram lidas comunicações da Comissão Nacional portuguesa. Na Holanda a delegação portuguesa participou em visitas de trabalho colectivas em Amesterdão, Vollenhoven, Westerbork, Orvelte e Zwollen.
- 2) Audiência na Presidência do Conselho (Fevereiro de 1976) como diligência em ordem à sensibilização do VI Governo Provisório para a ratificação dos textos da «Carta Europeia do Património Arquitectónico» e da «Declaração de Amesterdão». Entrega de um *dossier* contendo documentos vários (C. E. P. A., D. A., etc.) e um memorando.
- 3) Audiência na Secretaria de Estado da Cultura com idêntico objectivo (Março, 1976).
- 4) Obtenção formal de auxílio técnico do Conselho da Europa com vista à elaboração de um plano de conservação integrada no território continental. Área prevista pela Comissão Nacional: Tomar-Abrantes-Leiria.
- 5) Contactos da delegação da Comissão Nacional com entidades e técnicos de países participantes do A. P. A. E. (Jugoslávia, Polónia, Turquia, etc.)

especializados na preservação de imóveis e conjuntos históricos com vista a assegurar o intercâmbio de experiências e de especialistas.

- 6) Contactos com o Secretário-Geral do Conselho da Europa com idêntica finalidade.
- 7) Aquisição de algumas curtas-metragens de carácter didáctico consagradas a diferentes aspectos da salvaguarda do património arquitectónico e destinadas a sensibilizar a opinião pública.
- 8) Compilação de vasta documentação impressa em várias línguas sobre a problemática específica (depositada na Direcção Geral do Património Cultural).
- 9) Promoção da tradução dos textos originais da C. E. P. A. e da D. A.
- 10) Aquisição de 50 exemplares da obra *Le Patrimoine Architectural, les pouvoirs locaux et la politique de conservation intégrée*, editada na Sulça sob o património do Conselho da Europa. Promoção da tradução de este estudo a ser editado, conjuntamente com as versões portuguesas da C. E. P. A. e da D. A., pela Secretaria de Estado da Cultura com vista à sua mais ampla difusão por todos os serviços oficiais e entidades privadas de algum modo ligados aos problemas da especialidade.
- 11) Obtenção do envio a Portugal (Lisboa e Porto) em Dezembro de 1976 da exposição sobre o «Programa Europeu de Realizações Exemplares», inaugurado no Rijksmuseum em Amsterdão.
- 12) Estudo, planificação e organização de um simpósio sobre temática da especialidade a realizar no início de 1977.
- 13) Comunicação apresentada à 2.ª Confrontação Europeia das Cidades Históricas, Estrasburgo, Setembro de 1976.
- 14) Manutenção de contactos com o departamento cultural do Conselho da Europa e com algumas Comissões Nacionais estrangeiras.
- 15) Tomada de conhecimento de exposições escritas dirigidas à Comissão Nacional por várias entidades, autarquias, organismos e pessoas singulares derrecreando situações de degradação de vários imóveis e do património urbano em vários pontos do país e apelando para os seus bons ofícios.
Não cabendo à sua competência, como é óbvio, intervir em tais assuntos, a Comissão Nacional limitou-se a esclarecer os petiçãoários do modo como conduzir correctamente as petições, assegurando-lhes todo o apoio ao seu alcance.

B) *Projecto de Actividades até inícios de 1977*

- 1) Realização em Lisboa, em colaboração com a Fundação Calouste Gulbenkian, da exposição «Programa Europeu de Realizações Exemplares». Inclusão de material português segundo critério definido pela Comissão Nacional.

- 2) Promoção de uma mesa-redonda na Radiodifusão Portuguesa sobre problemas da especialidade.
- 3) Realização de um Simpósio, em Faro, para abordagens de problemas nacionais da especialidade.
- 4) Concretização de auxílio técnico do Conselho da Europa para o plano de conservação integrada da área Tomar-Abrantes-Leiria.

IV

Outras Contribuições para o Ano do Património Arquitectónico Europeu

A) *Faculdades de Letras da Universidade de Lisboa Departamento de História*

1) Curso livre

Promoção de um curso livre sobre «Introdução aos Problemas da Preservação do Património Arquitectónico» (Dezembro de 1974 a 15 de Março de 1975), com a participação, em duas sessões de trabalho, dos Arquitectos Peres Guimarães (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) e Octávio Filgueiras (Junta Nacional da Educação).

Vogal da Comissão Nacional responsável: Jorge H. Pais da Silva.

2) Mesa-redonda

Realização de uma mesa-redonda acerca da «Preservação do património arquitectónico nacional» integrada na semana de recepção aos novos alunos do Departamento de História e com a participação dos quatro docentes da Pré-Especialização de História da Arte e de um aluno finalista da mesma (Novembro de 1975).
Vogal da Comissão Nacional responsável: Jorge H. Pais da Silva.

3) Seminários de Arte Portuguesa

a) Instauração durante o ano lectivo de 1975-1976, em dois seminários, como tarefas específicas dos estudantes, da tradução dos textos originais da Carta Europeia do Património Arquitectónico e da Declaração de Amsterdão, e da elaboração de um comentário anexo destinado a alertar a população dos estabelecimentos de ensino para a importância da compreensão, do cumprimento e da ampla difusão daqueles documentos;

b) No seminário de Arte Renascentista e Maneirista, nível I, realização de uma experiência subordinada ao tema «Roteiro recomendado ao visitante do Mosteiro dos Jerónimos», com o auxílio da Direcção Geral do Património Cultural e do Instituto Dr. José de Figueiredo (Julho de 1976).

Vogal da Comissão Nacional responsável: Jorge H. Pais da Silva.

- 4) Centro de História da Universidade de Lisboa
Instauração de uma linha de investigação sobre
«Salvaguarda do Património Artístico Nacional».

B) *Academia Nacional de Belas-Artes*

Exposição «Lisboa Oitocentista», promovida na Fundação Gulbenkian (Maio de 1976).
Vogal da Comissão Nacional responsável: Prof. Arq.º Frederico George.

C) *Direcção Geral do Património Cultural*

Reedição actualizada e ilustrada do «Catálogo dos Imóveis Classificados» (Abril de 1976).
Vogal da Comissão Nacional responsável: Dr. Bairrão Oleiro.

D) *Empresa Pública dos C.T.T.*

Emissão de selos comemorativos do Ano do Património Arquitectónico Europeu.
Artista gráfico: Escultor José Rodrigues.
Texto de pagela que acompanhou a emissão: Jorge Pais da Silva.
(Novembro de 1975).

V

Conclusões

Um balanço neste momento (Outubro de 1976) da participação portuguesa nas comemorações do A. P. A. E. terá de ser provisório, já que nem todo o programa de realizações previsto pela Comissão Nacional se encontra concretizado. Mas talvez não seja inútil alinhar resumidamente, desde já, algumas considerações não apenas sobre essa participação, como ainda acerca da problemática abordada no desenrolar das referidas comemorações.

A) *No âmbito internacional*

No centro das preocupações da realização do A. P. A. E. avultam com especial relevância alguns temas, cujo enunciado se pode sintetizar, a nosso ver, e sem pretender estabelecer hierarquia, do modo que segue:

- 1) Unificação de esforços e cooperação no âmbito internacional em todos os níveis da especialidade, desde um mais correcto conhecimento mútuo do património arquitectónico de cada país até ao intercâmbio de experiências e de especialistas, à simplificação da terminologia técnica, à normalização de processos ou à sensibilização, por todos os meios, das populações.
- 2) Reformas legislativas e administrativa da especialidade em todos os países participantes.
- 3) A noção de património arquitectónico deixar de exclusivamente envolver o conceito de

«monumento» (isolado) para passar a compreender a ideia de «conjunto».

- 4) Ampliar a tarefa de preservação desse património, transitando-se do plano da conservação para o plano da conservação integrada na vida social.
- 5) Aceitar a complexidade inerente às tarefas de conservação integrada dos conjuntos urbanos (bairro, rua, todo o aglomerado), designadamente a manutenção do tecido social pré-existente aos trabalhos de salvaguarda, medida que se torna indispensável, quer do ponto de vista do equilíbrio humano das próprias populações, quer sob o aspecto dos valores de cultura tradicionais na área (o ambiente artesanal especializado de uma via pública, por exemplo).
- 6) Indispensabilidade do apoio da opinião pública nacional em todas as campanhas de protecção do respectivo património arquitectónico.
- 7) Activa participação nessas tarefas de todas as camadas da população.
- 8) Aceitar a acção preponderante que tem de caber sob múltiplos aspectos aos poderes locais no âmbito das diferentes fases da conservação do património arquitectónico da área respectiva.
- 9) Activa participação da juventude na teoria e na prática da preservação e da revitalização desse património.
- 10) Integração em todos os graus de ensino da matéria relativa à salvaguarda do património arquitectónico nacional e europeu (noção do valor desse espólio facultada desde o nível primário, etc.).
- 11) Harmonizar as directrizes e coordenar a acção da urbanística, do planeamento territorial e da protecção do património arquitectónico em cada país.
- 12) O património arquitectónico ser considerado como elemento fundamental do planeamento urbano e rural.
- 13) Rever a avaliação dos problemas financeiros decorrentes dos encargos com a protecção do património arquitectónico em regime de economia liberal.
- 14) Intensificar o estudo da problemática da adaptação dos centros históricos europeus ao fluxo turístico nacional e internacional.
- 15) Intensificar-se o estudo da redistribuição orçamental das dotações dos Governos tendo em vista a obtenção de maior apoio material no sector da conservação.
- 16) Rever a grave situação resultante da frouxa ou, em alguns países do Continente, nula protecção aos imóveis de reconhecido mérito edificados na Europa desde cerca de 1950.
- 17) Elaboração de um instrumento jurídico internacional relativo à salvaguarda dos bairros, cidades e sítios históricos tendo em vista a integração de imóveis modernos por força de imperativos da vida contemporânea.

- 18) Aceitar que o futuro do património arquitectónico europeu depende basicamente da comunidade internacional do Continente: a perspectiva conduz à elaboração de planificações a longo prazo tendo por fundamento sondagens nas tendências actuais. Preservar o passado, ajudará a construir o futuro.

B) *Comissão Nacional*

- 1) A C. N. revelou maior dinâmica e outra eficácia a partir de 1975, momento da sua reorganização parcial.
- 2) Operou sem apoio de um secretariado técnico, servindo-se apenas de um licenciado como secretário das sessões e recorrendo aos serviços da D. G. P. C. Nestas condições não se tornou fácil responder ao expediente corrente e a múltiplas solicitações que lhe surgiram dos quadrantes nacional e internacional.
- 3) Lamenta-se que da delegação portuguesa à reunião de Amesterdão estivessem ausentes, por razões burocráticas, especialistas nacionais dos sectores jurídico, das técnicas do restauro e da economia, não obstante todos os esforços desenvolvidos por alguns membros da C. N. Deste modo, as sessões de trabalho das especialidades referidas na mencionada reunião não puderam ser devidamente acompanhadas.
- 4) Tendo reconhecido a relevância dos textos da C. E. P. A. e da D. A. e a imperiosa necessidade e urgência de uma revisão e actualização dos diplomas legislativos de protecção, a Comissão Nacional desenvolveu esforços no sentido de se transitar do nível platónico das recomendações internacionais ao plano concreto das realizações. De facto, como é sabido, o Conselho da Europa dispõe da faculdade de fazer recomendações aos Governos dos seus Estados membros, mas só uma vez assumidas por esses Governos as medidas preconizadas podem encontrar a desejável efectividade. É o caso dos dois mencionados textos.
Neste sentido a Comissão Nacional actuou directamente junto da Presidência do Conselho do VI Governo Provisório, da Secretaria de Estado da Cultura e de outros serviços oficiais, tendo em vista alertar os poderes públicos para a necessidade de o nosso país, não obstante não pertencer ainda então ao Conselho da Europa, aderir oficialmente aos princípios consignados na C.E.P.A. e na D.A., de modo a assegurar-se a viabilidade da aplicação prática, e a eficácia esperada, dos referidos princípios.
- 5) Nos contactos realizados com membros de várias Comissões Nacionais, com organismos estrangeiros da especialidade e no seio do próprio Conselho da Europa, em ordem a sondar da possibilidade de se realizar uma colaboração bilateral e de se esclarecer as respectivas condições nos diferentes domínios da conservação do património arquitectónico, dos conjuntos históricos, dos sítios urbanos e dos valores da natureza, a delegação da Comissão Nacional apurou

que essa eventual cooperação apresenta perspectivas extremamente proveitosas para o nosso país e é de execução fácil.

- 6) De resto, em todos os contactos directos ou indirectos, oficiais ou privados, reuniões públicas ou restritas, sessões de trabalho, etc., o clima em relação a Portugal foi sempre de aberta simpatia e compreensão pelos problemas específicos do país.

VI

Algumas propostas

Sem prejuízo do reconhecimento da necessidade do mais amplo debate nacional sobre a problemática relativa à conservação do património arquitectónico do país, crê-se que entre nós cumpriria actuar prioritariamente segundo as directrizes seguintes:

- 1) Realização de uma campanha nacional de sensibilização das populações para os problemas da preservação do património arquitectónico, o que supõe a planificação geral do recurso a todos os meios disponíveis, desde a TV às associações populares de base.
- 2) Coordenação de todos os serviços do Estado ligados aos vários aspectos da conservação (técnicos, jurídicos, financeiros, etc.), mediante a criação de um órgão oficial dotado de poderes de decisão e de autonomia orçamental que tenha a faculdade de, ouvidos todos os interessados, elaborar e fazer cumprir uma política nacional no domínio de tão importante sector do património cultural português: planificação, inventários, restauros, valorização de sítios, acção cultural, etc.
- 3) Revisão e actualização da legislação vigente e efectiva aplicação de um conjunto de diplomas que sirva eficazmente como instrumento jurídico colectivo que deve sobtepor-se a interesses privados no sector da salvaguarda do património arquitectónico nacional.
- 4) Revisão dos textos escolares de todos os graus de ensino com vista à integração de matéria pertinente no capítulo de salvaguarda dos imóveis, conjuntos e aglomerados históricos e rurais de especial interesse no âmbito da cultura nacional.
- 5) Concessão de ampla autonomia aos poderes locais e regionais, audiência e efectiva participação das populações quanto às decisões de seu interesse no que se reporta ao acervo local ou regional de bens culturais de teor arquitectónico, urbano ou rural, conjuntos de interesse histórico-artístico, valores da natureza, etc.
- 6) Concessão da devida importância aos problemas do sector nos arquipélagos da Madeira e dos Açores.
- 7) Revisão geral da prática nacional de turismo, tendo em especial atenção o desencadear de programas de turismo social interno e de turismo cultural destinado a populações nacionais e estrangeiras.

- 8) Edição de textos sobre a matéria, acessíveis no preço e na leitura, destinados às mais amplas camadas do povo português. Realização de filmes-documentários destinados aos estabelecimentos de ensino, ao cinema, à TV, aos organismos culturais, etc., no país, com cópias de locução nas principais línguas europeias destinadas à mais larga difusão no estrangeiro através do I. C. A. P. e dos organismos dele dependentes (leitorados, serviços culturais das embaixadas portuguesas, associações lusófilas, etc.). Organização de colecções de diapositivos com registo das principais espécies do património arquitectónico nacional destinadas aos estabelecimentos de ensino nacionais e a todos os organismos que no estrangeiro estejam empenhadas na difusão da cultura portuguesa.
- 9) Rápida e completa normalização das relações entre o país e a UNESCO, com a instauração de delegação deste organismo em Portugal, completa participação nacional nas diferentes comissões do mesmo e dotação de eficácia e de dinamismo da delegação portuguesa junto da UNESCO.
- 10) Filiação, a nível nacional, de Portugal no «International Council of Monuments and Sites», com sede em Paris.
- 11) Criação de ensino e de quadros interdisciplinares especializados nos diferentes domínios da conservação do património arquitectónico, urbanístico, rural e dos valores naturais do país, sem esquecer a eventualidade dessas equipas poderem vir a ser solicitadas pelos governos dos Estados e territórios lusófonos de África, da Ásia e da América.

[illegible]

Conferências, colóquios e seminários promovidos pelo Centro de História

Durante os anos de 1977, 78 e 79, investigadores nacionais e estrangeiros, os primeiros investigadores do Centro ou convidados, os segundos deslocando-se a Portugal ou por iniciativa do Centro ou ao abrigo de acordos culturais, efectuaram conferências, dirigiram seminários ou colóquios abertos aos professores e estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa.

Assim,

Hans BACH, Professor da Universidade de Leipzig, em 13.12.78 sobre «1848».

Joaquim BARRADAS DE CARVALHO, Professor catedrático da Universidade de Lisboa, Secretário do Centro de História e Director da linha de investigação «História da Cultura e das Mentalidades», em 26.5.79 sobre «*O Renascimento Português — em busca da sua especificidade*».

Léon BOURDON, Professor jubilado da Universidade de Paris III, em 27.1.77 sobre «*O Século das Luzes em Portugal*».

Jorge CUSTÓDIO, Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa e investigador do Centro, em 28.3.79 sobre «*Alguns Aspectos do Mercantilismo em Portugal: Os Casos de Baltazar de Faria Severim e Manuel Severim de Faria*».

Victor dos Santos GONÇALVES, Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa e investigador do Centro, em 27.4.79 sobre «*Megalitismo e Inícios da Metalurgia do Cobre no Alto Algarve Oriental*».

Jean GUILAINE, *Directeur d'études* da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em 23.4.79 sobre «*Neolitização do Mediterrâneo Ocidental*».

Jan KIENIEWICZ, Professor da Universidade de Varsóvia, em Novembro de 1977 sobre «*Os Portugueses e o Malabar no séc. XVI*».

Anita NOVINSKY, Professora da Universidade de S. Paulo, em 17.2.77 sobre «*Sistema de Poder e Repressão Religiosa*».

Beatriz PELLIZZETTI, Assistente da Universidade Federal do Paraná, em Fevereiro de 1978 sobre o tema «*Do trabalho escravo ao trabalho livre e a fundação da colónia Cecília no Paraná*».

Fernando PITEIRA SANTOS, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras de Lisboa, em 6.12.78 sobre o tema «*José Fontana, o amigo de Antero, não foi o companheiro de Marx*».

Peter RUSSELL, Professor da Universidade de Oxford, em 18.4.79 sobre «*As fontes de Fernão Lopes*».

António José SARAIVA, Professor Catedrático da Universidade de Lisboa, em 16.6.78 sobre «*Alexandre Herculano*».

Hermanfrid SCHUBART, Vice-Director do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid, em 24.3.77 sobre «*Torre del Mar, una necropolis punica*».

Joel SERRÃO, Professor Catedrático da Universidade de Lisboa e Director da linha de investigação «História Económica e Social», em 14.3.79 sobre o tema «*Do Socialismo libertário ao Anarquismo em Portugal*».

Albert SILBERT, Professor jubilado da Universidade de Clermont-Ferrand efectuou um colóquio sobre a problemática geral das fontes de História Contemporânea de Portugal.

Albert SOBOUL, Professor na Universidade de Paris I, efectuou em Dezembro de 1978 um ciclo de conferências e seminários sobre a Revolução Francesa.

António Augusto TAVARES, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras de Lisboa, em 24.4.79 sobre «*O Megalitismo das Beiras*».

Carlos TAVARES DA SILVA, Arqueólogo do Gabinete da Área de Sines, em 26.4.79 sobre «*O Neolítico no Sul de Portugal*».

Ainda durante o ano de 1979, projecta o Centro realizar ciclos de conferências e seminários orientados por três grandes nomes da investigação histórica francesa:

Fernand BRAUDEL, Professor jubilado do Collège de France.

Frédéric MAURO, Professor da Universidade de Paris X — Nanterre.

Michel MOLLAT, Professor da Universidade de Paris IV — Sorbonne.

Importantes descobertas arqueológicas no povoado da Idade do Cobre de Vidais (Marvão)

Durante Agosto passado decorreu mais uma campanha de escavações nas Lapas de Vidais, povoado calcolítico situado a 14 km de Marvão.

Os trabalhos, tal como nas anteriores campanhas, foram efectuados por uma equipa de estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa dirigida pelos drs. Victor dos Santos Gonçalves e Ana Margarida Arruda, do Centro de História da Universidade de Lisboa.

As Lapas de Vidais tinham sido superficialmente referidas por Afonso do Paço que então relatou as múltiplas depredações que o sítio sofrera, sobretudo pela actividade

de Pedro Penas, um temível pesquisador de tesouros.

Depois de Pedro Pena, efectuaram-se novas escavações nas Lapas nas quais tomaram parte grupos de amadores da região. Os materiais recolhidos encontram-se no entanto relativamente preservados.

Em 1978, e na sequência de um seminário de arqueologia levado a efeito em Santo António das Areias pelo dr. Victor dos Santos Gonçalves, com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura, foi possível limpar a Lapa Grande e preparar o estudo do seu «Pátio interior». Durante estes trabalhos, foram recolhidos materiais da Idade do Cobre que permitiram pressentir uma longa ocupação do sítio calcolítico e a presença de elementos culturais atribuíveis ao Ferro II.

Em 1979, abriu-se yma ampla sondagem no Pátio Interior da Lapa Grande que revelou uma intensa ocupação humana traduzida em machados e enxós de pedra polida, artefactos de osso, largas centenas de recipientes cerâmicos muito fragmentados, elementos de mó, etc. Como pormenor interessante, a escassez da pedra lascada e absoluta inexistência de artefactos metálicos. Nas primeiras camadas, um dos recipientes mais frequente é o prato de bordo «almen-drado», um dos fósseis indicadores do Calcolítico. No entanto, à medida que nos aproximamos dos níveis inferiores, essa forma



cerâmica parece ir escasseando e acabar por desaparecer completamente nos níveis mais antigos, onde as formas esféricas são dominantes.

A abertura de um conjunto de quadrados 2×2 m, formando um outro de 4×4 m, junto à estrada das Lapas, trouxe no entanto a descoberta mais espectacular desta campanha: a identificação de um conjunto de três silos escavados directamente no granito. Os silos têm um aspecto de grande antiguidade sendo os materiais que constituem o seu entulhamento exclusivamente calcolíticos ou mesmo anteriores.

Num deles, o Silo 3, a escavação revelou, porém, um facto inesperado: a existência de um enterramento a meia altura. O esqueleto encontra-se extremamente bem conservado, o que é surpreendente num meio ácido como é o do granito, e foi recolhido, após os registos habituais.

São muito raros os esqueletos em monumentos e sítios do Calcolítico em Portugal, particularmente nos que se ligam ao fenómeno megalítico, pelo que a descoberta efectuada é de grande importância. Os arqueólogos são, no entanto, prudentes não deixando de admitir a possibilidade de se tratar de um enterramento da Idade do Ferro ou, mesmo, posterior. Mas o estado de preservação do silo e o aspecto «selado» da deposição funerária parecem fazer afastar essa hipótese.

Os trabalhos nas Lapas de Vidais irão prosseguir no próximo ano, esperando-se então novas informações sobre um dos períodos mais discutidos da Pré-História de Portugal.

Escavações em povoados da Idade do Cobre no Alto Algarve Oriental

Durante o ano de 1979 prosseguiu a actividade da equipa do CAALG (*Carta Arqueológica do Algarve*) que sob a direcção do dr. Victor dos Santos Gonçalves funciona no Centro de História da Universidade de Lisboa.

Tal actividade desenvolveu-se este ano em povoados da Idade do Cobre descobertos pelo CAALG na Serra algarvia, nos concelhos de Loulé e Alcoutim e revestiu-se dos aspectos de uma intervenção de emergência.

As escavações decorreram em três importantes povoados, os Cerros do Castelo da Corte João Marques, Santa Justa e Mestras.

Recolheram-se centenas de fragmentos de cerâmica passíveis de reconstituição gráfica, alguns já restaurados neste momento, com vista à exposição que estará patente ao público durante o IV Congresso Nacional de Arqueologia (Faro, 17 a 23 de 1980), machados, enxós, pontas de seta, lâminas de sílex, mós e muitos outros artefactos típicos da Idade do Cobre.

Escavou-se, numa das zonas do povoado da Corte João Marques, uma estranha estrutura (talvez um forno de cobre) que forneceu interessantes materiais, permitindo mesmo uma recolha significativa para datação por arqueomagnetismo.

Os trabalhos efectuados em Santa Justa e Mestras revelaram tratar-se de povoados semelhantes ao do Cerro do Castelo da Corte João Marques, tanto no aspecto cronológico como no cultural.

Sobre estes testemunhos da importância do Cobre e da sua metalurgia está neste momento a ser preparado um grande estudo de conjunto.

Roteiro de fontes de história contemporânea de Portugal

A partir de Maio de 1978, constituiu-se uma comissão encarregada de levar por diante o projecto de um *Roteiro de Fontes para a História Contemporânea de Portugal*. Orientada, em termos nacionais, pelo Professor Joel Serrão, a pesquisa na zona de Lisboa tem sido dirigida pela Professora Miriam Halpern Pereira, com o auxílio da Dr.^a Maria José Serpa Leote Gonçalves da Silva Leal, Dr.^a Maria de Lourdes de Conceição Nunes Henriques, Dr. Clementino José Gonçalves Amaro.

Foram já colhidos os elementos pretendidos nos seguintes arquivos: Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Arquivo Histórico da Alfândega de Lisboa, Arquivo Histórico Militar, Arquivo da Assembleia da República.

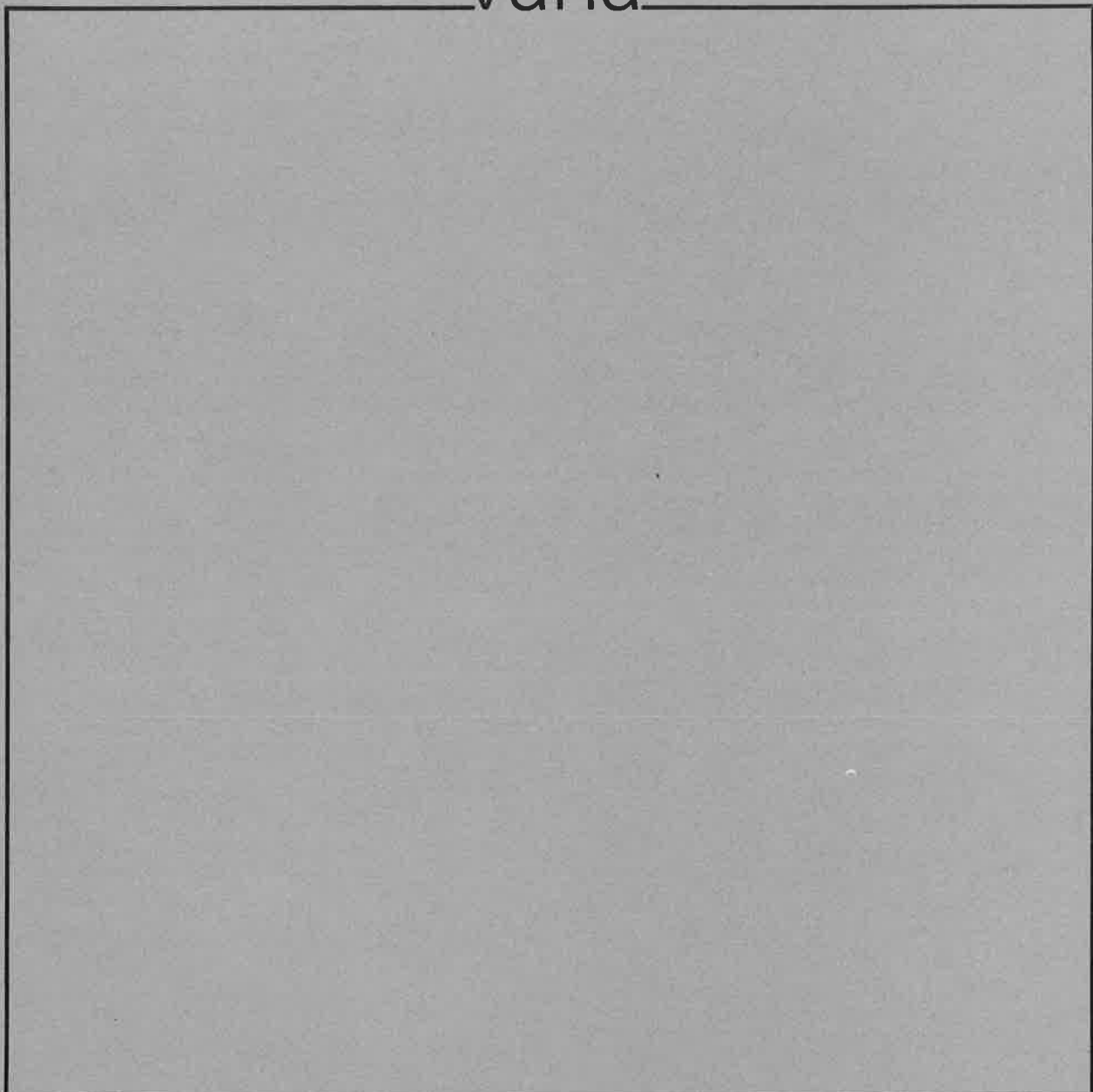
O Professor Albert Silbert encarregou-se da recolha de informação nos arquivos de Paris, tendo concluído a tarefa.

Em Londres, a recolha será levada a efeito pelo Professor L. Smith.

Neste momento a tarefa prossegue no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Está em organização o alargamento da pesquisa ao Norte, ao Centro e Sul do País, assim como aos arquivos espanhóis e brasileiros.

vária



Centro de História da Universidade de Lisboa

ano lectivo de 1975/1976, tendo sido eleita a Comissão Proponente do Centro, sua futura Comissão Directiva, assim constituída:

Joaquim Barradas de Carvalho (Secretário)
José Mattoso
António Borges Coelho
Maria José Trindade
Victor dos Santos Gonçalves

Este elenco manteve-se até 1979, com as seguintes excepções: demissão de José Mattoso (por motivos profissionais) e sua substituição por Jorge Pais da Silva. Após falecimento de J. Pais da Silva, entrada para a Comissão Directiva, de Joel Serrão.

Apesar do despacho que o criou — ou reactivou — ser de 23 de Abril, só em Setembro se iniciaram as actividades do Centro, com a admissão de dois funcionários, um para a coordenação da Biblioteca, outro para a coordenação dos Serviços Centrais, respectivamente Ana Margarida Arruda e Teresa Ferreira.

Constituíram-se então, no Centro, cinco linhas de investigação:

1. História Antiga, dirigida por António Borges Coelho
2. História Económica, dirigida por José Tengarrinha
3. História Social, dirigida por Joel Serrão
4. História da Arte, dirigida por J. Pais da Silva
5. História da Cultura e das Mentalidades, dirigida por Joaquim Barradas de Carvalho

Essas linhas agrupavam teoricamente 25 candidatos a investigadores e funcionavam apenas com subsídios globais, geralmente distribuídos pela aquisição de bibliografia especializada e pela aquisição de material de consumo corrente.

A demissão, por razões de saúde, de A. Borges Coelho da direcção da linha de História Antiga veio conduzir à extinção dessa linha. O mesmo veio a acontecer à linha de História da Arte, após o falecimento de J. Pais da Silva.

Assim, uma nova recomposição se fez, desta vez de acordo com instruções do próprio INIC, passando a funcionar apenas duas linhas.

Neste momento o Centro de História das Universidades de Lisboa engloba, para além dos Serviços Centrais, duas linhas de investigação: História da Cultura e das Mentalidades (dirigida por J. Barradas de Carvalho) e História Económica e Social (dirigida por Joel Serrão), funcionando no âmbito desta última dois projectos autónomos, o *Roteiro para o estudo das fontes da História Contemporânea Portuguesa* (com colaboração internacional) e o CAALG—*Carta Arqueológica do Algarve* (dirigido por Victor dos Santos Gonçalves).

A programação para 1980 inclui a edição do segundo número da Revista CLIO e a publicação de diversos volumes nas Séries CADERNOS e MEMÓRIAS.

Prevê-se a realização de numerosos colóquios e conferências, no âmbito da cooperação estabelecida com Embaixadas e Institutos estrangeiros em Portugal.

Está igualmente assegurada a realização do III Seminário de Arqueologia, Literatura Oral e Arte Popular, Faro 79 e do IV Congresso Nacional de Arqueologia (Faro, 17 a 23 de Março de 1980).

O Centro de História da Universidade de Lisboa foi criado por despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica de 23 de Abril de 1976.

Não surgia, porém, no vazio: no mesmo espaço (a Faculdade de Letras de Lisboa) fora antecedido pelo Centro de Estudos Históricos e Arqueológicos (fundado na década de 40) que se cindira posteriormente no Centro de Estudos Arqueológicos (de vida efémera) e no Centro de Estudos Históricos, antepassado imediato do Centro de História.

Dirigido por Virgínia Rau, o Centro de Estudos Históricos desenvolveu uma actividade intensa, mas num campo muito restrito. Publicou cinco volumes de uma Revista — *Do Tempo e da História* — e a sua Biblioteca tornou-se relativamente completa, sobretudo no domínio da Idade Média e dos Estudos Medievais.

Após a morte de Virgínia Rau, Jorge Borges de Macedo passou a dirigir o Centro, mas a reestruturação do Instituto de Alta Cultura implicou a suspensão de Centros dele dependentes, neles incluído o Centro de Estudos Históricos, aparentemente dissolvido.

Em 1975 foi o Centro, ou melhor: as suas instalações, geridas por um grupo de alunos e professores mas a falta de funcionários e os sucessivos assaltos conduziram a uma situação caótica e ao desaparecimento de livros, material e colecções de Revistas em quantidades relativamente elevadas.

Para obstar a esta situação, e na intenção de reactivar o Centro enquanto espaço de pesquisa, reuniram-se os professores do Departamento de História nos inícios do



In memoriam

Pedro Barbosa

A 23 de Setembro do ano findo morria, uma semana após uma intervenção cirúrgica, o doutor Jorge H. Pais da Silva. Embora a sua carreira tivesse sido curta em anos, pois morreu apenas com 48, é grande a obra que deixa, não só a nível de trabalhos publicados, de obras concretas realizadas em favor da divulgação da História da Arte e da Conservação e Defesa do nosso património artístico, como ainda no aspecto pedagógico. Todos os que conviveram com o doutor Pais da Silva não podem esquecer aquele homem calmo, ponderado, sempre pronto a ajudar colegas e alunos com o seu saber e a sua experiência.

Licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras de Lisboa, apresentou tese de licenciatura, em 1955, subordinada à temática barroca: «Subsídios Para o Estudo do Barroco no Concelho da Maia». Foi professor do ensino secundário até 1958, ano em que foi chamado ao ensino superior, tendo ensinado História da Arte na Escola de Belas Artes do Porto, da qual foi também Director, e na Faculdade de Letras de Lisboa. Para além da docência, a que se dedicava com todo o seu saber e muito empenho, o doutor Pais da Silva distribuiu-se por outros campos onde pudesse ser útil o seu trabalho em favor da História da Arte. Participou em diversos grupos de investigação; realizou ciclos de palestras na Fundação Calouste Gulbenkian, no último dos quais em Outubro de 1976; colaborou na montagem de muitas exposições sobre História da Arte, tanto em Portugal como no estrangeiro; participou em inúmeros seminários, colóquios, congressos e outros encontros internacionais.

Em 1975, Jorge Pais da Silva fez parte da Comissão Portuguesa aos trabalhos do «Ano de Defesa e Salvaguarda do Património Arquitectónico Europeu», iniciativa do Conselho da Europa. Ligado ainda ao tema da Defesa do Património Artístico, impulsionou fortemente a proposta para a criação de um «Instituto do Património».

Membro da Associação para a Defesa e Valorização do Património da Região de Alcobaça, colaborou activamente na preparação de várias actividades da Associação, nomeadamente na organização do I Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património. Foi um dos grandes impulsionadores dos Cursos de Dinamização e Defesa do Património, promovidos pela Direcção-Geral do Património Cultural, dirigidos a professores do Ciclo Preparatório e do Ensino Secundário, mas a doença não deixou que a eles assistisse. Durante vários anos, foi também professor da

cadeira de História da Arte nos cursos para estrangeiros organizados pela Faculdade de Letras.

Se não escreveu grossos volumes, nem por isso os seus escritos deixam de ter importância. O poder de síntese do doutor Pais da Silva era de tal forma notável que, por vezes, um pequeno artigo trazia mais informações do que outros autores poderiam transmitir em várias páginas. Entre obras publicadas (pois existem muitas no prelo ou ainda manuscritas) citaremos as seguintes:

Subsídios Para o Estudo do Barroco no Concelho da Maia, dissertação de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, texto dactilografado, não publicado, Lisboa, Faculdade de Letras, 1955.

«Arquitectura Maneirista Portuguesa», in *Boletim Cultural do B. N. U.*, n.º 7, Lisboa, 1955.

«Sobre a Arquitectura Maneirista», in *Revista Arquitectura*, n.º 59, Lisboa, 1957.

«Sobre a Arquitectura Maneirista II», in *Revista Arquitectura*, n.º 62, Lisboa, 1958.

Notas sobre a Arquitectura dos Jesuítas no Espaço Português no Museu, boletim do M.N.S.R., Porto, 1961.

«Goya», in *Dicionário de Pintura Universal*, vol. I, 1962, pp. 318-321.

«Cellini», in *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*.

«Chanterene», in *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*.

«Cimabue», in *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*.

«Clonet», in *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*.

«António Ferreira», in *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, vol. VIII, Editorial Verbo, Lisboa, 1969.

«Gótico», in *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, vol. IX, Editorial Verbo, 1969.

«Grotresco», *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, vol. IX, Editorial Verbo, 1969.

«Francisco da Holanda», in *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, vol. X, Editorial Verbo, 1969.

«Hans Holbein, o Moço», in *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, vol. X, Editorial Verbo, 1970.

«Indo-Helenismo», in *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, vol. X, Editorial Verbo, 1970.

Arquitectura Gótica em Portugal, texto para o filme-documentário, Lisboa, Produção Fialho Lopes, com subsídio do fundo de cinema, 1970.

«Mosteiro dos Jerónimos», in *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, vol. XI, Editorial Verbo, 1971.

A Arquitectura, «Retábulo de Santa Anta. Estudo de Investigação», Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Arte e Museologia, 1972.

«Mestre de Chavola de Tomar», in *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, vol. XII, Editorial Verbo, 1972.

«Mestre do Paraíso», in *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, vol. XIII, Editorial Verbo, 1972.

«Nartex», *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura*, Lisboa, vol. XIII, Editorial Verbo, 1972.

«Sé», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, vol. V, 1.º tomo, Junta Distrital de Lisboa, 1973.

«Igreja de Santo António de Lisboa», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, vol. V, 1.º tomo, Junta Distrital de Lisboa, 1973.

Inquérito e Análise Para Uma Proposta de Remodelação da Baixa de Cascais, Nota histórica, Lisboa, 1974.

«Em torno da Arquitectura Setecentista portuguesa (Barroco e rocóco)», in *Bracara Augusta*, vol. XXVII, n.º 64, Braga, 1974.

«A Arte em Portugal no século XVIII», in *Actas do Congresso Internacional de estudos em homenagem a André Soares*, Braga, 1973.

O Manuelino, texto para o filme-documentário, 1973, Lisboa, Produção de Fialho Lopes, com subsídio do fundo de cinema.

«A Arte Gótica», in *Enciclopédia do Jornal do Fundão*, Lisboa, 1974, não publicado.

«A Arte Gótica em Portugal», in *Enciclopédia do Jornal do Fundão*, 1974, não publicado.

«O maneirismo», in *Enciclopédia do Jornal do Fundão*, 1974, não publicado.

«O Maneirismo em Portugal», in *Enciclopédia do Jornal do Fundão*, 1974, não publicado.

«Lascaux», in *Dicionário de Pintura Universal*, vol. I, 1962ç pp. 413-414.

«A Arquitectura Portuguesa na Segunda Metade do Século XVI e Os Seus Prolongamentos», in *Introdução ao*

catálogo da Exposição «Aspectos da Arquitectura Portuguesa 1550-1950», Rio de Janeiro, 1965.

«A Arquitectura Nacional Oitocentista na Primeira Metade do Século XX», in *Introdução ao catálogo da Exposição «Aspectos da Arquitectura Portuguesa 1550-1950»*, Rio de Janeiro, 1965.

Notícia sobre uma Igreja Românica do Noroeste — S. Mamede de Vila-Verde (Felgueiras), IV Colóquio de Arqueologia, Porto, 1965.

«António Francisco Lisboa», *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1965.

«Maneirismo», *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1965.

«Gaspar Dias», *Verbo Enciclopédia*.

«Donatello», *Verbo Enciclopédia*.

«Afonso Domingues», *Verbo Enciclopédia*.

«Frei Domingues da Conceição», *Verbo Enciclopédia*.

«Duccio», *Verbo Enciclopédia*.

«Dufy», *Verbo Enciclopédia*.

«Fischer Von Erlach», *Verbo Enciclopédia*, vol. III, 1968.

«Rotas Artísticas no Reinado de D. Manuel I», in *Panorama*, Lisboa, IV série, n.º 32, 1969.

Artigo no *Diário de Lisboa* sobre «Mário Chicó», 1969.

Mário Chicó, Lisboa, Edição da Comissão Promotora da Exposição de Homenagem ao Prof. Mário Chicó.

«Mateus Fernandes», *Verbo Enciclopédia*, Lisboa, vol. III, Editorial Verbo, 1969.

«Inigo Jones», *Verbo Enciclopédia*, Lisboa, vol. IX, Editorial Verbo, 1971.

«Filippino Lippi», *Verbo Enciclopédia*, Lisboa, vol. XII, Editorial Verbo, 1971.

«João Fredderico Ludvig», *Verbo Enciclopédia*, Lisboa, vol. XII, Editorial Verbo, 1971.

«Emile Mâle», *Verbo Enciclopédia*, Lisboa, vol. XII, Editorial Verbo, 1971.

«Maneirismo», *Verbo Enciclopédia*, Lisboa, vol. XII, Editorial Verbo, 1971.

«Manuelino», *Verbo Enciclopédia*, Lisboa, vol. XII, Editorial Verbo, 1971.

«Paço dos Duques em Guimarães», in *Palácios portugueses*, Lisboa, I vol., Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1972.

«Igreja de S. João da Praça», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, vol. V, 1.º tomo, Junta Distrital de Lisboa, 1973.

«Janelas Quinhentistas da Rua da Judiaria», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, vol. V, 1.º tomo, Junta Distrital de Lisboa, 1973.

«Cerca Moura», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, vol. V, 1.º tomo, Junta Distrital de Lisboa, 1973.

«Ogiva», in *Verbo Enciclopédia*, Lisboa, vol. XIV, Editorial Verbo, 1973.

«Mateus Vicente de Oliveira», in *Verbo Enciclopédia*, Lisboa, vol. XIV, Editorial Verbo, 1973.

«Ordens Arquitectónicas», in *Verbo Enciclopédia*, Lisboa, vol. XIV, Editorial Verbo, 1973.

«Maneirismo em Portugal», *Enciclopédia do Jornal do Fundão*, Lisboa, 1974, não publicado.

«Pintura Portuguesa, Século XVI», *Enciclopédia do Jornal do Fundão*, Lisboa, 1974, não publicado.

«Mosteiro da Batalha», *Enciclopédia do Jornal do Fundão*, Lisboa, 1974, não publicado.

«Palácio do Alvito», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, vol. V, 2.º tomo, Junta Distrital de Lisboa, 1975.

«Palácio Almada Carvalhais», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, vol. V, 2.º tomo, Junta Distrital de Lisboa, 1975.

«Largo e Igreja de S. Paulo», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, vol. V, 2.º tomo, Junta Distrital de Lisboa, 1975.

«Igreja do Corpo Santo», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, vol. V, 2.º tomo, Junta Distrital de Lisboa, 1975.

«Igreja do Convento do Carmo», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, vol. V, 2.º tomo, Junta Distrital de Lisboa, 1975.

«Palácio de Alcobaça», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, vol. V, 2.º tomo, Junta Distrital de Lisboa, 1975.

«Casa dos Capitães de S. Julião da Barra», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, vol. V, 2.º tomo, Junta Distrital de Lisboa, 1975.

Igreja de Jesus ou Nossa Sra. das Mercês», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, vol. V, 2.º tomo, Junta Distrital de Lisboa, 1975.

«Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Car-dais», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de*

Lisboa, Lisboa, vol. V, 2.º tomo, Junta Distrital de Lisboa, 1975.

«Convento de Cristo», in *Enciclopédia do Jornal do Fundão*, não publicado.

«Manuelino (estilo)», in *Enciclopédia do Jornal do Fundão*, não publicado.

«Renascimento em Portugal (arte)», in *Enciclopédia do Jornal do Fundão*, não publicado.

«Convento de Mafra», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1965.

«Neoclassicismo», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Lisboa, 1968.

«O Palácio de Queluz», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Lisboa, 1968.

«Estilo de Renascença», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Lisboa, 1968.

«Rocóco», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Lisboa, 1968.

«Arte da Talha», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, 1968.

«Terzi», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, 1969.

«Barroco», in *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*.

«Bramante», in *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*.

«Aspectos da Arquitectura Maneirista do Nordeste Português», IV Congresso Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Boston, Nova Iorque, 1966. Publicado in *Nova Terra*, n.º 14 e 18, 1975, com o título «Sobre a Arquitectura Manuelina do Nordeste de Portugal».

Contribution de la Délégation du Comité National Portugais de l'Année Européenne du patrimoine Architectural, Amsterdam, 1975, Congrès sur le Patrimoine Architectural Européenne.

Contribution de la Délégation du Comité National Portugais de l'Année Européenne du Patrimoine Architectural, 8ème Reunion, Paris, 1975.

Entrevista ao diário *O Dia*, em 1976, «A Acção Desconhecida da Comissão Portuguesa Não Teve a Devida Projectção».

Balanço de actividades da Comissão Nacional. Ano de herança do Património Arquitectónico Europeu.

IV Congresso Nacional de Arqueologia

17 A 23 DE MARÇO DE 1980
FARO — PORTUGAL

Aquando do III Congresso Nacional de Arqueologia, que se realizou no Porto, em 1973, foi decidido que o próximo Congresso se efectuariá em Faro. O Centro de História das Universidades de Lisboa tomou a iniciativa de organizar esta importante reunião científica e desenvolveu a actividade necessária à sua realização. Para o efeito foi constituída uma Comissão Executiva composta pelo Dr. Victor dos Santos Gonçalves (em representação do Centro de História), Doutor António Augusto Tavares (pelas áreas de Arqueologia das Universidades de Lisboa) e Dr. António Cavaleiro Paixão (Direcção Geral do Património).

A realização do Congresso contou com o apoio do Instituto Nacional de Investigação Científica e da Secretaria de Estado da Cultura, sendo de salientar a colaboração das autarquias e organismos locais, nomeadamente da Assembleia Distrital de Faro, da Câmara Municipal de Faro, da Câmara Municipal de Portimão, etc.

Este Congresso de 1980 coincide com o centenário de outro importante Congresso, de grande significado para a arqueologia portuguesa, o *Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica*, realizado em Lisboa em 1880, e com o reinício da actividade da cartografia arqueológica de Estácio da Veiga, então estimulado pelos contactos havidos durante o referido Congresso.

O IV Congresso Nacional de Arqueologia funcionará em dez secções coordenadas por investigadores para o efeito convidados:

Dr. Jorge Pinho Monteiro, Arq. Mário Varela Gomes
— *Metodologias, Experimentações, Análises críticas*
(I Secção)

Doutor George Zbyszewski
— *Paleolítico* (II Secção)

Doutor Javier Fortea Pérez
— *Epipaleolítico e Mesolítico* (III Secção)

Doutor António Augusto Tavares, Dr. Victor dos Santos Gonçalves
— *Neolitização, Neolítico e Megalitismo* (IV Secção)

Dr. Carlos Tavares da Silva
— *Calcolítico e Idade do Bronze* (V Secção)

Dr. António Cavaleiro Paixão
— *Idade do Ferro* (VI Secção)

Dr. J. M. Bairrão Oleiro
— *Romanização e Romanidade* (VII Secção)

Dr. José Luís de Matos
— *Período Árabe-Medieval* (VIII Secção)

Dr. António Nunes de Oliveira
— *Salvaguarda, Conservação e Defesa do Património Arqueológico* (IX Secção)

Dr. Joaquim Magalhães, dr. Pinheiro e Rosa
— *Temas Vários* (X Secção)

Nestas secções inscreveram-se 271 participantes e observadores, estando já anunciadas 190 comunicações, número que irá no entanto aumentar, uma vez que nem todos os participantes indicaram ainda título de comunicação.

Desses 271 inscritos, 165 são portugueses e entre os estrangeiros contam-se nomes de grande prestígio internacional, como Ana Maria Muñoz Amilibia, Francisco Jordá Cerdá, Juan Maluquer de Motes, Manuel Pellicer Catalán, Maria Eugénia Aubet, Martín Almagro Bash, Pilar Acosta Martínez, Françoise Mayet, Henriette Camps-Fabrer, Henry de Lumley, Jean Guilaine, Robert Etienne, Hermanfrid Schubart...

Tudo leva portanto a crer que o IV Congresso Nacional de Arqueologia será uma manifestação científica de grande interesse, permitindo estabelecer o ponto crítico da pesquisa arqueológica em Portugal e na Europa, uma vez que para além dos temas especificamente portugueses serão discutidos temas gerais e específicos relacionados com a Espanha, França e Itália.

Projecto de acordo entre o Centro de História da Universidade de Lisboa e o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal

O Centro de História das Universidades de Lisboa, através do projecto Carta Arqueológica do Algarve (CAALG), e o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal decidem estabelecer acordo de cooperação, uma vez que:

1. Se verifica proximidade ou identidade na perspectiva epistemológica que enquadra os seus trabalhos de campo.
2. Existem interesses no campo da investigação arqueológica, nomeadamente no que se refere a uma normalização do procedimento arqueológico, das linguagens e do tratamento de dados.
3. As actividades de extensão cultural, natural prolongamento dos trabalhos arqueológicos de campo e gabinete, são, de ambos os lados importantes experiências colectivas que justificam intercâmbio.

O acordo concretizar-se-á da seguinte forma:

1. O MAEDS e o CAALG procurarão promover escavações em comum nas regiões onde se desenvolve habitualmente a sua pesquisa, ou noutras, em termos a definir pontualmente.
2. De acordo com o seu programa de trabalho, o laboratório do MAEDS prestará apoio técnico na conservação e restauro de materiais arqueológicos

provenientes das escavações da equipa do CAALG. Quando possível, fornecerá treino básico nos cuidados prévios a prestar a materiais arqueológicos durante as fases de recolha.

3. O Centro de História e o MAEDS manterão o regime de permuta das suas publicações, abrindo-as à colaboração dos investigadores de cada uma das equipas.
4. O CH e o MAEDS apresentarão publicamente os resultados dos seus trabalhos através de conferências ou palestras cujo programa será periodicamente anunciado.
O CH, sempre que tal seja considerado conveniente, promoverá no MAEDS Conferências ou Seminários por investigadores nacionais ou estrangeiros que, no âmbito de acordos já assinados ou a assinar, se desloquem a Portugal para no CH efectuarem tal tipo de trabalho.
5. O CH e o MAEDS facultarão mutuamente, em regime de prioridade as exposições que cada equipa organizar no âmbito dos seus programas de extensão cultural.
6. O CH e o MAEDS colaborarão na organização de colóquios, simpósios ou outras reuniões científicas de âmbito restrito.
7. O MAEDS facultará a colaboradores do CAALG estágios no seu laboratório e no seu gabinete de desenho arqueológico.
8. A Biblioteca do CH e a do MAEDS facultarão mútua consulta local de espécimes bibliográficos da sua especialidade, trocando eventualmente fotocópia dos exemplares de maior interesse para cada uma das partes.
9. Ambas as equipas (do CAALG e do MAEDS) se apoiarão na obtenção de análises de materiais arqueológicos e datações absolutas, para tal usando os meios de que actualmente dispõem e os que vierem a ser conseguidos.

Lisboa, 3 de Março de 1979.

O Secretário do Centro de História

Joaquim Barradas de Carvalho

O Director do Museu de Arqueologia
e Etnografia do Distrito de Setúbal

Joaquina Soares

O Director do projecto Carta Arqueológica
do Algarve (CAALG)

Victor dos Santos Gonçalves

Projet de convention entre le Centre d'Anthropologie des sociétés rurales de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales

et

Le Centre d'Histoire

Le Centre d'Anthropologie des Sociétés Rurales de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales et le Centre d'Histoire de l'Université de Lisbonne développent en ce moment des recherches ayant une problématique commune: les premières civilisations agricoles et métallurgiques du monde occidental. Ces recherches visent à définir le contenu culturel des civilisations en cause mais aussi à tenter d'appréhender les problèmes de l'anthropisation du milieu et de la socialisation de l'espace. Elles présentent un caractère pluridisciplinaire (archéologie, sédimentologie, palynologie, anthracologie, botanique, paléozoologie, anthropologie, paléosociologie).

Ces deux organismes décident de ce fait de s'unir par convention pour la réalisation de quelques opérations ponctuelles, décidées en commun entre les responsables de ces deux institutions.

Ces opérations pourraient être:

- 1º) Une collaboration éventuelle dans le cadre du projet C. A. A. L. G. (Carte Archéologique de l'Algarve).
- 2º) L'étude en commun de sites portugais entrant dans le thème défini ci-dessus, le Centre d'Anthropologie des Sociétés rurales apportant surtout l'infrastructure en matière de recherches pluridisciplinaires (essentiellement l'étude paléoécologique) et en se portant garant des indispensables analyses de flore, faune, paléoenvironnement et datations absolues.

3º) Le Centre d'Anthropologie des Sociétés Rurales et le Centre d'Histoire de l'Université de Lisbonne porteront également leurs efforts sur les échanges culturels (venue de conférenciers, séjours d'étudiants, expositions sur l'état de leurs recherches respectives).

Fait à Toulouse, le 6 décembre 1978.

Le Directeur du Centre d'Anthropologie
des Sociétés Rurales, de l'E.H.E.S.S.

Jean GUILAINE
Directeur d'Etudes à l'E.H.E.S.S.

Le Directeur du Projet
«Carte Archéologique de l'Algarve»

Victor DOS SANTOS GONÇALVES

Le Secrétaire du Centre d'Histoire
de l'Université de Lisbonne

Joaquim BARRADAS DE CARVALHO

Composto e impresso
por Mirandela & C.^ª
Travessa Condessa do Rio, 7-9
LISBOA
Outubro de 1979

